

**UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS - UNISINOS**  
**UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM**  
**ENGENHARIA DE PRODUÇÃO E SISTEMAS**  
**NÍVEL MESTRADO**

**IBES ERON ALVES VAZ**

**POLÍTICA INDUSTRIAL DO RIO GRANDE DO SUL (2012 – 2014):**  
**UMA ANÁLISE CRÍTICA**

**SÃO LEOPOLDO**

**2014**

**IBES ERON ALVES VAZ**

**POLÍTICA INDUSTRIAL DO RIO GRANDE DO SUL (2012 – 2014):  
UMA ANÁLISE CRÍTICA**

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre, pelo Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção e Sistemas da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS.  
Área de concentração: Gerência da Produção.  
Linha de Pesquisa: Planejamento e Gestão da Competitividade.

Orientador: Prof. Dr. José Antônio Valle Antunes Jr.  
Coorientador: Prof. Dr. Daniel Pacheco Lacerda.

**São Leopoldo**

**2014**

---

V393p

Vaz, Ibes Eron Alves

Política industrial do Rio Grande do Sul (2012-2014): uma análise crítica. /  
Ibes Eron Alves Vaz. – 2014.  
291 f.

Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Engenharia de  
Produção e Sistemas da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2014.

Orientação: Prof. Dr. José Antônio Valle Antunes Jr.

Coorientação: Prof. Dr. Daniel Pacheco Lacerda

1. Política industrial. 2. Política industrial do Rio Grande do Sul. 3.  
Desenvolvimento econômico. 4. Políticas públicas I. Antunes Jr., José  
Antônio Valle. II. Lacerda, Daniel Pacheco. III. Programa de Pós-graduação em  
Engenharia de Produção e Sistemas da Universidade do Vale do Rio dos Sinos.  
IV. Título.

CDU 338.45(816.5)

---

IBES ERON ALVES VAZ

**POLÍTICA INDUSTRIAL DO RIO GRANDE DO SUL (2012 – 2014):  
UMA ANÁLISE CRÍTICA**

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre, pelo Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção e Sistemas da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS - Defesa Final.

Aprovada em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Carlos Henrique Horn - Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS

---

Prof. PhD. Luis Henrique Rodrigues - Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS

---

Prof. Dr. Luis Felipe Maldaner - Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS

Visto e permitida a impressão.

São Leopoldo, de de 2014.

---

Orientador: Prof. Dr. José Antônio Valle Antunes Júnior

---

Coorientador: Prof. Dr. Daniel Pacheco Lacerda

*Dedico este trabalho a minha família.*

## GRATIDÃO

Minha sincera gratidão, primeiramente, a Deus, que é o Todo de tudo. Pois, sem Sua Luz nada há, nada evolui, nada tem sentido. Em segundo, minha gratidão aos meus pais, que me deram a vida. Romeu Lanes Vaz, meu Pai e meu melhor amigo, e Eloy Alves Vaz, minha mãe e minha grande conselheira.

Na sequência sou grato a um grupo de pessoas, sem as quais meu mestrado não seria possível. Aos Meus irmãos e irmãs: Alcides José Alves Vaz, Maria Conceição Vaz Fialho, Mari Vaz Irigaray, Dulce Cleia Alves Vaz e Clovis Irian Alves Vaz. Eu amo vocês. À Minha querida amiga Rita Cristina Côrrea de Faria (extensivo ao querido Luck, *in memoriam*). Ao meu amigo Sérgio Kapron e à amiga Liseloti Kleber.

Agradeço, também, a um grupo de amigos e amigas que ajudaram, das mais diferentes maneiras, para a concretização deste trabalho. Eu só consegui porque tive ajuda e muito me orgulha ter tantos amigos(as) solidários(as). A lista: Márcia Bianchi, Luciane Xerxenevsky, Ana Carolina Francisco (abelhuda), Ana Paula Severo, Timóteo Stüker, Júlio Borsoi, Mônica Branco, Lissandra Tomaszewski, Edisson Fialho, Rodrigo Moren, Fernando Guimarães, Jorge Ussan, Cristovão Feil, Tiago Schuster, Marcos Faleiro, Vinícius Ioppi, Dieter Goldmeyer, Pedro Lima, Cristina Martins, Diogo Nunes e Valquiria Tyska (destes quatro últimos recebi apoios fundamentais). Ainda, agradeço a pessoas contratadas que me ajudaram muito. Os transcritores Patrícia, Jorge e Márcia. A bibliotecária Maria do Carmo Neis.

Meus agradecimentos aos professores(as) do PPGEPS/UNISINOS por todo o ensinamento e atenção. Muito Obrigado! Aos meus bons amigos do GMAP/UNISINOS, aquele abraço.

Agradeço à AGDI, minha casa profissional, pela oportunidade e pelo espaço que recebi para estudar. Espero retribuir com maior dedicação e qualidade ao desenvolvimento do Rio Grande do Sul.

Agradeço imenso ao meu orientador Professor José Antônio Valle Antunes Jr., o Junico. Este Junico tem a grande qualidade de querer que os outros cresçam intelectual e profissionalmente. Ele dá espaço ao desenvolvimento das pessoas, dá asas aos alunos. Junico é um exemplo de capacidade de elaboração científica e política. É uma referência e um pioneiro na área da engenharia de produção no Brasil. Foi um profundo aprendizado a convivência, que teve altos e baixos, mas o que mais importa é o resultado que atingimos.

Agradeço ao meu coorientador Professor Daniel Pacheco Lacerda, por aceitar a tarefa de coorientar o trabalho, o que foi um privilégio meu, pois o professor prefere, como regra,

não exercer este papel. O Lacerda é um jovem prodigioso e altamente qualificado professor. No fim das contas foi fundamental a presença dele neste trabalho. Sou muito grato. A sua argúcia científica e sua crítica bem colocada foram fundamentais para o aperfeiçoamento da dissertação, principalmente no que se refere ao método.

Agradeço aos professores avaliadores, desde a banca de qualificação do projeto da dissertação, até a banca final, que são basicamente os mesmos. Professor Luis Henrique Rodrigues, professor modelar, a quem admiro. Sou muito grato. Ao Professor Luis Felipe Maldaner, que além de avaliador, sugeriu ideias importantes ao trabalho. Ao Professor Carlos Henrique Horn, que além de avaliador, cumpriu um papel de apoio fundamental em alguns aspectos importantes deste trabalho, como, na elaboração do questionário de pesquisa. Agradeço ao Ivan De Pellegrin e a todos os outros 50 entrevistados para esta dissertação. Minha sincera gratidão a todos. Também vai um muito obrigado ao Professor Ricardo Cassel, à Professora Miriam Borchardt, ao Professor Luis Felipe Camargo, ao Professor Miguel Sellitto e às Professoras Janaina Ruffoni e Ana Lúcia Tatsch. Agradeço imenso aos servidores da UNISINOS que nos deram seu apoio, muitas vezes silencioso, nesse período de mestrado. Agradeço muitíssimo as queridas servidoras da secretaria do PPGEPS.

Minha gratidão especial à querida Fabiana Calixto, que me acompanhou nos últimos momentos deste trabalho dando seu apoio, compreensão e carinho.

Finalizando, vou agradecendo à Jesus, o Cristo, o verdadeiro e único Mestre. Engenheiro divino do cosmos e nosso bom pastor e guia. Agradeço, também, à UNISINOS, à egrégia Cia de Jesus e a Santo Inácio de Loyola.

Segue o teu destino,  
Rega as tuas plantas,  
Ama as tuas rosas.  
O resto é a sombra  
De árvores alheias.

A realidade  
Sempre é mais ou menos  
Do que nós queremos.  
Só nós somos sempre  
Iguais a nós-próprios.

Suave é viver só.  
Grande e nobre é sempre  
Viver simplesmente.  
Deixa a dor nas aras  
Como ex-voto aos deuses.

Vê de longe a vida.  
Nunca a interrogues.  
Ela nada pode  
Dizer-te. A resposta  
Está além dos deuses.

Mas serenamente  
Imita o Olimpo  
No teu coração.  
Os deuses são deuses  
Porque não se pensam.

FERNANDO PESSOA  
(Ricardo Reis, 1-7-1916)



## RESUMO

Esta pesquisa procura analisar criticamente o processo de implantação e execução da Política Industrial do Rio Grande do Sul (PI-RS), no período de 2012-2014. O trabalho consiste em uma pesquisa exploratória, com levantamentos bibliográficos e documentais. O Método de Pesquisa utilizado foi o de Estudo de Caso Único. O ponto de partida foi a revisão da literatura e do debate em torno do conceito de política industrial, estudando as concepções das escolas de pensamento econômico favoráveis e críticas à adoção deste tipo de política pública. Para a análise da Indústria e da Vantagem Competitiva das Nações o referencial é fortemente embasado no pensamento de Michael Porter, que inspirou a própria formulação do PI-RS. Os objetivos principais do trabalho são: i) apresentar a PI-RS e seus principais resultados no período analisado; ii) realizar a análise crítica da Política enfocando os cinco eixos que a compõem; e iii) sugerir elementos conceituais e práticos que possam contribuir para o aperfeiçoamento e uma maior efetividade da PI-RS. A base para tal análise é a pesquisa de campo realizada pelo autor, cuja coleta de dados ocorreu a partir de entrevistas semiestruturadas com 51 pessoas relevantes, no Rio Grande do Sul. Os resultados obtidos mostram inúmeros pontos fortes e uma aceitação geral consistente da Política Industrial, bem como, alguns poucos itens divergentes, porém, bem acentuados, como por exemplo, a questão do foco da PI-RS em relação aos setores selecionados para receberem o apoio governamental. Os resultados poderão servir como fonte de retroalimentação para as políticas públicas voltadas ao desenvolvimento econômico.

**Palavras-chave:** Política Industrial. Política Industrial do Rio Grande do Sul. Desenvolvimento Econômico. Políticas Públicas.

## ABSTRACT

This research analyzes critically the process of implementation and execution of the Rio Grande do Sul Industrial Policy (IP-RS), in the period 2012-2014. The work consists in an exploratory research, with documental and bibliographic survey. The Research Methodology was the Study of Single Case. The starting point was the literature review and the debate surrounding the concept of industrial policy, studying the conceptions of the schools of economic thought favorable and against the adoption of this kind of public policy. For the analyses of the Industry and the Nations Competitive Advantage, the referential is highly grounded in the thought of Michael Porter, who inspired the creation of the IP-RS. The main objectives of the work are: i) present the IP-RS and its main results in the studied period; ii) do the critic analyses of the Policy focusing the five axis that are part of the policy; and iii) suggest conceptual and practical elements that can contribute to the improvement and a bigger effectiveness of the IP-RS. The base for such an analysis is the field research made by the author, the data gathering of this research was made from semi-structured interviews with 51 relevant people, in the Rio Grande do Sul. The obtained results show many strengths and a general acceptance consistent with the Industrial Policy, as well as, a few divergent items, however, very pronounced, as for example, the focus of the IP-RS in relation to the selected sectors to receive the government support. The results can be used as a source of feedback for the public policies aimed to the economic development.

**Keywords:** Industrial Policy. Industrial Policy of the Rio Grande do Sul. Economic Development. Public Policies.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - As Cinco Forças que moldam a competição no setor.....	44
Figura 2 - Elementos da Estrutura Industrial.....	46
Figura 3 - Fatores determinantes da Vantagem Competitiva .....	52
Figura 4 - O modelo do diamante ampliado.....	54
Figura 5 - O Modelo do Diamante e a influência do Acaso e do Governo .....	61
Figura 6 - “Mapa” da Terceira Itália .....	70
Figura 7 - “Mapa” do País Basco .....	72
Figura 8 - “Mapa” do Baden-Württemberg.....	74
Figura 9 - Redes Globais de Produção .....	82
Figura 10 – Organograma Síntese do Sistema de Desenvolvimento do Rio Grande do Sul....	87
Figura 11 – Eixos da PI-RS .....	91
Figura 12 - Setores Estratégicos da PI-RS.....	93
Figura 13 - Etapas de Classificação dos Setores Estratégicos da PI-RS .....	94
Figura 14 - Etapas da Formulação dos Programas Setoriais da PI-RS.....	96
Figura 15 - Fatores Determinantes da Competividade do Rio Grande do Sul .....	97
Figura 16 - Localização dos Parques Científicos e Tecnológicos do Rio Grande do Sul .....	136
Figura 17 – Condução Genérica do Estudo de Caso .....	141
Figura 18 - Método de Trabalho.....	144

## **LISTA DE GRÁFICOS**

Gráfico 1 – Número de empresas beneficiadas pelo Novo FUNDOPEM/RS .....	131
Gráfico 2 – Número de empregos diretos gerados pelo Novo FUNDOPEM/RS .....	131
Gráfico 3 – Total de investimentos aprovados pelo Novo FUNDOPEM/RS .....	132

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – As Três correntes de pensamento e a participação do Estado na economia.....	28
Quadro 2 - Comparativo dos principais pontos do debate entre Justin Lin e Ha-Joon Chang.	39
Quadro 3 - As três Estratégias Genéricas .....	48
Quadro 4 - As Estratégias Genéricas e as vias para a Vantagem Competitiva. ....	48
Quadro 5 - Conteúdos e instrumentos de Política Industrial e sua correlação no nível estadual .....	65
Quadro 6 - Conexão do referencial teórico com o processo de construção da PI-RS.....	84
Quadro 7 - O Desenho Institucional do Sistema de Desenvolvimento do Rio Grande do Sul	89
Quadro 8 - Matriz de Análise Multicriterial dos Setores Estratégicos da PI-RS .....	95
Quadro 9 - Principais resultados da PI-RS com base na classificação de Nova Economia e Economia Tradicional.....	105
Quadro 10 – Metodologia da Pesquisa.....	138
Quadro 11 – Grupos de atores sociais participantes da Pesquisa de Campo.....	146
Quadro 12 - Distribuição codificada dos 51 entrevistados nos quatro grupos de atores da Pesquisa de Campo.....	147
Quadro 13 - Nível de alinhamento e articulação entre PI-RS e o Plano Brasil Maior .....	156
Quadro 14 - Principais gargalos ao desenvolvimento industrial do Rio Grande do Sul .....	158
Quadro 15 - Alterações sugeridas para os setores estratégicos da PI-RS.....	171
Quadro 16 - Pontos de melhoria para a Sala do Investidor .....	189
Quadro 17 – Distritos e Áreas Industriais Municipais: pontos favoráveis e desfavoráveis ...	204
Quadro 18 - Gargalos da infraestrutura no Rio Grande do Sul .....	207
Quadro 19 - Valores Positivos da Política Industrial do Rio Grande do Sul .....	212
Quadro 20 - Pontos de Melhoria da Política Industrial do Rio Grande do Sul .....	216

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1 - Projetos de investimentos na Sala de Investidor .....	128
Tabela 2 - Estado da arte do Projeto Extensão Produtiva e Inovação, em janeiro de 2014. ..	129

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABDI	Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial
ACI	Associação Comercial e Industrial
ADJOGOS/RS	Associação dos Desenvolvedores de Jogos do Rio Grande do Sul
AGDI	Agência Gaúcha de Desenvolvimento e Promoção do Investimento
AIMs	Áreas Industriais Municipais
APEX	Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos
APLs	Arranjos Produtivos Locais
ASGAV	Associação Gaúcha de Avicultura
BADESUL	BADESUL Desenvolvimento – Agência de Fomento/RS
BANRISUL	Banco do Estado do Rio Grande do Sul
BNDES	Banco Nacional do Desenvolvimento
BRDE	Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul
CAV	Comunidade Autônoma Vasca
CDES	Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social
CEEE	Companhia Estadual de Energia Elétrica
CEF	Caixa Econômica Federal
CGTEE	Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica
CIC	Câmara de Indústria, Comércio e Serviços
CMPC	CMPC Celulosa / Celulose Riograndense
CNAE	Classificação Nacional de Atividades Econômicas
COREDE	Conselho Regional de Desenvolvimento
DIs	Distritos Industriais
ELETROBRAS	Centrais Elétricas Brasileiras S.A.
ELETROSUL	Eletrosul Centrais Elétricas S.A.
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do RS
FEE	Fundação de Economia e Estatística
FEENG	Fundação Escola-Empresa de Engenharia
FEPAGRO	Fundação Estadual de Pesquisa Agropecuária
FEPAM	Fundação Estadual de Proteção Ambiental - Henrique Luiz Roessler
FHA	Food & Hotel Asia
FIEMA	Feira Internacional de Tecnologia para o Meio Ambiente

FIERGS	Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul
FINEP	Financiadora de Estudos e Projetos
FOCEM-Auto	Projetos de Adensamento e Complementação Automotiva no Âmbito do Mercosul
FOCEM	Fundo para a Convergência Estrutural e Fortalecimento Institucional do Mercosul
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
Fundação PROAMB	Fundação PROAMB – Conhecimento e Tecnologia em Soluções Ambientais
FUNDOLEITE	Fundo de Desenvolvimento da Cadeia Produtiva do Leite
FUNDOPEM/RS	Fundo Operação Empresa do Estado do Rio Grande do Sul
FUNDOVITIS	Fundo de Desenvolvimento da Vitivinicultura
FURG	Universidade Federal do Rio Grande
GFCC	Global Forum of Competitive Councils
GTAI	Germany Trade and Invest
HOS	Modelo Heckscher-Ohlin-Samuelson
IBRAVIN	Instituto Brasileiro do Vinho
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IEL	Instituto Euvaldo Lodi
IES	Institute of Engineers Singapore
IGL	Instituto Gaúcho do Leite
INTEGRAR/RS	Programa de Harmonização do Desenvolvimento Industrial do Rio Grande do Sul
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IRGA	Instituto Rio-grandense do Arroz
LAFERGS	Laboratório Farmacêutico do Rio Grande do Sul
MDIC	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
MDS	Ministério de Desenvolvimento Social
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
ONS	Offshore Northern Seas
OSEA	Oil & Gas Industry Exhibition & Conference
OTC	Offshore Technology Conference
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PBM	Plano Brasil Maior



PETROBRAS	Petróleo Brasileiro S.A.
PGTec	Programa Gaúcho de Parques Científicos e Tecnológicos
PI	Política Industrial
PIB	Produto Interno Bruto
PIB per capita	Produto Interno Bruto - per capita
PIR	Política Industrial Regional
PI-RS	Política Industrial do Rio Grande do Sul
PRC	Programa de Redes de Cooperação
PROCAM/RS	Programa de Incentivos à Cadeia Produtiva de Veículos de Transporte de Carga
PRODELEITE	Programa de Desenvolvimento da Cadeia Produtiva do Leite
PROEDI	Programa Estadual de Desenvolvimento Industrial
PROINFA	Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica
RECOOP/RS	Programa Gaúcho de Revitalização das Cooperativas
RMPA	Região Metropolitana de Porto Alegre
RS Eólica	Programa Gaúcho de Estruturação, Investimento e Pesquisa em Energia Eólica
SCIT	Secretaria da Ciência, Inovação e Desenvolvimento Tecnológico
SDPI	Secretaria de Desenvolvimento e Promoção do Investimento
SDR	Secretaria de Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo
SDRS	Sistema de Desenvolvimento do Rio Grande do Sul
SEADAP	Sistema Estadual para Atração e Desenvolvimento de Atividades Produtivas
SEAPA	Secretaria da Agricultura, Pecuária e Agronegócio
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEDAC	Secretaria da Cultura
SEFAZ	Secretaria da Fazenda
SEINFRA	Secretaria da Infraestrutura e Logística
SEMA	Secretaria do Meio Ambiente
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SEPLAG	Secretaria do Planejamento, Gestão e Participação Cidadã
SESAMPE	Secretaria da Economia Solidária e Apoio à Micro e Pequena Empresa
SETUR	Secretaria do Turismo
SMM	Indústria Oceânica e Polo Naval

SOFTSUL	Associação Riograndense de Apoio ao Desenvolvimento do Software
SPRI	Sociedad para la Promoción y Reconversión Industrial
STDS	Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TIC	Tecnologias da Informação e Comunicação
TVE	Fundação Cultural Piratini
UCS	Universidade de Caxias do Sul
UKTI	UK Trade & Investment
UNISINOS	Universidade do Vale do Rio dos Sinos

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>20</b>
1.1 PROBLEMA DE PESQUISA .....	21
1.2 OBJETIVOS .....	22
<b>1.2.1 Objetivo geral.....</b>	<b>22</b>
<b>1.2.2 Objetivos específicos.....</b>	<b>22</b>
1.3 JUSTIFICATIVA DA PESQUISA .....	23
1.4 DELIMITAÇÃO DO TRABALHO .....	24
1.5 ESTRUTURA DO TRABALHO .....	25
<b>2 REFERENCIAL TEÓRICO .....</b>	<b>27</b>
2.1 A POLÍTICA INDUSTRIAL E O PENSAMENTO ECONÔMICO.....	27
2.2 VANTAGEM COMPARATIVA:O MODELO CLÁSSICO E O NEOCLÁSSICO.....	31
2.3 VANTAGEM COMPETITIVA: O MODELO PORTERIANO.....	36
2.4 O DEBATE DAS CONCEPÇÕES ORTODOXAS E HETERODOXAS .....	38
2.5 A ANÁLISE DA INDÚSTRIA – PORTER I .....	41
<b>2.5.1 Análise Estrutural de Indústrias e as Forças Competitivas de Porter .....</b>	<b>44</b>
<b>2.5.2 As Estratégias Genéricas.....</b>	<b>47</b>
2.6 A VANTAGEM COMPETITIVA DAS NAÇÕES – PORTER II .....	49
<b>2.6.1 Determinantes da Vantagem Competitiva Nacional .....</b>	<b>50</b>
2.6.1.2 Condições da Demanda .....	57
2.6.1.3 Setores Correlatos e de Apoio .....	59
2.6.1.4 Estratégia, Estrutura e Rivalidade das Firmas .....	59
<b>2.6.2 O Papel do Acaso .....</b>	<b>60</b>
<b>2.6.3 O Papel dos Governos .....</b>	<b>61</b>
<b>2.6.4 O “Diamante” como um Sistema .....</b>	<b>62</b>
2.7 CONTEÚDOS PARA UMA POLÍTICA INDUSTRIAL REGIONAL .....	63
2.8 CASOS INTERNACIONAIS DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL REGIONAL	69
<b>2.8.1 O Caso da Terceira Itália.....</b>	<b>69</b>
<b>2.8.2 O Caso da Comunidade Autônoma Vasca – Euskadi .....</b>	<b>71</b>
<b>2.8.3 O Caso do Estado de Baden-Württemberg.....</b>	<b>74</b>
<b>3 A POLÍTICA INDUSTRIAL DO RIO GRANDE DO SUL (PI-RS).....</b>	<b>81</b>
3.1 APRESENTAÇÃO GERAL DA PI-RS .....	85
<b>3.1.1 Elementos da PI-RS.....</b>	<b>85</b>

<b>3.1.2 O Sistema de Desenvolvimento Econômico do Rio Grande do Sul (SDRS).....</b>	<b>86</b>
<b>3.1.3 Eixos da Política Industrial.....</b>	<b>90</b>
3.1.3.1 Eixo I: Política Setorial.....	91
3.1.3.2 Eixo II: Política da Economia da Cooperação.....	97
3.1.3.3 Eixo III: Política da Firma.....	98
3.1.3.4 Eixo IV: Instrumentos Transversais.....	100
3.1.3.5 Eixo V: Infraestrutura para o Desenvolvimento.....	101
<b>3.2 SÍNTESE DOS PRINCIPAIS RESULTADOS DA PI-RS (2011-2014).....</b>	<b>103</b>
<b>3.2.1 Resultados da Política Setorial.....</b>	<b>104</b>
<b>3.2.2 Resultados da Política da Economia da Cooperação.....</b>	<b>124</b>
3.2.2.1 Projeto de Arranjos Produtivos Locais.....	124
3.2.2.2 Programa de Redes de Cooperação.....	124
3.2.2.3 Programa de Apoio aos Polos Tecnológicos.....	125
3.2.2.4 Programa Gaúcho do Cooperativismo Rural.....	125
<b>3.2.3 Resultados da Política da Firma.....</b>	<b>127</b>
3.2.3.1 Sala do Investidor.....	127
3.2.3.2 Projeto Extensão Produtiva.....	128
<b>3.2.4 Resultados Referentes aos Instrumentos Transversais.....</b>	<b>129</b>
3.2.4.1 Novo FUNDOPEM.....	130
3.2.4.2 Programa Estadual de Desenvolvimento Industrial (PROEDI).....	132
3.2.4.3 Programa de Apoio a Iniciativas Municipais.....	133
3.2.4.4 Programa Pró-Inovação.....	134
3.2.4.5 Programa Gaúcho de Parques Científicos e Tecnológicos.....	134
3.2.4.6 Subsistema Financeiro Gaúcho.....	136
<b>3.2.5 Resultados Referentes à Infraestrutura para o Desenvolvimento.....</b>	<b>137</b>
<b>4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....</b>	<b>138</b>
4.1 MÉTODO DE PESQUISA.....	140
4.2 MÉTODO DE TRABALHO.....	142
<b>4.2.1 Procedimentos Técnicos (meios) para Realização do Estudo de Caso.....</b>	<b>145</b>
<b>4.2.2 Planejamento e Realização da Pesquisa de Campo.....</b>	<b>145</b>
<b>4.2.3 Análise Crítica dos Dados e Proposições de Remodelagem.....</b>	<b>148</b>
<b>5 ANÁLISE CRÍTICA DA PI-RS.....</b>	<b>150</b>
5.1 DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E POLÍTICA INDUSTRIAL.....	150
5.2 POLÍTICA SETORIAL.....	161

5.3 POLÍTICA DA ECONOMIA DA COOPERAÇÃO.....	176
5.4 POLÍTICA DA FIRMA .....	185
5.5 INSTRUMENTOS TRANSVERSAIS .....	194
5.6 INFRAESTRUTURA E ENERGIA PARA O DESENVOLVIMENTO .....	203
5.7 AVALIAÇÃO DA PI-RS .....	210
5.8 ANÁLISE DA COMUNICAÇÃO DA PI-RS .....	220
5.9 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS .....	224
<b>6 PROPOSIÇÕES PARA A REMODELAGEM DA PI-RS .....</b>	<b>228</b>
6.1 PI-RS2: NOVOS ELEMENTOS.....	229
6.1.1 Estratégia, Estrutura e Conteúdo propostos para a PI-RS2 .....	229
6.1.2 PI-RS2: Melhorias Específicas em Estrutura e Conteúdo.....	235
<b>7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>240</b>
7.1 CONCLUSÕES DO TRABALHO .....	240
7.2 LIMITAÇÕES DA DISSERTAÇÃO.....	243
7.3 RECOMENDAÇÕES PARA TRABALHOS FUTUROS.....	244
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>245</b>
<b>ANEXO A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE). 251</b>	
<b>ANEXO B – QUESTIONÁRIO DA PESQUISA DE CAMPO .....</b>	<b>252</b>
<b>ANEXO C – TABELAS QUANTITATIVAS DA PESQUISA DE CAMPO REALIZADA .....</b>	<b>267</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O tema central deste trabalho é a Política Industrial do Rio Grande do Sul (PI-RS) no período que abrange o seu lançamento, em março de 2012, até o primeiro semestre de 2014, quando houve o balanço de dois anos da PI-RS. O ponto principal do trabalho é a realização de uma análise crítica da PI-RS tendo por base a percepção de atores sociais relevantes que têm algum tipo de relação com a temática da Política Industrial.

Para o desenvolvimento do tema específico da política industrial concebida e implantada em um Estado-membro da Federação Brasileira (Unidade Federativa), é necessário abordar a questão da política industrial *lato sensu*, cujo escopo é permeado por duas questões fundamentais: a) se o mercado é suficiente para a alocação eficaz dos fatores de produção; e b) se o Estado, enquanto poder público instituído, deve participar ativamente na economia, no sentido de apoiar às atividades produtivas em um país, ou em regiões específicas de um país.

É importante ter clareza quanto ao conceito de Política Industrial (PI) adotado para fins da elaboração deste trabalho. Com base em Suzigan e Furtado (2006, p. 167-168) uma definição considerada adequada é que uma:

política industrial é, essencialmente, um mecanismo de coordenação de ações estratégicas de governo e de empresas visando o desenvolvimento de atividades indutoras de mudança tecnológica e/ou a solução de problemas identificados por estes atores no setor produtivo da economia.

O tema do trabalho, apesar de se situar no contexto da Engenharia de Produção, possui uma significativa interface com as Ciências Econômicas. Portanto, tornou-se necessário que o referencial teórico tratasse dos conceitos econômicos relevantes sob o prisma da sua relação com a Política Industrial. A respeito da inter-relação entre as ciências e as áreas do conhecimento, Martins (2010) explica que a pesquisa científica em engenharia de produção possui forte ligação com as ciências naturais, a administração, a economia e as ciências sociais e humanas.

A temática da Política Industrial reemergiu no mundo recentemente, impulsionada pelo revés de experiências nacionais baseadas na preponderância do livre-mercado e, ao mesmo tempo, pelas experiências exitosas de políticas industriais modernas em diversos países. O Brasil, recentemente, após um longo período de veto à política industrial, vem experimentando a implantação de planos nessa área. Desde 2003 foram aplicadas três políticas voltadas ao desenvolvimento industrial: i) Política Industrial, Tecnológica e de

Comércio Exterior – PITCE (2003-2006); ii) Política de Desenvolvimento Produtivo – PDP (2007-2010); e iii) a terceira experiência, o Plano Brasil Maior - PBM, que encontra-se em execução desde 2011. Os cenários, mundial e nacional, propiciaram um ambiente favorável para a formulação regional de um plano para o desenvolvimento e fortalecimento da indústria gaúcha, a chamada Política Industrial do Rio Grande do Sul (PI-RS).

Para a elaboração desse trabalho foram estudadas algumas das correntes de pensamento econômico e suas visões em termos do desenvolvimento industrial. Ainda, para melhor compreender e analisar o fenômeno, foi necessário um aprofundamento nos conceitos e modelos porterianos, que formam a base tanto da PI-RS, quanto deste trabalho. Além disso, foi ampliada a própria temática da Política Industrial, como forma de compreender o fenômeno sobre diversos pontos de vista.

As reflexões do presente estudo partem da noção que o Estado, poder público, desempenha um papel central na efetividade da Política Industrial, por meio da promoção do avanço tecnológico, da inovação e da potencialização de melhorias nos distintos setores industriais. Este contexto, mesmo breve, permite a formulação de um problema relevante fundamentador da pesquisa realizada.

## 1.1 PROBLEMA DE PESQUISA

A primeira atividade de um projeto de pesquisa é (re)definir a pergunta de pesquisa a partir de um referencial teórico existente. Assim o pesquisador poderá produzir um resultado que tenha valor, que seja uma contribuição (FLEURY, 2010).

A política econômica é uma atribuição dos estados nacionais (países) uma vez que os instrumentos essenciais para levar a cabo esta política pública estão sob a sua jurisdição. Com base nas variáveis macroeconômicas (câmbio, juros e tributos federais), o Estado Nacional encontra-se em uma posição privilegiada com relação à construção de políticas de desenvolvimento, em geral, e da Política Industrial em particular. Conforme Porter (1993), os governos podem, ainda, moldar as circunstâncias de muitas maneiras e sua política tende a influir na estratégia das firmas e na rivalidade entre as firmas, por meio de regulamentações, política fiscal e leis antitruste.

A maioria da produção intelectual que trata da PI aborda o tema a partir da perspectiva dos Estados Nacionais (EUA, Japão, Coréia do Sul, China, Alemanha, Brasil, etc.). Algumas referências são feitas a casos específicos de políticas regionais de inovação e modernização industrial, tais como as implantadas na região da Terceira Itália, no Baden-Württemberg e no

País Basco (PORTER, 1993; CHANG, 2004; CUNHA, 2012). Estes casos empíricos indicam a possibilidade de formulação de políticas industriais, ou assemelhadas, a serem realizadas por regiões específicas em diferentes países.

O presente estudo foi realizado no Estado do Rio Grande do Sul, enfocando o seu tecido produtivo e as instituições públicas e privadas envolvidas com o tema da política industrial. Nesse contexto, surgem algumas questões preliminares que propiciam reflexões. São questionamentos referentes às reais possibilidades de construção de políticas industriais regionais e sobre sua importância e relevância na atual conjuntura mundial. Ainda, se pode questionar quanto aos conteúdos passíveis de serem formulados e implantados por meio de uma política industrial regional. Em outras palavras, quais os conteúdos da PI que somente podem ser elaborados a partir de uma perspectiva nacional (Brasil) e qual o espaço de elaboração regional das políticas industriais (nos Estados-membros da Federação). A discussão sobre o nível de articulação e sinergia entre as políticas industriais, nacional e regional, tem um significado importante nesse estudo, bem como, a reflexão sobre o papel dos estados, enquanto unidades da federação, e dos atores privados locais na formulação e operacionalização de políticas industriais.

Com base nesta reflexão formula-se o seguinte problema de pesquisa: Como pode ser implantada uma Política Industrial Regional duradoura visando ao desenvolvimento econômico e social a partir da perspectiva e das peculiaridades de um Estado-membro da Federação Brasileira?

## 1.2 OBJETIVOS

Na sequência são apresentados o objetivo geral e os objetivos específicos do trabalho.

### 1.2.1 Objetivo geral

O objetivo geral desta pesquisa é analisar criticamente a Política Industrial do Rio Grande do Sul (PI-RS), no período de março de 2012 a março de 2014.

### 1.2.2 Objetivos específicos

São os seguintes os objetivos específicos desta dissertação:



- Apresentar o processo de formulação e implantação da Política Industrial do Rio Grande do Sul no contexto do Sistema de Desenvolvimento do Rio Grande do Sul.
- Apresentar os principais resultados da PI-RS no período analisado.
- Analisar criticamente a PI-RS tendo por base a percepção de atores sociais relevantes que têm algum tipo de relação com a temática da Política Industrial.
- Sugerir elementos conceituais e práticos que possam contribuir no sentido da remodelagem da PI-RS.

### 1.3 JUSTIFICATIVA DA PESQUISA

A PI-RS pode ser entendida com uma macro política, de caráter regional, focada essencialmente na indústria (com uma abertura para tratar do tema da agroindústria). Macro porque organiza, estrutura e procura combinar de forma sinérgica uma série de outras políticas, programas, projetos e ações. Regional porque é específica para o Estado do Rio Grande do Sul, porém, tendo correlações com a Política Industrial Brasileira.

A PI-RS organiza amplamente mais de 50 iniciativas (programas, projetos e ações) e age como um grande mecanismo de coordenação interna da ação governamental para a área do desenvolvimento. A Política, de maneira geral, pode ser entendida como uma combinação de novos programas (por exemplo: Sala do Investidor); de programas reestruturados e ampliados (por exemplo: o incentivo fiscal “Novo FUNDOPEM”); Programas com metodologia renovada e robustecida (por exemplo: Projeto de Fortalecimento de Arranjos Produtivos Locais e Projeto Extensão Produtiva e Inovação); e Programas já consagrados, desde longo prazo, ampliados e revisados (por exemplo: Programas de Polos e Parques Tecnológicos).

Este trabalho procura acrescentar informações e análises relevantes ao cenário da discussão sobre a validade das políticas públicas voltadas à industrialização e sobre o papel governamental com referência ao desenvolvimento econômico. Acrescenta-se a isto necessidade de produção intelectual e científica sobre políticas industriais com recorte regional, tendo em vista os aspectos empíricos envolvidos e as lacunas observadas nas bases internacionais de artigos científicos, a partir das buscas realizadas pelo autor da pesquisa. Portanto, o trabalho possui um considerável grau de novidade ao tratar da temática da Política Industrial conforme a ótica de um Estado-membro da Federação. Visto que, as experiências

de políticas industriais regionais são raras, pouco documentadas e, no mais das vezes, fragmentadas.

O trabalho aproveita a oportunidade aberta com a experiência recente da concepção e operacionalização da PI-RS para elaborar uma reflexão crítica em relação ao tema. Nesse contexto, a análise realizada possui um valor para além do meio acadêmico. Pois, poderá vir a ser um instrumento de apoio à gestão servindo como retroalimentação para a melhoria e aperfeiçoamento das políticas públicas concernentes ao tema estudado.

Também, vale citar, a experiência do autor da dissertação como operador do Sistema de Desenvolvimento do Rio Grande do Sul, sendo um colaborador na Agência Gaúcha de Desenvolvimento e Promoção do Investimento. Esta experiência possibilita uma considerável capacidade de lidar em profundidade com o tema específico da dissertação.

Outro ponto essencial que justifica a presente pesquisa está correlacionado com o atual debate internacional a respeito da temática da Política Industrial que ocorreu no mundo e no Brasil no final do século XX e início do século XXI. Desta perspectiva é possível destacar, a título de exemplo: i) os casos bem sucedidos das Políticas Industriais dos países do Leste Asiático, notadamente os caso da Coreia do Sul, Japão e China (CHANG, 2009; LIN; CHANG, 2009); ii) o ressurgimento das discussões sobre PI na Europa e nos EUA a partir da discussão da competitividade entre as nações derivadas da remodelagem do cenário internacional da competitividade (KUPFER; HASENCLEVER, 2002; SUZIGAN; FURTADO, 2006, LIN; CHANG, 2009; CUNHA, 2012); iii) as discussões relativas a PI que ocorreram a partir do processo de redemocratização do Brasil (KUPFER; HASENCLEVER, 2002; SUZIGAN; FURTADO, 2006; CUNHA, 2012); iv) os debates dos casos empíricos relacionados com experiências mundiais de políticas industriais regionais bem-sucedidas, como por exemplo, os casos das regiões: da Terceira Itália; do Baden-Württemberg, na Alemanha; e de Euskadi (País Basco), na Espanha.

#### 1.4 DELIMITAÇÃO DO TRABALHO

O presente trabalho tem como antecedente a decisão governamental de instituir uma política industrial para o Rio Grande do Sul. Esta decisão, por sua vez, é fruto de uma análise da situação do Estado em termos da sua conjuntura recente, marcada por endividamento e pela qualidade questionável dos serviços públicos; e das suas perspectivas de futuro, que eram consideradas pouco auspiciosas. A aposta no desenvolvimento econômico, se transformou

numa proposta eleitoral que veio a sagrar-se vencedora no ano de 2010. A ideia de retomar o desenvolvimento econômico como política pública gerou uma reestruturação do governo estadual (GENRO, 2010). Este contexto derivou a constituição de um sistema de desenvolvimento estadual e a própria PI-RS, conforme explicado no capítulo 3.

A PI-RS emergiu num momento de recuperação atividade produtiva no Rio Grande do Sul em diversos setores. Um dos exemplos mais emblemáticos desta recuperação é o ressurgimento da indústria naval na região Sul do Estado. O acréscimo de pessoal com experiência e inteligência em engenharia de sistemas e processos e na formulação de políticas públicas contribuiu decisivamente para que, no período de um ano, estive em condições de ser implantada uma política industrial.

Portanto, o trabalho teve como base o estudo da PI-RS, envolvendo a estrutura produtiva industrial e as instituições públicas e privadas interessadas na temática da política industrial no Rio Grande do Sul. O Governo do Estado é um dos focos essenciais do trabalho, pois, se constitui no ator coletivo principal do qual emanou a concepção, a formulação e a coordenação da PI-RS. O empresariado gaúcho e suas organizações representativas, enquanto beneficiários diretos da Política Industrial, podem ser considerados um ponto focal tão importante quanto o Governo.

A construção da PI-RS foi o resultado de um processo mediado pela Secretaria de Desenvolvimento e Promoção do Investimento e pela Agência Gaúcha de Desenvolvimento e Promoção do Investimento. O processo contou com a participação de órgãos governamentais e de entidades representativas dos diversos setores industriais beneficiados pela PI-RS. A Política foi estruturada em cinco eixos fundamentais, sendo três eixos finalísticos e dois eixos transversais (horizontais), conforme explicitado na seção 3.1.

O trabalho está delimitado, portanto, no debate empírico da PI-RS.

## 1.5 ESTRUTURA DO TRABALHO

A estrutura do trabalho está composta por sete capítulos. O primeiro, contendo a introdução e a contextualização, bem como, a definição do problema de pesquisa, objetivos, justificativa, delimitação e estes comentários sobre a estrutura.

O segundo Capítulo aborda o referencial teórico que embasa a presente dissertação, contendo oito seções, a saber, i) a Política Industrial e o Pensamento Econômico; ii) Vantagem Comparativa: o Modelo Clássico e o Neoclássico; iii) Vantagem Competitiva: o Modelo Porteriano; iv) o Debate das Concepções Ortodoxas e Heterodoxas; v) a Análise da

Indústria; vi) a Vantagem Competitiva das Nações; vii) Conteúdos para uma Política Industrial Regional; viii) Casos Internacionais de Desenvolvimento Industrial Regional.

O terceiro Capítulo realiza a apresentação geral da PI-RS, bem como, demonstra uma síntese dos seus principais resultados até o primeiro semestre de 2014.

O quarto Capítulo trata dos procedimentos metodológicos que serviram de base para a construção e aplicação da pesquisa realizada, bem como, da condução geral do estudo de caso.

O quinto Capítulo realiza o estudo de caso, objeto central desse estudo, por meio da Análise Crítica da PI-RS, sendo composto por nove secções, a saber, i) Desenvolvimento Econômico e Política Industrial; ii) Política Setorial; iii) Política da Firma; iv) Política da Economia da Cooperação; v) Instrumentos Transversais; vi) Infraestrutura e Energia para o Desenvolvimento; vii) Avaliação da PI-RS; viii) Análise da Comunicação da PI-RS; e ix) Análise Crítica e Discussão dos Resultados.

Por fim, os Capítulos sexto e sétimo, contendo, as Proposições para a Remodelagem da PI-RS e as Considerações Finais, respectivamente.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

A teoria estudada conforma um aporte sobre o tema central do estudo e uma base para o desenvolvimento do presente trabalho. Os conteúdos que compõem as secções deste capítulo abordam: i) as considerações gerais e conceitos referentes à política industrial, com destaque para três correntes de pensamento econômico; ii) as bases conceituais das concepções de vantagens comparativas e vantagens competitivas, destacando-se as suas origens e pressupostos e alguns dos principais teóricos envolvidos; iii) uma reflexão sobre o debate entre as posições ortodoxas e heterodoxas a respeito da Política Industrial; iv) uma reflexão ampliada sobre a Análise da Indústria e a Vantagem Competitiva das Nações, com base na obra de Michael Porter; v) uma discussão sobre os possíveis conteúdos para a formulação de uma política industrial regional; e, por fim, vi) uma visão geral sobre três casos internacionais relevantes, que se comunicam com o tema da dissertação.

### 2.1 A POLÍTICA INDUSTRIAL E O PENSAMENTO ECONÔMICO

Para definir o escopo geral de uma Política Industrial, primeiramente, se enfoca o tema das políticas de desenvolvimento. Estas políticas se encontram inseridas no contexto mais amplo da política econômica, que, por sua vez, envolve concepções e ações dos estados nacionais em relação às principais variáveis macroeconômicas: juros, câmbio e tributos. A Política de Desenvolvimento exige a articulação de um conjunto de políticas proativas distintas, porém inter-relacionadas, entre as quais se destacam: política industrial, política agrícola, política tecnológica e de inovação, política energética, política de infraestrutura e a política de comércio exterior (CUNHA, 2012).

Permeando a ideia de Política Industrial subjaz a percepção do nível de participação do Estado, *latu sensu*, no apoio e fortalecimento das atividades produtivas em determinado país. Conforme Kupfer e Hasenclever (2002) podem ser verificadas diferentes bases teórico-analíticas no que tange à questão da intervenção do Estado na economia. As três correntes de pensamento, que irão balizar esse referencial, são apresentadas no Quadro 1:

Quadro 1 – As Três correntes de pensamento e a participação do Estado na economia

Bloco	Correntes de pensamento	Enfoque	Âmbito da Política Industrial	Participação do Estado
1. Ortodoxo	Neoclássica	Fronteiras de atuação do Estado e do Mercado	Falhas de Mercado	Como linha auxiliar ao melhor funcionamento do mercado
2. Heterodoxo	Desenvolvimentista	Poder econômico e produtivo das nações	Desenvolvimento das nações	Ativa
	Evolucionária (ótica da competência para inovar)	Competência dos agentes econômicos em promoverem inovações que transformem o sistema produtivo	Evoluções das competências dos agentes econômicos para a inovação	O Estado é agente incentivador e promotor da inovação

Fonte: Elaborado e adaptado com base em Kupfer e Hasenclever (2002).

A corrente neoclássica, que recupera e redimensiona pressupostos da escola clássica de Adam Smith e David Ricardo, entende que o mercado, enquanto instituição é o melhor alocador dos fatores de produção na economia. Supõe que haja informação perfeita, agentes racionais maximizadores, mercado atomístico, preços ótimos de equilíbrio e livre mobilidade dos fatores de produção (terra, capital, trabalho e tecnologia). Conforme Kupfer e Hasenclever (2002), na sua radicalidade e consequência maior o pensamento neoclássico vai afirmar que, se todos os mercados forem competitivos, a política industrial mais que desnecessária, seria indesejável.

No entanto, autores neoclássicos assumem que é possível a ocorrência de falhas de mercado, quando o mecanismo de preços não capturar todos os benefícios e custos de oportunidade associados à produção e ao consumo de bens. A percepção das falhas de mercado fornece base a uma justificativa racional para a atuação do Estado por meio da Política Industrial (KUPFER; HASENCLEVER, 2002; SUZIGAN; FURTADO, 2006; LIN; CHANG, 2009).

Na concepção neoclássica a PI deve ter como foco o conjunto da economia, ou seja, deve abranger toda a economia, não discriminando nenhum setor ou ator em específico. É o que se intitula política industrial de cunho horizontal, que focaliza temas mais amplos e que têm reflexos gerais no tecido produtivo nacional, como por exemplo, tecnologia, infraestrutura e educação. Na aceção de Kupfer e Hasenclever (2002), pela ótica das falhas de mercado, a intervenção pública é passiva e corretiva, mirando as condições de funcionamento subótimo da alocação dos fatores de produção via mercados competitivos. Sobre este ponto o economista Justin Lin (LIN; CHANG, 2009), comenta que os subsídios

governamentais são um mecanismo possível para incentivar a inovação e compensar esta desvantagem básica (a falha de mercado).

A corrente desenvolvimentista traz em seu bojo uma concepção oposta ao que apregoa a escola neoclássica, pois defende uma participação ativa do Estado na definição dos rumos da economia e do processo de industrialização. Esta corrente de pensamento leva em conta três condicionantes fundamentais, a saber: i) as características específicas da nação; ii) o seu estágio do desenvolvimento; e iii) o contexto internacional. O desenvolvimentismo caracteriza um Estado que estabelece como princípio de legitimidade a promoção e a manutenção do desenvolvimento, entendido como alto crescimento econômico e mudança estrutural no sistema produtivo (KUPFER; HASENCLEVER, 2002).

É marcante na concepção desenvolvimentista a ideia de proteção à indústria nascente. Kupfer e Hasenclever (2002) informam que a premissa maior do argumento protecionista, defendido primeiramente pelos economistas John Stuart Mill e Georg Friedrich List, é de que a nova indústria, provavelmente, terá custos mais elevados que os vigentes em países industrializados. Esta situação, se não alterada, perpetuaria uma lógica de divisão internacional do trabalho desfavorável aos países em desenvolvimento. Logo, quanto mais tardio for o processo de industrialização, maior deverá ser a intervenção estatal. A proteção à indústria nascente enfoca, ainda, a questão do aprendizado tecnológico e a possibilidade de retirada da proteção no futuro, após um período de emparelhamento (*catching-up*) com o nível tecno-produtivo das nações desenvolvidas. Também, é preciso destacar a relevância estratégica da indústria (como dinamizadora da economia), o capital intelectual e o desenvolvimento e implantação de tecnologias avançadas. Nesse contexto o Estado acaba assumindo um forte papel de liderança na relação com o mercado, fazendo com que os instrumentos de política econômica sejam direcionados ao objetivo da industrialização.

A corrente evolucionária, também em oposição ao pensamento neoclássico, enfoca as relações entre estrutura de mercado, estratégia empresarial e avanço tecnológico. Inspirada em Joseph Alois Schumpeter, o pensamento evolucionário (ou evolucionista) enfatiza que as inovações constituem-se no motor principal do desenvolvimento capitalista. Os principais pressupostos neoclássicos são questionados e rejeitados pelos evolucionários. No seu entendimento a racionalidade é limitada, persistem assimetrias de informações na sociedade, as externalidades não são meros determinantes das falhas de mercados e a incerteza é um componente real e incluso no processo de raciocínio econômico (KUPFER; HASENCLEVER, 2002).

Segundo Kupfer e Hasenclever (2002), quatro aspectos são centrais para a compreensão desta abordagem. O primeiro aspecto se refere à concorrência por inovação tecnológica e enfatiza a competição por meio de inovações e seus efeitos dinâmicos, em contradição com a ótica das falhas de mercado, que é centrada na percepção convencional de concorrência via preços. O segundo trata das inter-relações entre agentes econômicos admitindo as vantagens advindas da cooperação entre empresas e destas com as diversas instituições relacionadas (ensino, tecnologia, etc.), o que se expressa no conceito de aprendizado por interação entre os distintos atores envolvidos. O terceiro envolve estratégia, capacitação e desempenho, indicando que empresas avaliam seu ambiente competitivo, definem os caminhos a seguir, conforme o nível de capacitação existente, fortalecendo a capacitação tecnológica, gerando parâmetros de eficiência e diferenciação produtiva entre si. Finalmente, o quarto aspecto dialoga com as questões do ambiente, do processo seletivo e das tecnologias superiores, de modo que melhores práticas são introduzidas e tornam-se referências para a conduta dos agentes econômicos.

É importante ressaltar que, para os autores da linha de pensamento evolucionária, o tema da inovação e da tecnologia são centrais, na medida em que a vantagem competitiva é foco permanente no processo de formulação e implantação da Política Industrial (SUZIGAN; FURTADO, 2006). Com relação ao pensamento dos evolucionários sobre a participação do Estado como indutor do desenvolvimento econômico é importante comentar alguns aspectos específicos. Os evolucionários (neoschumpeterianos) tem consciência quanto ao papel-chave que os governos e as políticas públicas podem desempenhar na modernização industrial e no avanço da inovação. Esta consciência está consubstanciada, por exemplo, na concepção do Sistema Nacional de Inovação. De acordo com Sbragia apud Maldaner (2006), o Sistema Nacional de Inovação “pode ser definido como uma rede de instituições públicas e privadas que interagem para promover o desenvolvimento científico e tecnológico de um país”. Ainda, conforme o relatório OECD (2002), a inovação resulta de um crescente complexo de interações locais, nacionais e mundiais entre indivíduos, firmas e instituições de conhecimento. Os governos tendem a exercer forte influência no processo de inovação através do financiamento das organizações públicas que estão diretamente envolvidas na geração do conhecimento, tais como universidades e laboratórios de pesquisa, além de incentivar com financiamento a todos os agentes envolvidos no sistema de inovação. Szmrecsányi (2002), em relação a esta questão, comenta um ensaio escrito por Schumpeter para uma coletânea organizada pelo *Research Center in Entrepreneurial History*. Schumpeter, nesse texto, além de resumir e sistematizar suas contribuições anteriores sobre a função empresarial e o



processo inovativo, abre-se para algumas novas perspectivas, raramente levadas em conta pelos divulgadores e seguidores de seu pensamento. Uma das mais interessantes é, sem dúvida, a inclusão do Estado no rol dos agentes da inovação tecnológica (SZMRECSÁNYI, 2002).

Para retornar ao debate geral da Política Industrial se insere aqui a percepção de Suzigan; Furtado (2006), indicando que a construção e operacionalização da Política Industrial necessitam de um ambiente de colaboração estratégica entre governo, empresas e entidades do setor privado e não de uma mera coordenação centralizada no Estado. As correntes heterodoxas propugnam, basicamente, uma atuação ativa e abrangente envolvendo a iniciativa do poder público consonante e inter-relacionada com os interesses privados, visando à construção de políticas industriais consistentes e eficazes (LIN; CHANG, 2009; SUZIGAN; FURTADO, 2006; CUNHA, 2012). Adicionalmente, tendem a defender a utilização de uma combinação de políticas horizontais e verticais/seletivas, sendo estas agem selecionando/priorizando setores da economia. Esta seleção se realizaria em função da capacidade de gerar empregos, incrementar as exportações e gerar inovações tecnológicas.

Porém, analisando a história é possível se perceber que o desenvolvimento acelerado de muitos dos países atualmente desenvolvidos ocorreu a partir de políticas industriais estabelecidas pelos seus governos nacionais, por exemplo: a) Inglaterra nos séculos XVIII e XIX; b) EUA, Alemanha e Suíça no final do século XIX e início do século XX; c) Leste Asiático (Coréia e Japão), França, Finlândia, Noruega e Áustria no final do século XX; d) China no final do século XX e início do século XXI (CHANG, 2004; 2009).

A respeito da discussão entre as correntes ortodoxa e heterodoxa um debate relevante foi realizado pelos economistas Justin Yifu Lin, neoclássico, e Ha-Joon Chang, heterodoxo, defensor do protagonismo do Estado na economia (LIN; CHANG, 2009). Ambos reconhecem a noção de falhas no mercado, ou seja, de que o mercado em sua forma idealizada não é suficiente para a alocação eficaz dos fatores de produção. Neste sentido, é essencial algum tipo de intervenção/participação governamental para fomentar o desenvolvimento das nações. Lin defende um “Estado Facilitador” (*Facilitating State*) e Chang, um “Estado Ativista” (*Activist State*). Na secção 2.4 esse ponto será estudado com maior profundidade. A seguir são apresentados os modelos clássico e neoclássico, no que se refere às vantagens comparativas.

## 2.2 VANTAGEM COMPARATIVA: O MODELO CLÁSSICO E O NEOCLÁSSICO

Os economistas clássicos Adam Smith, *Wealth of Nations*, 1776 e David Ricardo, *Principles of Political Economy and Taxations*, 1817, se apresentavam como partidários de um comércio internacional livre, com a eliminação tanto das barreiras internas dos países, como das barreiras externas entre os diferentes países. Ricardo em especial destacava os benefícios do intercâmbio internacional livre, quando dizia que:

“Num sistema de comércio perfeitamente livre, cada país naturalmente dedica seu capital e trabalho aos empreendimentos que lhes são benéficos [...] Estimulando a indústria, recompensando a engenhosidade, e usando da forma mais eficaz os poderes atribuídos pela natureza, ela distribui o trabalho com mais eficiência e mais economicamente: ao mesmo tempo, aumentando a massa geral de produção, difunde o bem geral e une, pelo laço do interesse comum e do intercâmbio, a sociedade universal das nações por todo o mundo civilizado” (RICARDO, 1817, p. 81 apud HUBERMAN, 1986, p.209).

A origem do conceito de vantagem comparativa tem referência em David Ricardo, que em 1817 publicou *The Principles of Political Economy and taxation*. Na teoria das vantagens comparativas de Ricardo, o livre comércio induzia os países a se especializarem naqueles produtos em que seriam comparativamente mais eficientes e, dada a diferença de produtividade do trabalho, em que poderiam auferir ganhos com o comércio internacional.

Desta forma, todos os países, independente das suas estruturas de custos internos, obteriam benefícios com o livre comércio. O exemplo hipotético desenvolvido por Ricardo para explicar como um país sem nenhuma vantagem absoluta poderia se beneficiar com o intercâmbio internacional foi o das relações de troca entre Inglaterra e Portugal, dos produtos vinho e tecido. A medida de valor dos produtos adotada por Ricardo teve como base a teoria do valor-trabalho, em que a razão de troca das mercadorias estava relacionada com proporção do tempo de trabalho social gasto na produção das mesmas. Assim, a produtividade do fator trabalho seria o determinante do preço. E os países deveriam optar pela especialização produtiva naquelas mercadorias em que os custos do trabalho fossem menores (GONTIJO, 2007).

A análise ricardiana partiu dos pressupostos de Adam Smith, que entendia estar na capacidade produtiva a base da riqueza das nações. Pois, os indivíduos na busca do interesse próprio seriam capazes de aumentar os ganhos de produtividade repercutindo no bem-estar de toda nação. Os países deveriam se especializar na produção de mercadorias em que possuísem vantagem absoluta para exportá-las, e importar aquelas mercadorias que outros países tivessem a maior vantagem. Assim, o comércio internacional seria um jogo de soma

positiva onde todos poderiam obter ganhos. Smith entendia a vantagem absoluta como a maior eficiência na produção de uma mercadoria, dado ao menor tempo de trabalho requerido.

Entretanto para Ricardo, considerando a perfeita mobilidade dos fatores de produção, a indústria tenderia a se localizar onde existisse a maior vantagem absoluta, uma vez que o trabalho e o capital deslocar-se-iam para áreas onde a produtividade e os retornos seriam maiores, até que o retorno fosse equalizado. Deste modo, a vantagem absoluta poderia determinar o padrão de produção e de comércio interno. Contudo, para Ricardo, no comércio internacional, países que não possuíssem vantagens absolutas na produção também poderiam obter ganhos por meio do intercâmbio de mercadorias em que possuíssem vantagens comparativas.

Cabe destacar que o modelo de análise criado por Ricardo para mostrar as vantagens comparativas considera alguns pressupostos: (i) cada um dos países possuiria vocação em um recurso fixo, com idênticas unidades de cada recurso particular; (ii) os fatores de produção seriam completamente móveis entre usos alternativos dentro de cada país e, desta forma, os preços dos fatores de produção também seriam os mesmos entre estas alternativas de uso; (iii) os fatores de produção seriam completamente imóveis externamente, não se deslocando entre os países, assim os preços dos fatores poderiam ser diferentes entre países antes do comércio internacional; (iv) o valor relativo de uma mercadoria estaria relacionado a quantidade relativa de trabalho (horas empregadas) necessárias para sua produção; (v) o nível de tecnologia seria fixo entre os países, mesmo que possuíssem tecnologias diferentes; (vi) os custos unitários de produção seriam constantes, independentemente da quantidade produzida, as horas de trabalho na produção de um produto não mudariam; (vii) haveria emprego total dos fatores; (viii) haveria competição perfeita entre os produtores e consumidores: nenhum consumidor ou produtor sozinho conseguiria influenciar o mercado, os preços seriam determinados no mercado, todos os participantes possuiriam acesso à informação, havendo livre entrada e saída das indústrias, sendo todos os preços iguais aos custos marginais de produção; (ix) não haveriam barreiras impostas pelo governo para as atividades econômicas; (x) os custos de comercialização e transporte seriam irrelevantes; e (xi) a análise seria restrita a dois países e duas mercadorias específicas.

A existência de vantagem comparativa estaria relacionada com a diferença na oportunidade de custo interno de duas mercadorias, nas médias de preços internos diferentes entre dois países que ainda não haviam estabelecido o intercâmbio internacional. Apesar de Ricardo não ter observado propriamente a questão dos termos de troca, a média do preço internacional, pode-se considerar que estabelecido o intercâmbio entre as duas nações haveria

um preço de troca único entre os dois países para cada produto e, os preços das mercadorias não seriam mais determinados somente pela teoria do valor-trabalho, mas dependeriam das demandas entre os dois países (APPLEYARD; FIELD; COBB, 2010).

Em resumo, de acordo com a teoria das vantagens comparativas o comércio entre duas nações seria vantajoso em função da existência de custos de produção diferentes, em que cada país exportaria o produto que produzir com custos relativamente menores que outros países. O pensamento de Ricardo supõe que o comércio internacional não requereria obrigatoriamente vantagens absolutas, pois, em havendo vantagens comparativas a troca também poderia ser estabelecida.

Por sua vez a teoria neoclássica tradicional tem como base a criação de modelos abstratos que explicam o funcionamento dos mercados com base na teoria dos preços e alocação de recursos. Nesta perspectiva as firmas são agentes passivos e sem autonomia, que alocam recursos e transformam insumos em produtos comercializáveis combinando os fatores de produção disponíveis no mercado. A tecnologia não se apresenta como fator determinante para o crescimento das firmas, sendo considerada como intrínseca às máquinas e ao conhecimento adquirido pelos trabalhadores disponíveis no mercado, que é o *locus* determinante dos preços. O mercado embora possa apresentar momentos de desequilíbrio tende sempre a equilibrar-se e de maneira perfeita, uma vez que, do ponto de vista abstrato, existem muitos produtores, os produtos são homogêneos, há mobilidade dos fatores de produção e livre entrada de concorrentes. Desta forma, o mercado se caracteriza pela disputa dos fatores de produção entre os diversos produtores (TIGRE, 2006).

A teoria Heckscher-Ohlin combinada com o teorema de Stolper-Samuelson, seguindo os pressupostos neoclássicos em uma análise mais rigorosa, sobretudo em função da utilização de modelos econométricos, busca aperfeiçoar a Teoria das Vantagens Comparativas formulada por Ricardo. Os modelos desenvolvidos nesta Teoria buscam a compreensão dos padrões de produção, de comércio e de desenvolvimento dos países, que estariam relacionados com as disponibilidades dos fatores de produção locais, considerando seus custos relativos.

A influência das dotações de fatores sobre o comércio internacional obedece algumas suposições que orientam as análises da teoria Heckscher-Ohlin: (i) a existência em dois países distintos, de dois bens homogêneos que demandam dois fatores de produção também homogêneos, sendo que as dotações iniciais destes fatores são fixas e relativamente diferentes; (ii) os dois países possuem a mesma tecnologia e as mesmas funções de produção; (iii) a produção se caracteriza por retornos constantes de escala; (iv) os dois bens possuem

diferentes intensidades relativas de fatores e as intensidades de fatores são as mesmas para todas as razões de preços de fatores; (v) os gastos e as preferências dos consumidores são os mesmos nos dois países, sendo os dois bens consumidos nas mesmas quantidades relativas para todos os níveis de renda e, os gostos e preferências não mudam com as variações de renda; (vi) os dois países possuem concorrência perfeita na economia; (vii) há nos dois países mobilidade perfeita dos fatores de produção; (viii) os custos de transporte são irrelevantes; (ix) não existem restrições governamentais as atividades econômicas (APPLEYARD; FIELD; COBB, 2010).

Entre estes pressupostos dois deles destacam-se como determinantes para explicação dos modelos: o pressuposto da existência de dotações de fatores diferentes em cada país e o pressuposto de que os bens são sempre intensivos em um determinado fator. Sendo que as proporções de fatores diferentes entre os dois países podem ser entendidas sob dois aspectos: pela definição do fator em unidades físicas e pela definição de preço, considerando os preços relativos em função da razão entre o emprego de capital e de trabalho. Assim, se razão entre o preço do capital e o preço do salário for menor o país será considerado abundante em capital e vice-versa.

Contudo, o preço do fator não reflete somente a disponibilidade física dos fatores, mas também está relacionado à demanda de consumo final, ou seja, a demanda de um fator de capital é derivada da demanda de consumo final satisfeita pelos produtores, bem como, pela tecnologia de produção empregada. Porém, como a tecnologia e gostos são semelhantes nos dois países estes apresentam resultados semelhantes. Desta forma, uma mercadoria será considerada intensiva em um determinado fator (x) sempre que a razão entre este fator e outro fator (y) for maior que a razão (x/y) de outra mercadoria. E a fronteira de possibilidades de produção dos dois países ocorrerá unicamente pela diferença de dotação dos fatores (APPLEYARD; FIELD; COBB, 2010).

Cabe destacar que a suposição da mobilidade interna dos fatores faz com nenhum país perca com as alterações no padrão de comércio em função de choques externos. E cada país deverá se especializar na exportação daqueles produtos em que são utilizados de modo intensivo os fatores produtivos mais abundantes e deverá importar aqueles produtos com uso intensivo de fatores de produção relativamente escassos. Com efeito, os ganhos de comércio internacional ocorrem em função das diferenças de recursos entre os países. Sendo que a teoria considera como determinante a abundância relativa dos fatores de produção e a tecnologia no sentido da intensidade de sua utilização nos diferentes bens, dado o pressuposto

que há somente uma “melhor tecnologia” para produção de um produto específico, que pode ser utilizada na mesma capacidade por todos os países.

O teorema de Stolper-Samuelson que inicialmente tinha como objetivo entender os efeitos das tarifas sobre a tributação da renda, também passou a ser utilizado para explicar os efeitos do comércio internacional sobre a distribuição de renda. Com base no modelo de Heckscher-Ohlin, um país com abundância em trabalho tenderia a se beneficiar do comércio internacional para empregar mais ou aumentar os salários, bem como, obter divisas para importar bens de capital. Entretanto, de acordo com o teorema esta inserção no comércio internacional repercutiria em um aumento do preço do fator abundante, o trabalho, e uma redução no preço do fator escasso, o capital. Em uma situação de pleno emprego, trabalho e capital se manteriam fixos, aumentando somente a renda nominal e o preço nominal. Como o aumento de renda está relacionado ao aumento do preço dos produtos, a possibilidade de consumo dos bens importados intensivos em capital aumentaria, enquanto a de bens intensivos em trabalho diminuiria. Assim a renda real aumentará ou diminuirá de acordo com o aumento da renda nominal em relação ao aumento do preço nominal. Devido à condição de equilíbrio em mercados competitivos de fatores, a taxa de salários em países abundantes de trabalho, se o trabalho se tornar mais produtivo, tenderá a crescer mais que o preço do bem de exportação e vice-versa. Com a queda no preço do capital e aumento na taxa de salário, os produtores usarão relativamente mais capital e menos trabalho na produção, o que aumentará a margem de produtividade e renda real do trabalho. Sendo a mesma demonstração válida para importação, com a diminuição da renda real dos proprietários de fatores escassos. Em síntese o teorema de Stolper-Samuelson explica que tanto antes ou depois do comércio internacional, em uma situação de pleno emprego, o aumento do preço do fator abundante e a queda do preço do fator escasso faz com que a renda real dos proprietários do fator abundante aumente, enquanto a renda dos proprietários do fator escasso diminui. Por consequência os proprietários dos fatores relativamente abundantes tendem a ser favoráveis ao livre-comércio, enquanto os proprietários dos fatores escassos são adeptos da existência de restrições (APPLEYARD; FIELD; COBB, 2012).

### 2.3 VANTAGEM COMPETITIVA: O MODELO PORTERIANO

Nesta Secção se apresenta uma breve explanação sobre o conceito de vantagem competitiva a partir da visão de Porter. O conceito de vantagem competitiva foi desenvolvido por Michael Porter para explicar como a estratégia escolhida e seguida por uma firma

determina sua capacidade de sustentar sua competitividade (PORTER, 1992). Ampliando suas percepções Porter veio a entender que a competitividade das nações abrange diferentes variáveis, tais como, econômicas, políticas, sociais e culturais envolvidas no ambiente de negócios que, além da influência na qualidade de vida das pessoas, também repercutem no desempenho das firmas. Seria uma das atribuições das nações a manutenção de um ambiente favorável ao desenvolvimento das firmas, situação esta que afetaria o nível de qualidade de vida no país. Assim, o ambiente de alguns países seria mais favorável ao desenvolvimento de determinados setores industriais. Os atributos, inter-relacionados, que influenciariam o desempenho das firmas em determinados setores em termos de prosperidade e competitividade internacional, seriam: (i) Condições dos Fatores; (ii) Condições da Demanda; (iii) Setores Correlatos e de Apoio; e (iv) Estratégia, Estrutura e Rivalidade das Firmas. Estas quatro dimensões conformam o denominado Modelo do Diamante competitivo de Porter.

A elaboração deste modelo considerou perspectivas de diferentes campos do conhecimento: inovação tecnológica, economia industrial, desenvolvimento econômico, geografia econômica, comércio internacional, ciência política e sociologia industrial. Baseado no pressuposto de que quanto maior a competitividade de um país, maior a produtividade do trabalho e do capital e, maior o retorno financeiro às firmas, a competitividade poderia ter como indicador as medidas contábeis das firmas. Na hipótese formulada por Porter, com base nos indicadores de competitividade, quanto maior a competitividade dos países, melhor seria o desempenho de suas firmas em termos da relação valor de mercado/valor contábil. Uma firma possuiria vantagem competitiva se, em função de um ambiente favorável, apresentasse por um período de tempo prolongado lucros superiores aos de seus competidores (SILVA et al., 2011).

Em sintonia com o pensamento porteriano, o economista Ha-Joon Chang aponta que as principais fontes de vantagem competitiva são: (i) o bom uso de fatores que são abundantes no mercado interno; (ii) grandes mercados domésticos que permitam as firmas a obtenção de escala; (iii) *clusters* industriais, e (iv) competição doméstica com estímulo à eficiência e ao crescimento da produtividade (LIN; CHANG, 2009).

Porter (1990) destaca que a vantagem competitiva seria criada por meio de um processo localizado, capaz de promover a apropriação de forma contributiva das diferenças nacionais, para o sucesso competitivo, sejam estas diferenças em termos de valores, estruturas econômicas, instituições, culturas, história, entre outras. O papel dos países tende a se tornar mais importante no processo, dado que o acirramento da competição global tende a modificar a base de competição em direção à criação e assimilação de conhecimento.

Desta forma, existem muitas diferenças nos padrões de competitividade em cada país, o que impossibilita que a nação consiga ser competitiva em todos ou diversos setores industriais. As nações serão bem sucedidas quando focadas em negócios específicos propícios aos seus ambientes domésticos, caracterizados como: progressistas, dinâmicos e desafiadores.

Portanto, segundo Porter (1990), o comércio internacional e o investimento estrangeiro podem gerar tanto melhorias, quanto piorar a produtividade de uma nação. Esta deveria se especializar em setores em que suas firmas são mais produtivas e importar de setores em que as empresas locais são menos produtivas, uma vez que nenhuma nação seria capaz de competir em todos os setores. A forma ideal seria aplicar um limitado acervo de recursos nas utilizações mais produtivas, pois muitas nações que possuem elevados padrões de vida possuem setores em que as firmas locais não são competitivas. A produtividade nacional ocorreria a partir das disputas por vantagens competitivas contra rivais estrangeiros em setores específicos, onde produtos e processos são criados em função de habilidades comercialmente viáveis e tecnologias criadas.

A base doméstica de uma firma é o *locus* em que as vantagens competitivas fundamentais são criadas e sustentadas. Na empresa são estabelecidas as estratégias, criados os produtos, desenvolvidos e mantidos os processos e, onde estão localizados os trabalhos mais produtivos e as habilidades mais avançadas. Por meio dos atos de inovação as empresas conquistam vantagens competitivas e sua presença influencia de forma positiva o desenvolvimento de outros negócios interligados. Neste sentido, o conceito de competição deve ser dinâmico e mutável, incluindo mercados segmentados, produtos diferenciados, diferenças tecnológicas e economias de escala.

#### 2.4 O DEBATE DAS CONCEPÇÕES ORTODOXAS E HETERODOXAS

É relevante para o avanço do referencial teórico retomar o debate entre Justin Lin e Ha-Joon Chang. O ponto central do argumento neoclássico sugerido por Lin é que as vantagens a serem consideradas como centrais são as comparativas. Já o argumento central formulado por Chang, embora apresente concordância com Lin no que diz respeito à importância de se considerar o tema das vantagens comparativas, indica a necessidade de se desenvolver, simultaneamente, as vantagens competitivas. Este profícuo debate foi reproduzido em artigo no periódico *Development Policy Review* (LIN; CHANG, 2009), com o



título: “A Política Industrial nos países em desenvolvimento deveria estar em conformidade ou desafiando a vantagem comparativa”?

O principal ponto do debate é se as políticas para incentivar a industrialização e a modernização industrial deveriam estar em conformidade com a atual vantagem comparativa dos países ou visariam eliminar degraus na “escada” do desenvolvimento (CHANG, 2004).

Porém, o debate é mais sutil do que as posições dos debatedores. Ambos protagonistas são favoráveis à participação do Estado, *latu sensu*, na economia, mas de maneira diferente e para objetivos diferentes. A análise acurada do artigo supracitado permitiu a organização, de forma esquemática, dos pontos de convergência e divergência que emergiram na discussão. O Quadro 2, a seguir explicita um breve resumo do esquema comparativo.

Quadro 2 - Comparativo dos principais pontos do debate entre Justin Lin e Ha-Joon Chang

Pontos de Convergência	Pontos de Divergência
(01) Aspectos gerais da política industrial e das vantagens comparativas. (02) Papel positivo da intervenção do Estado na promoção da modernização industrial.	(01) Significado estrito da Vantagem Comparativa e do processo de modernização industrial. (02) Papel do Estado (governo) e do Mercado – falhas de mercado e dotação de fatores. (03) Mobilidade dos fatores de produção de um país. (04) Tecnologia, Capacidade, Aprendizado Tecnológico e Capitais físico e humano. (05) Desafio à vantagem comparativa e proteção da indústria infante (nascente). (06) Modernização tecnológica e custos de ajustamento. (07) Análise de Casos mundiais: Nokia, Samsung, Coreia do Sul, China.

Fonte: Elaborado pelo autor.

A análise revela que é pequeno o espaço de convergência entre os debatedores. Basicamente os pontos se resumem aos aspectos gerais da política industrial e das vantagens comparativas, sobre a importância da modernização industrial e sobre a importância da participação do Estado na promoção da modernização.

Os debatedores têm concordância quanto à importância da PI nos seus aspectos mais gerais como instrumento indutor do desenvolvimento. A modernização industrial e a inovação são destacadas como necessárias ao desenvolvimento econômico.

A presença do Estado no processo é admitida, se bem que em níveis diferenciados no entendimento de cada economista. Há concordância quanto à prudência com a velocidade na qual um governo deveria levar a sua economia para longe da atual estrutura de dotação de fatores de produção.

Entre os pontos de divergência fundamentais está a percepção sobre o significado estrito das vantagens comparativas e sobre o processo de modernização industrial. Conforme Justin Lin, o país tem de focar a sua vantagem comparativa atual. Entende que a modernização industrial é um processo gradual e contínuo. Para Ha-Joon Chang, é necessário o país desafiar sua vantagem comparativa com vistas à modernização industrial.

Os autores também apresentam ideias opostas quanto aos papéis do Estado, do Mercado e da estrutura de dotação de fatores de produção. Justin Lin entende que o Estado deva cumprir um papel de facilitador, apoiando o setor privado na exploração da vantagem comparativa e no desenvolvimento do processo endógeno de modernização. O economista defende a teoria neoclássica como uma ferramenta desse processo todo. Por outro lado, Ha-Joon Chang critica os conceitos e modelos neoclássicos, principalmente o modelo Heckscher-Ohlin-Samuelson (HOS), e enfatiza as concepções evolucionárias e schumpeterianas, tais como, a racionalidade humana limitada, a incerteza fundamental e o conhecimento coletivo no processo de desenvolvimento.

A tecnologia, as capacidades e o aprendizado tecnológico são outros pontos discordantes. Os economistas divergem na definição do quão “longe demais” um país deve se desviar da vantagem comparativa. Isto se reflete em diferenças de interpretação dos modelos de comércio, das evidências históricas e em como se deve promover o aprendizado tecnológico. Ha-Joon Chang usa o argumento desenvolvimentista que diz que a lógica neoclássica ao final do processo conduz a uma situação em que os países ricos serão sempre ricos e os países pobres sempre pobres porque os primeiros podem usar, e desenvolver, tecnologias que estes últimos não terão alcance jamais. As capacidades tecnológicas estariam ausentes na teoria da vantagem comparativa, quando este tópico é o que realmente distingue os países desenvolvidos dos países em desenvolvimento.

Outras divergências verificadas no discurso dos dois economistas são os modelos mentais distintos que perpassam a discussão, aparecem com diferentes percepções quanto à questão da mobilidade dos fatores de produção e do acúmulo de capitais físico e humano. Também se encontra presente a divergência quanto ao nível de desafio à vantagem comparativa e de proteção à indústria infante (nascente).

Em decorrência desses posicionamentos emergem distintas concepções referentes ao processo de modernização tecnológica e aos seus custos de ajustamento. Por fim, se apresenta uma série de visões diferenciadas quanto à análise de *cases* mundiais empresariais, tais como, das multinacionais Nokia e Samsung e de experiências de modernização industrial de países, como, Coreia do Sul e China.

## 2.5 A ANÁLISE DA INDÚSTRIA – PORTER I

Tendo em vista a finalidade deste trabalho o referencial derivado de Porter foi dividido em duas partes. A primeira parte, que poderia ser denominada como Porter I, está alicerçada no estudo da estratégia e da vantagem competitivas da Indústria, *latu sensu*, constantes nos livros de Porter: Estratégia Competitiva (1980) e Vantagem Competitiva (1985). A segunda, que pode ser denominada como Porter II, está embasado na obra A Vantagem Competitiva das Nações (1990). Nesta obra Porter trata, entre outros assuntos, das políticas governamentais (enfocando política industrial) em nível nacional e regional.

Nesta seção está contida uma reflexão sobre a concepção da estratégia competitiva elaborado por Michael Porter, permeando, também, o conceito de vantagem competitiva e enfocando o modelo das Cinco Forças Competitivas. É uma apresentação necessariamente sucinta, porém suficiente para embasar o processo de raciocínio acerca da análise do estudo de caso, objeto deste trabalho, naquilo em que ele se relaciona com as “ideias porterianas”. A seção desenvolve o referencial Porter I, conforme explicado anteriormente.

Conforme Lacerda (2009), a escolha da estratégia fundamentada na análise econômica e o posicionamento no ambiente, são elementos fundamentais que consolidam a visão sobre estratégia das organizações. A obra de Porter, principalmente seu primeiro livro, Estratégia Competitiva (PORTER, 1980), causou um impacto considerável na área de estudos sobre Estratégia (BERTERO; VASCONCELOS; BINDER, 2003).

Nos estudos realizados para compor a sua tese de doutorado Lacerda (2009) comenta que Porter delineou um modelo que poderia ser utilizado para compreensão da Indústria, das organizações e de como as firmas deveriam se posicionar para competir nos seus setores industriais (FURRER; THOMAS; GOUSSEVSKAIA, 2008).

Para diversos autores (HOSKISSON et al., 1999; MINTZBERG; AHLSTRAND; LAMPEL, 2000; BINDER, 2002; BERTERO; VASCONCELOS; BINDER, 2002; FURRER; THOMAS; GOUSSEVSKAIA, 2008) os estudos e pesquisas de Porter foram centrais para a consolidação da estratégia nas organizações e suas influências são, ainda, atuais.

O desenvolvimento do modelo de análise das indústrias e as estratégias que as organizações deveriam adotar no setor não invalidaram trabalhos anteriores a Porter. A produção intelectual de Porter veio acrescentar ferramentas sistemáticas e rigorosas para responder questões relevantes sobre a formulação da estratégia, por exemplo, sobre a avaliação do setor industrial, o entendimento dos concorrentes, a posição competitiva, que já haviam sido levantadas anteriormente, por autores tais como, Keneth Andrews e C. Roland Christensen (PORTER, 1986).

Ao se analisar a base conceitual do modelo, parece evidente que Porter utilizou como fonte as ideias da economia industrial. Uma das raízes que originou os modelos de Porter (1981) está ancorada na corrente de pensamento das Teorias de Organização Industrial, que tem entre seus expoentes os autores Edward Mason, Joe Bain e Paolo Sylos-Labini. Conforme Silva (2003), os autores dessa corrente de pensamento econômico têm em comum uma hipótese central que permeia suas formulações: a existência de uma relação causal que liga estrutura, conduta e desempenho.

Nessa concepção as características da estrutura do mercado têm predominância e antecedência sobre as condutas empresariais e sobre o resultante desempenho dos mercados. Entre os elementos estruturais se destacam: concentração do mercado, substituíbilidade de produtos e as condições de entrada de novos concorrentes, isto é, em que medida a entrada (e saída) são fáceis ou difíceis e quais são as fontes dos impedimentos à entrada (e à saída) (SILVA, 2003).

Silva (2003) explica que a corrente da Organização Industrial, ao tratar os mercados como objeto, constitui uma tentativa deliberada de trilhar uma via alternativa à análise neoclássica dos mercados, apresentando-se com uma análise substituta ao tratamento fornecido pela microeconomia tradicional. O principal motivador dos pioneiros dessa corrente de pensamento encontra-se no reconhecimento de que mercados concentrados têm implicações sobre comportamento das firmas e o desempenho dos mercados, com efeitos consideráveis sobre a sociedade. Essa motivação foi reforçada pela percepção da incapacidade da teoria neoclássica ortodoxa em lidar com esses temas.

As discussões entre as organizações e o ambiente na qual estão inseridas são amplas e diversas. Porter (1981; 1986; 1991; 1996) apresenta a discussão a partir da análise da indústria e do posicionamento da firma nessa indústria ou setor (baseado nas Teorias da Organização Industrial).

Segundo a visão de Porter a concorrência é algo essencial na determinação do sucesso ou fracasso de uma firma. A adoção de estratégias é um meio para obtenção de vantagens

competitivas num dado mercado. Conforme o autor, a estratégia escolhida e seguida pela organização pode determinar e sustentar o seu sucesso competitivo. A Estratégia Competitiva se refere à busca de uma posição competitiva favorável (lucrativa e sustentável) dentro de um setor industrial, que é o palco central da disputa concorrencial (PORTER, 1992).

Conforme o autor duas questões centrais baseiam a escolha estratégia competitiva. Em primeiro vem a atratividade dos setores industriais no que tange a rentabilidade em longo prazo e os fatores que determinam essa atratividade. A rentabilidade de um setor é o ingrediente fundamental da rentabilidade de uma firma. Em segundo lugar pode-se observar os determinantes da posição competitiva relativa dentro de um setor. Porter argumenta que, na maioria dos setores, algumas firmas são muito mais rentáveis que as demais, independente da rentabilidade média do setor. Ambas as questões são dinâmicas, a atratividade do setor e posição competitiva da firma se modificam; e nenhuma é suficiente per si para orientar a escolha da estratégia competitiva (PORTER, 1992).

O processo de pensamento proposto por Porter indica que, apesar da atratividade do setor ser parcialmente um efeito de causas sobre as quais uma firma tem pouca incidência, a estratégia competitiva tem poder considerável para tornar um setor industrial mais ou menos atrativo. Ao passo que, uma firma pode melhorar ou degradar sua posição dentro de um setor em função da sua estratégia. Logo, a estratégia competitiva não só responde ao meio externo, mas também procura modelar esse meio em benefício de uma firma.

Porter (1992) apresenta um modelo de análise para compreender a indústria e a concorrência, bem como, a formulação de uma estratégia competitiva global. O autor descreve as cinco forças competitivas que determinam a atratividade de um setor industrial e suas causas subjacentes. Adicionalmente, descreve a forma com que as cinco forças se transformam com o decorrer do tempo e são influenciadas pela estratégia. Identifica três estratégias genéricas abrangentes para a conquista da vantagem competitiva. Ainda, explicita como analisar a concorrência e seu comportamento; como mapear os concorrentes e avaliar as posições mais atrativas em um setor; a aplicação da metodologia em diferentes “cenários estruturais”; e um exame das decisões estratégicas no contexto da indústria.

Conforme Porter existe dois tipos fundamentais de vantagens competitivas: liderança pelo custo e diferenciação. O autor descreve a forma pela qual uma firma pode obter vantagem, por meio do custo ou com ela pode diferenciar-se. A escolha do ambiente competitivo, ou a variedade de atividades de uma firma desempenham uma função poderosa para determinar a vantagem competitiva.

A vantagem competitiva em um setor industrial pode ser intensificada por inter-relações com unidades empresariais competindo em indústrias relacionadas. Inter-relações são os principais meios pelos quais uma firma diversificada cria valor, e, portanto fornece bases para uma estratégia empresarial neste ponto Porter abre espaço para discussão a respeito da concepção sobre aglomeração industrial, com o seu posterior conceito sobre os *Clusters*.

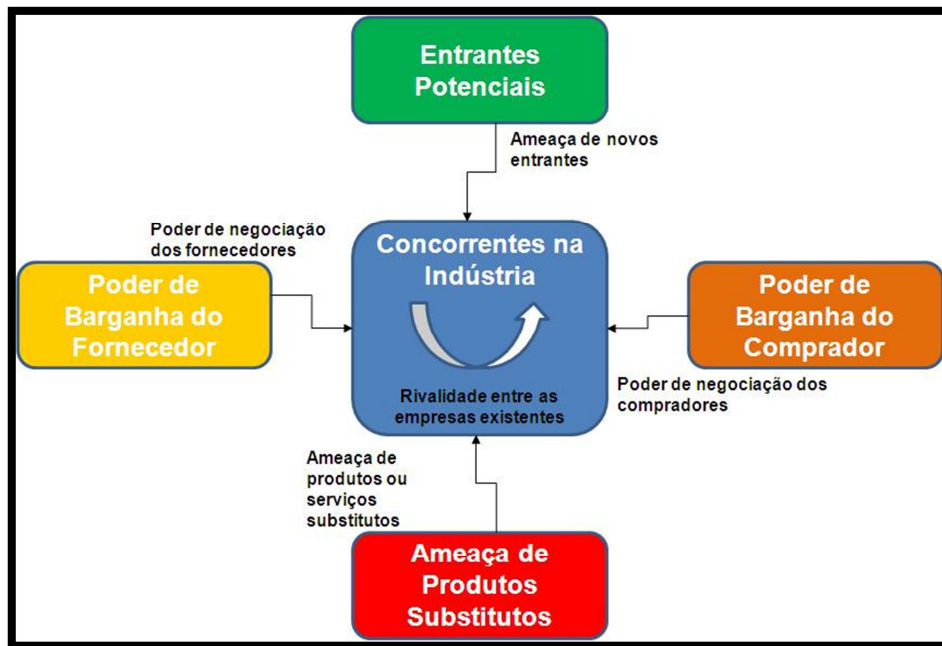
Porter enfatiza a Estratégia Competitiva com um olhar sobre a estrutura e a concorrência. O autor supõe uma compreensão da estrutura do setor e do comportamento dos concorrentes, e trata do modo como traduzir essa compreensão em uma vantagem competitiva.

### **2.5.1 Análise Estrutural de Indústrias e as Forças Competitivas de Porter**

A estratégia competitiva deve surgir do necessário entendimento das regras da concorrência que determinam a atratividade de um setor industrial. A meta da estratégia competitiva é lidar e modificar as regras em favor de uma firma. Em qualquer setor, as regras da concorrência estão englobadas em cinco forças competitivas: a entrada de concorrentes, a ameaça de substitutos, o poder de negociação/barganha dos compradores (clientes) e dos fornecedores e a rivalidade (competição) entre concorrentes (PORTER, 1992, 2008).

As Cinco Forças Competitivas aparecem num painel de determinantes imbricados sistemicamente no ambiente do mercado e sua dinâmica tem relação direta com o desempenho e com a liberação do potencial da firma para prosperar no mercado. A Figura 1, a seguir, revela estas Cinco Forças que moldam a competição no setor.

Figura 1 - As Cinco Forças que moldam a competição no setor



Fonte: Adaptado de Porter (1992; 1993; 2008).

A potência dessas cinco forças determina a capacidade das firmas em um setor para obtenção de taxas de retorno sobre o investimento superior ao custo de capital. Esta potência é variável entre os diversos setores industriais, podendo modificar-se conforme a evolução de cada setor. A resultante disso é que os setores não são iguais do ponto de vista da rentabilidade inerente. Existem setores onde as cinco forças são favoráveis, Porter (1992) cita como exemplo o setor farmacêutico, onde muitos concorrentes obtêm elevados retornos de investimentos (retornos atrativos). Mas em setores onde a pressão de uma ou mais forças é intensa, por exemplo, como nos setores da borracha e no siderúrgico, poucas firmas comandam os retornos atrativos. Logo, a estrutura do setor é que determina competição e a rentabilidade; e não o fato do setor elaborar um serviço ou produto, ser emergente ou maduro, de alta ou baixa tecnologia, regulamentado ou não (PORTER, 2008).

As cinco forças determinam a rentabilidade por que influenciam preços, custos e os investimentos necessários das firmas em um setor, que são os elementos do retorno sobre o investimento. O poder dos compradores/clientes, por exemplo, influencia os preços que as firmas podem cobrar, assim como, a ameaça de substituição de produtos e serviços. O poder dos fornecedores determina os custos das matérias-primas e insumos. A rivalidade/competição influencia os preços e custos da concorrência em áreas como fabricação, desenvolvimento, publicidade e vendas. A ameaça de entrada coloca os limites nos preços e modula o investimento exigido para deter novos entrantes.

Segundo Ghemawat (2000), a estrutura das cinco forças amplia a análise para cadeias verticais de três estágios (fornecedor/concorrente/comprador) e para as considerações explícitas de substituição.

Em resumo, a potência de cada uma das cinco forças é uma função da estrutura industrial, ou das características subjacentes a um setor. Seus elementos mais importantes são os seguintes, conforme demonstrado na figura 2.

Figura 2 - Elementos da Estrutura Industrial



Fonte: Adaptado de Porter (1992; 2008)

Conforme Porter (1992; 2008) a estrutura industrial é relativamente estável, mas pode modificar-se com o tempo e com o desenvolvimento do setor. As mudanças estruturais alteram o vigor global e relativo das forças competitivas, influenciando negativa ou positivamente a rentabilidade do setor. As tendências mais importantes para a estratégia são as que afetam a estrutura industrial.

Porter afirma que, em geral uma firma não é prisioneira da estrutura do seu setor industrial. As firmas, por meio de suas estratégias, podem influenciar as cinco forças. Se uma firma modela a estrutura, ela pode modificar a atratividade e a concorrência de um setor para melhor ou pior.

A figura 2 apresenta os elementos da estrutura que dirigem a concorrência em um dado setor. A depender do setor, as forças terão importância desigual e os fatores estruturais irão divergir. Cada setor é único e tem sua estrutura específica. A metodologia das cinco



forças permite a percepção da complexidade e dos fatores críticos para a concorrência no setor. A metodologia proporciona a identificação das inovações que melhoram a rentabilidade tanto da firma, quanto do seu próprio setor. A metodologia não elimina a criatividade na busca de novas formas de concorrência e visa, no processo, descobrir as inovações estratégicas aconselháveis.

Porter conclui que as estratégias que modificam a estrutura industrial podem ser ambíguas, pois uma firma pode destruir a estrutura e a rentabilidade do setor da mesma forma que pode melhorá-las. Ainda, pondera que, frequentemente as firmas fazem escolhas estratégicas sem considerarem as consequências em longo prazo para a estrutura industrial.

### **2.5.2 As Estratégias Genéricas**

Porter (1992) estabelece que a segunda questão central em estratégia competitiva refere-se à posição relativa de uma firma dentro do setor industrial. A posição determina se a rentabilidade da firma é menor ou maior que a média do setor. Uma firma bem posicionada é capaz de obter altos resultados, mesmo que a estrutura industrial seja desfavorável e rentabilidade média do setor seja baixa. Lacerda (2009) explica que Porter desenvolveu um modelo fundamentado na análise econômica, combinado com uma abordagem para o posicionamento das firmas no ambiente industrial. A abordagem desenvolvida é chamada de estratégias genéricas. As estratégias genéricas são métodos para superar os concorrentes em um determinado setor (PORTER, 1992).

O fundamento do desempenho acima da média em longo prazo é a “vantagem competitiva sustentável”. Ainda que uma firma possua inúmeros pontos fortes e fracos na comparação com os concorrentes, existem dois tipos básicos de vantagem competitiva que uma firma pode desenvolver: baixo custo ou diferenciação. A importância das forças e fraquezas de uma firma é uma função de seu impacto sobre o custo relativo ou a diferenciação. A vantagem de custo e a diferenciação tem sua origem na estrutura industrial e se constituem na resultante da maior capacidade de uma firma lidar com as cinco forças, em relação aos seus rivais (PORTER, 1992).

Os dois tipos básicos de vantagem competitiva, em combinação com o escopo de atividades para as quais uma firma procura obtê-los, derivam as três estratégias genéricas que visam a atingir o desempenho superior à média em um dado setor: liderança de custo,

diferenciação e foco. Sendo que a estratégia do foco tem duas variáveis: foco no custo e foco na diferenciação. O Quadro 3 a seguir sintetiza as estratégias genéricas.

Quadro 3 - As três Estratégias Genéricas

<b>VANTAGEM COMPETITIVA</b>			
		<b>Custo mais baixo</b>	<b>Diferenciação</b>
<b>Escopo Competitivo</b>  (Alvo Estratégico)	<b>Alvo Amplo</b>  (Limite amplo de segmentos de mercado)	1- Liderança de Custo	2- Diferenciação
	<b>Alvo Estreito</b>  (Um segmento de mercado)	3a- Foco no Custo	3b- Diferenciação Focalizada

Fonte: Adaptado de Porter (1992; 1993).

Conforme Porter (1992) cada uma das estratégias genéricas envolve uma via diferente para a vantagem competitiva, a partir da combinação do tipo de vantagem a ser buscada, com o escopo do alvo estratégico onde a vantagem deverá ser alcançada. As estratégias de liderança de custo e de diferenciação buscam a vantagem competitiva em um limite amplo de segmentos industriais. A estratégia do foco objetiva uma vantagem de custo (foco no custo) ou uma diferenciação (foco na diferenciação) num segmento estreito. As ações necessárias à implantação de cada estratégia genérica variam bastante de setor para setor, da mesma forma que as estratégias viáveis dentro de um setor particular. A seleção e implementação de uma estratégia genérica não é algo simples, mas é o caminho lógico para a vantagem competitiva a ser investigado em qualquer setor. O Quadro 4 demonstra as estratégias genéricas e as vias para atingir a vantagem competitiva.

Quadro 4 - As Estratégias Genéricas e as vias para a Vantagem Competitiva.

<b>Estratégia Genérica</b>	<b>Posicionamento adotado pela firma no setor</b>	<b>Considerações</b>
<b>Liderança pelo Custo Total</b>	A manutenção do custo abaixo dos concorrentes passa a ser o tema central de toda a estratégia, embora a qualidade, a assistência e outras áreas não possam ser ignoradas.	A estratégia consiste na construção de instalações em escala eficiente, na redução vigorosa de custos pela experiência e um controle rígido

		dos custos e das despesas gerais.
<b>Diferenciação</b>	Envolve diferenciar o produto ou serviço oferecido pela firma, criando algo que seja considerado único no âmbito de toda a indústria.	Destaca-se que essa estratégia não ignora os custos, porém, nessa tipologia eles assumem papel secundário.
<b>Foco</b>	Premissa de que a firma é capaz de atender seu alvo estratégico estreito mais efetivamente do que os concorrentes que estão competindo de forma mais ampla.	Estratégia com duas variantes. No <i>enfoque no custo</i> , uma firma busca uma vantagem de custo em seu segmento-alvo. No <i>enfoque na diferenciação</i> a firma busca a diferenciação em seu segmento-alvo.

Fonte: Adaptado de Porter (1992; 1993).

Por fim, Porter (1992) alerta para um posicionamento denominado “Meio-Termo”. A prescrição das estratégias genéricas enfatiza os perigos do “meio-termo” entre as três tipologias (PORTER, 1986; CARNEIRO; CAVALCANTI; SILVA, 1997; GHEMAWAT, 2000). Uma firma que se engaja em cada estratégia genérica, mas não alcança nenhuma delas está no “meio-termo” e não possui qualquer vantagem competitiva. Essa posição está ligada a desempenhos abaixo da média. A firma que permanece nessa posição irá competir em desvantagem porque a líder no custo, as diferenciadoras ou enfocadoras estarão bem mais posicionados para competirem em qualquer segmento. Porém, na maioria dos setores somente um número bem pequeno de concorrentes está meio-termo (PORTER, 1992). A firma na posição de meio-termo tem que decidir estrategicamente, no que se refere a assumir medidas para alcançar a liderança no custo total, ou deve orientar-se para o enfoque ou a diferenciação.

## 2.6 A VANTAGEM COMPETITIVA DAS NAÇÕES – PORTER II

Conforme já comentado no referencial teórico apresentado no Secção 2.4, Porter desenvolveu um novo paradigma, com aplicações práticas e capaz de suplantando séculos de utilização das “Vantagens Comparativas” como meio de análise econômica da competitividade internacional.

O conteúdo do livro “A vantagem competitiva das nações” está alicerçado numa ampla pesquisa realizada por Porter (1993) e seus colaboradores em dez importantes países do globo. A pesquisa identifica os determinantes fundamentais da vantagem competitiva nacional num dado setor industrial e como funcionam juntos num sistema. O autor trata, também, das aglomerações de indústrias correlatas que surgem num país para ganhar posições de liderança no mercado. A sua teoria da vantagem nacional em indústrias e aglomerações identifica as

etapas do desenvolvimento competitivo pelas quais as economias nacionais, em sua totalidade, avançam e/ou decaem.

As elaborações de Porter (1993) têm profundas e profícuas implicações para firmas e governos. Isto porque descrevem como a firma pode ampliar sua vantagem nacional na competição internacional, bem como, sugere propostas para políticas governamentais visando ao fortalecimento da vantagem competitiva nacional.

### **2.6.1 Determinantes da Vantagem Competitiva Nacional**

Porter (1993) afirma que, a forma pela qual acontece a criação e a manutenção da vantagem competitiva pelas firmas nos setores industriais globais possibilita o entendimento do papel do Estado Nacional no processo. O papel da Nação não é dos mais simples e, conforme o autor, a compreensão da vantagem nacional deve partir das seguintes premissas gerais.

- A competição e a vantagem competitiva são muito diferentes entre os setores e, inclusive, entre segmentos de um mesmo setor.
- Os competidores globais desempenham, frequentemente, algumas atividades na cadeia de valores fora de seu país sede. A base nacional é o lugar onde acontece a estratégia, o desenvolvimento do produto e do processo; e onde estão às capacidades essenciais e de propriedade.
- As firmas conseguem e mantêm vantagem competitiva na competição internacional por meio da melhoria, da inovação e do aperfeiçoamento. As firmas obtêm vantagem inicial pela modificação das bases da competição por meio da rapidez, do progresso na execução das vantagens existentes, do alargamento e melhoria das bases da vantagem competitiva. Isso envolve, em muitos casos, passagem para segmentos de setores mais sofisticados e investimentos constantes.
- As firmas que obtêm vantagem competitiva num setor são, geralmente, aquelas que não somente identificam a necessidade de um novo mercado ou de uma nova tecnologia, como, também, agem cedo e agressivamente para explorá-la. Mas a capacidade de conseguir essas vantagens e mantê-las não é causa e sim efeito. A questão principal é “quais firmas” as obterão, e por quê?

Porter (1993) lembra Schumpeter ao citar o caráter profundamente dinâmico da competição. A competição não parte da noção de equilíbrio, mas de um perpétuo estado de mudança. Desta forma a inovação e a melhoria no âmbito de um setor industrial constituem-se em processos sem fim, que não ocorrem apenas uma vez. Novas vantagens são logo superadas ou anuladas. No centro da explicação da vantagem nacional num dado setor deve estar o papel da nação no estímulo à melhoria competitiva e à inovação. Conforme o autor, o que se faz necessário é uma teoria do desequilíbrio e não uma teoria que suponha um conjunto fixo de recursos e uma tecnologia constante dentro da qual as firmas chegam à condição ótima. Adotando essas suposições grande parte da teoria econômica neoclássica, inclusive a teoria do crescimento, tomou como sabido aquilo que devia ser explicado. De fato a tecnologia e os recursos são criados e aperfeiçoados constantemente. A vantagem está não em otimizar as limitações existentes, mas em modificar as limitações.

Uma noção importante de ser discutida é o porquê um determinado país proporciona o ambiente no qual as firmas melhoram e inovam continuamente, e em um ritmo mais intenso e na direção adequada, se comparadas às suas rivais internacionais. O comportamento necessário para a criação e, em especial, a manutenção de vantagem competitiva é um ato pouco natural em muitas firmas como já foi ressaltado na seção anterior. O ponto é compreender o que, no ambiente nacional, supera o desejo natural de estabilidade e impulsiona as firmas ao avanço.

Porter (1993) questiona, como um país pode obter êxito num determinado setor industrial? E busca responder a questão por intermédio de quatro atributos que modelam o ambiente no qual as firmas competem e promovem ou impedem o surgimento da vantagem competitiva.

O autor arquitetou o “Modelo do Diamante” em que os quatro atributos, isolada ou sistemicamente, lapidam o “Diamante” da vantagem competitiva, a saber:

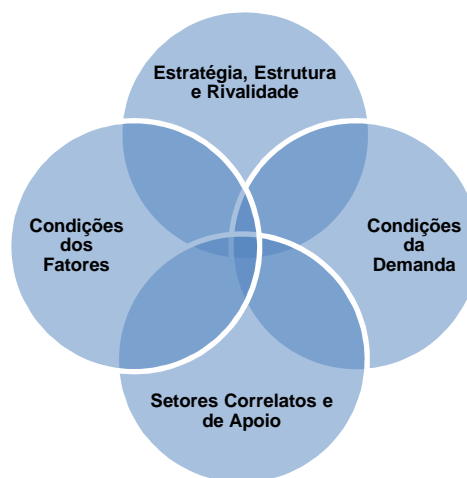
- Condições dos fatores. Refere-se à posição do país nos fatores de produção, tais como, tecnologia, trabalho qualificado e infraestrutura, necessários para competir em um determinado setor.
- Condições da demanda. A natureza da demanda interna para os produtos ou serviços do setor.
- Setores correlatos e de apoio. A presença ou ausência, no país, de setores industriais abastecedores e correlatos, que sejam internacionalmente competitivos.

- Estratégia, estrutura e rivalidade das empresas. O Contexto e as condições que, no país, governam a maneira pela qual as empresas são criadas, organizadas e dirigidas, mais a natureza da rivalidade interna.

Os setores correlatos são aqueles em que firmas podem partilhar atividades na cadeia de valor, por meio dos setores (por exemplo, distribuição e desenvolvimento de tecnologia) ou transferir conhecimentos patenteados entre si.

Os determinantes constituem o contexto em que as firmas nascem e aprendem a competir: disponibilidade de recursos e competência necessários à vantagem num setor; informações que condicionam quais as oportunidades e direções aos quais os recursos e a competência são orientados; metas dos proprietários, diretores e empregados que estão envolvidos na competição e a realizam; e pressões para que as firmas invistam e inovem. Cada ponto no “Diamante”, e este como um sistema, afeta os ingredientes essenciais para a consecução do sucesso competitivo. Na sequência, a Figura 3 apresenta, numa estrutura sistêmica, os fatores determinantes da competitividade de acordo com Porter (1993):

Figura 3 - Fatores determinantes da Vantagem Competitiva



Fonte: Adaptado de Porter (1992; 1993).

Porter (1993) afirma que as firmas atingem vantagem competitiva quando suas nações permitem e apoiam a acumulação mais rápida de bens e práticas especializadas. As firmas obtêm vantagens em setores que sua base nacional permite maiores informações e percepções das necessidades de produtos e processos. Em última instância os países logram êxito em determinados setores porque o ambiente nacional é dinâmico, desafiador, estimulador e pressiona as firmas para o aperfeiçoamento e ampliação das vantagens no tempo.

O autor acrescenta que os países têm mais probabilidade de sucesso em setores ou segmentos de indústria onde o “Diamante” do país é o mais favorável. Logicamente, nem

todas as firmas de um país alcançarão a vantagem competitiva num setor. Porém, quanto mais dinâmico o ambiente nacional, mais provável que algumas firmas fracassem, porque nem todas têm competência e recursos suficientes, nem exploram o ambiente com a mesma eficácia. No entanto, as firmas surgidas nesse ambiente tendem a aumentar sua prosperidade na competição internacional.

O “Diamante” é um sistema mutuamente fortalecedor. Os determinantes são interdependentes em termos dos seus efeitos. Por exemplo, condições de demanda favoráveis, não derivarão vantagens competitivas se a rivalidade não for suficiente para fazer com que as empresas respondam a elas. As vantagens de um determinante criam ou aperfeiçoam as vantagens de outros. A vantagem em todos os determinantes não é pré-condição para a vantagem competitiva numa indústria. O jogo mútuo das vantagens em muitos determinantes proporciona benefícios autofortalecedores que os rivais estrangeiros têm muita dificuldade para neutralizar (PORTER, 1993).

Porter (1993) salienta que duas variáveis adicionais podem influenciar o sistema nacional de maneira importante e se faz necessário comentá-las, quais sejam: i) o acaso; ii) o governo. O acaso representa acontecimentos fora do controle das firmas e dos governos. São exemplos de acaso: as invenções, as descobertas, as guerras, os fatos políticos externos e as grandes mudanças da demanda externa. Tais acontecimentos descontinuam, descongelam, ou remodelam a estrutura da indústria e proporcionam chances de suplantação das firmas de um país pelas de outro. Talvez, seja possível considerar que o acaso possa ter tido um papel importante na transferência da vantagem competitiva em muitos setores industriais.

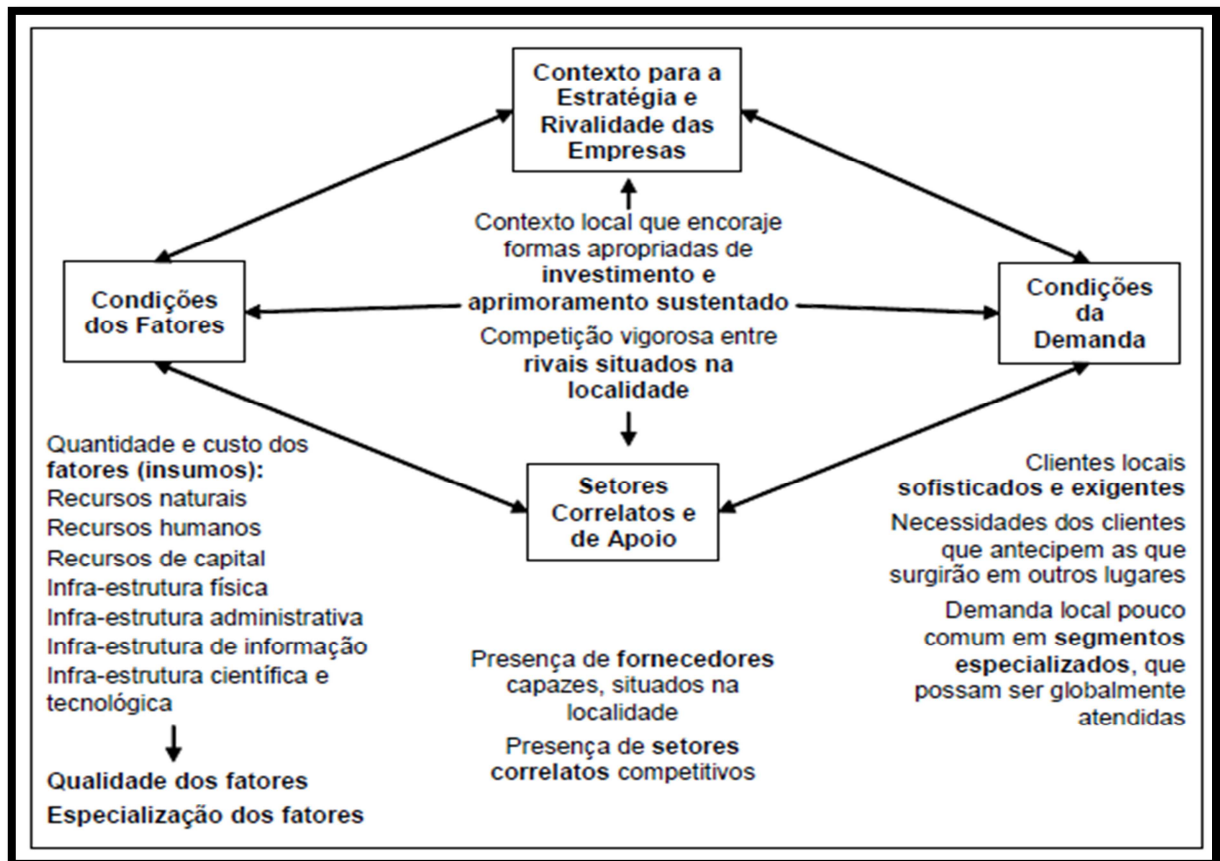
Segundo o autor o elemento final que é necessário para completar seu quadro de análise é o tema do governo. Este é um ponto relevante e essencial para esta dissertação. Isto porque é razoável considerar que as ações do governo, tanto em nível nacional como supranacional, pode melhorar ou piorar a vantagem nacional e regional. Esse papel se torna mais claro quando se examina a forma pela qual as políticas influenciam cada um dos determinantes propostos por Porter. Por exemplo: i) a política antitruste tende a afetar a rivalidade interna; ii) a regulamentação pode modificar as condições da demanda interna; iii) os investimentos em educação podem modificar as condições dos fatores; iv) as compras governamentais podem estimular os setores correlatos e de apoio (PORTER, 1993). De outra parte, é preciso considerar que políticas governamentais implantadas, sem uma visão sistêmica e integradas, podem enfraquecer a vantagem nacional.

Porter (1993) explica que a unidade básica de análise da vantagem nacional é a indústria. Os países obtêm êxito não em setores isolados, mas em grupos de setores ligados

por relações verticais e horizontais. A economia de um país contém um *mix* de grupos de indústrias, cuja constituição e fontes de vantagem, ou desvantagem, competitiva refletem o nível de desenvolvimento global de cada uma das economias em cena.

A Figura 4 apresenta, numa estrutura ampliada, o Modelo do Diamante, com explicações sobre os fatores da competitividade de acordo com Porter (1993):

Figura 4 - O modelo do diamante ampliado



Fonte: Adaptado de Porter (1993).

#### 2.6.1.1 Condições dos Fatores

Os países possuem ‘fatores de produção’ que são os insumos necessários para competir em qualquer tipo de indústria, tais como: trabalho, terra, recursos naturais, capital e infraestrutura. Os fatores mais importantes, em especial para os setores vitais ao crescimento da produtividade nas economias adiantadas, tendem a não ser “herdadas”, no sentido das vantagens comparativas, mas desenvolvidas ou criadas pelos diferentes países, por meio de processos que diferem muito entre os países e os setores/indústrias.



O estoque de fatores em qualquer momento é menos importante do que o ritmo em que eles são criados, aperfeiçoados e utilizados; e se tornam mais especializados para certos setores. O mais surpreendente é o fato de que uma abundância de fatores pode enfraquecer, em vez de fortalecer, a vantagem competitiva. As “desvantagens seletivas” em fatores, influenciando na estratégia e na inovação, contribuem muitas vezes para um nível exitoso de competitividade continuada (PORTER, 1993).

Porter (1993) comenta que, os fatores de produção são muitas vezes descritos em termos muito genéricos. Esses fatores podem ser agrupados amplamente como: recursos humanos, físicos, de conhecimento, de capital e infraestrutura. A combinação de fatores utilizados (ou proporções dos fatores) difere significativamente entre os diferentes setores. As firmas de uma nação conquistam vantagem competitiva se dispuserem de fatores de baixo custo ou de alta qualidade dos tipos que são importantes para a competição em uma determinada indústria/setor. Isto implica na necessidade de conhecer em detalhes a realidade diversa de cada indústria/setor. Porém, o papel da dotação de fatores é mais complexo. A vantagem competitiva depende da eficiência e efetividade com que os fatores são distribuídos, refletindo as escolhas feitas pelas firmas nacionais, em relação à forma de mobilizar os fatores e a tecnologia. O valor de determinados fatores pode ser dramaticamente modificado pela opção tecnológica. A simples disponibilidade dos fatores não basta para explicar o sucesso competitivo. Na verdade, quase todas nações têm reservas de fatores nunca usados ou, ainda, inconvenientemente utilizados. As modernas firmas globais podem abastecer-se de fatores de outros países, comprando deles ou localizando neles suas atividades. Não é o simples acesso aos fatores, mas a capacidade de usá-los produtivamente, que tem importância central para a vantagem competitiva, sempre levando em consideração as distintas necessidades competitivas das firmas nos diferentes setores onde atuam.

Segundo Porter (1993), para compreender o papel dos fatores na vantagem competitiva é necessário vislumbrar duas importantes distinções entre os fatores. Em primeiro lugar destacam-se os fatores básicos e os adiantados. Os “fatores básicos” incluem os recursos tradicionais como natureza, clima, localização e mão de obra. Os ditos “fatores adiantados” incluem a comunicação digital de dados, pessoal altamente qualificado, instituições científicas, tecnológicas e de inovação. Poucos fatores são realmente “herdados” por um país, pois, a maioria deles pode/deve ser desenvolvida com o tempo, por meio de investimentos estratégicos e diferenciados. Os fatores básicos são “herdados” passivamente. Os fatores “adiantados” são os mais significativos para se conseguir a chamada vantagem competitiva superior, como produtos diferenciados e tecnologia patenteada. Porter (1993)

explica que os fatores “adiantados” são, em muitos casos, construídos sobre os fatores básicos.

A segunda distinção importante entre os fatores é a especificidade. Os “fatores generalizados” incluem, por exemplo, rodovias, oferta de dívida de capital e reserva de empregados motivados, que podem ser utilizados quase universalmente nos setores. Os “fatores especializados” envolvem: i) pessoas com profundo conhecimento e especialização; ii) infraestrutura especial; iii) bases de conhecimento e outros fatores relevantes para um número limitado de setores. Os fatores que fazem a diferenciação tendem a ser mais especializados. Os fatores especializados oferecem uma base mais decisiva e sustentável para a vantagem competitiva do que os fatores generalizados, que proporciona, uma tendência a construção de vantagens mais “rudimentares”. Os fatores generalizados existem em muitos países e tendem a ser anulados, contornados ou obtidos por meio das redes empresariais globais.

A vantagem competitiva mais significativa e sustentável ocorre quando um país detém os fatores necessários à competitividade num determinado setor que sejam, simultaneamente, adiantados e especializados. A disponibilidade desses fatores determina a sofisticação da vantagem competitiva que pode, potencialmente, ser obtida e, também, a sua taxa de aperfeiçoamento. Em contraste, a vantagem baseada em fatores generalizados não tem sofisticação e, com frequência, é efêmera, e dura até que alguma nação, que esteja subindo a escada do desenvolvimento, seja capaz de superá-los. Isto tende a ser alcançados pelas nações em desenvolvimento em prazos relativamente mais curtos.

Porter (1993) propugna que os fatores especializados, que são os mais importantes para realizar uma vantagem superior e mais sustentável, são criados por meio dos investimentos próprios feitos pelos indivíduos, firmas, instituições ou pelos governos. Entre os meios de criação de fatores, por exemplo, estão às instituições de educação e pesquisa públicas e privadas; e os órgãos que proporcionam infraestrutura, como a administração de portos pelo governo. Além disso, um papel do setor privado na criação de fatores é necessário para alcançar a vantagem de fatores, na maior parte dos setores. As firmas têm mais condições de saber quais dos fatores adiantados/especializados são os mais necessários à competição em seus respectivos setores. Porter (1993) postula uma consideração polêmica quando, se referindo à participação do governo na criação de fatores, considera que os investimentos governamentais se concentram nos fatores mais básicos/generalizados. Comenta ainda, que as tentativas governamentais de criar fatores especializados tendem frequentemente a falhar, com exceção daquelas concebidas e operacionalizadas diretamente com setores e firmas,

porque, na sua concepção, as entidades do governo são notoriamente vagarosas e incapazes de identificar novos campos e necessidades especializadas de determinados setores. Porém, na sequência comenta que a combinação de investimentos públicos e privados são características dos setores industriais nacionais que obtêm sucesso internacional. O autor conclui seu raciocínio declarando que nenhum país pode criar e aperfeiçoar todos os tipos de fatores. Quais os tipos criados e aperfeiçoados e com que eficiência, tendem a depender de outros determinantes, como as condições de demanda interna, a presença de setores correlatos, as metas das firmas e a natureza da rivalidade interna. Até mesmo a direção dos investimentos do governo é fortemente influenciada pelos outros determinantes.

Porter (1993) afirma que a vantagem competitiva pode advir da “desvantagem” em certos fatores. Conforme uma visão restrita, de perfil ortodoxo, da competição internacional, a vantagem competitiva é a resultante da abundância de fatores, sendo que, a desvantagem de fatores não pode ser superada porque a tecnologia é considerada estacionária. Porém, na competição observada no “mundo real”, a abundância ou o baixo custo de um fator pode levar a sua utilização insuficiente. Em oposição, as desvantagens em fatores básicos, tais como, escassez de pessoal, falta de matérias-primas e problemas climáticos, criam pressões em favor da necessidade da inovação. Os aumentos da taxa de câmbio podem levar ao mesmo efeito. A vantagem competitiva pode ser melhorada e ser mais sustentável. Ou seja, de maneira geral, Porter sustenta que, o que representa uma desvantagem numa concepção estreita da competição pode se tornar vantagem numa visão dinâmica.

As inovações para contornar as desvantagens não só economizam a utilização dos fatores como podem criar vantagens de fatores. As firmas inovarão e compensarão as desvantagens contribuindo para a liberação de potencialidades latentes e para tornar vigorosa a economia. A inovação relacionada com as desvantagens em fatores básicos leva as firmas a buscar melhorias, desenvolvendo vantagens sofisticadas (como tecnologia patenteada ou economias de escala por processos de automação) que podem ser mantidas por mais tempo e podem proporcionar mais ganhos. Ao mesmo tempo ocorrem pressões para aperfeiçoar e especializar outros fatores, como a qualificação das pessoas e da infraestrutura vigente.

#### 2.6.1.2 Condições da Demanda

A demanda interna por um produto ou serviço de um setor industrial é um dos determinantes relevantes da vantagem competitiva nacional daquele setor. A demanda interna influencia as economias de escala e promove a eficiência estática, mas sua influência maior é dinâmica. Ela determina o rumo e o caráter da melhoria e da inovação pelas firmas do país.

Três atributos gerais da demanda interna são significativos: i) composição; ii) tamanho e padrão de crescimento; e iii) internacionalização (PORTER, 1993). A seguir são tratados com mais detalhes estes três atributos gerais.

A influência mais importante da demanda sobre a vantagem competitiva se faz por meio da combinação e do caráter das necessidades do comprador interno. A composição da demanda determina a maneira pela qual as firmas percebem, interpretam e reagem às necessidades do comprador. Conforme Porter (1993) há três características da composição da demanda que são importantes para a vantagem competitiva nacional: i) a estrutura da demanda do segmento; ii) compradores sofisticados e exigentes; e iii) necessidades precursoras do comprador.

Desde que sua composição seja sofisticada e prenuncie as necessidades internacionais, não apenas as internas, o tamanho e o padrão de crescimento da demanda local podem reforçar a vantagem nacional de um dado setor. Porter (1993) comenta que alguns autores argumentam que um mercado interno grande representa uma força para a vantagem nacional, por causa das economias de escala. Outros, porém, veem o mercado interno como uma debilidade, com base no raciocínio de que uma demanda local fraca obrigaria as firmas a exportar, o que seria muito importante para a competitividade global. O autor cita os casos da Suíça, Suécia, Coreia e Japão como exemplos de nações cuja demanda interna limitada levou a significativas pressões para as firmas gerarem um forte viés de exportação, o que implica em competir segundo os mais elevados padrões em termos do desenvolvimento de tecnologia e inovação.

Segundo Porter (1993), a internacionalização é a terceira forma pela qual as condições de demanda interna contribuem para a vantagem nacional. Esse processo se dá por meio dos mecanismos pelos quais a demanda interna de internacionaliza e impulsiona os produtos e serviços do país para o exterior. Os mecanismos fundamentais são: i) a atuação dos compradores locais móveis ou multinacionais; e ii) as influências locais sobre as necessidades estrangeiras.

Porter (1993) assinala, ainda, que existem influências mútuas entre as condições da demanda interna. As condições se reforçam mutuamente, aumentando seu significado em diferentes fases da evolução industrial. Porém, os efeitos das condições da demanda sobre a vantagem competitiva dependem de outras partes do “Diamante”. O autor comenta que sem uma forte rivalidade interna, por exemplo, o rápido crescimento ou a grandeza do mercado interno pode levar à condescendência ao invés de estimular o investimento. Sem a presença de setores industriais de apoio adequados, as firmas podem ter dificuldade de reagir à exigência

dos compradores internos. O “Diamante” é um sistema no qual o papel de qualquer um dos determinantes não pode ser analisado isoladamente. Torna-se essencial uma visão sistêmica para a observação do modelo do “Diamante” proposto por Porter.

#### 2.6.1.3 Setores Correlatos e de Apoio

A presença no país de setores voltados ao abastecimento/fornecimento, ou setores correlatos internacionalmente competitivos, é um dos determinantes amplos da vantagem nacional. Segundo Porter (1993), os setores fornecedores criam vantagens em outros setores coligados, por diversas maneiras, tais como, pelo acesso eficiente, rápido ou preferencial a insumos rentáveis. Neste contexto, fornecedores e usuários finais localizados próximos uns aos outros proporcionam acesso facilitado aos insumos. Porém, o simples acesso a máquinas e insumos não é a vantagem mais significativa de se ter setores abastecedores exitosos no país. Mais importante que isso é a vantagem que os fornecedores internos proporcionam em termos de coordenação (compartilhamento) constante das ações com os usuários finais. O autor explica que as ligações entre cadeias de valores das firmas e seus fornecedores são importantes para a vantagem competitiva. Mas, ainda mais significativa é a vantagem proporcionada pelos fornecedores internos em termos de sua potencialidade de auxiliar e gerar inovação e melhorias nas diferentes indústrias e cadeias produtivas.

Porter (1993) explica ainda, que, geralmente, a presença de setores correlatos competitivos contribui para o surgimento de novos setores competitivos. Os setores correlatos são aqueles nos quais as firmas, ao competir, podem coordenar ou partilhar atividades na cadeia de valor, ou as atividades que envolvem produtos complementares. A participação mútua pode ocorrer no desenvolvimento de tecnologia de produtos e processos, produção, distribuição, assistência, etc. A competitividade interna em setores correlatos tende a proporcionar benefícios em inovação, pois o fluxo de informação e intercâmbio técnico acelera os ritmos de melhoria da inovação.

#### 2.6.1.4 Estratégia, Estrutura e Rivalidade das Firmas

De acordo com Porter (1993), o quarto determinante amplo da vantagem competitiva nacional num setor é o contexto no qual as firmas são criadas, organizadas e dirigidas, bem como a natureza da rivalidade interna. As metas, estratégias e modos de organização são

muito variáveis entre os países. A vantagem nacional resulta de um bom equilíbrio entre essas opções e as fontes de vantagem num dado setor. O padrão de rivalidade interna também possui um papel profundo no processo de inovação e na possibilidade de sucesso internacional.

Com relação à estratégia e estrutura das firmas, Porter (1993), menciona que a forma pela qual as firmas são comandadas e optam pela competição é afetada pelas circunstâncias nacionais. Nenhum sistema administrativo tem aplicação universal. As nações tendem a lograr êxito nos setores onde as práticas administrativas e de organização preferidas pelo ambiente nacional são as mais adequadas às fontes de vantagem da indústria. O autor salienta que a política governamental tem influência na internacionalização de firmas nacionais (dificultando ou facilitando o processo de internacionalização). Um exemplo disso vem do controle do câmbio, que limita o investimento estrangeiro direto. A posição política do país também desempenha papel relevante para a internacionalização, assim como as políticas que influem na capacidade de uma firma local operar no exterior.

Com referência à rivalidade interna Porter (1993) afirma que, entre as mais evidentes constatações empíricas da pesquisa realizada por ele e seus colaboradores está à profunda ligação entre uma forte rivalidade e a criação e manutenção da vantagem competitiva num dado setor. A rivalidade pressiona as empresas em direção à inovação. Os rivais empurram-se mutuamente em direção a menores custos, maior qualidade e ao desenvolvimento de novos processos e produtos. O êxito de um rival demonstra aos demais a possibilidade de avançar.

### **2.6.2 O Papel do Acaso**

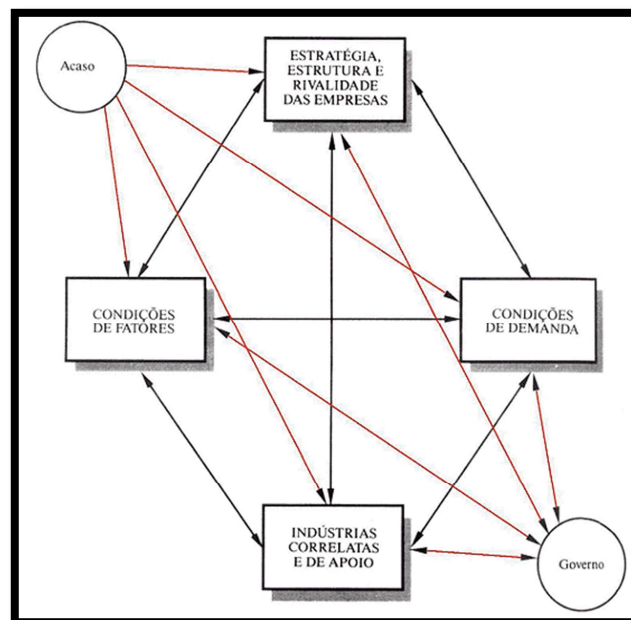
Porter (1993) reafirma que os determinantes da vantagem nacional condicionam o ambiente da concorrência em determinados setores. Porém, o autor explica que, conforme a análise de suas pesquisas, na maioria dos setores exitosos que foram estudados, o acaso também se constituiu em um fator relevante. São as contingências que têm poucas ligações com as circunstâncias de uma nação e estão fora das estratégias das firmas e dos governos. Alguns exemplos de situações desse tipo que influenciam a vantagem são: atos de pura invenção, descontinuidades tecnológicas importantes, descontinuidade marcantes nos custos (por exemplo, as crises do petróleo de 1973 e 1979), alterações fortes nas taxas de câmbio, surtos de demanda, decisões políticas de governos estrangeiros e guerras.

Esses acontecimentos extraordinários são importantes, pois criam interrupções que possibilitam mudanças na posição competitiva. Podem neutralizar vantagens de competidores estabelecidos e gerar potencial para que novas firmas nacionais possam superá-los, conquistando vantagens competitivas em consequência das novas condições.

### 2.6.3 O Papel dos Governos

Porter (1993), após descrever os determinantes da vantagem nacional, analisou uma variável final, porém muito importante, o papel do governo. Conforme o autor o governo é tratado com destaque nos estudos sobre a competitividade internacional e é citado por alguns autores como uma influência vital, se não for a mais importante. Porter cita os casos do Japão e da Coréia, países nos quais o sucesso das firmas está muito ligado às políticas do governo. No entanto, o autor argumenta que superou a tentação de fazer do governo o quinto determinante e esclarece que a função real do governo na vantagem competitiva nacional é influenciar os quatro determinantes. A Figura 5 demonstra o “Modelo do Diamante” e a influência do Acaso e do Governo.

Figura 5 - O Modelo do Diamante e a influência do Acaso e do Governo



Fonte: Adaptado de Porter (1992, 1993).

Segundo Porter (1993) o governo pode influenciar os quatro determinantes e ser por eles influenciado, de maneira positiva ou negativa. As políticas governamentais influem de diversas formas, por meio de subsídios, regulação de mercados de capital, política

educacional, etc. Com relação às condições locais de demanda, a capacidade de modelagem do governo é mais sutil. Os órgãos de governo regulamentam os produtos, condicionando ou influenciando as necessidades dos compradores. Os governos também são importantes compradores internos, demandando produtos de inúmeros setores. A forma pela qual o papel de comprador do governo for desempenhado pode ajudar, ou prejudicar, a indústria nacional.

O governo pode, ainda, moldar as circunstâncias dos setores correlatos e de apoio de muitas maneiras e sua política tende a influir na estrutura da estratégia das firmas e na rivalidade, por meio de regulamentações, política fiscal e leis antitruste. De outro lado, a política do governo pode, por sua vez, ser influenciada pelos determinantes. Por exemplo, uma forte demanda por um produto pode levar o governo a impor padrões de segurança.

Os papéis favorável ou desfavorável do governo no processo de criação de vantagens competitivas são esclarecidos pela análise do governo como influenciador do “Diamante” nacional. Porter (1993) afirma que é possível uma variedade muito mais ampla de políticas públicas e resultados do que se busca conhecer. Os determinantes sugerem políticas governamentais claramente diferentes das sugeridas pelas concepções ortodoxas da vantagem nacional.

Porter (1993) conclui que o governo tem importante influência sobre a Vantagem Competitiva Nacional. No entanto, seu papel é inevitavelmente parcial. A política governamental falhará se for considerada a única fonte da vantagem nacional. As políticas de sucesso funcionam nos setores nos quais os determinantes subjacentes da vantagem nacional estão presentes e o governo os reforça. Os governos podem apressar ou aumentar as possibilidades de vantagem competitiva, mas lhe falta o poder de criar a própria vantagem.

#### **2.6.4 O “Diamante” como um Sistema**

Cada um dos quatro determinantes anteriormente apresentados define um ponto no “Diamante” da vantagem competitiva. Porter (1993) explica que, os determinantes constituem um sistema complexo, que se autorreforça, e por meio do qual as características nacionais influem no sucesso competitivo. Em geral, o impacto de um determinante depende do estado dos demais. Pontos fracos em qualquer determinante afetam o potencial de aprimoramento e desenvolvimento dos setores.

Os países obtêm sucesso na concorrência internacional quando dispõem de vantagens no “Diamante”. Porém, as exigências para o sucesso em setores e segmentos industriais são



muito variáveis e, como a limitação de recursos nacionais impede o sucesso em todas as indústrias, os países tendem a predominar em algumas delas e a falhar em muitas outras.

Outro efeito sistêmico do “Diamante” é a promoção de um ambiente favorável aos aglomerados (ou agrupamentos) de setores competitivos que se interligam através de relacionamentos verticais (compradores e vendedores) ou horizontais (tecnologias, clientes e canais de distribuição comuns). Porter (1993) afirma que as firmas não se encontram dispersas, de modo aleatório, por todo o território. Os aglomerados empresariais tendem a não se espalhar geograficamente, mas sim a se concentrar numa mesma região ou território. O autor comenta que o fenômeno do agrupamento de setores é tão generalizado que parece constituir o aspecto central das economias nacionais adiantadas.

As bases do agrupamento vêm diretamente dos determinantes e são manifestações de seu caráter sistêmico. Por meio de um processo de reforço mútuo, um setor competitivo ajuda no desenvolvimento de outros. Um conglomerado, uma vez constituído, passa a reforçar mutuamente todo o grupo de setores. Os benefícios fluem para frente, para trás e de forma horizontal. Novas oportunidades surgem e a inovação se propaga com rapidez no cenário competitivo mundial.

## 2.7 CONTEÚDOS PARA UMA POLÍTICA INDUSTRIAL REGIONAL

Nesta secção é realizada uma seleção e organização de possíveis conteúdos para se construir uma política industrial num estado da Federação Brasileira. Este ponto trabalha com um componente relevante no caso brasileiro, pois, a Política Industrial, em grandes linhas, é realizada no âmbito do Governo Federal uma vez que as variáveis essenciais de política macroeconômica estão sob o seu controle (taxa de juros, câmbio). No entanto, existem alguns casos de implantação de políticas industriais regionais, ou políticas assemelhadas, em outros países.

O Quadro 5, construído com base em Kupfer e Hasenclever (2002), sistematiza uma gama considerável, porém ainda não definitiva, de conteúdos e instrumentos de uma Política Industrial Nacional. Em um segundo momento, o autor deste trabalho sugere os elementos que podem ser utilizadas no âmbito estadual, de acordo com as atribuições específicas deste ente federativo. Para preencher a coluna das possibilidades estaduais foram utilizadas como base informações referentes ao Rio Grande do Sul. A análise resultante da comparação possibilitada pelo Quadro 5 visa, também, a explicitar, de forma genérica, os espaços de articulação, intersecção positiva e sinergia entre as políticas industriais nacional e regional. A

ideia geral consistiu em sugerir uma ótica binária (afirmativa ou negativa) de tratar da questão envolvendo as Políticas Industriais Nacional e Estaduais. Porém, a construção do Quadro revelou situações que permitem uma apreciação de algumas possibilidades de forma parcial. Estes casos estão explicados no texto que vem na sequência do Quadro. Para uma visão mais geral da questão a seguir apresenta-se o Quadro 5.

Quadro 5 - Conteúdos e instrumentos de Política Industrial e sua correlação no nível estadual

		<b>Campo de Atuação dos Instrumentos</b>	<b>Variáveis Envolvidas</b>	<b>Exemplos</b>	<b>PI Nacional</b>	<b>PI Estadual</b>
<b>Instrumentos Diretos de Política Industrial (PI)</b>	<b>Por Regime de regulação</b>	1- Concorrência	Repressão a condutas anticompetitivas	Vendas casadas, acordos de preços, discriminação de preços.	SIM	NÃO
			Controle de atos de concentração	Fusões, aquisições e <i>joint-ventures</i> .	SIM	NÃO
		2- Infraestrutura	Políticas de concessões		SIM	SIM
			Controle administrativo de preços	Mecanismos de reajuste de tarifas de serviços.	SIM	SIM
		3- Comércio exterior	Política tarifária e não-tarifária		SIM	SIM
			Prevenção de concorrência desleal	<i>Anti-dumping</i> , direitos compensatórios e salvaguardas	SIM	NÃO
		4- Propriedade intelectual	Patentes, marcas		SIM	NÃO
			Transferência tecnológica		SIM	SIM
	<b>Por Regime de incentivos</b>	1- Inovação	Apoio à P&D		SIM	SIM
			Fomento à difusão de tecnologias e informações		SIM	SIM
		2- Capital	Crédito e financiamento LP		SIM	SIM
			Estímulos às exportações	Crédito e seguro de crédito	SIM	SIM
			Financiamento às importações		SIM	SIM
		3- Incentivos fiscais	Deduções fiscais para promoção de atividades industriais		SIM	SIM
4- Compras governamentais		Mecanismos preferenciais para produtores	Participação de MPEs em licitações descentralizadas	SIM	SIM	

		<b>Campo de Atuação dos Instrumentos</b>	<b>Variáveis Envolvidas</b>	<b>Exemplos</b>	<b>PI Nacional</b>	<b>PI Estadual</b>
			locais			
<b>Outras Medidas (concorrência, investimentos e tecnologia)</b>	1 - Apoio à capacidade de concorrência externa	Auxílio às exportações		Financiamento de clientes estrangeiros de fabricantes nacionais e reforço direto à capacidade exportadora	SIM	SIM
		Medidas setoriais		Redução de setores em declínio e reestruturação de setores expostos a acirrada concorrência internacional	SIM	SIM
		Apoio a empresas em dificuldades		Consolidação financeira via fusões e aquisições	SIM	SIM
	2 - Apoio à P&D e à difusão tecnológica	Redução dos custos de P&D para empresas		Mediante vantagens fiscais, com ênfase em projetos cooperativos	SIM	SIM
		Apoio a tecnologias específicas e estratégicas		Informática, biotecnologia, novas formas de energia	SIM	SIM
		Apoio à difusão tecnológica		Reforço aos investimentos em P&D das empresas	SIM	SIM
	3 - Salvaguarda do tecido industrial	Políticas industriais regionais		Regiões subdesenvolvidas ou com setores em declínio	SIM	SIM
		Apoio à pequenas e médias empresas		Tratamento fiscal diferenciado, estímulos à criação de empregos, modernização: P&D, automação, consultoria em gestão	SIM	SIM
		Apoio ao emprego e à formação profissional			SIM	SIM
	4- Apoio ao investimento fixo		Financiamentos em condições favoráveis a planos correntes de investimento		SIM	SIM

		<b>Campo de Atuação dos Instrumentos</b>	<b>Variáveis Envolvidas</b>	<b>Exemplos</b>	<b>PI Nacional</b>	<b>PI Estadual</b>	
<b>Elementos de Outras Políticas que Influenciam a PI</b>	<b>Políticas Macroeconômicas</b>	1- Política Cambial			SIM	NÃO	
		2- Política de Juros			SIM	NÃO	
		3- Política Tributária e Fiscal			SIM	SIM	
	<b>Políticas genéricas associadas ao desenvolvimento</b>	1- Infraestrutura	Energia elétrica, transporte, portos, telecomunicações			SIM	SIM
		2- Recursos humanos	Educação, qualificação			SIM	SIM
		3- Ciência e tecnologia	Incentivos e subsídios			SIM	SIM

Fonte: Elaborado e ampliado com base em Kupfer e Hasenclever (2002).

Na sequência estão comentados alguns conteúdos, listados no Quadro 5, que merecem explicações mais pormenorizadas sobre as possibilidades de seu aproveitamento em uma Política Industrial Regional.

i) Nos Instrumentos Diretos de Política Industrial:

a - Por regime de regulação (comércio exterior). No caso da política tarifária e não-tarifária, a possibilidade estadual é parcialmente afirmativa, pois está restrita ao ICMS.

b- Por regime de incentivos (capital). No caso do financiamento às importações, a possibilidade estadual é parcialmente afirmativa, pois está restrita a bens de capital.

c- Outras Medidas (apoio à capacidade de concorrência externa / auxílio às exportações). No caso dos financiamentos de clientes estrangeiros de fabricantes nacionais e reforço direto à capacidade exportadora, a possibilidade estadual é parcialmente afirmativa, pois, restringe-se a projetos de apoio à capacidade de exportação.

ii) Nos Elementos de Outras Políticas que Influenciam a PI:

a - Políticas Macroeconômicas, (Política Tributária e Fiscal). Nesse caso, no que se refere à esfera estadual, na parte tributária os governos lançam mão de inúmeros expedientes de renúncia fiscal para atrair investimentos. Inclusive é pauta sempre presente nas discussões nacionais a questão da guerra fiscal entre as diferentes unidades federativas.

b- Outras Medidas: (Apoio à capacidade de concorrência externa). No caso de financiamentos de clientes estrangeiros de fabricantes nacionais e reforço direto à capacidade exportadora, no que se refere à possibilidade nacional pode ser adotado o modelo de Eximbank.

c- Medidas setoriais (Redução de setores em declínio e reestruturação de setores expostos a acirrada concorrência internacional). Nesse caso, no Brasil, tanto a esfera nacional, quanto a estadual podem tomar medidas de apoio à reestruturação de setores.

d- Salvaguarda do tecido industrial (políticas industriais regionais). No caso de políticas voltadas a regiões subdesenvolvidas ou com setores em declínio, a possibilidade afirmativa é para ambas as esferas. Porém, esse instrumento não deve ser confundido com a própria PI-RS, que é o objeto desse estudo. Aqui se trata de programas e ações voltados para o desenvolvimento de regiões e territórios específicos de um país ou unidade federativa. Um exemplo dessa possibilidade são programas e projetos de apoio aos arranjos produtivos locais, que poderão priorizar os territórios menos desenvolvidos do Estado Regional ou do País.

Como fecho desta seção se acrescenta que as informações coligidas no Quadro 5 demonstram, em tese, um conjunto considerável de possibilidades que um governo estadual pode explorar no sentido de implantar uma política industrial própria, de cunho regional. Com

exceção dos instrumentos macroeconômicos, a maioria das possibilidades elencadas é cabível, guardados os limites constitucionais, de um estado-membro da Federação, de execução por meio de uma política industrial regional.

O Quadro 5, apesar de não exaustivo, é autoexplicativo e tem o mérito de apresentar os principais conteúdos passíveis de serem trabalhados para a formulação de uma política industrial seletiva/vertical. O Quadro 5 permite a comparação dos instrumentos da PI-RS com os conteúdos estudados e pode dar indicações de novas possibilidades. O Quadro se relaciona com o capítulo 3 que descreve a PI-RS e com todo o capítulo 5 que realiza a análise crítica da Política.

## 2.8 CASOS INTERNACIONAIS DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL REGIONAL

Esta seção apresenta três casos internacionais associados com a elaboração e implantação autônoma de políticas de desenvolvimento industrial ou similares de cunho regional. Com base em buscas realizadas na literatura, onde pode ser observado que não existem muitos casos no âmbito mundial, e no referencial teórico proposto foram escolhidos os seguintes casos: i) o da região da chamada Terceira Itália; ii) o do chamado País Basco (Euskadi), na Espanha; e iii) a região de Baden-Württemberg, na Alemanha.

Os conteúdos apresentados para cada caso foram preparados a partir de abordagens distintas. Sobre a Terceira Itália será apresentado uma visão geral do mesmo, pois este caso é menos semelhante, de forma geral, com a PI-RS. Já os casos de Euskadi, também conhecida como “Comunidade Autônoma Vasca” (País Basco) e Baden-Württemberg a comparação parece poder ser feita de forma mais ampla. Este último, por exemplo, parece poder servir como um interessante benchmark para a PI-RS. Por isso, será apresentado com maior detalhamento.

### 2.8.1 O Caso da Terceira Itália

Na divisão da Itália em macrorregiões, a parte norte do país, que ficou conhecida como Primeira Itália, se caracteriza por indústrias sofisticadas, conhecidas pela produção em massa de bens padronizados nos campos automotivos, elétrico e químico. A parte sul, ou Segunda Itália (*Mezzogiorno*), se caracteriza por uma economia menos dinâmica, de base agrícola. Além destas, existe a chamada Terceira Itália (*Terza Italia*), que compreende uma

região no “centro-nordeste” do país, que é aquela caracterizada pela existência dos Distritos Industriais Italianos.

A *Terza Italia*, contextualizada como uma das macrorregiões italianas a partir dos anos 1970, é integrada pelas províncias de Toscana, Emilia-Romagna, Marche, Umbria, Veneto, Friuli e Trentino Alto Ádige. A Figura 6 mostra o “mapa” da Terceira Itália.

Figura 6 - “Mapa” da Terceira Itália



Fonte: Wikipedia (2014)

De acordo com a abordagem de Bagnasco (1988) o desenvolvimento dos Distritos Industriais Italianos está relacionado com um significativo processo histórico, que fez com que essa região apresente características peculiares de desenvolvimento. O ponto em comum entre essas províncias seria a adjacência entre seus espaços urbanos e rurais, onde foi observada uma significativa concentração populacional. Assim, o desenvolvimento das unidades de produção industriais de pequeno e médio porte se deu a partir da migração das atividades agrícolas. Há uma correlação estatística entre as áreas de agricultura familiar ligadas as atividades urbanas e a emergência de firmas de pequeno e médio porte, que a partir da década de 1970 se mostraram altamente dinâmicas, sobretudo, em relação à capacidade exportadora (BAGNASCO, 1988). Nesse contexto foram encontradas cerca de 4.800 empresas, reunidas em 143 consórcios, onde trabalhavam em torno de 150 mil pessoas, com exportações de cerca de 47% da produção, sendo que alguns distritos chegaram a exportar até 70% de sua produção. Junto ao surgimento das firmas também foram desenvolvidas



atividades de indústria e comércio, tais como, institutos de formação profissional, redes bancárias e sistemas de comunicação, sendo formadas assim, as zonas industriais, em um processo de industrialização difusa. Essa informação explicita que, a Terceira Itália é antes um caso exemplar de desenvolvimento endógeno, do que um caso específico de construção de uma política industrial ativa. O desenvolvimento foi impulsionado, basicamente, pelo empreendedorismo pioneiro, pela empresa familiar e por um processo de gemação de empresas (firmas que “se criaram” dentro de outras firmas e, num segundo momento, tornaram-se autônomas e independentes). Acrescenta-se a esse quadro a questão dos distritos industriais, que no caso italiano, são semelhantes aos *clusters* ou, aos intitulados Arranjos Produtivos Locais (APLs) brasileiros. Na verdade o caso pode ser melhor interpretado a partir da inspiração nos Distritos Industriais “marshallianos” e na teoria das externalidades econômicas de Alfred Marshall.

Ilha, Coronel e Alves (2006) destacaram que a consolidação dos Distritos Industriais italianos está relacionada às suas características próprias, que associam as identidades locais e valorizam as vocações regionais, onde são considerados fatores culturais e formação profissional. De acordo com Boschma (1998) o desenvolvimento industrial inicial da Terceira Itália esteve associado ao período do pós-guerra. Contudo, no período recente a região tem sido associada ao modo de produzir pós-fordista, baseado em redes de especialização flexível, formadas em grande parte por pequenas e médias empresas, distribuídas em indústrias tradicionais de artesanato e de máquinas-ferramentas.

Para Ligabue, Vetturini e Venancio (2007) na Itália existem 199 distritos industriais com 2,7 milhões de empregos em 239 mil empresas, que representam cerca de 38% do PIB e 46% das exportações. Sendo que entre esses distritos, 65 encontram-se na região nordeste e 60 na região central do país.

Ilha, Coronel e Alves (2006) destacaram que o papel do Estado e das administrações públicas locais quanto à implantação de políticas visando metas coletivas no caso italiano, dado que o modelo de desenvolvimento está associado as identidades locais da região, com a valorização da cultura e vocações locais. No âmbito regional compete a administração governamental o planejamento da infraestrutura urbana integrada ao planejamento municipal e da educação básica, assim como o planejamento de política para pequenas e médias empresas.

### **2.8.2 O Caso da Comunidade Autónoma Vasca – Euskadi**

O País Basco, caracterizado por uma realidade histórica e cultural peculiar, compreende três comunidades autônomas - Euskadi, Navarra e Iparralde -, localizadas nos territórios de França e Espanha. No território espanhol encontram-se as comunidades de Euskadi e Navarra. A Espanha é considerada um Estado “assimétrico”, isso significa que as regiões do país possuem diferentes níveis de autonomia com relação ao poder central.

Euskadi, também conhecida como Comunidade Autônoma Vasca (CAV), compreende as províncias de Araba, Biscaia, e Guipúzcoa, em um território com cerca de 7.089 km<sup>2</sup>. A comunidade foi reconhecida pela Constituição espanhola, possuindo uma “nacionalidade histórica” e, desde 1980 possui um parlamento próprio, mas ainda não possui um território. No entanto, a comunidade possui uma linguagem própria, a Euskara, adotada por em torno de 25% da população em Euskadi. A Figura 7 mostra o “mapa” do País Basco.

Figura 7 - “Mapa” do País Basco



Fonte: Euskadi (2014).

Euskadi possui em torno de 2,1 milhões de habitantes, com um PIB 125,6 bilhões de Euros e um PIB per capita 27.247 Euros em 2005. Em 2004, era a segunda comunidade autônoma com maior desenvolvimento econômico da Espanha, e estava entre as regiões de maior PIB e PIB per capita na União Europeia.

Euskadi possui seu próprio sistema financeiro e de tributação, assim como, sistemas de saúde, educação e segurança e, proporcionalmente ao tamanho da população, se caracteriza como a região europeia, com o maior número de instituições empresariais e educacionais.

A região passou por uma reestruturação industrial, que esteve relacionada à crise observada nos países europeus. Em 1990, a Comissão Europeia realizou uma reflexão sobre o desenvolvimento econômico e industrial nos anos 1980 e apresentou aos Estados membros, as orientações para uma nova política industrial da Comunidade Europeia em um contexto de globalização econômica, que teve como foco principal ações econômicas e industriais e a promoção da inovação.

Desde 1991, Euskadi apresenta diferentes programas voltados para o aumento da competitividade da região. A partir de 2004, foi lançado o “Programa de Inovação Social e Competitividade Basco”. A gestão de parte desse Programa foi confiada a *Sociedad para la Promoción y Reconversión Industrial (SPRI)*, que promoveu a implementação de dois programas específicos, voltados a proporcionar infraestrutura e desenvolvimento às empresas: i) o Programa de Infraestrutura Industrial, com aprovação do Plano Setorial Territorial de Terras Industriais da Comunidade Autônoma; e ii) o Programa Despertar Socioeconômico, criado para a promoção de centros de negócios e inovação.

Também é significativa a presença de clusters, que foi baseada desde o início numa ideia de priorização, isto quer dizer, somente partes dos agrupamentos naturais foram considerados relevantes para serem apoiados. A criação de clusters foi considerada um fator de aumento de competitividade para alguns setores da economia. Assim, foram identificados setores prioritários, desde os tradicionais aos diversificados e inovadores. Nesse escopo foram selecionados 11 setores: aviões, componentes automotivos, eletrodomésticos, energia, máquinas-ferramentas, meio-ambiente, trabalho, tecnologia da informação, marítimo, portuário e conhecimento em gestão de negócios, e os incentivos foram concentrados em atividades voltadas para o desenvolvimento tecnológico, melhoria da gestão, internacionalização, e formação de recursos humanos.

A marca da política de clusters foi à cooperação empresarial, que inclui também a colaboração entre empresas, instituições e agentes públicos e privados, na busca de melhorias competitivas. Depois desse mapeamento inicial, e definição do grupo de clusters prioritários, foram criadas diferentes associações de clusters.

Nas últimas décadas a economia de Euskadi veio sofrendo um processo de transformação e modernização, em função de vários fatores. A política industrial adotada permitiu a manutenção da competitividade da região e, adicionalmente, possibilitou, além do

desenvolvimento e criação dos clusters, a internacionalização de empresas. No entanto, em 2004 era destacada a necessidade da busca de um desenvolvimento econômico e social sustentável, baseado em três objetivos: i) construção de uma sociedade da informação e conhecimento; ii) tornar a região uma referência em pesquisa e tecnologia dentro do continente europeu; e iii) adotar a qualidade total como forma de organização e gestão nas empresas. Nessa perspectiva foi lançado em 2004 o Fórum de Competitividade 2015, que visava a discussão sobre os principais desafios e estratégias da região.

### **2.8.3 O Caso do Estado de Baden-Württemberg**

O Estado de Baden-Württemberg, criado em 25 de abril de 1952, mediante referendo popular, ocupa uma área territorial de 35.751 km<sup>2</sup> de superfície, sendo o terceiro maior Estado da Alemanha. A região surgiu a partir de três Estados alemães - Württemberg-Baden, Württemberg-Hohenzollern e Baden – que, com aprovação de 70% da população, formaram um estado federado unificado.

Situado no sudoeste da Alemanha, Baden-Württemberg localiza-se entre os principais mercados europeus consolidados e o bloco do leste europeu em expansão. Stuttgart, a capital estadual encontra-se entre os eixos das principais metrópoles europeias: Paris-Viena, Roma-Copenhagen, Moscou-Lisboa.

A região é rica em recursos naturais, em geral, e possui um alto potencial em recursos hídricos, que são voltados para diferentes usos, tanto como água potável para fins industriais, e terapêuticos, assim como para lazer e recreação. Nas áreas urbanas são encontrados 18 grandes centros urbanos que ocupam 39% da superfície da região, e concentram 74% da população e 80% dos postos de trabalho. A Figura 8 mostra o “mapa” do Baden-Württemberg.

Figura 8 - “Mapa” do Baden-Württemberg



Fonte: Especial Baden-Württemberg (2009).

Em termos demográficos Baden-Württemberg se apresenta como uma região com índice populacional elevado, com cerca de 10,6 milhões de habitantes e 296 hab./km em 2012. Ao redor de 12% da população do Estado está composta por estrangeiros, entre eles em torno de 295 mil de turcos, 230 mil habitantes provindos da antiga Iugoslávia e 165 mil da Itália. A faixa etária média da população é de 42 anos.

Na comparação com a Alemanha e União Europeia o Estado de Baden-Württemberg apresenta, em geral, os melhores índices de emprego. No ano de 2012 quando a União Europeia apresentava uma taxa de desemprego entre os jovens de 23%, o percentual em Baden-Württemberg era de apenas 5,6%, inferior ao percentual observado na Alemanha que foi de 8,1%.

Em 2012, Baden-Württemberg alcançou um Produto Interno Bruto (PIB) de 389,5 bilhões de euros, com um PIB percapita de 36.019 euros. O valor adicionado bruto em 2012 ficou distribuído em 0,7% nas atividades agrárias (agricultura, silvicultura e pesca), 34,5% na indústria, 4,5% na construção e 60,3% em serviços.

O crescimento econômico de Baden-Württemberg, assim como da Alemanha, ficou acima da União Europeia, que apresentou uma retração em 2012. As exportações somam em torno de 2% das exportações mundiais, com uma receita de exportação de 17 mil euros por habitante, acima da média alemã que é de 12 mil euros. Os setores com maiores valores de exportações são a indústria automotiva, a indústria de máquinas, a área eletrotécnica e a química, que juntas respondem por cerca de 79% das mercadorias exportadas.

A região se caracteriza pela densidade de indústrias e de prestadores de serviços, se apresentando como um promissor mercado para investimentos, sendo um dos mais importantes polos industriais da Europa, em que se destaca a indústria de bens e

equipamentos. Na produção de máquinas e indústria metalúrgica estão concentradas cerca de 1/3 das indústrias da Alemanha, que somam em torno de 1.800 firmas. Os ramos da indústria de máquinas, automotivo e setor eletrotécnico são responsáveis pela geração de cerca de 700 mil empregos.

O complexo industrial inclui grandes *global players* como a Daimler, Porsche, Bosch, SAP e Zeiss, além de diversas pequenas e médias empresas, que se caracterizam como fornecedoras das grandes corporações. As pequenas e médias empresas apresentam papel importante na economia, pois concentram em torno de dois terços do trabalho assalariado, representando quase metade do produto interno da região.

A localização geográfica da região, com proximidade a significativos mercados de venda, somada a concentração industrial e de instituições científicas formam uma localização diversificada propícia para o desenvolvimento de inovações. Assim, a região se apresenta como líder em alta tecnologia e como *Excellet choice* para investimentos de pesquisa e desenvolvimento, sendo que quase um milhão de pessoas trabalham em alta tecnologia.

O ganho de produtividade das empresas está relacionado à formação de redes de alta tecnologia para desenvolvimento de projetos de forma cooperativa, que incluem atividades voltadas para o interesse local. Os principais ramos de atividades são agrupados em: i) mobilidade, onde se encontram as indústrias automobilísticas que concentram uma rede de mais de 2.000 empresas; ii) o ramo TIME, que engloba os setores de telecomunicação, tecnologia da informação, mídia, eletrônica e eletrotécnica; iii) o ramo Saúde, que concentram setores de biotecnologia, farmácia, tecnologia para medicina, óptica/mecânica de precisão e eletrotécnica/eletrônica, que combinam a cooperação entre empresas de pequeno e médio e grande porte; iv) e o ramo das tecnologias ambientais, energias renováveis e eficiência de recursos. Ainda, como suporte relevante as indústrias da região também contam com desenvolvimento de um setor de prestação de serviços.

Em Baden-Württemberg, pode ser observada uma gama diferenciada e complexa de clusters, que inclui um grande número de empresas, instituições de pesquisa e universidades, assim como iniciativas que visam à promoção de clusters, em que as partes interessadas interagem com uma abordagem orientada para processos inovadores de forma interdisciplinar, que propicia o intercâmbio de conhecimentos e competências. Esse desenvolvimento de polos regionais se relaciona a perspectiva da proposição de obter vantagens competitivas geradas às partes interessadas por meio do desenvolvimento de produtos e serviços inovadores. Em Baden-Württemberg, também pode ser observada uma gama diferenciada e complexa de clusters, que inclui um grande número de empresas, instituições de pesquisa e universidades,

assim como iniciativas que visam à promoção de *clusters*, em que as partes interessadas interagem com uma abordagem orientada para processos inovadores de forma interdisciplinar, que propicia o intercâmbio de conhecimentos e competências. Esse desenvolvimento de polos regionais se relaciona a perspectiva das vantagens competitivas geradas às partes interessadas por meio do desenvolvimento de produtos e serviços inovadores.

O Estado de Baden-Württemberg está dividido em 12 regiões caracterizadas pela diversidade de *clusters* locais que refletem a diversificação e forças tecnológicas e industriais das regiões. As regiões se destacam pela presença de *clusters* que conferem diversificação e desenvolvimento dinâmico as áreas. Os diversos *clusters* regionais compartilham da geração de valor e dos mercados, com a formação de redes entre os polos regionais em alguns casos. As atividades relacionadas ao setor automotivo são encontradas em todas as doze áreas, sendo que os produtos relacionados a veículos, com produção em série, são encontrados em pelo menos cinco regiões. Outros setores com alto valor agregado em potencial são a tecnologia de produção que inclui a engenharia mecânica e a indústria da saúde; a tecnologia de microssistemas, que inclui a nanotecnologia; logística, que inclui intra-logística; a biotecnologia; a tecnologia da informação, com a criação de softwares para empresas e meios de comunicação; e a indústria criativa. Além destes, são encontrados polos regionais ligados ao processamento de alumínio, produtos químicos, engenharia de precisão, tecnologia de vidro e de laboratório, produção de instrumentos musicais, fotônica, tecnologias de superfície e têxtil e indústria do vestuário. Em termos de estrutura existem *clusters* marcados, pela presença de grandes corporações, em torno das quais irão se desenvolver um grupo de empresas. Entretanto, existem muitos *clusters* com uma estrutura equilibrada, das pequenas e médias empresas. Outro tipo de estrutura são *clusters* que se desenvolvem em torno de universidades ou instituições não universitárias de pesquisa. Muitos *clusters* estão relacionados a existência de recursos naturais. Pode-se observar uma variedade considerável de atuação em termos das indústrias que atuam na região. Tal fato é complementado pela forte visão estratégica ligada ao desenvolvimento de tecnologia e inovação. Neste sentido, é possível observar uma ampla variedade, com *clusters* recentes, e até aqueles com atividades internacionais fortes, tanto com domínios de competência individuais, como com domínios interdisciplinares, com importância crescente, como por exemplo, a tecnologia ambiental, a tecnologia de segurança ou nanotecnologia.

Dado que muitos clusters representam uma especialização em uma ou mais regiões parciais do estado, na busca de um melhor desempenho destes potenciais foram criadas plataformas e redes, que visam à integração das ações levadas a cabo no Estado.

Um dos pilares para o desenvolvimento da região se encontra na infraestrutura de transportes, que combina os diferentes modais, com uma série de plataformas logísticas que dinamizam o fluxo de mercadorias e pessoas. Entre as rodovias estaduais são mais de 1.000 quilômetros de estradas, com três rodovias que cortam o Estado no sentido norte-sul e duas rodovias no sentido leste-oeste e mais em torno de 5.000 quilômetros de estradas federais. O modal aéreo apresenta ligação direta com aeroportos de Frankfurt, Zurique, Munique e Basileia, que propiciam diversas ligações internacionais. O modal ferroviário se apresenta como opção como transporte para curtas ou longas distâncias interurbanas. Além disso, a região conta com 500 quilômetros de vias navegáveis, 10 portos e docas para carga e descarga.

O sistema educacional empregado na região contribui para uma educação diversificada, com foco na demanda da região, e uma mão de obra altamente qualificada, em nove universidades internacionais particulares e 37 escolas superiores de ciências aplicadas, assim como academias profissionalizantes. O Estado lidera a área de pesquisa científica e o sistema dual de formação profissional permite uma estreita ligação entre empresas e escolas profissionalizantes, com a formação de especialistas com foco na prática. São 740 centros de formação, que contribuem para que a região concentre um alto nível de mão de obra industrial especializada. Destaca-se o desenvolvimento da tecnologia da informação e de telecomunicações, biotecnologia, tecnologia medicinal e engenharias mecânica, eletrônica e elétrica, entre outras áreas em inúmeros centros de competência ligados as universidades, que resultam em uma transferência de tecnologia dinâmica. Esta concentração em pesquisa e desenvolvimento fazem do estado um líder mundial em desenvolvimento de investimentos em pesquisa, sendo que mais de um quarto do capital alemão voltado para pesquisa se encontra na região.

Os temas ligados à infraestrutura e educação se constituem em exemplos da visão que interligam a Política Industrial, com as políticas correlatas envolvidas. Este parece se constituir em um ponto relevante da construção das modernas políticas industriais sejam elas nacionais ou regionais.

Em termos de políticas de desenvolvimento há a orientação para aquelas que visam promover em especial o potencial e competitividade de pequenas e médias empresas, por meio de programas de apoio a novos negócios, formação de profissionais, treinamento de pessoal, assim como auxílio às empresas para inserção em novos mercados e ampliação da transferência tecnológica.



O governo estadual de Baden-Württemberg apoia o desenvolvimento de *clusters* regionais, nacionais e internacionais, de forma sistemática por meio de suas iniciativas de promoção de *clusters*. As várias atividades relacionadas representam importantes instrumentos de inovação. Entre as medidas governamentais, além das de apoio financeiro as estruturas de gestão, por meio de fundos, são preconizadas medidas de internacionalização e suporte aos gerentes de clusters na forma de grupos de trabalho, eventos de qualificação específicos.

O governo estadual tem destaque, ainda, no fomento a internacionalização das empresas de médio porte da região, por meio do apoio a participação em feiras e exposições, a organização de simpósios de tecnologia, assim como o patrocínio de *pools* de empresas com pontos de contato no exterior, incluindo oferta de serviços de consultoria, assistência e informação.

Em 2010 a Comissão Europeia destacou que em termos de futuro para política regional os *clusters*, enquanto polos de desenvolvimento econômico, tendem a se apresentar como um elemento-chave nas estratégias de especialização inteligente, uma vez que podem contribuir para o desenvolvimento do conhecimento e inovação, que são a base do crescimento econômico. A formação de *clusters*, constituídos por pequenas e médias empresas e integrados ao setor de pesquisa, pode ser considerada como uma oportunidade de renovação para a economia e a sociedade, uma vez que, os *clusters* desempenham um papel relevante para pesquisa e para as estratégias de inovação, que visem à especialização inteligente.

O desenvolvimento das políticas e programas para *clusters* nos últimos anos na Europa está relacionado às oportunidades de intercâmbio das melhores práticas entre os países, com a colaboração transfronteiriça e promoção da convergência política entre as regiões e países. Além disso, a criação de organismos de colaboração política internacional, os exercícios de comparação de condições dos clusters, assim como, a avaliação do desempenho dos programas e das organizações têm colaborado para tanto.

Desta forma, os Estados-membros são incentivados a colocar ênfase na especialização inteligente de suas regiões, por meio da concentração de recursos em algumas prioridades-chave, com abordagem de pontos fortes específicos, ao invés de dispersar esforços de investimentos em todas as áreas e setores. Na UE o desenvolvimento de *clusters* é discutido a partir de políticas regionais, porém tendo como objetivo a perspectiva do desenvolvimento de *clusters* de classe mundial. Essa modalidade de clusters de nível mundial visaria à manutenção da competitividade global da Europa, com o aumento da cooperação

transnacional, e a promoção da excelência na gestão de clusters, que repercutiria em uma melhor integração das pequenas e médias empresas inovadoras em clusters.

No nível regional os *cluster* podem ser utilizados tanto para identificar a força industrial e de bens da região, que possibilita definir prioridades estratégicas e tomadas de decisões, como a implantação de estratégias de especialização inteligente. Nesse sentido, as propostas de mapeamento de *clusters* e de *benchmarking* são ferramentas que permitem identificar os padrões de especialização regional e comparação entre as atividades econômicas.

### **3 A POLÍTICA INDUSTRIAL DO RIO GRANDE DO SUL (PI-RS)**

No primeiro semestre de 2014 foi publicado o Balanço Executivo – Dois Anos de Política Industrial. Algumas das informações contidas na publicação servem como introdução ao presente capítulo. O “Balanço” contextualiza que, ativar uma política industrial envolveu a firme definição por fortalecer a estrutura econômica diversificada do Rio Grande em tempos de globalização e de profunda crise econômica atual no mundo industrializado. O processo de globalização, traduzido como o aumento da integração das economias real e financeira, vem se aprofundando nas últimas décadas. Em decorrência o comércio internacional e os investimentos estrangeiros tiveram expressivo aumento. Esse quadro derivou uma maior dependência das nações às flutuações do sistema global. O que se verificou como resultante foi o aprofundamento das crises financeiras que ocorreram nas últimas décadas, culminando na grande crise que se desenvolveu em etapas: financeira em 2008, econômica em 2009 e sistêmica em 2010. O saldo foi a maior queda do PIB mundial desde a quebra da bolsa de Nova Iorque em 1929, com crescimento negativo do Produto na ordem de 2% e recuo do volume de comércio em cerca de 11% apenas no ano de 2009.

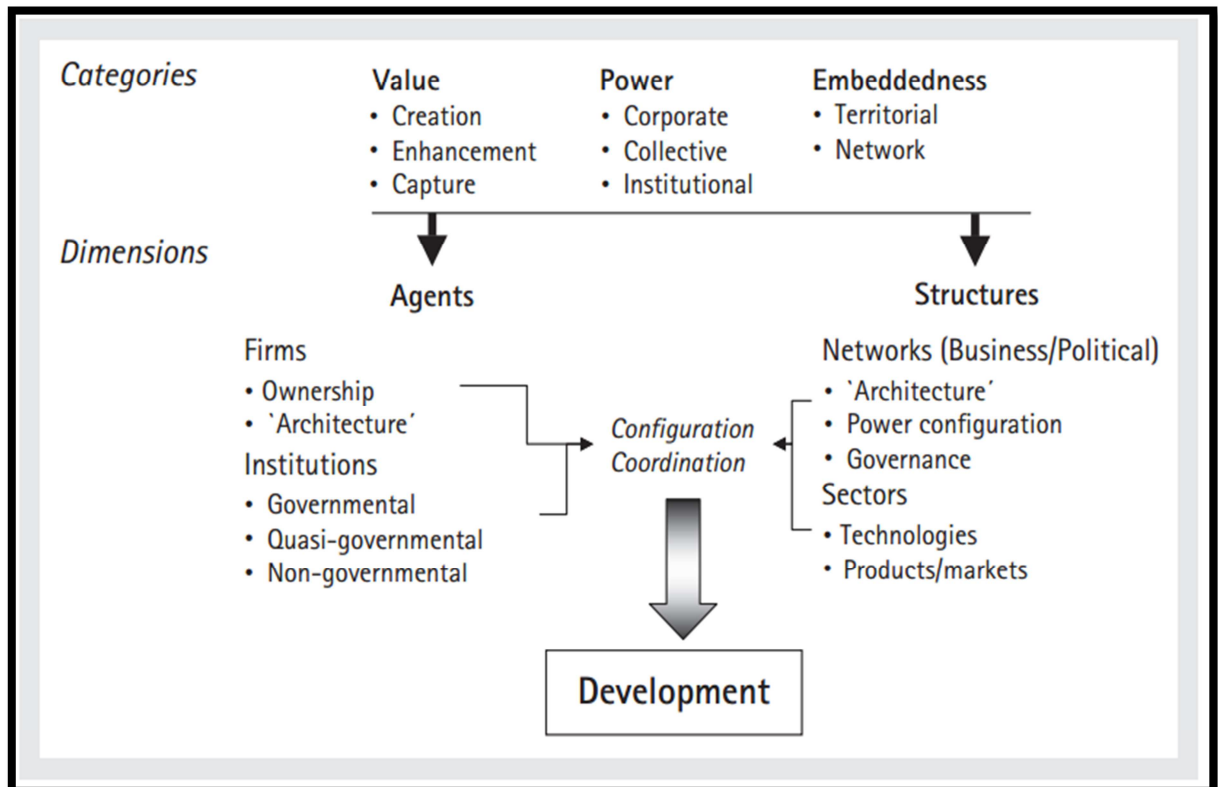
No último período, conforme o Balanço Executivo (2014), a locomotiva do crescimento mundial foram os países do leste asiático, principalmente a China. O Brasil se beneficiou dessa situação e manejou seus instrumentos de política macroeconômica para evitar o baixo crescimento, elevado desemprego, aumento do endividamento estatal e destruição de renda da população. O governo adotou políticas anticíclicas, que garantiram a manutenção da taxa de investimento e fortaleceram o mercado interno. Para além da gestão macroeconômica de curto prazo, um ponto comum entre os países que se sobressaíram nesses anos de crise, particularmente os do leste asiático, está na formulação de políticas industriais. Essas políticas caracterizaram-se pela forte ênfase na inovação, para gerar ganhos de produtividade, e na promoção do comércio exterior. Conforme estudado no referencial teórico, as lições da história econômica recente e do debate teórico sobre indústria e desenvolvimento estiveram presentes na formulação da Política Industrial do Rio Grande do Sul.

A PI-RS pode ser entendida com uma política macro, de caráter regional, focada essencialmente na indústria (com uma abertura para tratar do tema da agroindústria). Macro porque organiza, estrutura e procura combinar de forma sinérgica uma série de outras políticas, programas, projetos e ações. Regional porque é específica para o Estado do Rio Grande do Sul, tendo como pano-de-fundo a Política Industrial Brasileira. A PI-RS

organiza amplamente mais de 50 atividades de governo (programas, projetos e ações). A Política, de maneira geral, pode ser entendida como uma combinação de novos programas (por exemplo: Sala do Investidor); de programas reestruturados e ampliados (por exemplo: o incentivo fiscal “Novo FUNDOPEM”); Programas com metodologia renovada e robustecida (por exemplo: Projeto de Fortalecimento de APLs e Projeto Extensão Produtiva e Inovação); e Programas consagrados, desde longo prazo, ampliados e revisados (por exemplo: Programas de Polos e Parques tecnológicos).

A PI-RS possui quatro dimensões centrais, baseadas em Yeung, Coe e Kelly (2007) a saber: i) institucional; ii) política para os setores; iii) política para a economia da cooperação; e iv) política para as firmas. Esta concepção da PI-RS é muito próxima e similar à proposição do autor, para as redes globais de produção, que está representada no Quadro 6, a seguir. Porém, parece relevante observar que o modelo proposto por Yeung, Coe e Kelly (2007) é mais amplo na medida que trata dos aspectos ligados a categorias (valor, poder e imbricamento territorial e em rede), mas em sua essência, o que é relevante para este trabalho, percebe quatro dimensões essenciais/unidades específicas de análise, porém, inter-relacionadas, a serem tratadas: i) firmas; ii) instituições; iii) redes; iv) setores.

Figura 9 - Redes Globais de Produção



Fonte: Yeung, Coe e Kelly (2007).

Os aspectos institucionais estão relacionados ao fato de que a PI-RS foi constituída a partir de uma estrutura organizacional que tem a sua fonte primeira na criação da SDPI como órgão da administração direta ligada à estrutura da governadoria do Estado e a criação de um braço operacional para a execução da Política – a Agência Gaúcha de Desenvolvimento e Promoção do Investimento (AGDI), que foi uma das proposições do Plano Eleitoral de Governo do atual Governador do Estado. Ou seja, são órgãos ligados diretamente ao Governador do Estado. Isto se constitui em um ponto fundamental da estratégia geral do governo eleito para o mandato 2011 -2014.

O referencial conceitual central que fornece respaldo para a construção da PI-RS vem da obra de Michael Porter (Porter I e II), conforme Secções 2.5 e 2.6. Em especial o referencial, intitulado neste trabalho, Porter II foi utilizado como elemento de referência básico para a construção da Política Setorial - Eixo I da PI-RS. Também, inspirou as elaborações da chamada Política da Economia da Cooperação - Eixo II, em particular por meio da concepção porteriana das aglomerações de setores competitivos (Clusters) e da importância da concentração territorial na economia. Já a Política da Firma, Eixo III, que é o mais finalístico dos eixos, está embasado tanto no aspecto relativo às questões associadas aos eixos I e II, quanto a uma preocupação, oriunda dos conceitos da economia industrial, intitulada de “falhas de coordenação” (KUPFER; HASENCLEVER, 2002; SUZIGAN; FURTADO, 2006; CHANG, 2009).

Da mesma forma, os chamados “eixos-meio” da PI-RS, Instrumentos Transversais - Eixo IV e Infraestrutura e Energia para o Desenvolvimento - Eixo V, foram também inspirados, em “grossas linhas”, nas proposições gerais de Porter II. Em suma, a PI-RS apresenta três “eixos finalísticos” concatenados com outros dois “eixos-meio” que, por sua vez, enfeixam um conjunto de programas, projetos, ações, instrumentos e benefícios voltados, horizontalmente, para o apoio, nos temas do fomento à indústria e da infraestrutura e energia para o desenvolvimento.

Adicionalmente, é relevante relatar que boa parte da construção da PI-RS, sob o prisma mais prático e pragmático, envolveu: i) os diferentes atores que atuaram na construção do SDRS, em particular, representantes de órgãos do Governo do Estado (SDPI, SEAPA, SCIT etc.); ii) participantes da sociedade civil organizada, em particular quando da construção do Eixo I (Política Setorial) e do Eixo II (Economia da Cooperação).

Além disso, as considerações porterianas sobre políticas governamentais e a influência do governo sobre condições de fatores, são importantes para a compreensão da estratégia que

sustenta a PI-RS. Pois, segundo Porter (1993), o governo é visto, com frequência, como o motor principal da criação de fatores de produção. Tendo responsabilidade em áreas como, por exemplo, infraestrutura, pesquisa e educação. O papel do governo na criação de fatores justifica-se pelas externalidades e benefícios que transcendem os de qualquer participante individual, especificamente significativos quando os fatores atendem vários setores industriais. O autor comenta que a indústria do país estará em desvantagem se o governo não enfrentar essas responsabilidades com eficiência.

Em “A Vantagem Competitiva das Nações” Porter amplia sua análise de estratégia e competitividade às nações, com o modelo do “Diamante”, conforme estudado na Seção 2.6. O autor desenvolve as suas ideias para examinar o que torna as firmas e os setores industriais competitivos nos mercados globais e impulsiona a economia nacional (PORTER, 1993).

Em todos os casos dos Eixos de I a V, quando possível e necessário, os diferentes aspectos da PI-RS foram institucionalizados a partir de leis e decretos governamentais, com o intuito de se estabelecer uma Política de Estado, de longo prazo, sujeita, por evidente, a reformas e reestruturações derivadas dos programas das diferentes forças políticas que conquistaram democraticamente, através das eleições, o Governo do Estado, bem como as posições sobre a Política Industrial oriundas da sociedade civil em geral, e das federações e associações comerciais e industriais em particular.

A seguir, no Quadro 6, é apresentado sucintamente um esquema possível de representar a conexão entre o referencial teórico adotado e o processo de construção da PI-RS.

Quadro 6 - Conexão do referencial teórico com o processo de construção da PI-RS

<b>Referencial Teórico</b>	<b>Conexão com a PI-RS</b>
<b>Chang; Kupfer &amp; Hasenclever; Suzigan &amp; Furtado</b>	Por que?
<b>Yeung</b>	O que?
<b>Porter I e II</b>	Como?

Fonte: Elaborado pelo autor.

### 3.1 APRESENTAÇÃO GERAL DA PI-RS

Em março de 2012 o Governo do Estado do Rio Grande do Sul lançou a sua Política Industrial - 2012/2014. Os textos e documentos que tratam da formulação da Política foram coligidos numa publicação para divulgação chamada “Plano de Implantação da Política Industrial - Desenvolvimento Econômico do Rio Grande do Sul”. Complementarmente, para os setores estratégicos apoiados pela PI-RS, foram editados os chamados “Cadernos Setoriais”, que detalham o perfil e as ações para o fomento de cada um deles. Estas publicações serão utilizadas como principal subsídio para a elaboração desta Secção.

Em 2014 a Política Industrial gaúcha completou dois anos de implantação, tendo sido publicado o seu Balanço Executivo conforme citado anteriormente. O Balanço apresenta as principais ações implantadas por meio da PI-RS e suas contribuições para o desenvolvimento do Rio Grande do Sul. E, com isso, aborda elementos que auxiliam na compreensão do desempenho econômico do Estado. A publicação, também, serve de base para a elaboração desta secção.

Ainda, cabe destacar que, o conjunto de medidas representadas a PI-RS é fruto do trabalho de equipes multidisciplinares atuando no Governo do Estado, principalmente da Secretaria de Desenvolvimento e Promoção do Investimento (SDPI), da Agência Gaúcha de Desenvolvimento e Promoção do Investimento (AGDI) e do Subsistema Financeiro Gaúcho. Soma-se a isso uma ampla discussão com os mais diversos atores da sociedade e dos setores econômicos do Estado.

Na sequência são apresentados os principais elementos que constituem a Política Industrial do Rio Grande do Sul.

#### 3.1.1 Elementos da PI-RS

O ponto central entre os elementos da estratégia geral de governo no Rio Grande do Sul (período de 2011 a 2014), é que o desenvolvimento econômico foi considerado, formalmente como um tema central da política pública do Estado do Estado do RS (GENRO, 2010).

Conforme o Balanço Executivo (2014) a Política Industrial do Rio Grande do Sul tem uma lógica federativa e republicana, sob as diretrizes da governança e do planejamento, focada em resultados econômicos e, também, baseada em práticas de sustentabilidade social e ambiental. A PI-RS está, portanto, ancorada na ideia de que o sucesso do processo de

desenvolvimento depende de um esforço de concertação com todos os atores públicos e privados envolvidos. Ao mesmo tempo, internamente ao governo, a PI-RS está baseada numa experiência de transversalidade e atuação conjunta dos diversos órgãos ligados ao tema do desenvolvimento econômico. Além disso, o Balanço Executivo (2014) reconhece que, i) há uma relação direta entre o crescimento industrial e o crescimento da economia como um todo; ii) o necessário aumento da produtividade na indústria ocorre efetivamente no curso de sua própria expansão; e iii) a produtividade dos setores não industriais é diretamente proporcional à produtividade industrial. Como objetivo maior desponta a ideia de que uma indústria competitiva, de forma sustentável, e com elevada produtividade deve ser uma prioridade absolutamente central das políticas públicas do Estado do RS.

No que se refere ao dilema ortodoxo-heterodoxo apresentado no Referencial Teórico, Secção 2.1, a PI-RS é entendida como possuidora de sintonias relativas com ambas as vertentes do debate sobre o desenvolvimento econômico. Apresenta uma faceta ligada as chamadas políticas horizontais, que adota medidas com impacto difuso sobre toda a indústria local e, ao mesmo tempo, em que pode ser considerada, *latu sensu*, uma política seletiva/vertical, que busca fortalecer e impulsionar setores industriais selecionados.

Essas duas dimensões observáveis desdobram-se em dois conjuntos de ações inter-relacionadas: i) ações “transversais” (na literatura chamadas de políticas horizontais) destinadas à economia como um todo, de modo a aumentar a eficiência das unidades produtoras; e ii) ações setoriais com foco na implantação de programas e projetos voltados para o fortalecimento de setores industriais selecionados (BALANÇO EXECUTIVO, 2014).

Sob uma ótica formal, a PI-RS é, fundamentalmente, uma política pública voltada ao desenvolvimento econômico, focada na indústria, com uma perspectiva sistêmica e de longo prazo. Em termos gerais, tem a pretensão de servir de coluna mestra para a construção de um modelo de desenvolvimento industrial, com visão de futuro para o Rio Grande do Sul. A PI-RS busca, essencialmente, retomar a noção de planejamento de longo prazo para a economia gaúcha e adota o conceito-chave de Sistema de Desenvolvimento Econômico (BALANÇO EXECUTIVO, 2014).

### **3.1.2 O Sistema de Desenvolvimento Econômico do Rio Grande do Sul (SDRS)**

Em 2011 o governo gaúcho reestruturou a área de desenvolvimento econômico. Foram criadas a Secretaria de Desenvolvimento e Promoção do Investimento (SDPI) como vértice das atividades dessa área e seu braço executivo – a Agência Gaúcha de Desenvolvimento e



Promoção do Investimento (AGDI). O Sistema de Desenvolvimento do Estado do RS foi institucionalizado por meio do Decreto n° 48.396, de 26/09/2011, que serviu de base para o lançamento e institucionalização global da PI-RS que foi feita em março de 2012. Também, implantou o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), com a diretriz de favorecer o diálogo com a sociedade. Instituiu fóruns transversais junto a outras secretarias, instaurando de forma pioneira o diálogo e a tomada de decisão conjunta entre, por exemplo, a Secretaria de Desenvolvimento e Promoção do Investimento e a Secretaria da Fazenda. Estruturou a atuação dos três bancos públicos estaduais – BANRISUL, BADESUL e BRDE – articulando o Subsistema Financeiro Gaúcho. A partir dessa reorganização inicial, constituiu-se o Sistema de Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul (SDRS), com base nas seguintes premissas conceituais (BALANÇO EXECUTIVO, 2014):

- Sustentabilidade: o desenvolvimento econômico deve perseguir uma trajetória de sustentabilidade em três dimensões, quais sejam, econômica, social e ambiental;
- Planejamento: o desenvolvimento requer uma orientação planejada para a evolução da economia;
- Governança: o sucesso de uma política de desenvolvimento econômico depende de efetiva coordenação entre os entes de governo.

A seguir a Figura 10 demonstra um organograma síntese do SDRS.

Figura 10 – Organograma Síntese do Sistema de Desenvolvimento do Rio Grande do Sul



Fonte: Plano de Implantação da Política Industrial do RS (2012).

A efetividade das ações do Sistema de Desenvolvimento Econômico do Rio Grande do Sul (SDRS) é proporcional ao grau de articulação entre o governo e os principais atores sociais do desenvolvimento econômico do Estado. O SDRS pode ser entendido, numa visão ampliada, tendo como elemento de referência sua intenção básica de coordenar esforços em prol do desenvolvimento econômico do Rio Grande do Sul. O foco no tema da coordenação é central para compreender a busca de operacionalizar a ideia de “sistema” de desenvolvimento industrial. Para tanto, reúne atores do governo estadual, do governo federal, dos governos municipais e dos setores privado e cooperativo, instituições de representação de empresários, cooperativas e trabalhadores e outras instituições da sociedade civil associadas ao desenvolvimento da indústria, à inovação e à promoção do comércio exterior. O Quadro 7 a seguir esquematiza o desenho institucional do SDRS.

Quadro 7 - O Desenho Institucional do Sistema de Desenvolvimento do Rio Grande do Sul

<b>ESTRUTURA DO SISTEMA DE DESENVOLVIMENTO DO RIO GRANDE DO SUL</b>	
<b>GOVERNO DO ESTADO</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Gabinete do Governador <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES/RS)</li> </ul> </li> <li>▪ Secretaria de Desenvolvimento e Promoção do Investimento (SDPI)</li> <li>▪ Agência Gaúcha de Desenvolvimento e Promoção do Investimento (AGDI) <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Subsistema Financeiro Gaúcho: BANRISUL, BADESUL e BRDE</li> </ul> </li> <li>▪ Secretaria da Fazenda (SEFAZ)</li> </ul>	
<p>Secretarias de Estado ligadas a atividades-fim do desenvolvimento econômico:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Agricultura, Pecuária e Agronegócio (SEAPA);</li> <li>▪ Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo (SDR);</li> <li>▪ Infraestrutura e Logística (SEINFRA);</li> <li>▪ Economia Solidária e Apoio à Micro e Pequena Empresa (SESAMPE);</li> <li>▪ Turismo (SETUR).</li> </ul>	<p>Secretarias de Estado ligadas a atividades-meio (suporte) do desenvolvimento econômico:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Planejamento, Gestão e Participação Cidadã (SEPLAG);</li> <li>▪ Meio Ambiente (SEMA);</li> <li>▪ Ciência, Inovação e Desenvolvimento Tecnológico (SCIT);</li> <li>▪ Gabinete dos Prefeitos e Relações Federativas.</li> </ul>
<b>GOVERNO FEDERAL</b>	
<p><b>Empresas e instituições diretamente ligadas ao desenvolvimento econômico:</b>  PETROBRAS, ELETROBRAS, ELETROSUL, CGTEE, ABDI, APEX, BNDES, FINEP, Banco do Brasil, SEBRAE, CEF e ministérios afins.</p>	
<b>ATORES REGIONAIS E LOCAIS</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Prefeituras e as secretarias municipais de desenvolvimento econômico local e regional;</li> <li>▪ Atores da governança de Arranjos Produtivos Locais (APLs) e de polos de modernização tecnológica.</li> </ul>	
<b>EMPRESAS, COOPERATIVAS E TRABALHADORES</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Empresas privadas e públicas (não financeiras) que atuam ou possuem projetos para atuar no RS;</li> <li>▪ Cooperativas de produção que atuam ou possuem projetos para atuar no RS;</li> <li>▪ Empresas financeiras privadas e cooperativas de crédito que atuam no RS;</li> <li>▪ Instituições de representação empresarial;</li> <li>▪ Instituições (sindicatos e centrais sindicais) de representação dos trabalhadores;</li> <li>▪ Instituições de representação do sistema cooperativista.</li> </ul>	
<b>OUTRAS INSTITUIÇÕES</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Redes de cooperação e de inovação;</li> <li>▪ Universidades públicas e privadas e outras organizações ligadas a Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação.</li> </ul>	

Fonte: Elaborado com base no Balanço Executivo da PI-RS (2014).

Na sequência são apresentados, sinteticamente, os Eixos da PI-RS.

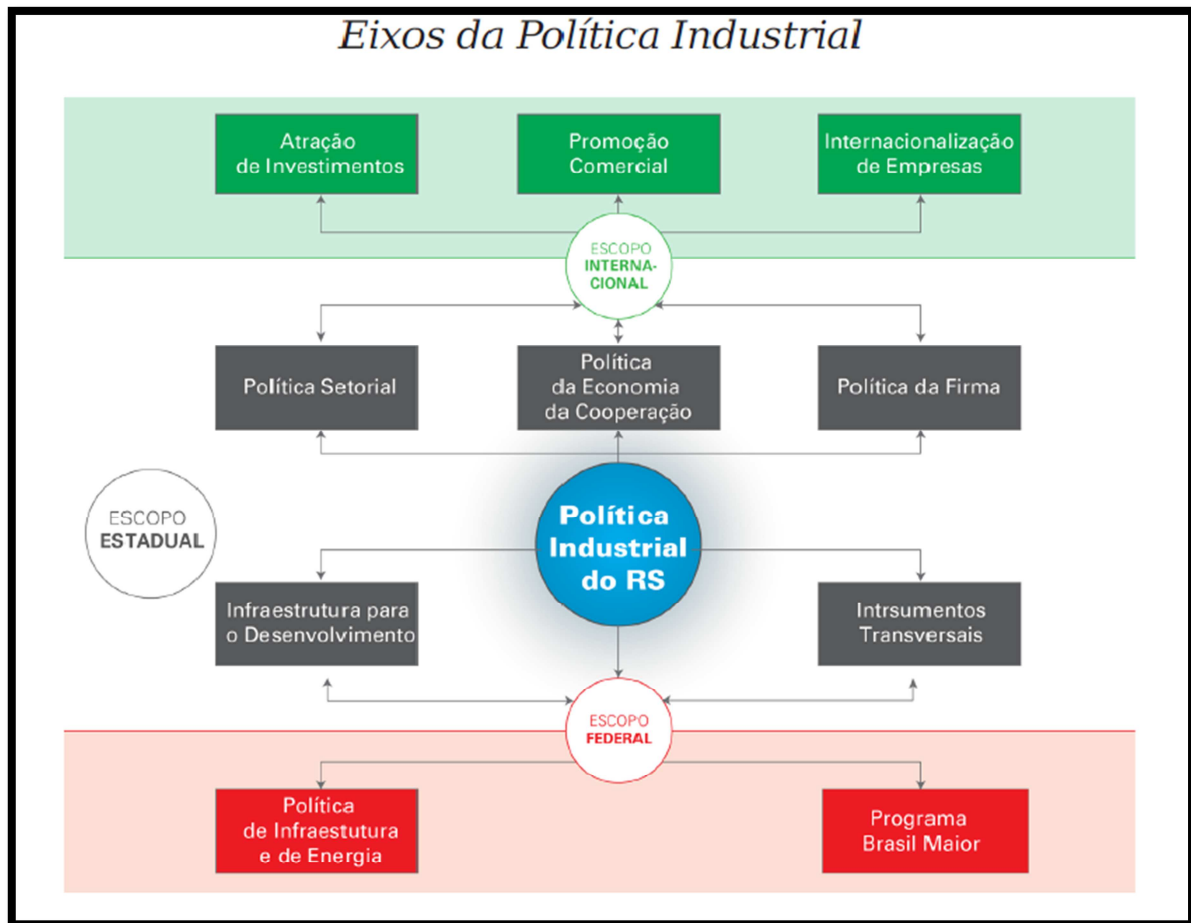
### **3.1.3 Eixos da Política Industrial**

Segundo o Balanço Executivo (2014) a formulação conceitual, a criação e a institucionalização do SDRS, somados com o alinhamento da estratégia de desenvolvimento econômico do Estado com o Plano Brasil Maior, tendem a fortalecer a PI-RS. O centro da Política compõe-se de cinco eixos distintos, mas fortemente inter-relacionados:

- Eixo I: Política Setorial
- Eixo II: Política da Economia da Cooperação
- Eixo III: Política da Firma
- Eixo IV: Instrumentos Transversais
- Eixo V: Infraestrutura e Energia para o Desenvolvimento.

A Figura 11 explicita os cinco eixos que sustentam o núcleo da Política Industrial, bem como, destaca duas articulações consideradas fundamentais para o sucesso da PI-RS. Uma dessas articulações refere-se às inter-relações que o Sistema de Desenvolvimento do Rio Grande do Sul estabelece com instituições internacionais, especialmente no que diz respeito aos temas de atração de investimentos, promoção comercial e internacionalização de empresas gaúchas. A outra articulação consiste de inter-relações com instituições Federais nacionais, especialmente aquelas vinculadas com o Programa Brasil Maior e com a Política de Infraestrutura e de Energia.

Figura 11 – Eixos da PI-RS



Fonte: Balanço Executivo da PI-RS (2014).

A seguir, breve descrição dos eixos, conforme o Plano de Implantação da Política Industrial (2012) e o Balanço Executivo da PI-RS (2014), com a realização dos devidos acréscimos quando isto se mostrar necessário.

### 3.1.3.1 Eixo I: Política Setorial

A Política Setorial busca, em sua essência, fortalecer o desenvolvimento dos diferentes setores industriais atuando sobre os fatores determinantes da competitividade regional e setorial e tendo a inovação e a tecnologia como vetores centrais da promoção da competitividade. A Política Setorial envolve dois tópicos centrais: i) a Economia Tradicional; ii) A Nova Economia.

A Economia Tradicional agrega os setores historicamente constituídos e fortemente “enraizados” na economia gaúcha. Já a Nova Economia compreende: i) aqueles setores que

vêm recentemente ganhando relevância na geografia do Rio Grande do Sul; ii) setores portadores de futuro, que representam oportunidades abertas ao Estado do RS e que estão conectados com as indústrias de alto potencial de desenvolvimento tecnológico.

A Política Setorial tem um intuito explícito de dinamizar a presença de empresas e cooperativas gaúchas no mercado interno e externo, ampliando a estrutura produtiva da indústria localizada no território do Rio Grande do Sul. Um aspecto específico diz respeito à revitalização do esforço exportador de diferentes setores estratégicos da economia gaúcha em consonância com a ampliação almejada pela política de promoção do comércio exterior do país.

A Política Setorial obedece às seguintes premissas gerais (BALANÇO EXECUTIVO, 2014):

- Admitir a diversidade da indústria gaúcha como uma das consequências de sua trajetória de desenvolvimento econômico;
- A necessidade da geração de empregos de qualidade no Estado do RS;
- Valorização das indústrias enraizadas no Estado;
- Necessidade de desenvolver e consolidar novos setores da economia, com duas prioridades específicas, que são, ao mesmo tempo, oportunidades abertas ao estado: i) setores alinhados ao desenvolvimento econômico mais amplo do país, tais como, a indústria naval e a geração de energia eólica; ii) setores portadores de futuro, nos quais se verifica um déficit nacional, tanto na balança de comércio, quanto na atualização tecnológica (por exemplo, nas áreas de semicondutores e de saúde avançada e medicamentos);
- Promover atividades ligadas à inovação ao longo da cadeia de valor e em setores correlatos, incluindo cadeias de suprimentos de máquinas e equipamentos para os setores selecionados;
- Sustentabilidade ambiental, com ênfase em soluções para a utilização de resíduos como insumos ou produtos para outras aplicações.

Importante destacar que foram selecionados 22 setores estratégicos a partir da elaboração de um processo de análise multicriterial realizada por técnicos representantes da SDPI, AGDI e da SEFAZ (PLANO DE IMPLANTAÇÃO DA POLÍTICA INDUSTRIAL, 2012). Em 2013, foi incluído o setor do Trigo e cereais de inverno, no item dos setores da

agroindústria. A Figura 12 apresenta os setores estratégicos escolhidos e sua classificação em Nova Economia e Economia Tradicional, bem como, a sua priorização em três níveis: setores prioritários, preferenciais e especiais, no âmbito da PI-RS.

Figura 12 - Setores Estratégicos da PI-RS



Fonte: Plano de Implantação da Política Industrial do RS (2012).

A Política Setorial é composta pelos Programas Setoriais e pelo Programa de Ações Internacionais. A coordenação operacional dos Programas Setoriais cabe à Diretoria de Planejamento, Programas e Captação de Recursos no âmbito da AGDI, porém sob a supervisão direta da SDPI. Os Programas Setoriais tem por objetivo alavancar a competitividade dos setores estratégicos da economia industrial e agroindustrial do Rio Grande do Sul e consubstanciam o apoio que os setores selecionados recebem via PI-RS. Já, o Programa de Ações Internacionais, coordenado pela SDPI, objetiva apoiar missões e feiras, tendo como focos a promoção comercial, a internacionalização de empresas gaúchas e a atração de investimentos com o fim de adensar cadeias produtivas e criar novos setores na matriz produtiva do Estado (BALANÇO EXECUTIVO, 2014).

É relevante comentar que o processo de formulação dos Programas Setoriais envolveu múltiplos atores sociais do governo e da sociedade civil. Esta “Formulação Participativa” se realizou em três fases, a saber:

- FASE 1: maio a junho de 2011 – Priorização de setores estratégicos (SDPI e SEFAZ).

- FASE 2: julho a dezembro de 2011 – Diagnóstico e Formulação com Grupos de Trabalho Setoriais (GTS), com os seguintes números, 516 participantes nos GTS; 170 reuniões presenciais dos GTS; e dois Seminários internos. Com relação à composição dos 516 participantes nos GTS, houve a participação de 216 representantes da iniciativa privada (51%), 56 representantes de instituições de ensino, ciência e tecnologia (11%) e 198 representantes governamentais (38%).

- FASE 3: janeiro a março de 2012 – Finalização dos Programas Setoriais pelas secretarias e órgãos vinculados.

A Figura 13 mostra as etapas de classificação dos setores estratégicos, Fase 1.

Figura 13 - Etapas de Classificação dos Setores Estratégicos da PI-RS



Fonte: Plano de Implantação da Política Industrial do RS (2012).



O Quadro 8 apresenta a Matriz de Análise Multicriterial com os Critérios de Priorização dos Setores Estratégicos PI-RS, classificados em três grupos (Sociais, de Desenvolvimento e Tributários).

Quadro 8 - Matriz de Análise Multicriterial dos Setores Estratégicos da PI-RS

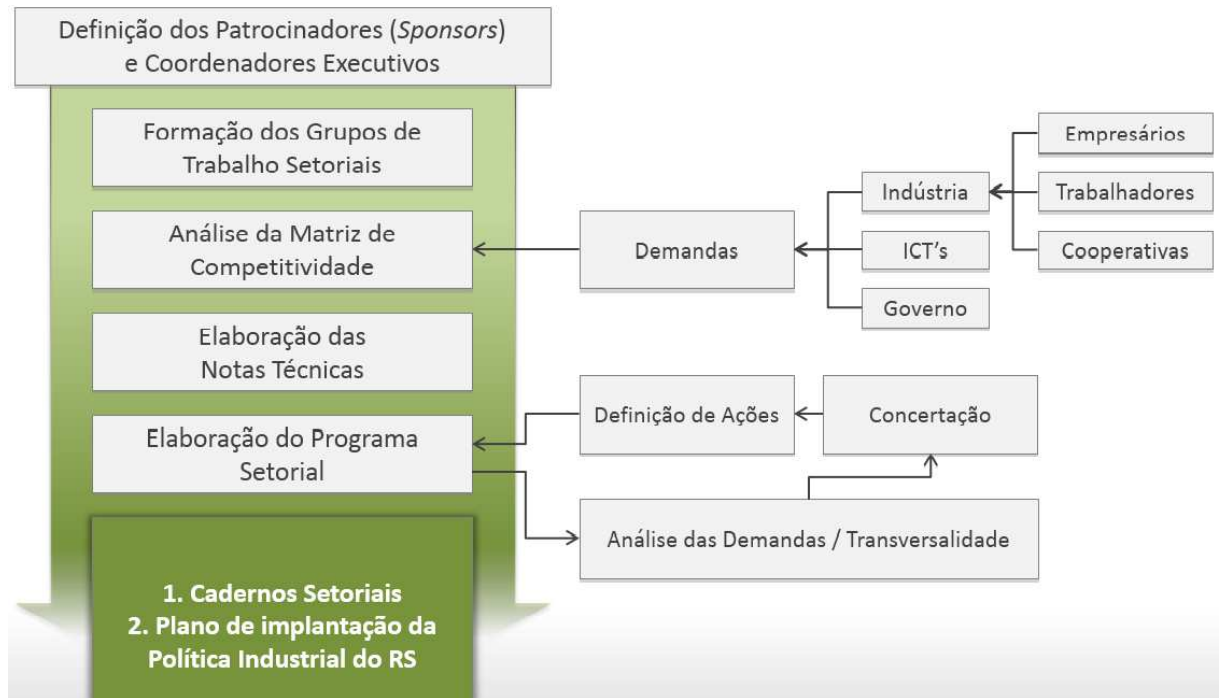
Social	Desenvolvimento	Tributário		Critérios de Priorização dos Setores Estratégicos da PI-RS
Amarelo	Verde	Vermelho	1	Efeito Renda - Poder de Consumo (Número de empregos * salário médio)
	Verde		2	Faturamento - RS
Amarelo	Verde	Vermelho	3	Arrecadação com ICMs
		Vermelho	4	Crédito de ICMs para outras UFs
	Verde	Vermelho	5	Nível de investimentos
Amarelo	Verde		6	Alinhamento com Plano de Governo RS
Amarelo	Verde		7	Alinhamento com Política Industrial do Governo Federal
	Verde	Vermelho	8	Agregação de valor nas indústrias existentes no RS
Amarelo			9	Potencial de desconcentração e alocação em regiões deprimidas
	Verde		10	Posicionamento competitivo RS
	Verde		11	Portadora de futuro ou Alta tecnologia
		Vermelho	12	Nível de adensamento econômico (grau de dependência de OUFs e EXT)

Fonte: Plano de Implantação da Política Industrial do RS (2012).

Os Programas Setoriais estão sustentados por uma estrutura de governança em que os trabalhos referentes a cada setor estratégico foram conduzidos por um coordenador executivo,

normalmente alguém vinculado a um dos órgãos do SDRS – SDPI, AGDI, BADESUL e BRDE –, sob a supervisão de um dos executivos desses órgãos na condição de seu patrocinador (*sponsor*). A Figura 14 mostra as etapas da formulação dos Programas Setoriais, Fases 2 e 3.

Figura 14 - Etapas da Formulação dos Programas Setoriais da PI-RS

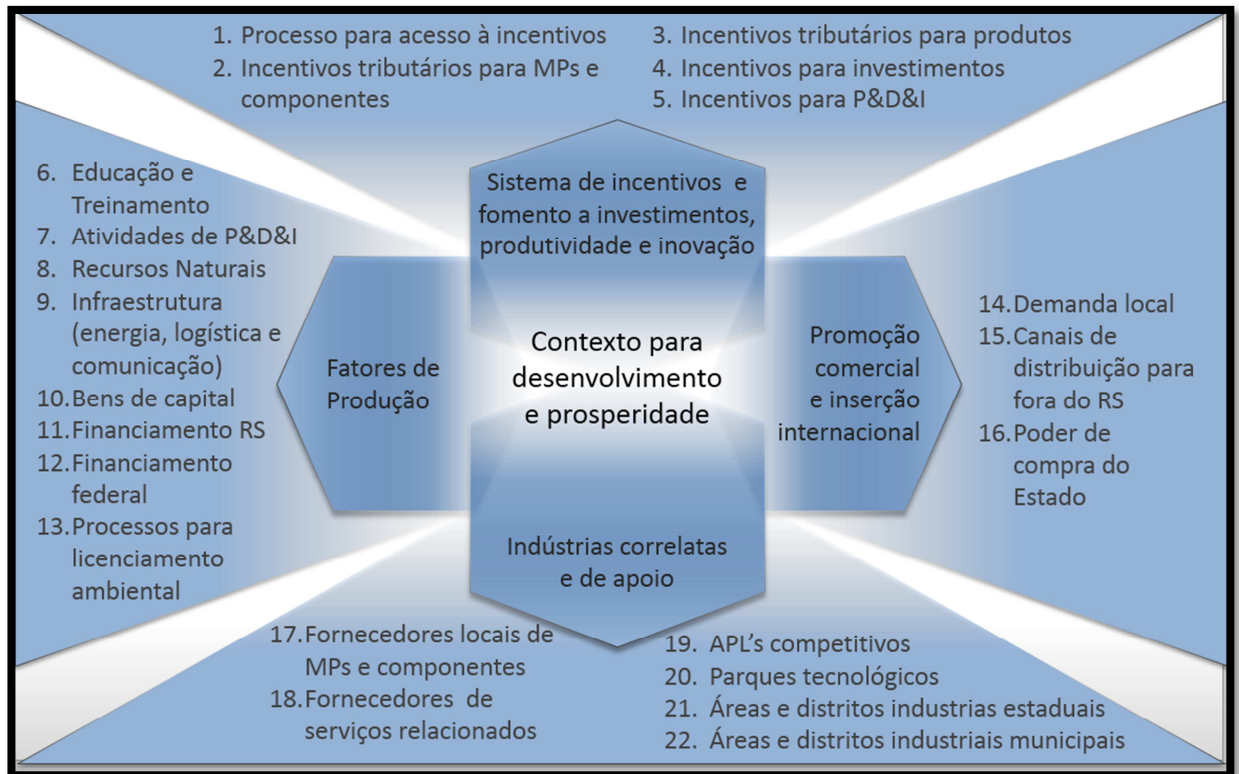


Fonte: Plano de Implantação da Política Industrial do RS (2012).

Ressalta-se que a noção perseguida é que o processo não se esgota no momento de anúncio dos programas. Isso porque, nesse instante, é dada partida na execução da totalidade das ações que os constituem (embora parte significativa das mesmas já esteja em pleno andamento), assim como no monitoramento e na contínua revisão das medidas e programas que instrumentam a execução da Política Industrial. Tudo ancorado em uma sólida estrutura de governança (Sistema de Desenvolvimento) e na prática contínua das relações transversais e de concertação entre as diferentes partes interessada envolvidas.

A Figura 15 demonstra os Fatores Determinantes da Competitividade do Rio Grande do Sul, conforme a análise e formulação da PI-RS. A Figura 15 faz a correlação entre base de formulação da PI-RS com o pensamento de Porter, que se encontra refletido no Referencial Teórico Porter II, seção 2.6. Houve uma adaptação do “diamante” porteriano, surgindo um “diamante” dos fatores da competitividade do RS.

Figura 15 - Fatores Determinantes da Competitividade do Rio Grande do Sul



Fonte: Plano de Implantação da Política Industrial do RS (2012)

Da Política Setorial foram escolhidos os Programas Setoriais para serem avaliados na pesquisa realizada.

### 3.1.3.2 Eixo II: Política da Economia da Cooperação

A Política da Economia da Cooperação incide sobre a competitividade das empresas, porém a partir de uma perspectiva coletiva e, em geral, com forte componente territorial. Insere-se, portanto, nas políticas que buscam modificar a dinâmica da ação isolada de indivíduos, empresas e outras organizações por meio de práticas que enfatizam a cooperação e a geração intencional de sinergia (BALANÇO EXECUTIVO, 2014).

Cooperar permite, ao mesmo tempo: i) Adotar vínculos diversos entre unidades de produção e outros atores singulares, como empresas públicas e privadas de PD&I e entes de

governo, com o intuito de se obterem ganhos de escala e outros ganhos relacionais. Exemplos disso são as cooperativas de produção, as redes de cooperação e de inovação, os Arranjos Produtivos Locais (APLs) e os polos e parques tecnológicos; ii) Agir de modo flexível e com respostas rápidas às necessidades da sociedade civil e do mercado.

No ano de 2011, o Governo do Estado obteve a aprovação das duas leis básicas que tratam diretamente desta política pública. A primeira institui a Política Estadual da Economia da Cooperação, Lei 13.389, de 05/12/2011, tendo sua governança sido regulamentada por meio do Decreto 48.937, de 20/12/2012. A segunda cria o Fundo de Apoio aos APLs, instituído pela Lei 13.389 e regulamentado pelo Decreto 48.936, de 20/03/2012. A Política da Economia da Cooperação é composta, especificamente no caso da PI-RS, por quatro programas, a saber:

- O Programa Estadual de Fortalecimento das Cadeias e Arranjos Produtivos Locais (Programa de APLs), coordenado pela Diretoria de Produção e Inovação da AGDI. Atualmente o Programa dos APLs conta com 20 APLs apoiados e quatro reconhecidos.
- O Programa de Redes de Cooperação (PRC), coordenado pela Secretaria da Economia Solidária e Apoio à Micro e Pequena Empresa (SESAMPE).
- O Programa de Apoio aos Polos Tecnológicos, sob a coordenação da Secretaria da Ciência, Inovação e Desenvolvimento Tecnológico (SCIT).
- Programa Gaúcho de Cooperativismo Rural, coordenado pela Secretaria de Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo (SDR).

Cabe destacar que todos os quatro programas supracitados foram selecionados para serem avaliados na pesquisa realizada.

### 3.1.3.3 Eixo III: Política da Firma

A Política da Firma consiste na ação direta no campo microeconômico com o objetivo central de atender empresas interessadas em implantar ou expandir suas atividades no Estado. Um dos principais projetos implantados neste eixo foi a concepção, criação e operacionalização da Sala do Investidor, cujo objetivo precípua é coordenar, criando canais institucionais de colaboração, o necessário esforço público e privado visando à efetiva atração de investimentos produtivos, integrando os diferentes agentes do Sistema de

Desenvolvimento Econômico – especialmente a SDPI, a AGDI, o BANRISUL, o BADESUL e a agência gaúcha do BRDE –, secretarias estaduais e órgãos vinculados, municípios, agentes do governo federal e instituições públicas e privadas de capacitação tecnológica (BALANÇO EXECUTIVO, 2014).

Sinteticamente se pode dizer que, na Sala do Investidor, centraliza-se a interlocução requerida à viabilização dos projetos de investimento, a partir de duas diretrizes básicas e inter-relacionadas: i) utilização do princípio da transversalidade com os diferentes órgãos ligados ao Governo; ii) utilização do princípio da concertação, envolvendo as relações necessárias de serem feitas com instituições externas ao Governo Estadual sejam elas públicas (por exemplo: Governo Federal e Municipal) ou privadas (por exemplo: Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul - FIERGS, Associações Comerciais e Industriais, empresas, etc.). Em outras palavras, esta ferramenta de gestão visa tornar mais eficiente e transparente a relação do setor público com quem estiver disposto a investir no Estado do Rio Grande do Sul. A sala do investidor foi institucionalizada através do Decreto Nº 48.396, de 26 de setembro de 2011. Neste caso, a institucionalização é relevante na medida em que todos os atores chamados a atuar na sala do investidor necessitam fazê-lo obrigatoriamente.

Outros dois programas têm destaque neste eixo: o Programa de Apoio à Captação de Recursos para Empresas Inovadoras, atualmente denominado de “Feira de Projetos”, coordenado pela Diretoria de Planejamento, Programas e Captação de Recursos da AGDI, que compreende ações em parceria com instituições do porte e importância de FINEP e BNDES, e o Projeto de Extensão Produtiva e Inovação, coordenado pela Diretoria de Produção e Inovação da AGDI, que apoia a capacitação de empresas para a competitividade e que está inserido no contexto mais amplo do Programa de Cadeias e Arranjos Produtivos Locais, sendo seu instrumento específico de atuação no nível das empresas que constituem os arranjos produtivos. A atuação combinada dos Projetos Extensão Produtiva e Inovação e de Arranjos Produtivos Locais é mais uma prova da sinergia entre os eixos da Política Industrial.

Dos Programas e projetos aqui citados, foram selecionados para serem avaliados na pesquisa realizada, a Sala do Investidor e o Projeto de Extensão Produtiva e Inovação.

Antes de prosseguir, cabe comentar a questão da coordenação e suporte à Política Industrial. Pois, os três primeiros eixos apresentados anteriormente, embora distintos, estão estreitamente relacionados e, portanto, precisam ser executados em permanente articulação institucional com a finalidade de promover o efetivo desenvolvimento econômico do Estado, através do desenvolvimento industrial. É relevante, num contexto de recursos escassos, coordenar as múltiplas ações de cada eixo visando à efetividade da Política Industrial. O tema

da governança efetiva é uma questão permanente para o sucesso da Política. Portanto, o funcionamento adequado e o maior alcance dos objetivos da Política contam com dois outros eixos, concebidos para dar suporte aos primeiros: Instrumentos Transversais e Infraestrutura para o Desenvolvimento.

#### 3.1.3.4 Eixo IV: Instrumentos Transversais

Os Instrumentos Transversais mobilizam recursos públicos que beneficiam os setores da atividade econômica como um todo. Esses Instrumentos são constituídos pelo programa de incentivos fiscais “Novo FUNDOPEM/RS”, de programas específicos e do Subsistema Financeiro Gaúcho.

O Novo FUNDOPEM/RS é um dos instrumentos mais relevantes, sendo coordenado pela SDPI por intermédio da Central do Sistema Estadual para Atração e Desenvolvimento de Atividades Produtivas (SEADAP). Essencialmente, o Fundo de Operação Empresa do RS (FUNDOPEM/RS) é um instrumento de cunho fiscal passível de ser adotado no âmbito regional que visa a promover e sustentar o desempenho econômico do Estado. O Fundo funciona com base na postergação do recolhimento do ICMS atrelado a um determinado projeto específico de investimento elaborado por uma dada firma/empresa (PLANO DE IMPLANTAÇÃO DA POLÍTICA INDUSTRIAL, 2012). O Programa foi atualizado no atual Governo (2011 a 2014) por meio da Lei 13.708, de 06/04/2011. Associado ao FUNDOPEM encontra-se o Programa de Harmonização do Desenvolvimento Industrial do Rio Grande do Sul (INTEGRAR/RS), que tem o intuito de realizar abatimentos sobre cada parcela a ser amortizada no financiamento concedido pelo FUNDOPEM/RS, incluindo o valor do principal e os encargos financeiros envolvidos (PLANO DE IMPLANTAÇÃO DA POLÍTICA INDUSTRIAL, 2012). Portanto, o FUNDOPEM/RS e o INTEGRAR/RS estão intimamente relacionados. As principais modificações introduzidas em relação à lei anterior foram: i) ampliação do benefício com a elevação do limite de financiamento para 90% do ICMS incremental, podendo chegar a 100% no caso de cooperativas de produtores. Aqui é possível observar a concatenação entre os Eixos uma vez que o tema das Cooperativas está diretamente relacionado com o Eixo da Economia da Cooperação; ii) apoio a implantação de centros de pesquisa e desenvolvimento. Tal questão está associado diretamente ao apoio a inovação e ao desenvolvimento tecnológico das empresas; iii) ampliação dos limites de abatimento do INTEGRAR/RS enquadrando projetos em todos os municípios do Estado

(abatimento entre 10 a 90%), associado a uma base multicriterial envolvendo: localização do município, localização do projeto, geração de empregos, massa salarial envolvida e o impacto ambiental (PLANO DE IMPLANTAÇÃO DA POLÍTICA INDUSTRIAL, 2012).

Os demais programas são os seguintes:

- O Programa Estadual de Desenvolvimento Industrial (PROEDI), que tem por objetivo apoiar, através de incentivos fiscais, materiais e financeiros, projetos que resultem em implantação ou expansão de unidades industriais no Estado, sendo coordenado pela SDPI através da Central do SEADAP. O PROEDI inclui o importante tema da questão locacional de empreendimentos, pois, os distritos industriais fazem parte do seu escopo.
- O Programa de Apoio a Iniciativas Municipais, também coordenado pela SDPI, que busca contribuir para a capacitação dos municípios no que tange à implantação ou expansão de distritos industriais.
- O Programa Pró-Inovação, que visa apoiar as empresas inovadoras, coordenado pela SCIT.
- O Programa Gaúcho de Parques Científicos e Tecnológicos (PGTec), coordenado pela SCIT no âmbito do Programa RS Tecnópole.

Os Instrumentos Transversais ainda incluem o Subsistema Financeiro Gaúcho, formado por BANRISUL, BADESUL e BRDE. O subsistema financeiro é responsável por disponibilizar as linhas de crédito necessárias, com a utilização de recursos próprios ou provenientes do sistema BNDES e de outras fontes, e prestação de garantias, além de trabalhar para a montagem de fundos de participação e ofertar outros serviços necessários à materialização e ampliação dos investimentos produtivos no Estado do RS.

Todos os quatro programas, o Novo FUNDOPEM/RS e o Subsistema Financeiro foram incluídos para serem avaliados na pesquisa realizada.

### 3.1.3.5 Eixo V: Infraestrutura para o Desenvolvimento

O eixo Infraestrutura para o Desenvolvimento reúne programas e ações relacionados a três pilares de sustentação do desenvolvimento econômico: logística, energia e comunicação. Engloba, portanto, projetos estratégicos de largo espectro que buscam satisfazer demandas latentes e futuras das firmas no Estado do RS. São exemplos, dentre outros, os seguintes

programas e iniciativas: i) Programa Estadual Mais Água, Mais Renda; ii) Plano de Obras Rodoviárias; iii) Terminais portuários na Hidrovia do Mercosul; iv) Ampliação da capacidade do Porto do Rio Grande; v) Apoio à ampliação da geração de energia eólica; vi) Apoio à ampliação da disponibilidade de gás natural; vii) Ampliação da capacidade de transmissão de energia elétrica (BALANÇO EXECUTIVO, 2014).

Com relação as ações do Eixo V, que foram avaliadas na pesquisa realizada, foi feita a opção de focar na questão locacional dos empreendimentos industriais e nas questões mais relevantes e gerais da infraestrutura. Portanto, para esse eixo não se entrou em detalhes dos seus programas e ações. Mas, foram tratados todos os temas subjacentes aos mesmos por meio de questionamentos que perpassam, por exemplo, os distritos e áreas industriais; e os gargalos da infraestrutura e energia no Estado. Isso permitiu realizar uma ligação, em parte, das questões relativas ao Eixo V com as que trata o Eixo IV, o que potencializou as análises resultantes da pesquisa aplicada.

A título de síntese parece possível afirmar que a PI/RS:

- Foi construída tendo como base uma estratégia visando a colocar o desenvolvimento industrial no centro da política pública, tendo sido previamente definida no âmbito do Programa/Plano de Governo (2011/2014);
- Visando executar o programa de governo foi proposta uma reestruturação organizacional envolvendo a criação da SDPI e da AGDI;
- A partir da estratégia e da reestruturação provenientes do Plano de Governo foi proposto, durante o ano de 2011, a montagem original do SDRS;
- O SDRS serviu como base para a concepção e implantação da PI-RS;
- Vários dos elementos que constituíram a PI-RS foram desenvolvidos, institucionalizados e mesmo operados antes da formalização da PI-RS, no ano de 2011, entre os quais é possível citar, por exemplo: i) Novo FUNDOPEM/INTEGRAR; ii) lei da economia da cooperação; iii) sala do investidor; iv) Programa de Fortalecimento das Cadeias e Arranjos Produtivos Locais. O aspecto da institucionalização é importante dado que as leis levam o debate para o âmbito da Assembleia Legislativa do Estado auxiliando em uma eventual perenidade da política/programa em cena. De outra parte, os Decretos facilitam os aspectos de operacionalização das diferentes políticas e programas.



- A PI-RS foi concebida como uma política mais ampla do que a Política Setorial em si, baseada em conceitos e práticas que veem a questão da Política Industrial a partir de três diferentes unidades de análise e eixos finalísticos (Setor Industrial, Cooperação e Firma) e dois eixos de apoio (Instrumentos Transversais à toda a economia industrial e Infraestrutura para o desenvolvimento industrial). No entanto, embora o conceito geral tenha sido elaborado no início da montagem do SDRS, os vários Eixos foram sendo implantados processualmente. Desta forma, quando do lançamento da PI-RS em março de 2012 os Eixos já estavam em funcionamento, com a agregação da Política Setorial (Eixo I).

### 3.2 SÍNTESE DOS PRINCIPAIS RESULTADOS DA PI-RS (2011-2014)

Nesta secção serão apresentados os principais resultados da PI-RS e seus mais relevantes programas, projetos e ações componentes, esquematizados conforme os cinco eixos da Política. Convém explicar que os resultados aqui demonstrados se referem, essencialmente, ao atingimento, ou não, das metas propostas pelo Governo do Estado na PI-RS. Portanto, o foco não são os resultados específicos e diretos que se poderia verificar junto aos beneficiários das ações contidas na PI-RS. Se bem que, em muitos dos casos apresentados já transparecem resultados evidentes, claros e focados de benefícios diretos e consideráveis em prol de setores industriais e de empresas específicas. Os dados revelados da pesquisa de campo realizada, no capítulo 5, em diversos momentos corrobora esta percepção.

Como preâmbulo é relevante destacar que, em sua história recente, o Rio Grande do Sul tem apresentado significativa capacidade de recuperação e de expansão da produção em relação à economia brasileira. Em 2013, por exemplo, o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) gaúcho posicionou-se no topo do ranking nacional, com alta de 5,8% – enquanto o índice geral brasileiro foi de 2,3%. Além disso, o Estado teve crescimento na produção industrial de 6,8%, ante alta de 1,2% na média nacional. Os números de desemprego (3,5%) e exportações (+44,3%) também destacam o desempenho da economia do Rio Grande do Sul na comparação com a média do país. Além disso, é importante frisar, o crescimento da produção industrial do Estado esteve, sobretudo, vinculado com setores não diretamente alavancados por boas safras agrícolas.

Em 2013 a Política Industrial foi reconhecida, pelo *Global Forum of Competitive Councils* (GFCC), como uma das melhores práticas de estratégia de competitividade regional no mundo (BALANÇO EXECUTIVO, 2014).

### **3.2.1 Resultados da Política Setorial**

A estrutura de apresentação dos resultados dos Programas Setoriais da Política Setorial segue a lógica de classificação dos setores da PI-RS. Serão apresentados no Quadro 9, os setores da Nova Economia e da Economia Tradicional. É importante considerar que são apresentados resultados atingidos pelos setores estratégicos durante a vigência da PI-RS. Porém, por óbvio, uma análise de resultados aprofundada deverá envolver a realização de estudos específicos a partir de bases científicas previamente definidas.

Quadro 9 - Principais resultados da PI-RS com base na classificação de Nova Economia e Economia Tradicional

<b>Nova Economia para o RS</b>	
<b>Setores da PI-RS</b>	<b>Principais Resultados</b>
<p style="text-align: center;"><b>Prioritário:</b></p> <p><b>Indústria Oceânica e Polo Naval</b></p> <p>O setor de construção naval e de plataformas para extração de petróleo e gás natural constituiu-se nos últimos anos como o mais dinâmico da economia gaúcha, injetando bilhões em investimento e gerando milhares de empregos a partir das encomendas da Petrobras.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Indústria Oceânica e Polo Naval</b></li> </ul> <p>Criação do Programa de Estruturação, Investimento e Pesquisa em Gás Natural, Petróleo e Indústria Naval do Rio Grande do Sul (RS Indústria Oceânica), coordenado pela SDPI.</p> <p>Encomendas no valor de US\$ 9 bilhões, em 2013. Geração de 12 mil empregos.</p> <p>Investimentos na instalação de estaleiros no valor de R\$ 2,68 bilhões. Geração prevista de 16.910 novos postos de trabalho, negociados no âmbito da Sala do Investidor.</p> <p>Redução de 48 para 24 meses no tempo de creditamento do ICMS nas aquisições de máquinas e equipamentos no RS.</p> <p>Entrega de três plataformas, no Polo Naval de Rio Grande em 2013, que geraram um recorde histórico nas exportações do Estado, das quais representaram um percentual de quase 25%.</p> <p>Novas encomendas junto ao estaleiro RIG, formado pelas empresas Queiroz Galvão, IESA e Camargo Corrêa, das plataformas P-75 e P-77, e ao EBR, consórcio das empresas Toyo e Setal, da plataforma P-74, cujos valores somados atingem US\$ 2,34 bilhões.</p> <p>Encomendas de cascos e sondas no valor de US\$ 5,6 bilhões, aos estaleiros ERG 1 e ERG 2, das empresas Ecovix-Engevix e Mitsubishi.</p> <p>Investimento de R\$ 2,9 milhões em qualificação profissional, beneficiando 600 profissionais, articulado pela AGDI a partir de missão à Europa, em 2011, numa parceria com a BG Brasil.</p> <p>Estudos para criação de diretrizes para o desenvolvimento da indústria oceânica no Estado, visando a estimar o impacto local e regional decorrente da implantação do estaleiro EBR, em São José do Norte, e um plano de execução para expansão de um novo bairro na cidade a partir da instalação do EBR.</p> <p>Criação de dois novos Polos Navais entre 2012 e 2014: O Polo Naval do Jacuí, focado na construção de módulos e subitens para plataformas do Polo de Rio Grande e demais polos do país. Já estão em instalação as empresas IESA e METASA, que contam atualmente com encomendas de quase US\$ 800 milhões, havendo outras quatro empresas em processo de implantação. Foram iniciados em novembro de 2013 cursos de formação para recursos humanos para o setor.</p>

	<p>O Polo Naval de Guaíba, focando a construção de módulos e grandes equipamentos para plataformas <i>offshore</i>. Estão em fase de implantação três empresas, uma na Zona Mista de Guaíba e outras duas na região do Cais de Porto Alegre.</p> <p>Inclusão dos APLs do Polo Naval e Offshore de Rio Grande e Entorno, e o APL Polo Naval do Jacuí no Projeto de Apoio aos APLs. Políticas ativas de promoção à inovação e ao desenvolvimento científico e tecnológico no setor, lideradas pela SCIT, com orçamento de R\$ 4,8 milhões para os editais da REDERIOSUL, que já beneficiaram 12 projetos de pesquisa na área de petróleo e gás.</p> <p>Programa Gaúcho de Apoio aos Parques Científicos e Tecnológicos (PGTec) já disponibilizou, R\$ 3,8 milhões para o OCEANTEC, parque tecnológico ligado à Universidade Federal do Rio Grande (FURG), cujo foco é a indústria naval.</p> <p>O setor apresenta taxas de crescimento altíssimas, entre 2011 e 2013: Média de Crescimento de 946% Crescimento Acumulado de 114.581%.</p>
<p><b>Preferenciais:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Reciclagem e Despoluição</b></li> </ul> <p>A Política Industrial do Rio Grande do Sul foi elaborada tendo como uma de suas premissas a sustentabilidade ambiental com ênfase em soluções para utilização de resíduos como insumos ou produtos para outras aplicações.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Reciclagem e Despoluição</b></li> </ul> <p>Criação do programa setorial de Reciclagem e Despoluição, com foco tanto no apoio às empresas prestadoras de serviços ambientais como no suporte ao desenvolvimento e adoção de formas ambientalmente mais responsáveis de produção industrial.</p> <p>Criação do Programa Produção Mais Limpa, pelo BRDE, que reúne linhas de financiamento específicas para projetos que visem à redução do impacto ambiental em empreendimentos privados.</p> <p>Projeto Simbiose Industrial, coordenado pela AGDI, que prevê o mapeamento da geração de resíduos dentro dos APLs Metalmeccânico e Automotivo da Serra Gaúcha; Metalmeccânico Pós-Colheita; Moveleiro da Serra Gaúcha; Pedras, Gemas e Joias; e Polo de Moda.</p> <p>Diagnóstico da oferta de serviços ambientais para o setor industrial produtor de resíduos no eixo Porto Alegre – Caxias do Sul, ação conjunta da AGDI, do BRDE e a Fundação Escola-Empresa de Engenharia (FEENG) da UFRGS.</p> <p>Governo do Estado auxiliou na promoção da Feira Internacional de Tecnologia para o Meio Ambiente (FIEMA) e, através do BRDE, também apoia o Banco de Resíduos da Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (FIERGS).</p> <p>Prospecção ativa por novos empreendimentos ligados à reciclagem, na Sala do Investidor, com quatro projetos, representando investimentos de R\$ 53,4 milhões e previsão de geração de 137 empregos.</p> <p>Diversos projetos de empresas de outros setores com foco em sustentabilidade. Por exemplo, destaca-se o investimento da Ecocitrus, que passou a produzir GNVerde a partir do gás metano gerado na compostagem e o investimento da Fundação PROAMB, para a construção de unidade de processamento e blendagem de resíduos.</p>

<p>• <b>Energia Eólica</b></p> <p>A geração de energia eólica deu um salto no Brasil nos últimos 10 anos, com o Rio Grande do Sul sendo um dos Estados que lideram este processo, a partir da construção dos Parques Eólicos de Osório, em operação desde 2006.</p>	<p>O volume de vendas do setor registrou alta de 40,9% no acumulado de 2011 a 2013.</p> <p>A geração de empregos cresceu, com 1.428 novos postos de trabalho formais a partir de 2011, um crescimento de aproximadamente 12% em relação a 2010.</p> <p>• <b>Energia Eólica</b></p> <p>Criação do Programa Gaúcho de Estruturação, Investimento e Pesquisa em Energia Eólica (RS Eólica), liderado pela SDPI, encarregado de formular os incentivos necessários para o desenvolvimento da geração eólica no Estado.</p> <p>Prospecção por investimentos no setor através de missões internacionais.</p> <p>Elevação da participação de parques gaúchos nos leilões de energia eólica, que resultaram em 83 novos parques (1750,9 MW) no Rio Grande do Sul, dos quais 12 (241 MW) já estão em operação e outros 73 (1.509,9 MW) estão/estarão em obras.</p> <p>Até 2018 com a inclusão de mais 228MW oriundos do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica – PROINFA e com os 27MW gerados para a autoprodução da Fábrica da Honda Automóveis do Brasil, ter-se-á 2.005,9MW instalados no RS com investimentos de R\$ 8,4 bilhões.</p> <p>Impulso à nova cadeia fornecedora para o setor, com investimentos, negociados na Sala do Investidor, que atingem R\$ 567 milhões.</p> <p>Além do crescimento da geração de energia elétrica no Estado, o setor eólico proporciona, também, um aumento da atividade industrial e da geração de empregos, com estimativa de quase mil novos postos de trabalho, formando um <i>cluster</i> eólico na Região Metropolitana de Porto Alegre.</p> <p>Atualização do atlas eólico que, em versão anterior continha medições até 50m, enquanto os parques atuais contam com torres com altura ao redor de 100m.</p>
<p><b>Especiais:</b></p> <p>• <b>Biocombustíveis: Etanol e Biodiesel</b></p> <p>A geração de energias alternativas no Rio Grande do Sul tem progredido enormemente em anos recentes, tanto a partir de fonte eólica como de biocombustíveis.</p>	<p>• <b>Biocombustíveis: Etanol e Biodiesel</b></p> <p>Houve, a partir de 2011, o início da operação de quatro novas usinas, instaladas nos municípios de Canoas, Ijuí, Camargo e Muitos Capões, com uma capacidade diária de produção de 1.466 metros cúbicos de biodiesel.</p> <p>O Rio Grande do Sul atingiu um percentual de 25,86% do total de capacidade de produção do Brasil.</p>

<p>• <b>Semicondutores</b></p> <p>O setor de semicondutores no Estado do Rio Grande do Sul deu seus primeiros passos em 2011 com a inauguração do <i>basecamp</i> da empresa HT Micron no campus da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), em São Leopoldo, quando começou o encapsulamento de chips.</p> <p>• <b>Saúde Avançada e Medicamentos</b></p> <p>O setor Saúde Avançada e Medicamentos vem sendo impulsionado no Brasil. Entre 2011 e 2014, o orçamento do Governo Federal para a área da saúde sofreu uma grande elevação, saindo de aproximadamente R\$ 70 bilhões para R\$ 92,3 bilhões em 2014, um crescimento de quase 10% a.a.</p>	<p>Apoio do Governo do Estado em articulação para liberação de R\$ 5,5 milhões da Petrobras para a Embrapa realizar pesquisa de novos cultivares de cana-de-açúcar e incentivo, através de desoneração fiscal, para o estabelecimento de novas indústrias produtoras de etanol.</p> <p>Investimentos de R\$ 1,16 bilhão, negociados na Sala do Investidor, em 12 projetos ativos, com previsão de geração de 918 empregos.</p> <p>• <b>Semicondutores</b></p> <p>Inauguração de nova fábrica da HT Micron, 2013, no valor de R\$ 56 milhões, chegando a um total de R\$ 110 milhões investidos. Com o início das operações da nova fábrica, que elevará a sua produção em larga escala, em 2014, o Rio Grande do Sul estará em situação de destaque no cenário nacional de semicondutores.</p> <p>O Programa Gaúcho de Parques Científicos e Tecnológicos (PGTEC), está investindo um total de R\$ 5,4 milhões no TECNOSINOS.</p> <p>Consolidação do Instituto de Semicondutores da UNISINOS, o ITT Chip, um centro de referência nacional em pesquisa, desenvolvimento e inovação no setor.</p> <p>Foi concedida pela Secretaria da Fazenda (SEFAZ) isenção de ICMS nas entradas de máquinas e equipamentos industriais destinadas à fabricação de semicondutores.</p> <p>Realização, em Porto Alegre, 2011, da feira BITS Promovida pela Hannover Fairs Sulamérica em conjunto com a Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (FIERGS) e apoio da AGDI e do BADESUL, a feira contou com a participação de mais de 600 empresas de Tecnologia da Informação.</p> <p>• <b>Saúde Avançada e Medicamentos</b></p> <p>Prospecção ativa por novos empreendimentos, que incluiu missões às maiores feiras do setor na América Latina e no mundo: a Hospitalar, em São Paulo; a Bio, nos Estados Unidos; e a Medica, na Alemanha.</p> <p>No segmento de fármacos houve a aquisição da Multilab pelo Grupo Takeda, que trará investimentos para pesquisa e desenvolvimento para a fábrica gaúcha,</p> <p>Ampliação da fábrica Kley Hertz, com um valor total de R\$ 100 milhões.</p> <p>No segmento de equipamentos médicos e hospitalares foi firmada a ampliação da empresa Medicone, no valor de R\$ 7 milhões. Previsão de R\$ 406,2 milhões em investimentos em 12 projetos de ativos, negociados na Sala do Investidor, com expectativa de geração de 1.150 empregos.</p>
---	---

<p>• <b>Indústria da Criatividade</b></p> <p>O setor da economia criativa foi um dos grandes focos de atuação do Governo do Estado dentro da Política Industrial.</p>	<p>O Governo do Estado concedeu, em 2014, um novo incentivo tributário para o setor, criando um crédito presumido de 30% do ICMS devido. Esse benefício pode ser ampliado em caso de realização de investimentos aprovados pelo FUNDOPEM, quando ele atinge o percentual de 60% do ICMS devido.</p> <p>Inclusão do APL Industrial da Saúde do Complexo no Projeto APLs, na Região Sul do Estado.</p> <p>Estudo de prospecção tecnológica para o setor.</p> <p>Apoio do Programa de Apoio à Participação de Empresas Gaúchas em Feiras Internacionais.</p> <p>Retomada da produção do Laboratório Farmacêutico do Rio Grande do Sul (LAFERGS), que havia interrompido em 2004 a fabricação de medicamentos. Foi aprovado pela Assembleia Legislativa no final de 2013 projeto de lei que transforma o LAFERGS em empresa pública, diretamente vinculada à Secretaria da Saúde.</p> <p>Crescimento de 5,9% no acumulado do volume de vendas do setor de 2011 a 2013.</p> <p>• <b>Indústria da Criatividade</b></p> <p>AGDI em 2012 junto à Fundação de Economia e Estatística (FEE) realizou um estudo, que resultou no lançamento em 2013 do e-book “Indústria Criativa no Rio Grande do Sul: Síntese Teórica e Evidências Empíricas”.</p> <p>Criação do programa RS Criativo, que sob a coordenação da Secretaria da Cultura (SEDAC) articula todos os órgãos estaduais que têm interfaces com o setor.</p> <p>Criação da Associação dos Desenvolvedores de Jogos do Rio Grande do Sul (ADJOGOS/RS), com o apoio do Governo do Estado.</p> <p>Patrocínio a eventos envolvendo o setor e apoio a participação em feiras, como a BITS 2013.</p> <p>Inclusão dos APLs Audiovisual, Polo de Moda; e Pedras, Gemas e Joias, no Projeto de Apoio aos APLs.</p> <p>Criação do Programa de Apoio à Indústria Criativa, pela SCIT, em 2012, que contou com recursos totais de R\$ 5,7 milhões nos editais de 2012 e 2013, beneficiando um total de nove projetos de pesquisa.</p> <p>O setor apresentou crescimento acumulado de 3,6% entre 2011 e 2013.</p> <p>Incremento de aproximadamente 7% nos postos formais de trabalho, ou seja, 14,5 mil novos trabalhadores ocupados a partir de 2011.</p>
---	--

<b>Economia Tradicional</b>	
<b>Setores da PI-RS</b>	<b>Principais Resultados (2012-2014)</b>
<p style="text-align: center;"><b>Prioritários</b></p> <p style="text-align: center;"><b>Agroindústria</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Carne Bovina</b></li> </ul> <p>O setor teve em 2011 um grande avanço com a realização do alinhamento estratégico da cadeia da carne bovina.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Carne Suína</b></li> </ul> <p>A Política Industrial do Rio Grande do Sul destacou entre os seus setores estratégicos a cadeia de produção da carne suína, disponibilizando uma série de incentivos para a elevação da competitividade do setor no Estado.</p>	<p><b>Prioritários</b></p> <p><b>Agroindústria</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Carne Bovina</b></li> </ul> <p>Criação do Programa de Valorização da Carne Gaúcha.</p> <p>Criação do Programa Dissemina, operado no Estado pela Fundação Estadual de Pesquisa Agropecuária (FEPAGRO), visando a melhorar a qualidade da carne gaúcha e ampliar o seu acesso ao mercado nacional e internacional.</p> <p>Ações para a melhoria dos serviços de inspeção animal (Vale para todos os setores de carnes).</p> <p>Reforma das 239 Inspetorias Veterinárias e Zootécnicas (Vale para todos os setores de carnes).</p> <p>Cooperação técnica com o Estado de Santa Catarina para transformar a BR-101 em corredor sanitário, diminuindo o custo logístico no transporte de produtos de origem animal para o restante do país (Vale para todos os setores de carnes).</p> <p>Está em discussão a criação do Fundo Gaúcho da Carne e do Instituto Gaúcho da Carne, cuja função será de aumentar a produção e a promoção comercial do setor (Vale para todos os setores de carnes).</p> <p>O Programa Gaúcho de Alimentos Premium está definindo diretrizes que destaquem os produtos agropecuários do Estado nos mercados interno e externo (Vale para todos os setores agropecuários).</p> <p>O setor registrou declínio nas vendas entre 2011 e 2013, acumulando queda de 14%. Com as ações em curso, como a introdução da rastreabilidade e a criação de um Fundo e um Instituto para o setor, criam-se condições para que essa queda não só seja revertida, mas para que o setor amplie de forma permanente a sua participação na economia gaúcha.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Carne Suína</b></li> </ul> <p>O ICMS do setor, historicamente distinto do cobrado sobre outras carnes, teve uma equalização em relação ao setor avícola, conforme decreto 50.863/13. Dessa forma, carnes de aves e de suínos passam a ter a mesma alíquota quando tiverem o mesmo tipo de tratamento. O decreto 49.535/12 instituiu a sistemática da substituição tributária para o setor, que permitiu a detecção de irregularidades que criavam concorrência desleal entre empresas.</p>



<p>• <b>Avicultura</b></p> <p>A partir do diagnóstico de que um percentual significativo das vendas no Estado era de produtos trazidos de outros Estados, o governo adotou incentivos tanto para o produto final como para os principais insumos, como forma de ampliar a competitividade da avicultura gaúcha.</p>	<p>O prazo para creditamento do ICMS nas aquisições de máquinas produzidas no Estado, que era de 48 meses, foi sendo gradativamente reduzido, estando atualmente em 24 meses.</p> <p>Durante a crise ocorrida em 2012 o governo concedeu diferimento na importação de milho, soja em grão e farelo de soja, como forma de preservar o nível da atividade industrial. Houve ainda seguidas reduções de base de cálculo nas saídas de suínos vivos para outros Estados, como forma de manter a renda dos produtores.</p> <p>Criação dos programas Mais Água, Mais Renda, de irrigação, e o RS Mais Grãos, que conferem subsídio à compra de equipamentos de irrigação e armazenagem, respectivamente. Desse modo, o governo apoia o aumento da safra de grãos e a sua manutenção no Estado, possibilitando uma redução nos custos de ração.</p> <p>A partir de março de 2013 o BANRISUL passou a oferecer R\$ 250 milhões em financiamentos para a comercialização de milho produzido no Rio Grande do Sul, incentivando que a produção gaúcha do grão seja destinada às empresas locais, aumentando a oferta de ração.</p> <p>Quatro projetos industriais na Sala do Investidor, com previsão de aporte de R\$ 82 milhões e geração de 344 empregos diretos.</p> <p>No agregado do setor (incluindo avicultura), o volume de vendas mostrou grande evolução a partir de 2011, com avanço acumulado de 43,9% em comparação com 2010. Essa evolução se refletiu na geração de 2.188 novas vagas formais a partir de 2011.</p> <p>• <b>Avicultura</b></p> <p>O decreto 49.535 instituiu a sistemática da substituição tributária para o setor, que permitiu a detecção de irregularidades que criavam concorrência desleal entre as empresas. Dessa forma, foi possível elevar o crédito presumido de 2%, vigente no início de 2012, para 5,5% a partir de setembro de 2012, com grande estímulo à competitividade. Este benefício foi estendido indefinidamente a partir de dezembro de 2013.</p> <p>O prazo para creditamento do ICMS nas aquisições de máquinas produzidas no Estado, que era de 48 meses, foi sendo gradativamente reduzido, estando atualmente em 24 meses.</p> <p>Durante a crise ocorrida em 2012 o governo concedeu diferimento na importação de milho, soja em grão e farelo de soja, como forma de preservar o nível da atividade industrial.</p> <p>Criação dos programas Mais Água, Mais Renda, de irrigação, e o RS Mais Grãos, que conferem subsídio à compra de equipamentos de irrigação e armazenagem, respectivamente. Desse modo, o governo apoia o aumento da safra de grãos e a sua manutenção no Estado, possibilitando uma redução nos custos de ração.</p> <p>A partir de março de 2013 o BANRISUL passou a oferecer R\$ 250 milhões em financiamentos para a comercialização de milho</p>
---	--

<p>• <b>Leite e Derivados</b></p> <p>O setor de Leite e Derivados recebeu diversas contribuições dentro da Política Industrial, com ações de qualificação aos produtores, incentivo ao melhoramento genético do rebanho e subsídio à compra de equipamentos.</p>	<p>produzido no Rio Grande do Sul, incentivando que a produção gaúcha do grão seja destinada às empresas locais, aumentando a oferta de ração.</p> <p>Oferta de linhas de crédito para adequação de aviários às Instruções Normativas 56 e 59, em parceria com a Associação Gaúcha de Avicultura (ASGAV).</p> <p>No agregado do setor (incluindo suínos), o volume de vendas mostrou grande evolução a partir de 2011, com avanço acumulado de 43,9% em comparação com 2010. Essa evolução se refletiu na geração de 2.188 novas vagas formais a partir de 2011.</p> <p>• <b>Leite e Derivados</b></p> <p>Lançamento do Programa de Desenvolvimento da Cadeia Produtiva do Leite (PRODELEITE) e do Fundo de Desenvolvimento da Cadeia Produtiva do Leite (FUNDOLEITE), visando a levar o setor a um novo patamar de desempenho no mercado brasileiro e mundial.</p> <p>Criação do Instituto Gaúcho do Leite (IGL). Com uma administração privada, o instituto contará com 98% dos recursos do FUNDOLEITE, possibilitando a elaboração de projetos de desenvolvimento para toda a cadeia leiteira do Estado.</p> <p>Criação do programa Mais Leite de Qualidade, que oferece subsídio na compra de ordenhadeiras e de resfriadores de expansão.</p> <p>Criação do Programa Leite Gaúcho, que ofereceu assistência técnica a 23.698 famílias a partir de 2011, oferecendo ainda cursos de capacitação que tiveram mais de 30 mil participantes. O programa também financia a compra de sementes forrageiras com juro zero, beneficiando cerca de 15 mil famílias no inverno de 2012 e 2013, e cerca de 7 mil durante o verão destes anos, com um volume total de financiamentos de R\$ 9,3 milhões.</p> <p>Foram beneficiadas ainda 5.768 famílias com um total de R\$ 832 mil em financiamentos para a compra de equipamentos e sêmen para melhoramento genético, qualificando o rebanho gaúcho.</p> <p>Criação do Programa Dissemina, que já comprou 30 veículos com equipamentos de inseminação para municípios conveniados.</p> <p>Inclusão do APL de Agroindústria Familiar da Região Ceileiro (setor leiteiro) no Projeto de Apoio aos Arranjos Produtivos Locais.</p> <p>Atração de 14 novos investimentos, no valor de R\$ 411,8 milhões, com previsão de geração de 1.381 empregos diretos. Dentre esses projetos, se destaca o aumento na capacidade de produção de leite em pó, assim como novas práticas de produção associada dentro de cooperativas.</p> <p>Investimentos no terminal de Rio Grande, ampliando a competitividade logística nas vendas para os Estados do Nordeste</p>
--	---

<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Arroz</b></li> </ul> <p>A partir da crise vivida pela produção orizícola em 2011, o Governo adotou diversas medidas como forma de estimular a retomada desse importante setor econômico. Com uma atuação conjunta dos Governos Federal e Estadual com a cadeia produtiva, não só foi possível recuperar o espaço dentro do Rio Grande do Sul, com estabilidade de preços e fomento à agregação de valor, como se iniciou uma estratégia para avançar além das fronteiras do Brasil.</p>	<p>O volume de vendas teve crescimento acumulado de 25% entre 2011 e 2013.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Arroz</b></li> </ul> <p>Articulação com o Governo Federal para a renegociação de dívidas dos arrozeiros no valor de R\$ 1,5 bilhão, que foi aprovada pelo Conselho Monetário Nacional em dezembro de 2012.</p> <p>Cooperação por parte da Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE), que prorrogou o vencimento de dívidas e suspendeu os cortes de energia, tornando possível o funcionamento da irrigação na safra seguinte.</p> <p>Concedido também pelo Governo Estadual um novo benefício tributário ao setor, elevando-se o crédito presumido de 3,5% sobre o valor da operação para até 7%. O valor mais elevado é atingido pelas indústrias que beneficiam o arroz produzido dentro do Rio Grande do Sul, favorecendo o produtor local em relação ao de fora do Estado.</p> <p>Com a nova regulamentação passam a ser coibidas práticas desleais de concorrência, favorecendo a isonomia entre as empresas do setor.</p> <p>Foram criados programas com impacto direto na produtividade, como o fomento à rotação de culturas, que gerou na safra 2013/14 um total de 350 mil hectares de soja plantados, contra 150 mil hectares dois anos antes.</p> <p>Está também em fase de construção o Centro de Excelência na Difusão de Tecnologias Orizícolas que prevê um aprofundamento nas pesquisas e ações de qualificação de produtores. Esse centro está avaliado em R\$ 9,2 milhões, financiados com recursos do BNDES.</p> <p>Realização de concurso por parte do Instituto Rio-grandense do Arroz (IRGA), prevendo 116 novas vagas para técnicos de nível médio e superior voltados para o desenvolvimento do setor.</p> <p>Firmada parceria entre o IRGA e a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (APEX), com a criação de programa para fortalecer a imagem do arroz brasileiro fora do país, o <i>Brazilian Rice</i>.</p> <p>Foram realizadas missões para África do Sul, Alemanha, Angola e França ao longo de 2012 e 2013, com participação em feiras como a SIAL Paris.</p> <p>Parceria com a Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (FIERGS), houve o oferecimento de curso de capacitação para exportações, do qual participaram 28 empresas.</p> <p>Apoio a elaboração de estudos para mercados-alvo, missões internacionais de divulgação e catálogos de empresas.</p> <p>Na Expoarroz 2013, rodadas de negócios tiveram participação de 11 compradores de 7 países, gerando mais de R\$ 7 milhões em compras.</p>
---	---

<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Soja e Milho</b></li> </ul> <p>A produção de grãos no Rio Grande do Sul tradicionalmente tem um impacto grande no PIB estadual, com grande crescimento em anos de grandes safras e retração em períodos de estiagem.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Vitivinicultura</b></li> </ul> <p>O Governo do Estado buscou através da Política Industrial o fortalecimento da atuação do Instituto Brasileiro do Vinho (IBRAVIN), que desde 1998 promove e articula o setor em prol do desenvolvimento.</p>	<p>Crescimento no volume de vendas de 14,2% no acumulado 2011 a 2013.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Soja e Milho</b></li> </ul> <p>Foi criado o programa Mais Água, Mais Renda, com objetivo de superar a dependência estrutural em relação às condições climáticas.</p> <p>Até o final de 2013, já haviam sido aprovados pela Secretaria da Agricultura, Pecuária e Agronegócio (SEAPA) um total de 2.477 Projetos de irrigação, que confirmados geram um volume total de financiamentos de R\$ 306,1 milhões, com R\$ 53,6 milhões em subvenções.</p> <p>Aumento de área irrigada a partir destes financiamentos chega a 66,8 mil hectares, um avanço expressivo em relação aos aproximadamente 105 mil hectares de áreas de sequeiro que já contavam com irrigação até 2010.</p> <p>Programa RS Mais Grãos para modernização, ampliação e adequação de estruturas de armazenagem de pequenas e médias propriedades.</p> <p>A partir de março de 2013 o BANRISUL oferece R\$ 250 milhões em financiamentos para a comercialização de milho produzido no Rio Grande do Sul, incentivando que a produção gaúcha do grão seja destinada às empresas locais.</p> <p>O crescimento do volume de vendas de 2011 para 2013 atingiu 11,5%. Da mesma forma, entre 2012 e 2013 as exportações de soja se elevaram em 113,9%, evidenciando a retomada desse importante setor da economia gaúcha.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Vitivinicultura</b></li> </ul> <p>Aumento do percentual de recursos do FUNDOVITIS obrigatoriamente repassados ao instituto, que foram elevados de 25% para 50% a partir de 2012.</p> <p>Ação conjunta para elevar em 25% a venda de vinhos brasileiros nas prateleiras dos supermercados.</p> <p>Projeto em conjunto com a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio Grande do Sul (EMATER) para levar assistência técnica e extensão rural a produtores de uva.</p> <p>Projeto para a implantação de vinhedos em assentamentos.</p> <p>Promoção comercial, com diversas participações em feiras internacionais e missões ao exterior. Apenas dentro do Programa de Apoio a Participação de Empresas Gaúchas em Feiras Internacionais, coordenado pela SDPI, foram realizados 34 apoios,</p>
--	---

<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Trigo</b></li> </ul> <p>O segmento foi incluído entre os setores estratégicos da Política Industrial em setembro de 2013, em função da grande importância do cereal para o consumo humano e a baixa produção do grão no Brasil, um dos maiores importadores mundiais. Agrega-se a esse quadro, o grande potencial de produção em solo gaúcho de um grão de qualidade, que pode ser utilizado pela indústria na fabricação de massas alimentícias, produtos de panificação, biscoitos e bolachas.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Automotivo e Implementos Rodoviários</b></li> </ul> <p>O setor automotivo apresentou grande dinamismo ao longo dos últimos dois anos, com desdobramentos tanto na atração de investimentos quanto no desenvolvimento das empresas já instaladas no Rio Grande do Sul. Um dos pontos cruciais para este crescimento foi a criação do novo regime automotivo pelo Governo Federal, o Inovar-Auto, que concede benefícios tributários às montadoras com processos produtivos locais.</p>	<p>Foram apoiados na sua implantação cinco projetos de investimento, com previsão de aporte de R\$ 105,6 milhões em sua instalação, com destaque para o investimento da cooperativa vinícola Nova Aliança, no valor de R\$ 71,7 milhões.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Trigo</b></li> </ul> <p>A partir da inclusão na Política Industrial, o setor passou a gozar, em conjunto com outros setores prioritários, de uma faixa privilegiada na concessão de benefícios dentro do Programa FUNDOPEM/Integrar, além de ganhar maior relevância quando da elaboração de políticas públicas para o setor agroindustrial.</p> <p>Dois projetos de investimentos, que incluem a instalação de moinho de trigo, ampliação de fábricas de biscoitos e unidade industrial de massas, no valor total de R\$ 257,1 milhões.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Automotivo e Implementos Rodoviários</b></li> </ul> <p>O Estado fez uma prospecção ativa para atração de novas montadoras, tendo realizado com o apoio da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (APEX) missões à China e ao Japão, que resultaram na atração de duas montadoras de caminhões chineses, a Foton Aumark e a Shiyan Yunlihong, a se instalarem em Guaíba e Camaquã, respectivamente, com investimentos estimados em mais de R\$ 400 milhões.</p> <p>Anúncios de investimentos dos grupos Randon e Marcopolo, que tornaram pública a intenção de injetar R\$ 1,1 bilhão e R\$ 415 milhões, respectivamente, em ampliações e novas fábricas ao longo dos próximos anos, evidenciando a competitividade do setor automotivo no Rio Grande do Sul.</p> <p>Somados aos demais projetos de investimentos, atinge-se uma soma de R\$ 4,7 bilhões em novas fábricas e ampliações e 6.450 novos empregos, decisivamente apoiados na Sala do Investidor e no FUNDOPEM/Integrar, instituídos a partir de 2011.</p> <p>Realização de rodadas de negócios entre empresas-âncora e fornecedores locais, como realizado com a Foton. Deste modo, foi criado em</p>
--	--

	<p>dezembro de 2013 o Programa de Incentivos à Cadeia Produtiva de Veículos de Transporte de Carga (PROCAM/RS), que concede incentivos materiais e tributários às empresas produtoras desses veículos e de autopeças.</p> <p>Inclusão do Arranjo Produtivo Local Metalmeccânico e Automotivo da Serra no Projeto de Fortalecimento de APLs. Ação coordenada pela Universidade de Caxias do Sul (UCS), em edital do MDIC, por meio do qual foi possível captar R\$ 1,2 milhão para projetos de capacitação e desenvolvimento de fornecedores.</p> <p>Parceria com a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI) propiciou que dezenove empresas gaúchas de autopeças participassem de extensões tecnológicas, rodadas de negócio e capacitações dentro do programa FOCEM-Auto, que promove a convergência estrutural entre os países do Mercosul.</p> <p>Incentivo à pesquisa e desenvolvimento para nove empresas beneficiadas com o incentivo fiscal do Pró-Inovação, sendo a indústria com mais representatividade neste Programa.</p> <p>Promoção de exportações com o subsídio à participação de empresas na Feira Automechanika, na Alemanha, no ano de 2012. Expressivo crescimento do volume de vendas de 2011 a 2013, que atingiu 30,9%. Houve também um expressivo aumento das exportações, que passaram de R\$ 523,3 milhões em 2010 para R\$ 891,4 milhões em 2012.</p> <p>Saldo na geração de empregos, de 2011 até o 3º trimestre de 2013, foi de 5.683 novos postos de trabalho.</p>
<p><b>Preferenciais</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Bens de Capital: Máquinas, Equipamentos, Implementos Agrícolas e Industriais.</b></li> </ul> <p>A indústria fabricante de bens de capital, máquinas e equipamentos industriais e implementos agrícolas tem um papel de grande relevância na Política Industrial do Estado. Em esforço conjunto do governo com o setor privado, o setor tem acompanhado a nova onda de investimentos privados no Rio Grande do Sul, ampliando o fornecimento local de máquinas e equipamentos. Da mesma forma, o setor de implementos agrícolas</p>	<p><b>Preferenciais</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Bens de Capital: Máquinas, Equipamentos, Implementos Agrícolas e Industriais.</b></li> </ul> <p>Ampliação da fábrica Stihl em São Leopoldo, com aporte de mais de R\$ 500 milhões. No segmento de implementos agrícolas houve também o anúncio de R\$ 75 milhões de investimentos por parte da Stara, nos municípios de Não-Me-Toque e Santa Rosa.</p> <p>A Sala do Investidor registra um total de 26 projetos, com previsão de R\$ 1,3 bi em investimento e geração de 3,9 mil empregos diretos.</p> <p>Organização do projeto Desenvolve RS por entidades empresariais estimulando o fornecimento local de máquinas e equipamentos para os mais de R\$ 30 bilhões de novos investimentos no Rio Grande do Sul desde 2011.</p> <p>O prazo para creditamento do ICMS nas aquisições de máquinas produzidas no Estado, que era de 48 meses, foi sendo gradativamente reduzido, estando atualmente em 24 meses. Dessa forma, passa a ser mais vantajoso para as empresas instaladas em solo gaúcho comprar máquinas e equipamentos produzidos no Rio Grande do Sul, ao invés de trazidas de outros Estados ou do exterior.</p> <p>O Programa de Incentivos à Cadeia Produtiva de Veículos de Transporte de Carga (PROCAM/RS), Lei nº 14.388/14, também traz entre suas diretrizes o incentivo a compras locais tanto de insumos como de máquinas e equipamentos.</p>

<p>amplia o seu mercado com políticas estaduais de subsídio a equipamentos para irrigação e para armazenamento de grãos.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Madeira, Celulose e Móveis.</b></li> </ul> <p>O setor de Madeira, Celulose e Móveis foi marcado no ano de 2012 pelo anúncio de investimento da empresa chilena CMPC no município de Guaíba, com aporte total estimado em R\$ 5 bilhões. Esse anúncio movimentou um setor que estava estagnado desde 2008, quando iniciou a crise econômica mundial que paralisou os investimentos previstos no Estado até então.</p>	<p>Inclusão, no Projeto de Fortalecimento de Arranjos Produtivos Locais, dos seguintes APLs: (I) Máquinas e Equipamentos, na Região Metropolitana e Serra; (II) Metalmeccânico Pós-Colheita, no Noroeste Colonial; (III) Metalmeccânico, na Região Central; e (IV) Metalmeccânico e Automotivo, na Serra.</p> <p>Programa de Apoio a Participação de Empresas Gaúchas em Feiras, que subsidia a participação em feiras internacionais através de estandes coletivos.</p> <p>O setor registrou crescimento de 35,9% no acumulado de 2011 a 2013, com destaque para o segmento de máquinas e implementos agrícolas, que teve evolução de 68,2% no volume de vendas.</p> <p>Geração de mais de 6 mil novos postos de trabalho nos três primeiros trimestres de 2013, num total desde 2011 de mais de 10 mil novas vagas.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Madeira, Celulose e Móveis.</b></li> </ul> <p>Com o investimento da CMPC, a sua capacidade instalada para produção de celulose passa de 450 mil toneladas/ano para 1,8 milhão de toneladas/ano, gerando mais 1,2 mil empregos diretos. Na atual fase de construção, a demanda por trabalhadores chega a 7 mil pessoas, que estão sendo mobilizadas nas cidades do entorno por intermédio do Pacto Gaúcho pela Educação e da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social (STDS).</p> <p>No segmento de madeira, o Governo do Estado concedeu em 2013 incentivo tributário na forma de diferimento na saída de resíduos de madeira, destinada à produção industrial ou à comercialização.</p> <p>Inclusão, no Projeto de Fortalecimento de Arranjos Produtivos Locais, do APL Moveleiro da Serra Gaúcha.</p> <p>Na comparação de 2013 com 2010, o setor apresentou evolução do volume de vendas de 13,5%. O segmento de móveis apresentou uma variação positiva ainda maior, que atingiu no período 15,7%. A geração de empregos seguiu essa trajetória, com mais de 5 mil novos empregos gerados a partir de 2011.</p> <p>Investimentos negociados na Sala do Investidor atingem R\$ 570,4 milhões, além dos R\$ 5 bilhões da CMPC.</p>
<p style="text-align: center;"><b>Especiais</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Equipamentos para Indústria de Petróleo e Gás</b></li> </ul> <p>A indústria naval gaúcha protagonizou o crescimento industrial no Estado nos últimos anos, com uma grande elevação na sua produção em</p>	<p><b>Especiais</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Equipamentos para Indústria de Petróleo e Gás</b></li> </ul> <p>Criação do programa setorial de Equipamentos para a Indústria de Petróleo e Gás, no âmbito do Programa de Estruturação, Investimento e Pesquisa em Gás Natural, Petróleo e Indústria Naval do Rio Grande do Sul (RS Indústria Oceânica) e da Política Industrial do RS.</p> <p>Prospecção por novos empreendimentos, através de missões e participações em feiras internacionais. Foram visitadas a partir de 2011 a</p>

<p>função das encomendas realizadas pela Petrobras.</p> <p><b>• Petroquímica, Borracha e Plástico</b></p> <p>A cadeia petroquímica e de transformados plásticos e de borracha, de grande importância para o Rio Grande do Sul, tem um papel relevante na Política Industrial do Estado. Por ser altamente integrada a outros setores econômicos gaúchos, além de ser alvo de ações próprias da</p>	<p>OTC, nos Estados Unidos; ONS, na Noruega; SMM, na Alemanha; Rio OilandGas, no Rio de Janeiro; entre outras missões para Reino Unido (Offshore Europe) e Finlândia.</p> <p>Está em instalação no Polo Naval de Guaíba uma joint-venture entre o grupo gaúcho Koch e a austríaca Palfinger, com 28 guindastes offshore, no valor de US\$ 90 milhões, já encomendados.</p> <p>Contratado pela AGDI, em conjunto com a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), estudo para mapeamento de 100 empresas potenciais fornecedoras para a indústria naval, incluindo dados como principais produtos e grau tecnológico. Em parceria com a ABDI, iniciou-se em 2014 o programa FOCEM Petróleo e Gás, que capacitará em torno de 30 empresas gaúchas do setor em extensões tecnológicas e rodadas de negócios em conjunto com firmas de outros países do MERCOSUL, com foco na convergência estrutural entre os países-membros do bloco.</p> <p>O Governo do Estado promove anualmente, a partir de 2012, o evento Rio Grande <i>Supply Day</i>, no qual são realizadas rodadas de negócios entre empresas âncora de indústria oceânica e potenciais fornecedores, oportunizando que o parque industrial já instalado no Estado possa se incluir na dinâmica do polo naval.</p> <p>Com o propósito de fomentar negócios no setor, é promovida anualmente com apoio do Governo do Estado a Feira do Polo Naval, em Rio Grande, que reúne diversas delegações nacionais e internacionais e promove rodadas de negócios. O Projeto de Fortalecimento dos Arranjos Produtivos Locais selecionou e apoia os APLS Polo Naval e Offshore de Rio Grande e Entorno; e Polo Naval do Jacuí.</p> <p>A Sala do Investidor registra em carteira um total de R\$ 368 milhões de investimentos, com geração prevista de 3,7 mil empregos. Nestes, não estão incluídas as diversas instalações e ampliações de empresas de outros setores, possibilitadas em função das demandas da indústria oceânica, que assim contribuem para que a produção industrial gaúcha siga crescendo acima da média nacional.</p> <p><b>• Petroquímica, Borracha e Plástico</b></p> <p>A Sala do Investidor registra para o Polo Petroquímico do Sul, em Triunfo, três novos projetos. O montante total envolve recursos na ordem de R\$ 1,25 bilhão e geração prevista de aproximadamente 475 empregos diretos.</p> <p>Para a terceira geração, de transformação do plástico e da borracha, a Sala do Investidor registra 30 novos investimentos em todo o Estado, dentre ampliações e implantação de novas unidades, com montante de R\$ 344 milhões e geração prevista de 1.720 empregos diretos.</p> <p>Programa de Apoio a Participação de Empresas Gaúchas em Feiras, com incentivo à presença nas feiras Fispal Tecnologia (2012), em São Paulo, e Expoplast (2012), no Peru, nas quais foram apoiadas 12 empresas, gerando diversas parcerias nacionais e internacionais. Em julho de 2013 houve também participação governamental em missão do setor à Feira K, na Alemanha, com foco na busca por</p>
--	---



<p>Política Industrial, também se beneficia dos esforços do Governo do Estado em fomentar outros segmentos econômicos.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Software</b></li> </ul> <p>O setor de software foi incluído na Política Industrial por sua incontestável importância na economia mundial nas últimas décadas, e como tal tem sido priorizado nas ações de Governo. A partir do diagnóstico de que o setor já está enraizado na economia gaúcha, o foco tem sido capacitar as empresas locais e ampliar a sua cooperação dentro dos arranjos produtivos já existentes, de forma a ampliar a sua competitividade nos cenários nacional e internacional.</p>	<p>parcerias tecnológicas com empresas e institutos de pesquisa europeus.</p> <p>No âmbito tributário, o Governo do Estado acabou com a necessidade de revalidação anual da equalização das alíquotas de ICMS para o setor de plásticos, acatando um pleito do setor Para a indústria petroquímica, uma série de medidas tributárias pontuais, como isenções, diferimentos, crédito fiscal presumido foram editadas, favorecendo os investimentos realizados no Polo Petroquímico de Triunfo.</p> <p>O setor foi um dos mais favorecidos pelo programa Pró-Inovação, coordenado pela Secretaria de Ciência, Inovação e Desenvolvimento Tecnológico (SCIT), que concede incentivo tributário para empresas com projetos de inovação, beneficiando 5 empresas de transformação plástica.</p> <p>O desempenho da cadeia no Estado revela certa estagnação, com crescimento acumulado entre 2011 e 2013 de apenas 1,2%, influenciado especialmente pela queda nas vendas de resinas e elastômeros.</p> <p>A terceira geração apresenta performance mais positiva, com crescimento acumulado neste período de 4,2%.</p> <p>Foram gerados mais de 3 mil novos postos de trabalho em toda a cadeia. Considerando-se que o setor tem remuneração média 30% acima da média da indústria e de mais do que o dobro da média do Estado, esses novos postos de trabalho têm papel fundamental para o crescimento da economia gaúcha.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Software</b></li> </ul> <p>O Projeto de Fortalecimento dos Arranjos Produtivos Locais selecionou e apoia os APLs de Tecnologia da Informação da Serra e da Região Central do Estado.</p> <p>A partir de 2011 passou a ocorrer em Porto Alegre a feira BITS, promovida pela Hannover Fairs Sulamérica em conjunto com a FIERGS e apoio da AGDI e do BADESUL. Nas primeiras três edições, houve a participação de mais de 600 empresas, permitindo aos empresários gaúchos do setor entrar em contato com representantes de 31 países estrangeiros. Como resultado, foram gerados US\$ 29,8 milhões apenas nas rodadas de negócios organizadas durante a feira.</p> <p>Apoio à participação de empresas do setor na feira CEBIT, na Alemanha, em 2011, 2012 e 2013. No total, 32 empresas foram apoiadas, com US\$ 9 milhões em negócios gerados apenas na feira de 2012, quando o Brasil foi o país homenageado.</p> <p>Para atender às micro e pequenas empresas, a AGDI assinou convênio com a Associação Riograndense de Apoio ao Desenvolvimento do Software (SOFTSUL) que prevê a capacitação de 18 empresas do setor no Estado, no valor de R\$ 300 mil. Esta capacitação se dá no âmbito do movimento de Melhoria de Processos do Software Brasileiro (MPS.BR).</p> <p>Como forma de apoiar o crescimento de <i>startups</i>, o BADESUL aportou recursos em fundo da CRP - Companhia de Participações, que investe até R\$ 20 milhões no capital de empresas inovadoras. Além disso, o banco também participa do fundo Criatec II, do BNDES,</p>
--	--

<p>que apoia companhias com faturamento de até R\$ 10 milhões anuais, com aporte máximo de R\$ 3,6 milhões.</p> <p>Os três bancos do Sistema Financeiro Gaúcho operam a linha Inovacred, da FINEP, com R\$ 80 milhões disponíveis em cada um dos agentes financeiros para investimentos em projetos de inovação.</p> <p>Crescimento significativo de 62,5% no acumulado do setor entre 2011 e 2013.</p> <p>Quase 3 mil novos empregos foram gerados a partir de 2011, evidenciando a força do desenvolvimento de software no Rio Grande do Sul.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Eletroeletrônica, Automação e Telecomunicações</b></li> </ul> <p>O setor de Eletroeletrônica foi um dos focos da Política Industrial do RS, com atenção especial aos segmentos de Automação e Telecomunicações, que são líderes no mercado nacional. Por terem interface direta com diversos outros setores, o setor também se beneficia da onda de investimentos no Estado, que atingiu R\$ 30,3 bilhões no final de 2013.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Calçados e Artefatos</b></li> </ul> <p>O setor de calçados vive um momento difícil no cenário nacional, causado por questões estruturais, como a competição com países do leste asiático, e conjunturais, como a taxa de câmbio atual do Brasil. A</p>	<p>que apoia companhias com faturamento de até R\$ 10 milhões anuais, com aporte máximo de R\$ 3,6 milhões.</p> <p>Os três bancos do Sistema Financeiro Gaúcho operam a linha Inovacred, da FINEP, com R\$ 80 milhões disponíveis em cada um dos agentes financeiros para investimentos em projetos de inovação.</p> <p>Crescimento significativo de 62,5% no acumulado do setor entre 2011 e 2013.</p> <p>Quase 3 mil novos empregos foram gerados a partir de 2011, evidenciando a força do desenvolvimento de software no Rio Grande do Sul.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Eletroeletrônica, Automação e Telecomunicações</b></li> </ul> <p>Constituição do APL de Automação e Controle, nas Regiões Metropolitana e Serra, com posterior inclusão no Projeto de Fortalecimento de Arranjos Produtivos Locais, coordenado pela AGDI.</p> <p>O setor registra ainda 8 projetos de investimento na Sala do Investidor, com previsão de R\$ 113,8 milhões investidos e geração de 1,3 mil empregos diretos.</p> <p>O setor foi contemplado com apoio à promoção das exportações e na construção de parcerias com empresas nacionais e estrangeiras, dentro do Programa de Apoio à Participação de Empresas Gaúchas em Feiras Internacionais, coordenado pela SDPI.</p> <p>Crescimento do volume de vendas de 15,5% no acumulado de 2011 a 2013.</p> <p>Foram registrados aproximadamente 2,8 mil novos empregos a partir de 2011.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Calçados e Artefatos</b></li> </ul> <p>Em 2012 foi concedido incentivo tributário que limitou a 3% a alíquota de ICMS sobre o faturamento incremental das empresas instaladas há mais de três anos no Rio Grande do Sul.</p> <p>Em 2013, foi concedido um novo benefício, um crédito presumido de 17% sobre o valor do ICMS da operação, restrito às saídas interestaduais. Este benefício estava previsto até o final de maio de 2013. A partir de dezembro de 2013, ele foi prorrogado indefinidamente, mas no valor de 8,5% sobre o valor do ICMS da operação.</p> <p>Ainda em 2013, a cadeia foi favorecida por um diferimento parcial na aquisição de insumos produzidos no Rio Grande do Sul. Esse</p>
--	--

<p>partir desse diagnóstico, sobre o qual a margem de atuação do Governo do Estado é limitada, foram adotadas medidas com foco em defender a situação dos fabricantes de calçados já instalados no Estado da concorrência desigual de outros Estados do país.</p>	<p>incentivo significa que não incidirá ICMS sobre parte das compras realizadas no Estado, com a cobrança sendo postergada para o momento de venda do calçado. Assim, não só as empresas de calçados, mas todas as suas fornecedoras são beneficiadas.</p> <p>As micro e pequenas empresas, que muitas vezes não se beneficiam de medidas tributárias por fazerem parte do Simples, foram contempladas com o Projeto Extensão Produtiva e Inovação, coordenado pela AGDI, que desde 2012 já atendeu a 60 empresas.</p> <p>O setor foi o maior favorecido pelo Programa de Apoio a Participação em Feiras Internacionais, tendo recebido aproximadamente 42% dos recursos. Foi apoiada a participação na Couromoda (2011 a 2014), Francal (2011 a 2013) e ANPIC (2011 a 2014). No total, foram realizados 345 apoios à participação de empresas, especialmente pequenas e micros.</p> <p>Apesar desses apoios, a forte concorrência internacional e as dificuldades bilaterais que desfavorecem as exportações prejudicaram o setor, que entre 2011 e 2013 registrou retração acumulada de 0,6% no volume de vendas. Entretanto, chama a atenção o crescimento do segmento de fabricação de partes de calçados, que atingiu 12% de alta nesse período.</p>
---	---

Fonte: Elaborado com base no Balanço Executivo da PI-RS (2014).

Antes que se passe aos resultados dos demais Eixos da PI-RS é preciso incluir um breve relato exclusivo dos resultados do Programa de Ações Internacionais, que faz parte da Política Setorial (Eixo I), mas não foi incluído na pesquisa realizada. Isso não diminui a importância do Programa que já existe desde longa data e foi aprofundado e revitalizado pela PI-RS. Além disso, vale ressaltar que, os principais resultados dos benefícios gerados pelo Programa de Ações Internacionais aos Setores Estratégicos da PI-RS estão retratados no quadro 9.

Conforme o Balanço Executivo (2014), o Programa de Ações Internacionais está focado na promoção comercial de bens e serviços gaúchos, ampliando o acesso de empresas exportadoras e potenciais exportadoras ao mercado internacional, e na atração de investimentos produtivos para o RS, dentro do objetivo maior de fomentar a competitividade dos setores estratégicos e o desenvolvimento da economia do Estado. Além desses instrumentos, a participação em missões e a atividade de atrair investimentos produtivos no âmbito internacional vêm sendo potencializadas por um número crescente de parcerias estabelecidas entre a AGDI e agências internacionais, como a *UK Trade & Investment* (UKTI) do Reino Unido, o *Institute of Engineers Singapore* (IES), a Câmara Brasil Texas em Houston e o *Germany Trade and Invest* (GTAI) da Alemanha.

A metodologia de seleção das feiras do Programa de Apoio à Participação de Empresas Gaúchas em Feiras Internacionais está direcionada para aqueles eventos que atendam ao critério de fortalecimento dos setores estratégicos da PI-RS. Com referência aos resultados gerados pelo Programa, o Balanço Executivo (2014) informa que, entre 2011 e 2013, a Secretaria apoiou 398 empresas em 48 feiras internacionais, realizadas no Brasil (29), na Europa (12), na América Latina (6) e na Ásia (1), totalizando um investimento de R\$ 3,6 milhões. Segundo avaliações conduzidas pela equipe da SDPI, *in loco*, nas feiras, entre 2011 e 2013, o valor de negócios fechados, conforme informações fornecidas pelas empresas, foi de cerca de R\$ 105 milhões, ou seja, um retorno 30 (trinta) vezes superior ao valor investido.

Além disso, ainda, há a participação da SDPI/AGDI nos principais eventos mundiais dos setores da Nova Economia e da Economia Tradicional, com três objetivos: (a) promover os produtos gaúchos no Exterior, visualizar as novas tendências e tecnologias e atrair investidores estrangeiros – casos como, em estande institucional, da *SPE Offshore Europe*, *Offshore Technology Conference* (OTC), *Offshore Northern Seas* (ONS), *Oil & Gas Industry Exhibition & Conference* (OSEA) e SMM (Indústria Oceânica e Polo Naval); *Food & Hotel Asia* (FHA), Anuga e Sial Paris (Agroindústria); *China Wind Power* e *Husum Wind Energy* (Energia Eólica); Medica e Bio *Internacional Convention* (Saúde Avançada e Medicamentos);

CeBIT, *World Mobile* e *Oracle Open World* (Software + Indústria Criativa); (b) participar em eventos de renome mundial na área de competitividade e promoção de negócios, vide *Global Federation of Competitiveness Councils* (GFCC) e *Latin Asia Business Forum*; (c) atrair eventos internacionais ao RS, como o *Renex South America* (Energia Eólica) e o GFCC que tem como principais iniciativas a produção de princípios globais de competitividade e a promoção de “*best practices*” em termos de inovação e crescimento econômico.

Já o Programa de Missões Internacionais, segundo o Balanço Executivo (2014), tem como propósitos a atração de investimentos para o Estado, o incremento das relações comerciais e a promoção do intercâmbio técnico e tecnológico entre o RS e os países/regiões visitados ou recebidos. Os resultados deste Programa, entre 2011 e 2013, demonstram que, foram realizadas 63 missões pela SDPI/AGDI, divididas entre Europa (23), Ásia (22), América (17) e África (1), percorrendo 30 países.

Ressalta-se, ainda, a participação do Governador do Estado em oito missões com organização/apoio da SDPI/AGDI a: Alemanha, China, Coreia do Sul, Cuba, França, Israel, Reino Unido e Uruguai. Como resultados diretos ou indiretos das missões de atração de investimentos para o desenvolvimento do Estado, citam-se como mais relevantes:

Coreia do Sul: instalação da Hyundai Elevadores, investimento de R\$ 30 milhões, em São Leopoldo/RS;

Reino Unido: parceria com a British Gas para investimento, pesquisa e treinamento no setor de Indústria Oceânica.

Israel: protocolo de Intenções assinado com a AEL-Elbit para Criação do Polo Espacial do RS; e exportação dos primeiros lotes de calçados femininos de couro, negociados a partir do contato feito durante a missão gaúcha pela Shoes Exportação e Importação;

Japão: investimento da Mitsubishi Electric Corporation na aquisição do controle acionário da LGTech e expansão da agora denominada MELCO Elevadores do Brasil, em Guaíba/RS, no valor de R\$ 73 milhões; e compra de 30% do estaleiro brasileiro Ecovix/Engevix pelo consórcio de 5 empresas japonesas liderado pela Mitsubishi Heavy Industries, no valor de R\$ 600 milhões.

China: instalação da fábrica de caminhões Foton Aumark em Guaíba/RS, com investimento previsto de R\$ 250 milhões.

### **3.2.2 Resultados da Política da Economia da Cooperação**

Esta secção demonstra os resultados dos seguintes instrumentos: i) Projeto de Arranjos Produtivos Locais; ii) Programa de Redes de Cooperação; iii) Programa de Apoio aos Polos Tecnológicos; e iv) Programa Gaúcho do Cooperativismo Rural.

#### **3.2.2.1 Projeto de Arranjos Produtivos Locais**

O Projeto de Arranjos Produtivos Locais (APLs) é um dos projetos estratégicos do Governo e faz parte da Política de Economia da Cooperação para fomentar a governança e a capacidade técnica das comunidades dos arranjos produtivos priorizados pelo Estado, estimulando seus fatores endógenos que ampliem sua capacidade de agregação de valor, geração e apropriação local de renda. A cooperação entre instituições públicas e privadas e a coordenação de ações transversais são determinantes para a geração de externalidades econômicas (BALANÇO EXECUTIVO, 2014).

Entre 2011 e 2013 foram apoiadas governanças de 20 APLs, em 19 regiões do Estado, e realizados cursos de capacitação para 55 gestores e auxiliares técnicos desses APLs, que abrangem 15 mil empreendimentos e 285 mil trabalhadores. Nesse conjunto, estão seis APLs de agroindústria familiar, três ligados à Nova Economia, dois de tecnologia da informação e os demais da Economia Tradicional.

#### **3.2.2.2 Programa de Redes de Cooperação**

O Programa de Redes de Cooperação (PRC), implantado nos anos de 1999 e 2000, foi de tal modo bem-sucedido que permaneceu ativo ao longo de diferentes governos, tendo sido recentemente revigorado através da Lei nº 13.839, de 05/12/2011. Sua ideia central é reunir empresas com interesses comuns em redes de cooperação, constituindo uma entidade juridicamente estabelecida que mantenha a independência legal e a individualidade de cada empreendimento participante. O Programa tem como objetivo fomentar a cooperação entre empresas, gerar um ambiente de estímulo ao empreendedor e fornecer suporte técnico necessário à formação, consolidação e desenvolvimento das redes. Atualmente, há mais de cinco mil empresas envolvidas em cerca de 300 redes de cooperação no Rio Grande do Sul e seu faturamento é superior a R\$ 5 bilhões (BALANÇO EXECUTIVO, 2014).

No ano de 2013, foram assinados convênios para a gestão de redes com três universidades, e, há previsão para a assinatura de mais cinco convênios em 2014. Além disso,

foi realizado, em 2013, estudo pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), no qual foi realizada avaliação sobre o estágio da gestão das redes formadas e apoiadas pelo programa, assim como foi elaborada metodologia de projeto colaborativo em redes.

### 3.2.2.3 Programa de Apoio aos Polos Tecnológicos

O Programa de Apoio aos Polos Tecnológicos foi criado pela Secretaria da Ciência Inovação e Desenvolvimento Tecnológico (SCIT), em 1989, para estimular a integração entre Universidades e centros de pesquisa com o setor produtivo, objetivando o desenvolvimento de tecnologias adequadas às diferentes regiões do RS.

No ano de 2012, o Programa de Apoio aos Polos Tecnológicos, coordenado pela SCIT, lançou edital no valor de R\$ 17 milhões. Foram recebidos 30 projetos, dos quais 25 receberam apoio, englobando 13 regiões do Estado. O edital de 2013 teve o mesmo valor e recebeu 69 projetos, demanda esta que ultrapassou o valor de R\$ 42 milhões. Destes foram conveniados 21 projetos, em 14 regiões do Estado (BALANÇO EXECUTIVO, 2014).

Neste período foram também conveniados projetos submetidos à Secretaria na modalidade Participação Popular e Cidadã. Os projetos conveniados nestes últimos dois anos totalizam R\$ 32,6 milhões. As áreas de atuação dos projetos, entre outras, são: agroindústria, agropecuária, alimentos, meio ambiente, biotecnologia em agropecuária, têxtil, plástico, cerâmica, moveleira, engenharia, saúde. Alguns dos projetos conveniados apresentam parceria com outras instituições de pesquisa e empresas da região de abrangência do Polo referente ao projeto. Destaca-se que todos os projetos contêm metas de transferência do conhecimento gerado para a comunidade regional, através de cursos, palestras, boletins técnicos e consultorias a empresas.

### 3.2.2.4 Programa Gaúcho do Cooperativismo Rural

O Programa Gaúcho do Cooperativismo Rural, coordenado pela SDR, foi lançado em 2011, e desdobra-se em quatro níveis, com seus programas e ações componentes, relacionados a seguir, junto com alguns dos seus resultados (BALANÇO EXECUTIVO, 2014).

### 1. Incentivos Fiscais:

- Programa Pró-Cooperação (Lei 14.124/12, regulamentada pelo Decreto 50.124/13)

Concede incentivos fiscais às cooperativas agropecuárias de até 75% do respectivo ICMS incremental anual. Já houve a adesão de três cooperativas, que já iniciaram a fruição do benefício, com outras duas em fase de análise.

- Novo FUNDOPEM (Lei 13.843/11; Decreto 49.205/12 e Decreto 50.435/13)

A reformulação do programa facilita o acesso das cooperativas, cujo montante de ICMS incremental financiado pode atingir até 100% do investimento. Foi ainda incluído no Conselho Diretor do FUNDOPEM um representante das cooperativas. Atualmente cinco cooperativas tiveram o benefício já aprovado, com outros três projetos em análise.

- Tributação Cooperativa Simplificada (Lei 13.874/11 e Decreto 48.839/12)

Instituição de tributação nos moldes do Simples para as cooperativas. No primeiro ano da implementação dessa lei, 12 cooperativas foram beneficiadas.

### 2. Acesso ao crédito:

- Programa Gaúcho de Revitalização das Cooperativas – RECOOP/RS (Lei 13.865/11, Decreto 49.332/12 e Decreto 51.031/13)

O RECOOP/RS é constituído por linhas de financiamento para capital de giro, investimentos para reestruturação, verticalização, modernização, entre outras finalidades. Até outubro de 2013, 44 cooperativas acessaram o RECOOP, com R\$ 642 milhões em recursos do BNDES e R\$ 320 milhões de recursos do BANRISUL, totalizando R\$ 962 milhões.

### 3. Gestão das cooperativas

- Programa de Extensão Cooperativa (Lei 13.839/11 e Decreto 49.333/12)

O Programa tem por finalidade introduzir melhorias técnico-gerenciais, produtivas e educacionais nas cooperativas. Serão atendidas aproximadamente 200 cooperativas de portes médio e pequeno. Atualmente são acompanhadas 167 cooperativas, das quais 95 na terceira fase e 72 no processo inicial.

### 4. Mercado institucional

- Adesão do Estado ao Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, do Ministério de Desenvolvimento Social - MDS



O Estado passa a operar, em conjunto com a Conab, e Municípios, todas as modalidades de PAA. Até 2013 foram 196 prefeituras que aderiram ao PAA.

Concluindo esta subsecção acrescenta-se um trecho da *Newsletter* nº 126/2014, 04 de agosto de 2014, da SDPI, que contém a opinião do Secretário de Desenvolvimento, Mauro Knijnik, a respeito do cooperativismo gaúcho, “conceito caro ao Rio Grande do Sul, berço do associativismo brasileiro, uma das heranças da imigração europeia, o cooperativismo recuperou sua força no Estado, como atestam os números oficiais: 2,8 milhões de sócios, 54 mil empregos gerados e faturamento de R\$ 28,2 bilhões em 2013. Segundo o Sistema OCERGS-SECOOP/RS, as cooperativas gaúchas crescem à média de 500 associados por dia, ritmo que deve ser mantido pelos próximos dez anos. Esse desempenho é especialmente animador para nosso Governo, pelo fato de termos definido as cooperativas como um dos alvos prioritários para as políticas públicas, principalmente no âmbito do FUNDOPEM/RS, cuja reformulação potencializou o acesso destas instituições ao incentivo. As cooperativas vinícolas Nova Aliança e Garibaldi, a Piá, a CCGL, a Languiru e a Coopar já se beneficiam do programa, com investimentos que superam R\$ 200 milhões e representam quase 450 novos empregos. Também os bancos ampliaram o crédito ao segmento. Isso significa sintonia com a estrutura econômica do Estado e com a sociedade como um todo”.

### **3.2.3 Resultados da Política da Firma**

Esta secção demonstra os resultados dos seguintes instrumentos: Sala do Investidor e Projeto Extensão Produtiva e Inovação.

#### **3.2.3.1 Sala do Investidor**

A Sala do Investidor foi institucionalizada através do decreto estadual nº 48.396, de 26/09/2011, que atribuiu à SDPI a coordenação de suas atividades. A Sala materializa a mudança de postura que o governo imprimiu na relação do setor público com quem está disposto a investir no Estado, tornando essa relação mais ágil e eficiente com o fim de gerar o máximo de benefício econômico à sociedade gaúcha em virtude da expansão da capacidade produtiva e do adensamento de cadeias produtivas no Estado.

Na Sala, também são repassadas, criteriosamente, informações relevantes para o investimento: i) incentivos fiscais; ii) linhas de financiamento do BANRISUL, do BADESUL e do BRDE; iii) distritos industriais do Estado ou de municípios; iv) licenciamento ambiental;

v) infraestrutura e logística; vi) educação profissional; vii) inteligência; e viii) informações econômicas (BALANÇO EXECUTIVO, 2014). É, portanto, um canal de relacionamento com a empresa, um mecanismo de coordenação do governo que assegura maior eficácia e racionalidade à política pública. O gerente de projetos atua como interlocutor em todas as etapas do investimento, desde a recepção da demanda até a implantação efetiva do empreendimento.

A seguir se apresenta a tabela 1, que demonstra a fase, a quantidade, o montante e a geração de empregos, dos investimentos constantes da chamada “Carteira de Projetos” da Sala de Investidor.

Tabela 1 - Projetos de investimentos na Sala de Investidor

Projetos ativos e concluídos - por fase			
Fase na Carteira de Projetos	Número de Projetos	Investimento	Empregos Diretos
Projeto concluído. Empresa operando.	63	R\$ 6.558.369.575	9.540
Obras em andamento.	109	R\$ 13.188.120.889	22.259
Projeto elaborado. Aguardando trâmites.	173	R\$ 13.110.693.465	16.416
Projeto em elaboração / negociação	73	R\$ 12.019.848.145	10.470
<b>Total</b>	<b>418</b>	<b>R\$ 44.877.032.074</b>	<b>58.685</b>
*Total projetos concluídos e obras em andamento: 172 projetos; R\$ 19.746.490.464; 31.799 empregos diretos.			

Fonte: Balanço Executivo da PI-RS (2014).

### 3.2.3.2 Projeto Extensão Produtiva

O Projeto Extensão Produtiva e Inovação é um dos projetos estratégicos do Governo e faz parte da política pública para fomentar o desenvolvimento das indústrias em todas as regiões do Estado, integrante do Programa de Fortalecimento das Cadeias e APLs. Objetiva proporcionar, além de capacitações e melhorias na eficiência e eficácia produtiva, internas às empresas, o fomento à busca permanente da inovação e da sustentabilidade, orientar as

empresas ao planejamento e apoiá-las na formulação de projetos para expansão, modernização e à própria inovação. Completa-se com o estreitamento de uma relação continuada de empresas com instituições locais de capacitação, tecnologia, pesquisa, crédito e ensino.

A atuação do Projeto se dá através dos Núcleos de Extensão Produtiva e Inovação, que são estruturas implantadas em universidades conveniadas ao Projeto. Estes núcleos são responsáveis pela operacionalização do projeto junto às empresas de sua região de atuação, através de contratação de extensionistas. Entre 2011 e 2013, 17 núcleos do projeto foram implementados, através de convênios com universidades, abrangendo 22 COREDES do Estado e mobilizando um quadro de 97 extensionistas. Essas universidades já receberam R\$ 13,3 milhões, se comprometeram com R\$ 1,8 milhão em contrapartidas, e com isso 1.875 empresas já foram beneficiadas. Recentemente, houve a implantação de outros quatro núcleos que atenderão as regiões Sul, Campanha, Vale do Jaguari, Fronteira Oeste, Hortênsias e Campos de Cima da Serra, totalizando então o atendimento aos 28 COREDES do nosso Estado. Serão aplicados mais de R\$ 40 milhões até 2016 para a criação e manutenção de 20 núcleos em todo o Estado (BALANÇO EXECUTIVO, 2014).

A seguir se apresenta a tabela 2 que demonstra o estado da arte do Projeto Extensão Produtiva e Inovação.

Tabela 2 - Estado da arte do Projeto Extensão Produtiva e Inovação, em janeiro de 2014.

PERFIL DAS EMPRESAS ATENDIDAS		Dados de Jan/2014
Nº EMPRESAS ATENDIDAS 2011-2013	1.875	
Nº TRABALHADORES	26.810	
FATURAMENTO TOTAL DAS EMPRESAS ATENDIDAS	R\$ 3.305.740.900,90 (em 1.375 empresas atendidas 2012-2013)	
TOTAL FINANCIAMENTOS SOLICITADOS	R\$ 101.127.150,38 (em 410 projetos)	

Fonte: Balanço Executivo da PI-RS (2014).

### 3.2.4 Resultados Referentes aos Instrumentos Transversais

Esta secção demonstra os resultados dos seguintes instrumentos: i) Novo FUNDOPEM; ii) Programa Estadual de Desenvolvimento Industrial (PROEDI); iii) Programa

de Apoio a Iniciativas Municipais; iv) Programa Pró-Inovação; v) Programa Gaúcho de Parques Científicos e Tecnológicos; vi) Subsistema Financeiro Gaúcho.

#### 3.2.4.1 Novo FUNDOPEM

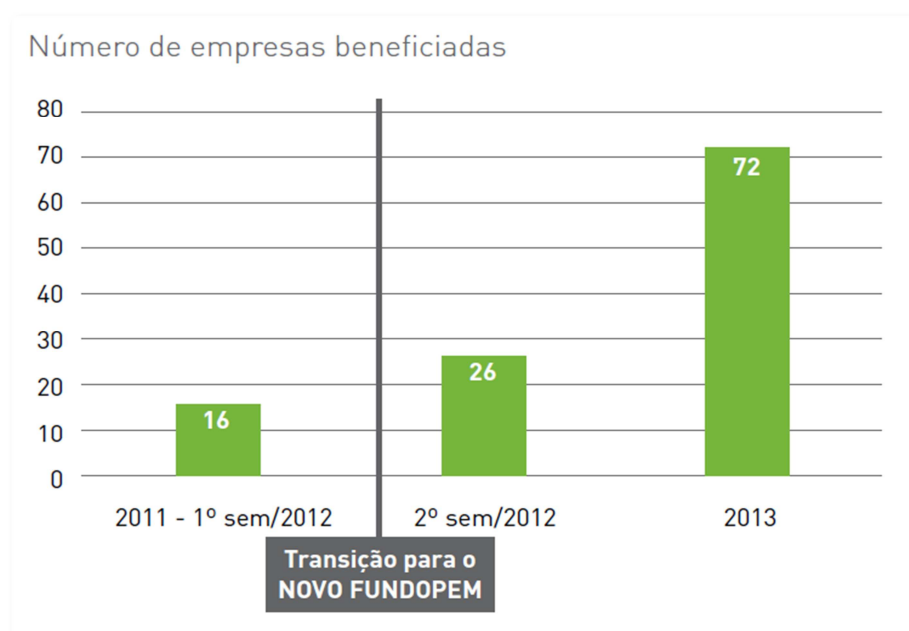
O Novo Fundo Operação Empresa do Estado do Rio Grande do Sul (FUNDOPEM/RS), é um instrumento do Poder Executivo que visa à promoção do desenvolvimento socioeconômico, integrado e sustentável do Rio Grande do Sul.

Tem por objetivo apoiar, mediante incentivo financeiro, os projetos de empresas que venham a realizar investimentos no Estado, dos quais resultem a implantação, expansão e modernização de unidades industriais. Também apoia a implantação de centro de pesquisa e de desenvolvimento tecnológico. O FUNDOPEM/RS não libera recursos financeiros para a empresa realizar seu investimento. O apoio é por intermédio do financiamento parcial do ICMS incremental mensal devido, gerado a partir da sua operação industrial, tendo por base de cálculo o ICMS devido de todos os estabelecimentos industriais da mesma, situados no Estado, cujas operações estejam diretamente relacionadas com o projeto (BALANÇO EXECUTIVO, 2014).

As modificações do Novo FUNDOPEM já foram explicadas anteriormente na Secção 3.1.3.4. O fato é que o resultado prático das modificações se mostram por intermédio do crescimento incremental dos projetos de investimentos que receberam a concessão dos incentivos, pelo Poder Executivo. No ano de 2011 até meados de 2012, período de elaboração e aprovação, pelo Conselho Diretor do FUNDOPEM/RS, do decreto de regulamentação e as resoluções normativas, foram concedidos incentivos para 16 empresas, cujos projetos de investimento totalizaram R\$ 665 milhões, com de geração de 1.375 empregos diretos. Já no segundo semestre, após a publicitação do novo regramento, foram concedidos incentivos para 26 empresas, cujos projetos de investimento totalizaram R\$ 459,9 milhões, com a previsão de geração de 2.556 empregos diretos. No ano de 2013, já mais conhecido, o NOVO FUNDOPEM/RS concedeu benefícios para 72 empresas, cujos projetos de investimento totalizaram R\$ 1,9 bilhão, com previsão de geração de 3.919 empregos diretos.

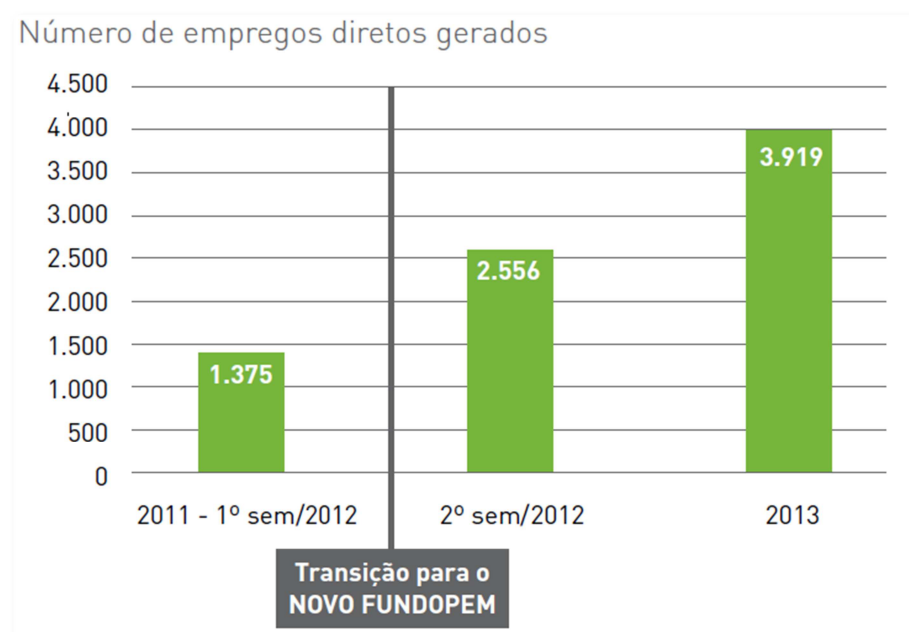
Os gráficos 1, 2 e 3, a seguir, apresentam os efeitos, em termos da quantidade de empresas beneficiadas, criação de empregos e total de investimentos, respectivamente, que o Novo FUNDOPEM/RS vem gerando como indutor de novos investimentos no Estado.

Gráfico 1 – Número de empresas beneficiadas pelo Novo FUNDOPEM/RS



Fonte: Balanço Executivo da PI-RS (2014).

Gráfico 2 – Número de empregos diretos gerados pelo Novo FUNDOPEM/RS



Fonte: Balanço Executivo da PI-RS (2014).

Gráfico 3 – Total de investimentos aprovados pelo Novo FUNDOPEM/RS



Fonte: Balanço Executivo da PI-RS (2014).

#### 3.2.4.2 Programa Estadual de Desenvolvimento Industrial (PROEDI)

O Programa Estadual de Desenvolvimento Industrial (PROEDI), instituído pelo Decreto nº 32.666, de 27/10/1987, possui o objetivo específico de apoiar projetos de investimento mediante a concessão de incentivo financeiro na forma de venda de terrenos a preços atrativos, em áreas de propriedade do Estado preparadas com infraestrutura necessária para atividades industriais. Esse programa envolve a constituição de Distritos Industriais por meio da regularização dos terrenos, da elaboração de Plano Diretor, do licenciamento ambiental e da instalação de infraestrutura de serviços de responsabilidade pública, entre outros fatores de apoio ao investimento produtivo (BALANÇO EXECUTIVO, 2014). Prevê-se a venda dos terrenos a empresas para realização de empreendimentos considerados importantes para o desenvolvimento industrial do Estado.

O Estado, sob a coordenação da SDPI, possui seis Distritos Industriais – Alvorada-Viamão, Bagé, Cachoeirinha, Gravataí, Montenegro-Triunfo e Rio Grande –, além de um distrito caracterizado como Zona Mista Industrial no município de Guaíba.

Nos marcos da Política Industrial, o programa prevê atingir as seguintes metas com base em recursos já obtidos pelo Poder Executivo junto ao BNDES:

- Ampliação do Distrito Industrial Estadual de Rio Grande;
- Ampliação do Distrito Industrial Estadual de Alvorada/Viamão;
- Finalização das obras na Zona Mista Industrial de Guaíba;
- Implantação do Distrito Industrial de Pelotas;
- Implantação do Distrito Industrial de Cachoeira do Sul.

No ano de 2013 foram elaborados os Termos de Referência para licitação dos projetos executivos de engenharia dos investimentos previstos nos distritos mencionados. Ao final do ano foram abertas as licitações dos projetos. A realização destes projetos executivos permitirá a realização de investimentos de cerca de R\$ 70 milhões, no período 2014 – 2016.

#### 3.2.4.3 Programa de Apoio a Iniciativas Municipais

O Programa de Apoio a Iniciativas Municipais fundamenta-se no Decreto nº 32.666, o mesmo que instituiu o Programa Estadual de Desenvolvimento Industrial, e tem o propósito de contribuir na capacitação dos municípios para a promoção de iniciativas promissoras de desenvolvimento econômico local, bem como para a racionalização do uso do solo com base em condições ambientais de desenvolvimento sustentável. Sua execução ocorre por intermédio de duas formas de apoio a ações municipais para implantação de áreas industriais: (i) mediante o assessoramento técnico para escolha da gleba e na elaboração do Plano Diretor para implantação da Área Industrial Municipal; e (ii) quando a gleba passa à propriedade do município e há licenciamento ambiental para o loteamento da mesma. Nesse caso o Programa prevê o aporte de recursos financeiros para a implantação ou expansão da infraestrutura básica, a título de incentivo, para projetos executivos encaminhados pelas prefeituras municipais, após aprovação técnica pela SDPI (BALANÇO EXECUTIVO, 2014).

Em 2013, foram selecionados 13 municípios, por meio de edital público, com projetos que totalizam R\$ 9 milhões em investimentos, em regiões consideradas estratégicas para o desenvolvimento regional do Estado, com relação à matriz industrial, localização e fatores socioeconômicos regionais. Além disso, em 2012-2013, já foram apoiados mais de 18 municípios de 2011 a 2013, totalizando R\$ 3,3 milhões.

#### 3.2.4.4 Programa Pró-Inovação

O Programa Pró-Inovação, coordenado pela Secretaria de Ciência, Inovação e Desenvolvimento Tecnológico (SCIT), apresenta atualmente 48 empresas com potencial inovador pleiteando o benefício fiscal, incentivados por mudança normativa ocorrida em janeiro de 2012. O trabalho desde então tem sido elevar este número, a partir da realização de seminários de divulgação.

Após dois anos de sua reforma, o programa conta com 26 empresas com concessão de incentivo fiscal, ou seja, com abatimento de ICMS incremental. Este número evoluiu significativamente desde 2012, quando foi concedido o incentivo a quatro empresas, passando para dez no ano de 2013 e atingindo nove já no início de 2014. Até o final deste ano, a meta é que outras onze empresas sejam beneficiadas, atingindo um total de 37 firmas inovadoras. A região com maior procura pelas empresas é a região da Serra Gaúcha, que conta com ao redor de 70% do total de empreendimentos contemplados, das cidades de Bento Gonçalves, Caxias do Sul e Flores da Cunha. Entre os principais setores contemplados estão o automotivo, eletroeletrônico e de plástico (BALANÇO EXECUTIVO, 2014).

#### 3.2.4.5 Programa Gaúcho de Parques Científicos e Tecnológicos

O Programa Gaúcho de Parques Científicos e Tecnológicos (PGTEC), coordenado pela SCIT, conta com 15 Parques Tecnológicos credenciados, distribuídos por todo Rio Grande do Sul. Desses, três são considerados como consolidados, já contando com 264 empresas e 14.234 empregos diretos, e outros 12 estão em fase de consolidação. No ano de 2012 foram aprovados seis projetos, totalizando R\$ 10,4 milhões de aportes, distribuídos entre as regiões Sul, Vale do Rio dos Sinos, Produção e Vale do Taquari (BALANÇO EXECUTIVO, 2014).

No ano de 2013 foi aprovado o mesmo número de projetos, totalizando R\$ 10,5 milhões, distribuídos entre as regiões Vale do Rio Pardo, Vale do Rio dos Sinos, Metropolitano do Delta do Jacuí, Central, Produção e Sul.

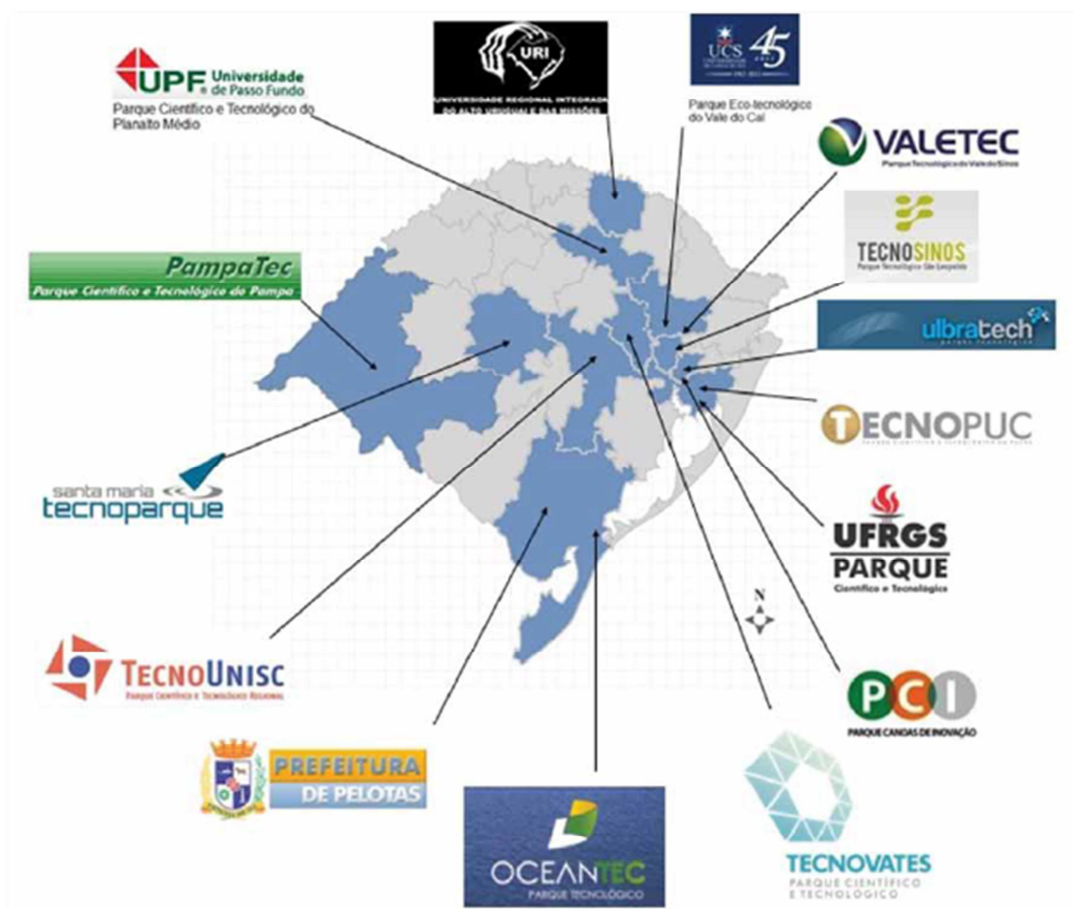
Desde o ano de 2012 foram apoiadas sete regiões do Estado, num montante de R\$ 20,9 milhões, contemplando nove Parques Científicos e Tecnológicos consolidados e em consolidação no Estado do Rio Grande do Sul.

A Figura 16 demonstra o mapa de localização dos Parques Científicos e Tecnológicos credenciados no Estado, com suas respectivas Instituições Gestoras.





Figura 16 - Localização dos Parques Científicos e Tecnológicos do Rio Grande do Sul



Fonte: Balanço Executivo da PI-RS (2014).

#### 3.2.4.6 Subsistema Financeiro Gaúcho

De 2011 a 2013, os desembolsos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) no Rio Grande do Sul via bancos repassadores ampliou-se de R\$ 8,2 bilhões para R\$ 12,5 bilhões, uma elevação de 53,14%. Esse aumento deve-se, em grande medida, aos bancos do Sistema Financeiro Gaúcho, cujo crescimento neste período foi de 153,9%, passando a representar uma fatia de 24,2% do total de desembolsos, contra 14,6% no início do período, ampliando o seu papel como indutores do desenvolvimento do Estado.

Além disto, cabe destacar que BADESUL, BANRISUL e BRDE passaram a operar, em parceria com a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), a linha INOVACRED, que disponibiliza recursos para financiamento de projetos de inovação. Em conjunto, os três bancos contam com um total de R\$ 240 milhões para este fim, fomentando o desenvolvimento das empresas gaúchas (BALANÇO EXECUTIVO, 2014).

### 3.2.5 Resultados Referentes à Infraestrutura para o Desenvolvimento

O crescimento da competitividade industrial exige o suprimento adequado de energia e de banda larga, a redução dos custos de distribuição e logística, o melhor aproveitamento dos modais hidroviário e ferroviário e a ampliação e melhoria da malha rodoviária e aeroviária, o que fará com que os produtos gaúchos cheguem mais rapidamente e com menores preços nos mercados consumidores.

O Governo está elaborando o Plano de Infraestrutura para o Desenvolvimento da Atividade Produtiva no Rio Grande do Sul – uma compilação de diversos estudos realizados sobre esse tema nos últimos anos, bem como levantamento das informações atuais com os principais atores representantes de atividades econômicas industriais, agroindustriais e de serviços ligados à infraestrutura. Essa compilação apontará os principais gargalos de infraestrutura para o desenvolvimento industrial, e as propostas de intervenção na infraestrutura, nas áreas de energias, comunicações e logística, alinhadas com os programas governamentais de desenvolvimento econômico (BALANÇO EXECUTIVO, 2014).

Na parte de Logística e Transportes a perspectiva do Governo do Estado para a em 2014 é de avançar no Plano de Obras, que consolida uma estratégia de desenvolvimento e integração regional para as regiões menos desenvolvidas e também para as regiões Metropolitana e Serra.

Além de infraestrutura (viária, acessos e logística), parque industrial com possibilidade de fornecer equipamentos e mão de obra qualificada, o Rio Grande do Sul possui um Sistema Elétrico que tem recebido constantes investimentos e reforços, tanto na geração quanto na transmissão de energia. No Rio Grande do Sul o setor industrial é o segundo maior consumidor de energia, representando 24,8% do total atrás do setor de transporte rodoviário o qual detém 41% do consumo.

Por fim, na parte das Comunicações, o Programa Gaúcho de Inclusão Digital tem por objetivo implementar, por meio de ações cotidianas e projetos estratégicos de várias secretarias e órgãos, políticas públicas que incrementem o acesso da população à rede de computadores. O objetivo é integrar governo e sociedade por meio da internet, na promoção do exercício da cidadania e na construção do processo de desenvolvimento econômico e social do Rio Grande do Sul. Objetiva-se ainda criar uma rede pública de alta velocidade, capaz de expandir os serviços de governo eletrônico e móvel, com a melhoria e incremento de informações e serviços públicos à sociedade, políticas públicas de inclusão digital e da participação cidadã.

#### 4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Neste Capítulo estão descritos os procedimentos metodológicos utilizados para a realização do trabalho. A descrição consiste no detalhamento do processo com suas fases e procedimentos visando a atingir os objetivos da pesquisa.

Conforme Chalmers (1995), a metodologia científica envolve o estudo da construção do conhecimento a partir do uso de padrões sistemáticos que contribuem para uma avaliação da situação histórica presente, e que não contém regras que digam o que se deva fazer. Neste sentido, a metodologia que será utilizada neste trabalho será composta por etapas a serem desenvolvidas para que o problema de pesquisa seja respondido de forma adequada. A metodologia adotada estrutura-se conforme os elementos apresentados no Quadro 10.

Quadro 10 – Metodologia da Pesquisa

Paradigma Científico	Indutivismo
Método de Pesquisa	Estudo de Caso Único
Classificação da Pesquisa	Pesquisa Aplicada
Quanto ao Objetivo da Pesquisa	Exploratória
Quanto à Natureza dos Dados	Qualitativa e quantitativa
Quanto à Origem dos Dados	Documentação e dados primários
Olhar Científico	Interpretacionista
Tradição Científica	Fenomenológica
Apresentação do Estado Científico	Revisão da Literatura

Fonte: Elaborado pelo autor.

O Indutivismo, segundo Chalmers (1995), é o processo de geração de conhecimento a partir de um conjunto particular de observações rigorosas e variadas, que possibilita estabelecer uma afirmação universal na forma de lei ou teoria desde que nenhuma observação entre em conflito com a indução feita. O Método de Pesquisa selecionado para responder ao problema de pesquisa proposta foi o estudo de caso único que, conforme Gil (2008), permite aprofundar e detalhar um determinado conhecimento em relação ao objeto empírico em análise. A pesquisa é classificada como aplicada, pois, objetiva gerar conhecimentos para aplicação prática, dirigidos à solução de problemas específicos, envolvendo interesses locais.

Ainda, segundo Gil (2008) a pesquisa exploratória, tem o propósito de tornar o problema mais explícito aos olhos do pesquisador, bem como subsidiar o aprimoramento das ideias sobre uma determinada situação.

Com relação à abordagem qualitativa da pesquisa Bryman (1989), explica que a característica distintiva desta abordagem em contraste com a pesquisa quantitativa, é a ênfase na perspectiva do indivíduo estudado. O foco está na obtenção de informações na perspectiva dos indivíduos e, também, busca interpretar o ambiente em que a problemática acontece. O ambiente natural é o ambiente de pesquisa. De acordo com Martins (2010), na pesquisa em engenharia de produção, isso significa que o pesquisador deve visitar a organização pesquisada fazendo observações e, sempre que possível, coletando as evidências empíricas necessárias para a consecução da pesquisa. Na abordagem qualitativa, a realidade subjetiva dos indivíduos envolvidos é considerada relevante e contribui para o desenvolvimento da pesquisa. Essa realidade subjetiva pode interferir, no bom sentido, no desenvolvimento da pesquisa, na construção de uma realidade objetiva, um dos marcos da ciência. Porém, com a intenção de robustecer a pesquisa decidiu-se inserir um componente de análise quantitativa, dando um caráter híbrido, quali-quantitativo, à pesquisa realizada. Desta forma, a pesquisa em boa medida buscou a opinião dos entrevistados mesclando questionamentos quantitativos com a opinião livre de cunho qualitativa.

Já sob o olhar interpretacionista o mérito da pesquisa está em oferecer tantos e tão diversos dados, segundo tantas perspectivas, que diferentes pesquisadores possam formar diferentes visões sobre o mesmo objeto. Na tradição fenomenológica, objeto e meio pertencem ao mesmo contexto, não sendo possível nem desejável separar observador e observado. A interpretação do fenômeno observado depende da natureza do fenômeno e também das crenças do observador. Considera as experiências pessoais, os diferentes pontos de vista e crenças dos participantes e interagentes com objetos de estudo. Considera a intuição, o julgamento e as diversas formas de experimentar a consciência deste objeto como variáveis intervenientes na pesquisa. A tarefa do pesquisador não é enumerar, classificar e medir a frequência dos fatos, buscando regularidades e causas externas que as expliquem, mas apreciar e entender as perspectivas diferentes que surgem nas experiências. Não há respostas a estímulos, mas significados para as diferentes situações. Para a apresentação do estado científico do problema e da temática do estudo é utilizada a revisão bibliográfica, visando a descrever a literatura e pesquisas atuais relacionadas ao tema. Gil (2008) cita que a pesquisa bibliográfica é parte integrante da maioria dos estudos.

Conforme Fleury (2010), uma pesquisa tem que ser nova, importante, interessante e teórica. Nova no sentido de ser original, revelar um conhecimento novo. Importante e interessante são considerados atributos desejados com em qualquer produto. A pesquisa tem de ser teórica, ou seja, os três atributos citados antes têm de estar referenciados à teoria existente.

Este trabalho ganha originalidade pela novidade que é, em se tratando do Brasil, o estudo em profundidade de uma Política Industrial com recorte regional. Acrescenta-se a isso o fato de estar havendo, em nível mundial, um renascimento das políticas industriais, conforme discutido no Referencial Teórico (capítulo 2).

Finalizando essas considerações iniciais sobre o método, se insere aqui uma breve reflexão a respeito da tomada de posição numa pesquisa científica. A seguir, são elencados de forma sintética, uma série de argumentos organizados por Fleury (2010). O autor relata que em qualquer área do conhecimento, há diferentes grupos gerando conhecimento sobre um mesmo fenômeno. Como se fossem “tribos”, cada qual com a sua teoria, seus gurus, rituais, *journals*, etc. O conflito e as controvérsias de ideias é uma das boas práticas e característica básica da academia e da pesquisa. Segundo Fleury (2010), não há nada de errado nisso. Ocorre que um fenômeno pode ser analisado a partir de diferentes perspectivas, seriam os chamados “cortes epistemológicos” que resultam em distintas abordagens. O autor sugere que se escolha uma tribo, um cacique, um guru, uma conferência, etc., o que pareça mais apropriado para o estudo do fenômeno levando em conta as suas especificidades em termos do problema de pesquisa formulado. Ou seja, a partir de uma inquietação se deve identificar teorias para estudar o “fenômeno”, transformar o conhecimento existente, gerar novo conhecimento. Entre as teorias a sugestão é de que se escolha a mais promissora (FLEURY, 2010).

A seguir trata-se do método de pesquisa, o Estudo de Caso, e o método de trabalho, passos lógicos para a elaboração da pesquisa.

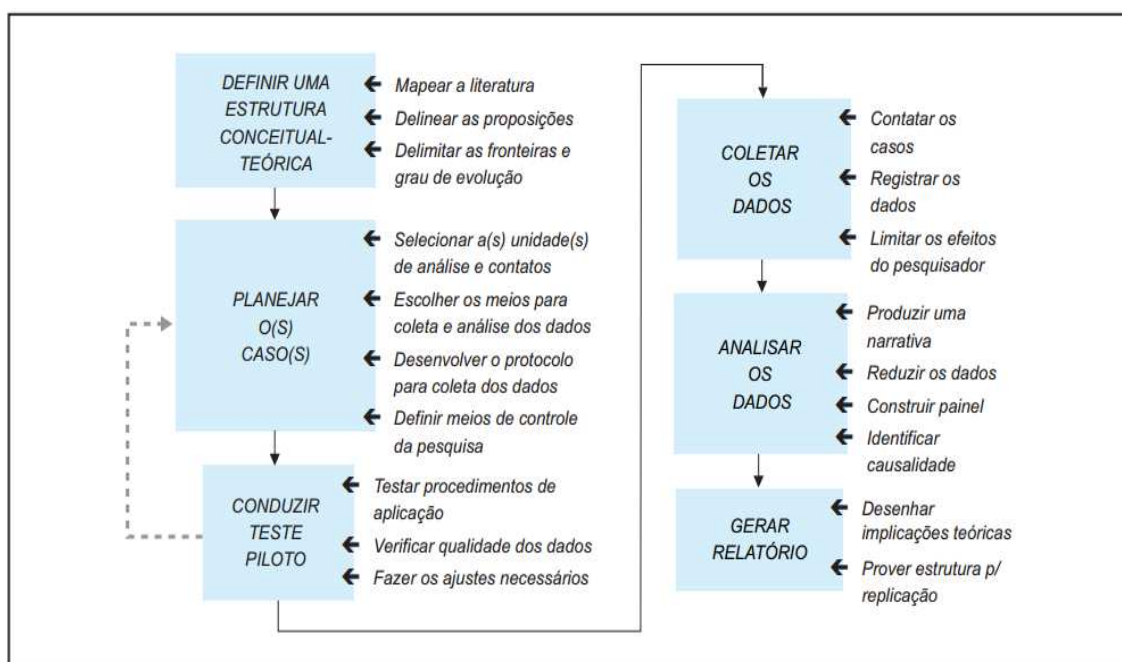
#### 4.1 MÉTODO DE PESQUISA

Conforme Miguel e Sousa (2010), o estudo de caso é um trabalho de caráter empírico que investiga um dado fenômeno dentro de um contexto real contemporâneo por meio de análise aprofundada de um ou mais objetos de análise (casos). Essa análise possibilita amplo e detalhado conhecimento sobre o fenômeno, possibilitando, inclusive, a geração de teoria.

O conteúdo do caso a ser pesquisado é exploratório e analítico, buscando a relação causal entre as variáveis envolvidas (YIN, 2010). O planejamento do caso detalha outros aspectos do trabalho, tais como, o seu recorte de tempo longitudinal, investigando dados de realidade presente. Conforme Miguel (2007) um Estudo de Caso único permite um maior aprofundamento na investigação e é, frequentemente, utilizado em pesquisa do tipo longitudinal.

A Figura 17 demonstra, de forma simples e objetiva, uma proposta de fluxo para condução do estudo de caso. A Figura 17 permite uma visualização de todo um trabalho de pesquisa, transbordando, inclusive, a necessidade para o presente estudo. Porém, servirá como uma das bases para a construção do método de trabalho.

Figura 17 – Condução Genérica do Estudo de Caso



Fonte: Miguel (2010).

Conforme Martins (2010) a interação do pesquisador com o objeto de estudo determina as possibilidades de coleta de dados. Se o pesquisador manipula e controla o objeto de estudo, ele provavelmente o provocará e este reagirá emitindo algum sinal. Esse é o caso da experimentação, comum nas ciências naturais. Nas situações em que o pesquisador não pode manipular o objeto de estudo e apenas observa ou interage com ele, o experimento não pode ser realizado. Nesse caso, a saída é a observação e a interação por meio de entrevistas, comum nas ciências humanas. Continuando o raciocínio o autor comenta que o fato de a

engenharia de produção se situar entre essas duas áreas das ciências tem uma implicação para a pesquisa na área. A depender da proximidade com as ciências naturais ou as humanas, o pesquisador deve lançar mão de formas diferentes de coleta de evidências. Esta seria uma peculiaridade da engenharia de produção perante as demais engenharias.

#### 4.2 MÉTODO DE TRABALHO

Em consonância com o que foi descrito no Capítulo 1, o Estudo de Caso tem a intenção de gerar informações qualificadas e conhecimento visando responder ao Problema de pesquisa posta inicialmente. Ou seja, busca informações para se desvendar como pode/deve ser implantada uma Política Industrial sob a ótica de uma unidade da federação.

O presente Estudo de Caso realiza, alinhado com os objetivos do trabalho, uma análise crítica da implantação da Política Industrial do Rio Grande do Sul, no período de março de 2012 a março de 2014, com base na percepção de atores sociais relevantes envolvidos com a temática da dissertação, bem como, secundariamente, mas não menos importante, sugere elementos conceituais e práticos que possam contribuir para tornar mais eficaz e efetiva a Política, num futuro breve. O próprio autor do trabalho exerce uma espécie de “observação participante” do Estudo de Caso, objeto da pesquisa realizada. Pois, como já referido na Justificativa do trabalho (secção 1.3), o autor é um operador da Política Industrial, sendo, desta maneira, capaz de expressar juízos lúcidos e, com o máximo de imparcialidade e profissionalismo, contribuir para que o resultado da análise proposta seja a mais próxima possível da realidade.

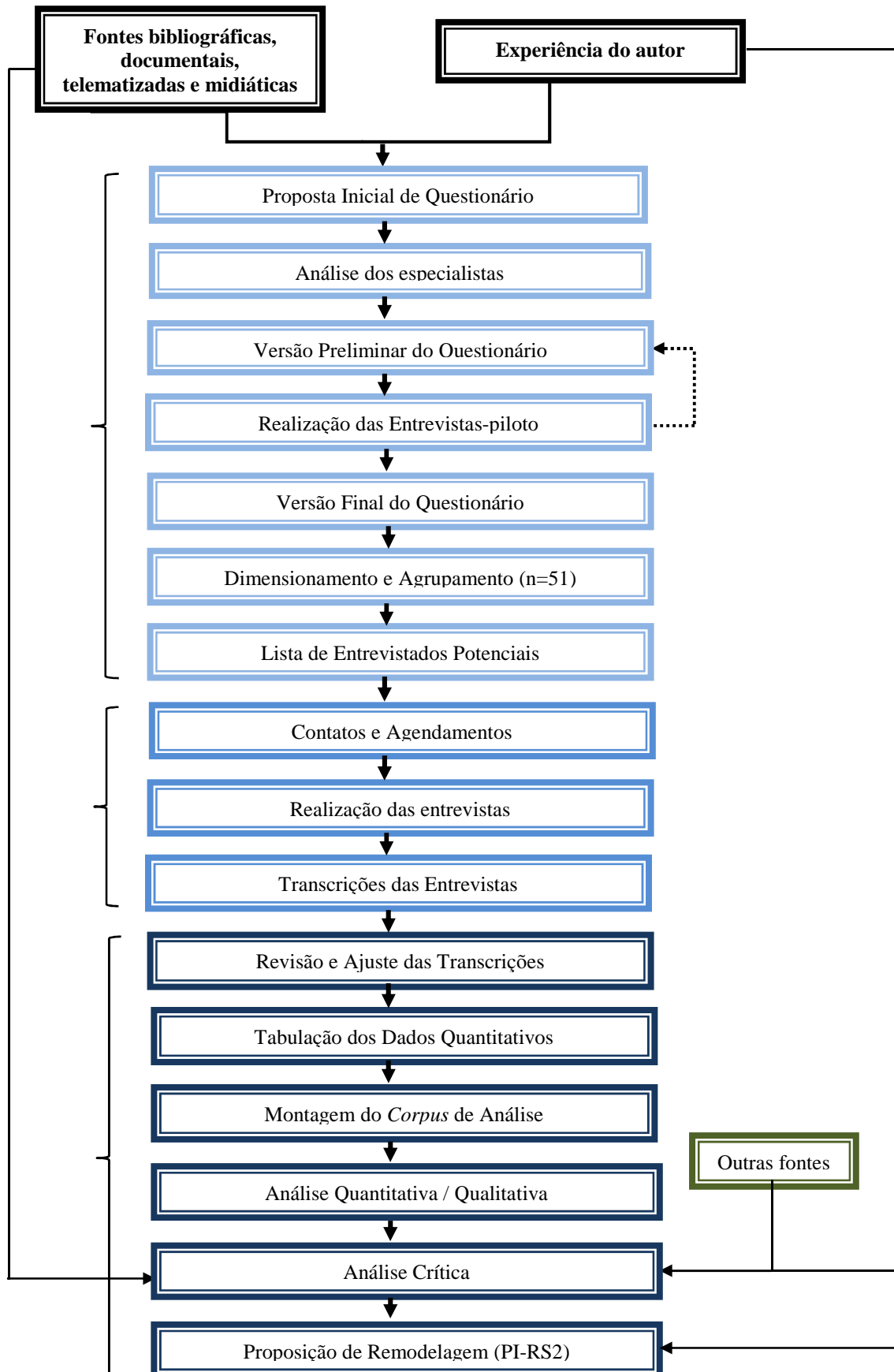
Cumprir explicar que, o período de análise, fundamentalmente, é o tempo dos dois anos de implantação oficial da PI-RS (2012-2014). Porém, em determinados momentos é necessário o reporte a fatos, situações e resultados havidos no ano de 2011. Isso se deve ao fato de que 2011 foi o ano de formulação e gestação da PI-RS, pois quando do seu lançamento em 2012, inúmeras etapas tinham sido cumpridas. Além disso, como a estruturação da Política se deu com base fortemente, também, na reformulação de programas e projetos pré-existentes, o ano de 2011 já apresenta diversos resultados, que já estão refletidos na Secção 3.2.

O Método de Trabalho representa a operacionalização do Método de Pesquisa, ou seja, as fases e os passos que o pesquisador efetivou para conduzir a pesquisa e a realização do estudo de caso. O Método deve estar diretamente vinculado como resposta ao problema de pesquisa e embasado no referencial teórico. A linha de raciocínio expressa na secção 4.1 e o fluxo proposto pela Figura 17 adaptado ao presente caso, possibilita o estabelecimento do



método de trabalho, contendo as seguintes fases inter-relacionadas, i) fase preliminar definição de procedimentos técnicos (meios); ii) fase 1 de planejamento e realização da pesquisa de campo; iii) fase 2 da organização dos dados; e iv) fase 3 da análise crítica dos dados e proposições de remodelagem da PI-RS. A Figura 18, a seguir, explicita as fases e seus respectivos passos operacionais.

Figura 18 - Método de Trabalho



Fonte: Elaborado pelo autor.

#### **4.2.1 Procedimentos Técnicos (meios) para Realização do Estudo de Caso**

Os meios utilizados para o desenvolvimento do estudo de caso foram:

- Pesquisa bibliográfica para aprofundamento da leitura no intuito de obter maior fundamentação teórica sobre o tema da dissertação.
- Pesquisa documental com análise de documentos, legislação e registros diversos que tratam da PI-RS.
- Pesquisa telematizada e midiática, por meio da leitura de artigos e reportagens versando sobre o desenvolvimento da economia gaúcha e a PI-RS em publicações e *sites* de instituições disponíveis na Internet e nos meios de comunicação de massa.
- Pesquisa de Campo com a realização de 51 entrevistas.

#### **4.2.2 Planejamento e Realização da Pesquisa de Campo**

A técnica fundamental de pesquisa de campo foi à realização de entrevistas com questionários preparados pelo pesquisador. Foram realizadas um total de 51 entrevistas, com base em questionário semiestruturado, dirigidas a grupos de atores significativos que participaram do processo de implantação da PI-RS, que são seus beneficiários diretos, ou que tenham algum tipo de interesse econômico ou acadêmico na Política.

A fase 1, de planejamento das entrevistas, foi composta: i) da proposta inicial do questionário, realizada pelo autor, com apoio do orientador; ii) da análise crítica do questionário por três especialistas, professores universitários, sendo um deles Doutor em Ciências Econômicas e os outros dois Doutores em Engenharia de Produção; iii) da versão preliminar do questionário e elaboração do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE (ANEXO A); iv) da realização de cinco entrevistas-piloto, com quatro pessoas chaves do sistema de desenvolvimento do Estado do RS e um representante da academia.; e v) da versão final do questionário (ANEXO B) do tipo quali-quantitativo semiestruturado constituído por um total de 60 questões, sendo 11 questões qualitativas com perguntas abertas não estruturadas, a serem respondidas conforme a opinião dos participantes, mais 49 questões quali-quantitativas (48 de resposta única e uma de resposta múltipla), com a possibilidade de serem comentadas qualitativamente; vi) do dimensionamento e agrupamento dos atores sociais, agrupados em quatro grupos, envolvendo representantes governamentais, de entidades empresariais, da sociedade civil em geral e profissionais associados ao meio acadêmico,

formando uma amostra de 51 pessoas a serem entrevistados na pesquisa de campo, conforme pode ser observado no Quadro 11; vii) da escolha dos perfis de entrevistados visando a equilibrar a pesquisa, diminuir o viés, garantir a pluralidade de ideias e potencializar a riqueza dos resultados buscou-se contemplar uma ampla gama de direcionadores para definição dos entrevistados; viii) listagem de potenciais entrevistados, com a pré-seleção de pessoas em número superior à amostra desejada, para suprir eventuais desistências ou negativas à participação das entrevistas.

Quadro 11 – Grupos de atores sociais participantes da Pesquisa de Campo

<b>ATORES</b>	<b>GRUPOS</b>	<b>Número de Participantes</b>
Governo	Grupo 01 (G1)	12
Empresários	Grupo 02 (G2)	14
Sociedade Civil	Grupo 03 (G3)	13
Academia	Grupo 04 (G4)	12
Total de participantes		51

Fonte: Elaborado pelo autor.

Com relação aos grupos de atores relacionados no Quadro 11 deve se explicar que o uso do termo “Sociedade Civil”, no âmbito desta pesquisa, tem a intenção estrita de significar as pessoas que não estão incluídas nos grupos “Empresários” e “Academia”. Desta forma, a composição de cada grupo foi a seguinte: i) Governo: pessoas do Governo do Estado do Rio Grande do Sul; ii) Empresários: líderes empresariais e cooperativistas; iii) Sociedade Civil: trabalhadores, jornalistas, políticos (fora do executivo estadual), intelectuais (fora da Academia), consultores e executivos profissionais; iv) professores, pesquisadores e gestores de parques tecnológicos.

O Quadro 12 demonstra a distribuição codificada dos 51 entrevistados nos quatro grupos de atores sociais que participaram da Pesquisa de Campo. O tempo decorrido da proposta inicial do questionário até os primeiros agendamentos de entrevistas foi de aproximadamente dois meses. Aos entrevistados foram solicitadas as suas próprias interpretações sobre aspectos relevantes da PI-RS, conforme os seus cinco eixos.

A escolha dos entrevistados se realizou por meio de um processo consensado entre o autor do trabalho e os orientadores. Para uma maior amplitude e profundidade da pesquisa foram listadas pessoas que expressassem a pluralidade da sociedade gaúcha, basicamente, em

termos de: i) correntes de pensamento; ii) posicionamento frente ao governo; iii) classe social; iv) profissões e formação acadêmica.

Quadro 12 - Distribuição codificada dos 51 entrevistados nos quatro grupos de atores da Pesquisa de Campo.

<b>I – GOVERNO</b>	<b>II - EMPRESARIOS</b>	<b>III - SOCIEDADE CIVIL</b>	<b>IV - ACADEMIA</b>
1- Secretário de Estado no Governo do Rio Grande do Sul	13 - Dirigente de grande indústria na RMPA*	27 - Jornalista articulista de economia	40 - Economista professor universitário – Universidade privada na RMPA
2 - Alto funcionário do Governo do Estado na área fazendária	14 - Empresário e líder empresarial da indústria de saúde avançada	28 - Dirigente estadual de central sindical de trabalhadores	41 - Economista professor universitário – Universidade federal na RMPA
3 - Alto funcionário do Governo do Estado na área fazendária	15 - Líder empresarial da indústria Gaúcha	29 - Gestor de APL do setor de TIC	42 - Dirigente de parque tecnológico no interior do Rio Grande do Sul
4 - Alto funcionário do Governo do Estado na área fazendária	16 - Líder empresarial da indústria de máquinas	30 - Jornalista diretor de redação	43 - Economista professor universitário – Universidade federal na RMPA
5 - Secretário de Estado no Governo do Rio Grande do Sul	17 - Dirigente e líder da agroindústria cooperativista	31 - Gestor de APL do setor de Agroindústria	44 - Dirigente de parque tecnológico na RMPA
6 - Dirigente de Empresa Estatal na área de financiamentos	18- Empresário e líder na indústria eletroeletrônica	32 - Administrador consultor ligado a entidade de reflexão acerca do desenvolvimento	45 - Reitor de Universidade Privada na RMPA
7 - Secretário de Estado no Governo do Rio Grande do Sul	19 - Líder do cooperativismo gaúcho	33 - Gestor de APL do setor de TIC	46 - Administrador professor universitário – Universidade privada na RMPA
8 - Governador do Estado RS	20 - Empresário e líder empresarial	34 – Dirigente de entidade empresarial da indústria	47 - Dirigente de parque tecnológico na RMPA
9- Dirigente de Empresa Estatal na área de financiamentos	21 - Empresário da indústria de saúde avançada	35- Deputado Estadual	48 - Jornalista professor universitário – Universidade privada na RMPA
10 - Dirigente de Empresa Estatal na área de desenvolvimento	22 - Empresário do setor metalmeccânico e líder empresarial	36 - Economista da área de assessoramento sindical de trabalhadores	49 - Administrador professor universitário – Universidade privada do interior do RS
11 - Dirigente de Empresa Estatal na área de desenvolvimento	23 - Dirigente de empresa cooperativa na área de alimentação	37 - Dirigente de entidade empresarial da agricultura	50 - Dirigente de parque tecnológico na RMPA
12 - Alto funcionário do Governo do Estado na área de financiamentos	24 - Empresário da indústria de alimentação	38 - Dirigente de Sindicato empresarial	51 - Engenheiro Físico - professor universitário – Universidade federal na RMPA
	25 - Empresário da indústria de medicamentos	39- Dirigente estadual de central sindical de trabalhadores	
	26- Empresário do setor de automação automotiva		

Fonte: Elaborado pelo Autor.

\* **RMPA**: Região Metropolitana de Porto Alegre

A fase 2, de realização das entrevistas e organização dos dados, compreendeu os seguintes passos: i) contato e agendamento com os potenciais entrevistados; ii) realização de cada entrevista individual; iii) transcrição do áudio das entrevistas gravadas; iv) revisão e ajuste das transcrições das entrevistas; v) tabulação dos dados quantitativos (ANEXO C); vi) montagem de um *corpus* de análise.

As entrevistas individuais, cujo questionário básico foi recebido com antecedência pelos profissionais, foram gravadas com o prévio consentimento dos participantes. Na sequência, foi elaborada a transcrição do áudio das entrevistas gravadas. Cabe destacar que, em função de dificuldades práticas de agendamento das entrevistas, seis delas (11,76%) foram feitas por e-mail, parecendo razoável constatar o fato de que a maioria das questões ter opções de resposta quantitativa facilitou sobremaneira essa modalidade de entrevista. O tempo decorrido entre a realização da primeira entrevista até a transcrição da última entrevista foi de aproximadamente cinco meses.

#### **4.2.3 Análise Crítica dos Dados e Proposições de Remodelagem**

A Fase 3, de análise crítica dos dados e informações gerados pelas entrevistas e de proposição de remodelagem da PI-RS, que correspondem aos capítulos 5 e 6. A análise é composta de nove seções, que procuram seguir a lógica da pesquisa que é a própria lógica estrutural da PI-RS, que ademais, está refletida em todo este trabalho. As fases da análise são as seguintes: i) análise quantitativa, de estatística descritiva, seguida de análise qualitativa com base nos resultados da pesquisa (ver ANEXO C); ii) inserção de itens relevantes da análise documental realizada; iii) inserção de elementos de análise de conteúdo; e iv) análise crítica conforme a ótica do autor, sob condução do orientador.

O questionário aplicado é composto por cinco tipos opções de resposta às perguntas formuladas (ver ANEXO C): i) Nível de Concordância; ii) Percepção da Relevância; iii) Avaliação Geral; iv) Alternativas Diversas; e v) Afirmação/Negação. Com base nas opções convencionou-se as seguintes possibilidades de análise dos resultados quantitativos: i) a soma dos percentuais de concordância total e parcial será considerada como uma concordância geral; ii) a percepção da relevância será considerada positiva se a soma das opções relevante e muito relevante, for maior do que a soma das opções irrelevante e pouco relevante. Se ocorrer o oposto, a percepção da relevância será considerada negativa; iii) o instrumento avaliado (política, programa, projeto, etc.) será considerado aprovado quando a soma dos percentuais

de ótimo e bom, for maior que a soma dos percentuais de Insatisfatório e regular. Caso contrário será considerado desaprovado.

Todos os entrevistados consentiram, de forma espontânea, em dar a entrevista. Todos tomaram conhecimento de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE (ANEXO A), tendo recebido cópia em mãos ou via e-mail. O autor do trabalho tem em sua guarda os originais dos TCLEs assinados pelos entrevistados.

Para garantir o sigilo dos entrevistados é utilizado um código, quando algum deles precisar ser citado no transcorrer da dissertação. O código é muito simples, por exemplo: Ent19 corresponde ao Entrevistado nº 19 (líder cooperativista, do Grupo de Atores 2); Ent30 corresponde ao Entrevistado nº 30 (jornalista, do Grupo 3). Para conferir a qualificação e a posição do entrevistado nos grupos basta verificar o quadro 11.

Para a citação, quando necessário, das questões no texto do trabalho cada uma delas terá um código simples que indica o seu número e o bloco de questões da qual faz parte, por exemplo: 1-B1 corresponde à “Questão 01 do Bloco 01”; 2-B6 corresponde à “Questão 02 do Bloco 06”.

Por fim, com base no conteúdo extraído das entrevistas da pesquisa aplicada, na percepção do próprio autor desse trabalho e nas contribuições dos orientadores, foi possível a construção de uma proposta objetiva de remodelagem, melhoria e avanço da PI-RS (capítulo 6). Se adotou a expressão PI-RS2 (Segunda Fase de implantação da PI-RS) para significar a remodelagem proposta. Pois, não se trata de uma nova política industrial e, sim, da sua remodelagem em termos mais atuais, robustos e adequados ao acúmulo de experiência e aprendizado já atingidos.

## 5 ANÁLISE CRÍTICA DA PI-RS

Este capítulo apresenta o estudo de caso, propriamente dito, com base na pesquisa realizada. É composto por oito seções de análise crítica seguindo a lógica estrutural da PI-RS que, por sua vez, está refletida no questionário de entrevista da pesquisa de campo (ANEXO B), e uma seção final com um breve fecho e discussão dos resultados de um ponto de vista mais globalizante. As seções tratam dos seguintes temas; i) Desenvolvimento Econômico e Política Industrial; ii) Política Setorial; iii) Política da Economia da Cooperação; iv) Política da Firma; v) Instrumentos Transversais; vi) Infraestrutura para o Desenvolvimento; vii) Avaliação da PI-RS; viii) Análise da Comunicação da PI-RS; e ix) Discussão dos Resultados.

Para uma melhor compreensão da análise quantitativa, que principia a análise todas as questões que possuem alternativas quantitativas, é importante consultar o ANEXO C.

### 5.1 DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E POLÍTICA INDUSTRIAL

Esta seção, embasada nos Blocos 01, 02 e 03 da pesquisa de campo realizada, trata do grau de conhecimento dos entrevistados relativamente à Política Industrial do Rio Grande do Sul, do seu posicionamento acerca do desenvolvimento econômico e das políticas industriais em geral.

Com relação ao grau de conhecimento sobre a PI-RS (questão 1-B1), de maneira geral, 62,75% dos entrevistados avaliaram que tinham conhecimento razoável da PI-RS. Outros 31,37% declararam possuir conhecimento parcial da Política. O mais relevante a destacar, tenho como base as informações empíricas supracitadas, refere-se ao grau de “legitimidade” da pesquisa uma vez que, em torno de 94% dos participantes declararam conhecer e serem capazes de expressar raciocínios e opiniões sobre a PI-RS. Somente três pessoas entrevistadas, todos empresários, declararam não ter conhecimento suficiente para opinar mas, mesmo assim, se dispuseram a conceder entrevistas, que se mostraram relevantes para o desenvolvimento da pesquisa. Nota-se, ainda, que todos os membros do Governo do RS declararam ter conhecimento razoável da Política.

A partir dos resultados do questionário aplicado (questão 2-B1) é possível afirmar que a maioria dos entrevistados tomaram conhecimento da PI-RS porque: i) fizeram parte da elaboração da Política; ii) leram documentos referentes a PI; iii) tomaram conhecimento via mídia impressa; ou iv) combinações das três possibilidades anteriores.



No que se refere à opinião dos entrevistados quanto à participação do Estado na economia, a análise da questão 1-B2 revela a ampla aceitação da ideia (100%) de que os governos devem ser proativos na indução ao desenvolvimento econômico e industrial, dado que 90,2% declaram concordância total e 9,8% de concordância parcial. Esse fato, de forma geral, tende a corroborar as ideias mais gerais expressas no referencial teórico, na seção 2.4, que apresenta o debate entre os economistas Justin Lin e Ha-Joon Chang (LIN; CHANG, 2009). Um tópico a destacar é que, entre os entrevistados que têm concordância total com a indução governamental ao desenvolvimento industrial, os empresários são relativamente os que mais concordam (92,86%).

Dezenove entrevistados (17,64% dos participantes da pesquisa), além de escolherem uma alternativa quantitativa, também expressaram sua opinião com relação à possibilidade do governo executar políticas ativas para induzir ao desenvolvimento industrial (questão 1-B2). Os comentários são amplamente favoráveis, mas alguns entrevistados questionam a eficácia das políticas ativas e alertam para limites das políticas industriais. Os depoimentos mais significativos dos entrevistados alinhados com a concepção heterodoxa ressaltam a importância do papel central do Estado na execução e a coordenação da política industrial (por exemplo: Ent2, Ent7 e Ent8), considerando um equívoco a posição de que o mercado por si teria a racionalidade suficiente para conduzir e definir políticas (Ent12). Adicionalmente, os entrevistados que defendem esta posição postulam a importância da coesão do Estado e da priorização de ações advindas da lógica da política industrial (Ent39). Uma das argumentações centrais dos defensores da posição heterodoxa é o destaque para o fato de que países asiáticos, em especial os que mais crescem (por exemplo: Coreia do Sul e China) adotam políticas industriais (Ent6). Porém, deixam claro a noção de que a interação com o setor privado e o governo é fundamental para que as políticas industriais possam ser eficazes (Ent15).

Já os comentários mais alinhados à visão econômica ortodoxa alertam para a possibilidade de ocorrerem erros na priorização, dos diferentes setores, elaborada sob coordenação do governo e, sendo assim, defendem que sejam estabelecidos limites na intervenção do governo na economia (por exemplo: Ent3 e Ent16). Neste contexto o Ent30, defende que “o governo deva atuar com extrema parcimônia, em momentos específicos, para evitar os males que o intervencionismo traz”. Em resumo, existem evidências do alinhamento desses entrevistados com as teses da escola neoclássica, favoráveis as políticas horizontais que afetam todos os setores industriais (por exemplo: Ent30 e Ent40). Em outras palavras, a

defesa de que a participação do Estado deveria ser limitada e restrita a “coisas” que a iniciativa privada não pode fazer.

A pesquisa buscou verificar, também, o posicionamento dos entrevistados no que tange as possibilidades de se elaborar políticas industriais, ou seja, política vertical ou seletiva (questão 2-B2), política horizontal (questão 3-B2) ou a combinação de instrumentos de política vertical e horizontal (questão 4-B2). Os resultados mostram significativa concordância dos entrevistados quanto a importância dos governos definirem setores prioritários a serem incentivados, pois, 98,04% concordam total ou parcialmente com esta concepção. Este percentual tende a corroborar as ideias defendidas no âmbito da perspectiva heterodoxa (CHANG, 2009) e do referencial porteriano (PORTER, 1993).

Já os resultados da questão 3-B2 mostram alta discordância com a possibilidade de utilização apenas de instrumentos de política industrial com abrangência ampla, pois, 86,27% discordam total ou parcialmente com o enunciado. Chama, ainda, a atenção o fato que nenhum dos 51 entrevistados têm concordância total com o uso exclusivo de instrumentos de política industrial horizontal. De forma geral, os resultados empíricos observados tendem a revelar uma rejeição aos pressupostos defendidos pelos economistas de perfil ortodoxos/neoclássicos (LIN; CHANG, 2009).

Com relação a possibilidade de se combinar medidas que beneficiem setores prioritários com medidas que beneficiem ampla gama de setores (questão 4-B2) os resultados indicam um alinhamento de 94,1% das pessoas (48 entrevistados) com o enunciado da questão, 72,5% concordam totalmente e 21,6% parcialmente com a ideia de combinar as duas estratégias. No entendimento do autor deste trabalho, esses percentuais tendem a corroborar a concepção da estratégia da PI-RS que consiste em transcender a dicotomia das posições ortodoxa e heterodoxa, realizando a combinação de instrumentos de perfil horizontal (transversal), com programas de perfil seletivo (vertical).

Um ponto polêmico e controverso referiu-se a questão da priorização (ou não) dos setores. Observou-se que houveram 18 comentários amplamente favoráveis à priorização de setores na política industrial e oito comentários apresentando restrições e críticas em relação ao tema. O discurso do Ent16, um líder empresarial, defende a priorização dos setores salientando que “governar, dirigir, é fazer opções. Um Estado que busca atender a tudo e a todos não terá recursos para atender todas as frentes”. No mesmo sentido, porém de uma perspectiva do Estado o Ent2, funcionário concursado e graduado do governo estadual, destaca que “foi muito importante nós priorizarmos. Os recursos são limitados e, evidentemente, existem alguns setores que pela vocação, pelas perspectivas de futuro, tem que

ter uma atenção maior”, sendo assim, “não priorizar sempre foi um erro aqui no Estado”. Porém, existem posições distintas das anteriores. Por exemplo, o Ent30, jornalista econômico, concordou parcialmente declarando “ser mais favorável a uma política industrial horizontal como norma” porque “toda vez que se desenvolve políticas horizontais se cria uma supervisão do Estado para evitar desequilíbrios que o mercado por si não possa corrigir”. Continua a argumentação dizendo que “esse tipo de política beneficia a todos, ou deixa de beneficiar a todos”, e portanto, “se dá em um plano mais justo, mais equânime”. Por fim e fechando a argumentação, ele postula que prefere uma “... linha horizontal/ampla à linha vertical/seletiva que promova um boom setorial, mas que não tenha o mesmo efeito benévolo sobre o conjunto das forças produtivas”.

No entanto, posições de síntese entre as posições supracitadas parecem relevantes no debate. Parte significativa dos entrevistados sugere a possibilidade e a necessidade de se buscar uma combinação entre a utilização de instrumentos que beneficiem universalmente as empresas (sem distinção de setores) e a priorização dos setores segundo critérios convenientes. Neste sentido, o Ent38 sugere que “tem que haver prioridade sem abandonar os setores que não foram priorizados. Os priorizados seriam as maiores competências do estado”. No mesmo sentido o Ent 41, economista, defende que “em certas circunstâncias há de se estabelecer prioridades. Mas, não são excludentes os instrumentos que perpassassem todos os setores e a escolha de empresas. Essas definições na prática são muito difíceis de serem feitas. Se existe, por exemplo, uma política de inovação tecnológica, ela pode ser lida com uma política horizontal, mas, dependendo de como ela é feita, poderá incentivar alguns setores que produzem bens e serviços que vão alimentar outros setores. As fronteiras são tênues mas, do ponto de vista de política industrial, tem que se fazer as duas coisas”. Também, os entrevistados Ent29 e Ent44 sugerem que a combinação entre as políticas horizontal e seletiva é a política ideal dado que, em sua opinião, existe a “necessidade de combinação dos dois movimentos”. Para o Ent48, “a definição de prioridades, na minha concepção, não significa que o Estado não tenha um compromisso com as condições estruturais e conjunturais que garantam o desenvolvimento da totalidade da economia do estado”. Assim, de acordo com a opinião especializada do Professor Carlos Henrique Horn, Diretor do BRDE, e um dos elaboradores da Política Industrial Gaúcha, “as opções teóricas que subjazem à PI-RS combinam uma dimensão de política geral ou funcional através de ações transversais e uma dimensão de política seletiva através de ações setoriais. No debate teórico da política pública de desenvolvimento, não é incomum se encontrar uma dicotomia rígida entre essas duas dimensões, notadamente nos textos de extração neoliberal, que recusam a política seletiva sob

o argumento de distorcer o funcionamento adequado dos mercados. Nossa opção foi recusar essa dicotomia e defender um arcabouço abrangente. A Política Industrial do RS pretende operar com base em ambas as vertentes que dominam o debate teórico sobre o assunto, reconhecendo suas diversas complementariedades e recusando a dicotomia simplista que muitas vezes contamina as decisões políticas sobre ações eficazes para promover o desenvolvimento. Essa opção não torna as coisas mais fáceis, mas define uma estratégia que nos parece a mais correta”.

No tema associado a possibilidade de uma unidade federativa brasileira implementar uma política industrial própria (questão 5-B2) os resultados empíricos explicitaram uma quase unanimidade em relação ao tema, 96,08% de concordância com o enunciado da questão, sendo que, dois terços concordam totalmente e um terço, aproximadamente, concorda parcialmente com a possibilidade dos Estados regionais elaborarem sua própria política industrial. Porém, existem posições controversas em relação ao tema da Política Industrial Regional. Alguns entrevistados citaram pontos favoráveis em relação a formulação e implantação de PI Regionais, tais como: i) uma política industrial regional poder gerar diferenciais competitivos em relação a outros Estados no Brasil (Ent6 e Ent7); ii) o fato de que a política industrial regional facilita a ligação, a sinergia e a potencialidade com as políticas federais (Ent39, Ent41, Ent42 e Ent43); iii) apoio ao cooperativismo, que é muito importante no caso do RS cuja estrutura agrícola é fortemente ligada ao tema da pequena propriedade rural e ao tema das cooperativas de forma geral (Ent19). Porém, foram apontados pontos que limitam as políticas industriais regionais entre os quais é possível incluir: i) restrição dos Estados regionais para lidar com instrumentos de política econômica tais como a taxa de câmbio e a taxa de juros do país (Ent4 e Ent9); ii) a ampla dependência das políticas industriais regionais em relação à política nacional (Ent16, Ent40 e Ent50); iii) as limitações na capacidade de gestão e coordenação dos Estados regionais (Ent30, Ent38 e Ent41). De outra parte, aparecem posições específicas em relação ao RS na medida em que são apontados temas tais como as atuais restrições (endividamento) das finanças públicas gaúchas (Ent15, Ent29, Ent40 e Ent44). Os resultados da pesquisa acerca das possibilidades dos estados da Federação realizarem políticas industriais próprias, tendem a confirmar, como positiva, a decisão do Estado do RS em constituir sua própria Política Industrial. As análises dos entrevistados corroboram, em termos gerais, o Quadro 5, na secção 2.7, que apresenta os principais conteúdos e possibilidades de implantação de uma política regional em comparação com a política industrial federal, inclusive no que se refere as suas limitações.

O conhecimento dos entrevistados a respeito de outras experiências de implementação de políticas industriais regionais/estaduais, no Brasil ou no mundo (questão 6-B2), mostrou-se, de forma geral, parcial e restrito. De maneira geral os entrevistados fizeram comentários pouco consistentes, citando experiências parciais ou muito genéricas, ou simplesmente citando genericamente um ou outro Estado brasileiro sem especificar os detalhes a respeito das suas considerações. No entanto, 76,47% dos respondentes afirmaram ter conhecimento de outras experiências de políticas industriais de recorte regional, com destaque ao grupo dos empresários (G2), pois, 92,86% deles afirmaram deter esse conhecimento. Vários dos respondentes (por exemplo: Ent9, Ent23, Ent33, Ent48 e Ent50) ao comentarem sobre o tema declaravam que não tinham conhecimento específico ou detalhado sobre casos de política industrial regional. É importante ressaltar que, em diversos Estados brasileiros ou regiões no mundo, existem programas que se assemelham muito a uma política industrial, mesmo que não recebam formalmente essa denominação. O Ent6, membro do Governo do Estado na área financeira e que foi atuante na formulação da PI-RS, sobre esse tópico fez a seguinte declaração: “no Rio Grande do Sul tivemos, no início, um grupo que se somou para formular a PI-RS, nós não tivemos dúvida nenhuma e bancamos que a política deveria se chamar ‘Política Industrial’. Mas quando a discussão foi indo aos níveis mais centrais do governo, surgiu a dúvida se deveria ser chamada de ‘Política Industrial’ ou ‘Política de Desenvolvimento’. O governador chegou a sugerir ‘Modelo de Desenvolvimento’ e nós, mais na base, não tivemos dúvida que deveria ser ‘Política Industrial’. Então, eu não tenho dúvida que Estados como Minas Gerais, Bahia, Rio de Janeiro e São Paulo têm políticas industriais, mas talvez não as tenham denominado como tal”.

A pesquisa tratou, também, sobre a Política Industrial do Governo Federal (questões 4-B3 e 5-B3), expressa no Plano Brasil Maior (PBM), bem como, da relação entre a PI-RS e o PBM. Uma maioria de 78,43% dos entrevistados declarou ter conhecimento do PBM. Porém, ficou evidente que, em geral, os entrevistados tinham conhecimento parcial ou relativo do PBM (doze pessoas comentaram a questão e as expressões mais usadas foram: conhecimento genérico, parcial, pouco conhecimento e noção geral).

Com relação à percepção do nível de articulação da PI-RS com o PBM, o questionário revela que 74,51% dos entrevistados concordam, total ou parcialmente que existe articulação entre a Política Regional e a Política Nacional, enquanto nove pessoas (17,64%) declararam não ter opinião sobre o assunto e quatro (7,84%) discordam, sendo que somente uma pessoa do Grupo “Academia” discorda totalmente. O Ent10 comenta que, “a PI-RS procura se alinhar em algumas oportunidades aonde de fato este alinhamento é propício, mas não

necessariamente tudo aquilo que está posto na Política Nacional se aplica ao Rio Grande do Sul. O PBM é amplo, como o próprio nome sugere, e o Rio Grande do Sul tem as suas particularidades, tem as suas especificidades”.

A seguir se apresenta o Quadro 13, onde estão organizados os níveis de alinhamento e articulação percebidos pelos participantes da pesquisa, bem como, os argumentos que usam para sustentar a sua opinião. Os níveis são: i) Alinhamento total: os entrevistados percebem que a PI-RS e o PBM estão, ou devem estar, muito alinhados e articulados; ii) Alinhamento relativo: a percepção quanto ao alinhamento e articulação das duas Políticas é considerada média ou parcial; iii) Não alinhamento: os entrevistados consideram não existente ou pouco significativo o alinhamento e articulação entre PI-RS e PBM.

Quadro 13 - Nível de alinhamento e articulação entre PI-RS e o Plano Brasil Maior

<b>Nível de alinhamento e articulação entre PI-RS e Plano Brasil Maior</b>	<b>Argumentos</b>
<b>Alinhamento total</b>	Seis entrevistados consideram que a PI-RS e o PBM estão muito alinhados e articulados. Para sustentar sua opinião o Ent12 apresenta o seguinte argumento, “é completamente inadequado e até ineficiente o Estado se descolar do governo Federal e desenvolver atividades diferenciadas da Política do Governo Federal. Nós temos que interagir, é importante”. O Ent36 e o Ent46 percebem muito alinhamento entre as Políticas principalmente no que tange à qualificação técnica dos trabalhadores e ao incentivo à inovação. Já os entrevistados Ent32, Ent39 e Ent44 comentaram que, se não houver alinhamento entre o Estado e a Federação a Política Regional estará fadada ao fracasso e que, não faz o menor sentido não estarem articuladas.
<b>Alinhamento relativo</b>	Treze entrevistados consideram que a PI-RS e o PBM têm um alinhamento relativo e parcial. A seguir se apresenta uma síntese dos principais argumentos usados pelos entrevistados para sustentar sua opinião: i) o atrelamento total e absoluto à Política Federal tem que ser visto com reservas (Ent3, ); ii) a coincidência de propósitos e a existência de certos pontos de contato onde isto é possível (Ent10, Ent16, Ent38 e Ent43); iii) a percepção de que há uma ligação, mas que a articulação deve ser melhorada (Ent4 e Ent17); iv) a existência de articulação, mas com um grau de autonomia da PI-RS bastante razoável (Ent7); v) a construção da PI-RS foi de dentro para fora, pois, “nós definimos a nossa Política e só depois procuramos articulação com a do governo federal” (Ent6); vi) a articulação foi buscada, mas com a consciência de que existem relações concorrentes com a Política Nacional (Ent8); vii) a visão de que existe articulação, porém a PI-RS é mais completa que a Política Federal (Ent37).
<b>Não alinhamento</b>	Somente três entrevistados consideram que não há ligação significativa entre PI-RS e PBM (Ent2, Ent19 e Ent35). O Ent2, que participou da elaboração da PI-RS, comenta que as definições da PI-RS um dos quesitos era o alinhamento com a Política Federal. Porém, como a PI-RS foi baseada principalmente no ICMS, que é um imposto estadual, as políticas acabaram por não guardar uma relação direta. Já o Ent19, líder cooperativista, afirma que as políticas Federal e Estadual não estão bem articuladas, declarando que a PI-RS está “a frente” da Política Federal.

Fonte: Elaborado pelo autor.

O Quadro 13 denota que existe uma predominância clara da percepção de que há, ou deveria haver, um alinhamento “relativo”. A percepção parece expressar uma postura coerente com as reais possibilidades de colaboração entre as Políticas Industriais Nacional e Estadual. A respeito da política industrial brasileira, o Balanço Executivo da PI-RS (2014) descreve que, o PBM utiliza o *slogan* “Inovar para competir. Competir para crescer” e apresenta dois focos de centralidade. O primeiro foco estimula a inovação e a produção nacional, com o intuito de incrementar a competitividade da indústria nos mercados interno e externo. O segundo foco integra e alinha os vários ministérios e órgãos do governo com as necessidades da política industrial, além de mobilizar as forças produtivas para inovar, competir e crescer. Em especial, o PBM busca aproveitar competências presentes nas empresas, na academia e na sociedade. A PI-RS, por sua vez, é uma política de indústria, de inovação e de promoção do comércio exterior articulada com a política do governo federal. Não é, portanto, uma política “autárquica” e centrada apenas nas oscilações da produção e da renda no curto prazo. Como política pública possui uma perspectiva sistêmica e de longo prazo, de construção de um modelo de desenvolvimento industrial, de confiança no futuro do Rio Grande. É perceptível a busca de sinergia entre as Políticas desde a concepção da PI-RS até a ação conjunta na prática, bem sucedida, como no caso do polo naval gaúcho. Porém, certamente há espaço para um ainda maior mútuo fortalecimento, que se avizinha com a possibilidade de revisão e remodelagem de ambas as Políticas no futuro próximo.

Por fim, foi solicitado aos participantes da pesquisa a indicação dos principais gargalos ao desenvolvimento industrial do Rio Grande do Sul (questão 3-B3). O Quadro 14 apresenta uma compilação dos tipos de gargalos, ordenados a partir de 14 categorias selecionadas. A coluna que contém os gargalos inclui, também, explicações sucintas sobre as categorias.

Quadro 14 - Principais gargalos ao desenvolvimento industrial do Rio Grande do Sul

Categorias	Tipos de Gargalos
<b>Logística, energia e comunicações</b>	A maior concentração das opiniões dos entrevistados sobre a questão dos gargalos ao desenvolvimento está no quesito Logística, energia e comunicações, 32 pessoas (62,74% dos entrevistados) citaram esse ponto como o principal gargalo. Todas estas pessoas explicitaram os seus pontos-de-vista sobre as atuais limitações em logística, ou infraestrutura de transportes, em todos os modais no Estado do RS. O Ent10 comenta que é necessária “uma atuação mais coordenada, uma formulação mais clara de quais são os projetos estruturantes de infraestrutura para o desenvolvimento industrial do estado, porque a infraestrutura de fato vem se apresentando como uma restrição para os resultados potenciais que o Estado poderá ter do ponto de vista do seu desenvolvimento industrial”. O gargalo específico mais citado foram as rodovias (por exemplo: Ent2, Ent14, Ent38 e Ent42). Adicionalmente, foi bastante comentado o fato do Rio Grande do Sul não aproveitar mais seu potencial em transporte hidroviário e ferroviário (Ent3, Ent34, Ent38 e Ent46). Ainda foi possível notar que os Empresários entrevistados não fizeram comentários específicos sobre ferrovias e hidrovias. Ainda, relativo a esse tema, o Ent39, líder sindicalista, comenta que “todos falam dos problemas de transporte da produção e de logística, seria importante para o desenvolvimento industrial uma rede férrea que “cortasse” o Estado, além de ser desenvolvido o transporte aquaviário. O Estado teria que tomar a frente desses investimentos”. Dez entrevistados enfocaram a questão energética. Falaram da energia em geral (Ent4, Ent18 e Ent42); das limitações no fornecimento de energia elétrica para a indústria (Ent25) e dos altos custos envolvidos na aquisição (Ent24). Conforme o Ent35, Deputado na Assembleia Legislativa gaúcha, “nós temos problemas de energias. Nós temos luz, mas não temos força, isso é o que mais escuto o pessoal do campo falar”. Ainda quatro entrevistados falaram sobre a carência nas comunicações (Ent9, Ent14, Ent18 e Ent29). Os entrevistados ainda comentaram sobre os impactos negativos do déficit infraestrutural constatado no Estado do RS, tais como: i) custos adicionais e aumento de custos na produção (Ent36 e Ent19); ii) perdas de competitividade e produtividade das empresas(Ent22).
<b>Posição geográfica do Rio Grande do Sul</b>	A posição geográfica do Rio Grande do Sul é vista como um fator limitador potencial da competitividade e do desenvolvimento do Estado. Dezesesseis entrevistados (31,37%) citaram esse tema, especificando alguns dos contextos nos quais ele se torna uma importante restrição ao desenvolvimento do Estado do RS, a saber: i) a localização meridional do Estado e sua distância dos grandes centros de consumo (Ent1, Ent25, Ent34, Ent37 e Ent38); ii) a diminuição da competitividade em função dos custos logísticos associados (Ent2, Ent14, Ent23, Ent27, Ent40 e Ent48). Sobre os altos custos em logística, o Ent15, líder empresarial, comenta que “um Estado mais meridional tem problemas de logística, ao buscar matéria-prima longe, o nosso valor fora do pátio da empresa chega a 18%”. Porém, alguns entrevistados relativizam esse gargalo, pondo em dúvida até que ponto é mesmo algo prejudicial ao Estado (Ent9 e Ent39). Sobre esse ponto o Ent51, professor universitário, observa que, “a distância que estamos do Sudeste do Brasil faz com que se perca em competitividade, pela capacidade logística. Mas, por outro lado, estaríamos em uma posição ímpar com relação ao Mercosul”.
<b>Gestão pública</b>	Os problemas e limitações da gestão pública estadual é considerado um gargalo significativo por quinze entrevistados (29,41%). Entre os pontos levantados destaca-se a questão da “burocracia”, como sinônimo de lentidão, emperramento, demora conservadorismo e excesso de trâmites (Ent17, Ent21, Ent22, Ent26, Ent38 e Ent47). Também foram citados os seguintes problemas associados a gestão do Estado: i) as limitações legais, técnicas, operacionais e de pessoal (Ent12, Ent13, Ent43 e Ent47); ii) a falta de articulação e comunicação entre as diversas Secretarias e Órgão de Estado (Ent48 e Ent50); iii) o excesso de rigor dos órgãos de fiscalização (Ent14 e Ent23).
<b>Finanças do Estado</b>	A restrição nas finanças e o endividamento do Estado do Rio Grande do Sul é considerado um gargalo para quatorze participantes (27,45%) da pesquisa (por exemplo: Ent8, Ent15, Ent28, Ent39 e Ent45). Alguns entrevistados que têm pleno domínio da atual situação financeira do Estado expuseram suas opiniões. Segundo o Ent3, funcionário público, “o governo tem trabalhado com déficit permanente em relação aos gastos, tem dificuldade de caixa e falta de fluxo financeiro, caso tivesse mais fluxo poderia desonerar mais os setores produtivos”. Já o Ent6, comenta que “o principal problema é a situação econômica do estado, a restrição financeira, porque impede a concessão de maiores incentivos pelo receio da perda de arrecadação”. No mesmo sentido, o Ent16, líder empresarial, comenta que “o endividamento e o déficit da previdência do Estado são dois grandes problemas. O desequilíbrio fiscal de curto prazo, ou seja, a cada ano, e o desequilíbrio fiscal no futuro, projetado, com base no cálculo do Valor Presente das aposentadorias que ainda terão que ser pagas. Isso significa que nós vamos continuar quebrados <i>forever</i> ”. Os principais efeitos diretos da atual situação financeira do RS citados foram: i) a baixa capacidade de



	investimento (Ent7); ii) a baixa capacidade de endividamento (Ent30).
<b>Tecnologia e Inovação</b>	As questões que envolvem o desenvolvimento tecnológico e a Inovação foram citadas como gargalos por onze entrevistados (21,56%). Como exemplos das principais observações temos: i) o pouco investimento no desenvolvimento tecnológico (Ent1); ii) a baixa cultura e o insuficiente comprometimento empresarial com pesquisa e inovação (Ent7 e Ent28); iii) a baixa interação entre a indústria e instituições de P&D (Ent11); iv) as limitações da pesquisa científico-tecnológica no Estado (Ent8 e Ent19); v) a falta de uma política de inovação, de instrumentos e programas para empresas inovadoras (Ent9, Ent10 e Ent47).
<b>Licenciamento ambiental</b>	Os problemas envolvendo os licenciamentos ambientais no Estado é considerado um gargalo significativo para dez dos participantes da pesquisa (19,6%). O principal ponto comentado foi a “burocracia”, como sinônimo de morosidade, inadequação e “rigidez” envolvendo a execução das licenças ambientais necessárias – Licença Prévia (LP), Licença de Instalação (LI) e Licença de Operação (LO) (por exemplo: Ent1, Ent12, Ent22, Ent34, Ent46 e Ent51).
<b>Competitividade e Produtividade</b>	As limitações na produtividade e na competitividade da indústria gaúcha foram lembradas por oito entrevistados (15,68%). Entre as observações mais relevantes destacam-se: i) a visão de que sem o crescimento da produtividade industrial de maneira mais acelerada, não haverá desenvolvimento industrial (Ent9); ii) o Estado ainda não possui um ambiente competitivo diferenciado (Ent20); iii) em média a indústria gaúcha está excessivamente voltada ao mercado interno, e isso reduz a sua competitividade no médio-longo prazo (Ent41); iv) o problema da baixa competitividade está, também, associada aos custos crescentes de produção (Ent17 e Ent 43). Outros dois entrevistados fizeram comentários bastante específicos, mas dignos de nota. O Ent2 opina que, “não temos uma fábrica de aços planos no Estado e que isso está diminuindo a competitividade das nossas empresas”. Isto é relevante dado que a produção de aços planos complementaria as principais cadeias produtivas metal-mecânicas do Estado do RS (por exemplo: ônibus, implementos rodoviários, automóveis, etc.), melhorando não só os custos de produção das empresas que atuam nessas indústrias, bem como, a receita do Estado do RS (perspectiva fazendária). O Ent19 comenta o que considera um pequeno gargalo que é a falta do Estado do RS reconhecer a assistência técnica que as cooperativas prestam, pois, “nós temos 2.500 técnicos em cooperativas”.
<b>Qualificação dos trabalhadores</b>	A questão da qualificação dos trabalhadores gaúchos é posta como uma importante restrição por sete entrevistados (13,72%). Os pontos mais comentados foram: i) as atuais limitações à disponibilidade de mão de obra especializada em determinadas indústrias (Ent1); ii) a questão da necessidade de capacitação profissional, técnica e tecnológica (Ent5, Ent8); iii) a necessidade de avançar muito e nos prepararmos com mais antecedência para as futuras necessidades de pessoal qualificado (Ent7); iv) a dificuldade de mão de obra especializada especificamente na indústria farmacêutica (Ent25); v) a baixa escolaridade do brasileiro em geral (Ent40). Sobre o tema dos recursos humanos, o Ent10, gestor público, dá uma opinião abrangente e profunda: “relativamente ao desenvolvimento de competências e de qualificação dos recursos humanos, embora o Estado tenha uma posição relativamente boa, a concorrência se estabelece cada vez mais em âmbito global, embasada justamente na questão das competências e da qualificação em todos os níveis dentro das organizações. Então, não bastará para o Rio Grande do Sul simplesmente continuar no ritmo em que está do ponto de vista do desenvolvimento de competências e de qualificação de recursos humanos, ele terá que melhorar e acelerar esse processo”.
<b>Financiamento</b>	Os meios para o financiamento do setor produtivo foram citados como uma restrição relevante por seis entrevistados (11,76%). Os pontos mais comentados foram: i) o limite de crédito e recursos (privados e públicos) e as taxas de juros com custo elevado (Ent17, Ent29 e Ent39); ii) a restrição de instrumentos (linhas de financiamento) e mesmo de atores (instituições financeiras) na cadeia financeira(Ent10); iii) insuficiente e inadequado financiamento para os setores inovadores, <i>Startups</i> e o setor de TI (Ent38 e Ent47).

<b>Questão agrícola / agrária</b>	A questão agrícola e agrária no Estado do RS é citada como um gargalo por quatro entrevistados, nos seguintes aspectos: i) a economia gaúcha é, ainda, muito dependente da agricultura e do setor primário (Ent9 e Ent40); ii) a estrutura latifundiária condena a metade meridional do Rio Grande do Sul, já nas regiões de minifúndio, que tem municípios pequenos, com pequenas áreas, a economia é mais dinâmica (Ent30); iii) a ausência de uma política agrícola no nosso governo (Ent9). Sobre esse tema o Ent41, economista, comenta que “o Rio Grande do Sul está sendo empurrado junto com o Brasil para uma especialização mais na área de agronegócio, do que na área industrial, isso é algo preocupante. É uma especialização regressiva”.
<b>Questões culturais associadas ao desenvolvimento industrial</b>	Determinadas questões culturais foram citadas como potencialmente dificultadoras do desenvolvimento por quatro entrevistados. Os pontos citados foram: i) a incredulidade por parte de alguns setores da sociedade e também da Indústria sobre a possibilidade da organização de uma política industrial e a sua importância (Ent7); ii) a “questão cultural” no estado e o Brasil, na medida em que se tem uma economia “muito fechada” (Ent20); iii) no Rio Grande do Sul é muito difícil de se criar alguma coisa porque, quando se tem uma ideia, imediatamente se cria dois grupos, o a favor e o contra (Ent23). A respeito do tema da cultura e da consciência, o Ent8, Governador do Estado, comenta sobre “a consciência dos empresários locais de que o desenvolvimento se dá por relações meramente autárquicas ou regionalizadas. Falta universalizar a visão de desenvolvimento e se ter a compreensão de que tem que haver uma disputa, portanto, nacional e global, tanto sobre os critérios de desenvolvimento, como sobre o desenvolvimento das suas empresas”.
<b>Guerra fiscal</b>	O fato de existir uma guerra fiscal entre os estados no Brasil é citado por quatro pessoas como um limitador do desenvolvimento do RS (Ent5, Ent14, Ent17 e Ent18).
<b>Ambiente político</b>	A dificuldade do ambiente político no Estado é citada como um fator restritivo por quatro entrevistados. Em síntese os comentários falam sobre: i) a falta de unidade entre os diversos atores afim de criarmos o Rio Grande do “SIM” (Ent18); ii) a falta de um consenso gaúcho em torno dos seus objetivos estratégicos de longo prazo (Ent45); iii) a constante descontinuidade e mudança das políticas com as mudanças de governo (Ent6, Ent16 e Ent45). Sobre o ambiente político no Estado o Ent16, comenta que “política de governo e política de Estado são muito diferentes. Na política acontece um Grenal. Uma falta de união política. Uma falta de maturidade política dos nossos políticos, ou seja, cada um defende o seu. Para juntar os caras, mobilizar os caras com base numa causa comum é um jogo de gato e rato, é complicado. A Falta de continuidade nas políticas é “grenal”, mas quando se fala de união política, é anarquia. Falta liderança”.
<b>Tributação</b>	Problemas ligados à questão tributária foram citados por quatro entrevistados. Os temas comentados foram: i) a alta carga tributária e a falta, ou limitação, de incentivos (Ent24 e Ent26); ii) a ausência de uma reforma fiscal com redução de impostos (Ent32); iii) o conservadorismo Secretaria da fazenda (Ent38).

Fonte: Elaborado pelo autor.

Os entrevistados, em menor número, ainda indicaram como gargalos ao desenvolvimento do RS, citados por apenas uma ou duas pessoas, como por exemplo: i) o baixo desenvolvimento do Mercosul; ii) a falta de áreas e terrenos próprios do Estado ou de municípios para a localização de empresas; iii) o foco insuficiente quanto aos setores realmente importantes de serem apoiados; iv) a valorização cambial excessiva no Brasil; v) a falta de apoio e respaldo da sociedade ao governo no quesito desenvolvimento; vi) a ausência de políticas públicas robustas na área de saúde e educação; vii) a falta de um olhar para as regiões menos desenvolvidas; viii) a dependência à esfera federal.

Como síntese das opiniões sobre os gargalos ao desenvolvimento do Estado percebe-se que os principais temas levantados parecem estar consoantes com a opinião geral da sociedade, pelo que nos é dado conhecer por meio da mídia e pela voz de lideranças estaduais e locais, alguns deles participantes da pesquisa. O gargalo mais comentado, “logística, energia e comunicações”, que por sua vez está intimamente ligado ao segundo mais comentado, a questão da “posição geográfica do Rio Grande do Sul”, na verdade é um problema nacional que, por óbvio, se reflete no Estado, talvez com alguns agravantes em termos de profundidade. Logística, energia e comunicações parece ser o eixo (elo) mais frágil da PI-RS. Este fato é confirmado **adiante, no Quadro 17**. A questão infraestrutural está por exigir, por certo, uma nova abordagem enquanto política pública. O momento, 2014-2015, é propício para se reformular a concepção geral das **políticas estruturantes no Rio Grande do Sul, interpondo, na problemática, o conceito das chamadas políticas correlatas ou suplementares. Trata-se de estabelecer uma política de desenvolvimento para o Estado, inter-relacionando infraestrutura, indústria, tecnologia & inovação, agropecuária e meio ambiente. No bojo da política de desenvolvimento, diversos dos outros tipos de gargalos citados na Tabela 3 poderiam ser contemplados com soluções e encaminhamentos, tais como, a questão do endividamento estadual, a guerra fiscal nacional, licenciamentos ambientais, qualificação dos trabalhadores e até, porque não, questões de cunho cultural e político.**

## 5.2 POLÍTICA SETORIAL

Esta secção está embasada no Bloco 04 da pesquisa realizada e objetiva verificar a percepção dos entrevistados quanto à adequação das categorias: escolha, classificação e priorização dos setores industriais beneficiados pela PI-RS. Trata de verificar as opiniões com referência a possíveis modificações nestas categorias e, por fim, questiona a validade dos critérios utilizados para a seleção dos setores e sobre o conteúdo dos Programas Setoriais.

Inicialmente a pesquisa procurou saber do conhecimento que os entrevistados tinham com relação à estruturação da Política Setorial da PI-RS. Foi perguntado se os entrevistados haviam participado diretamente ou, alternativamente, se conheciam quem havia participado na escolha dos setores que compõem os Programas Setoriais da PI-RS (questão 1-B4). Dos entrevistados, 37,25% (19 pessoas) afirmaram que haviam participado da escolha dos setores, sendo que, 83,33% do pessoal do Governo declarou que participou dessa escolha. Outros 43,14% dos entrevistados (22 pessoas) declararam que não participaram, mas conhecem alguém que tenha participado. Ainda, 19,61% (10 pessoas) afirmaram que não participaram e nem conhecem alguém que tenha participado da escolha dos setores.

Os entrevistados, também, foram questionados se haviam participado dos grupos de trabalho que definiram o conteúdo dos Programas Setoriais ou se conheciam quem havia participado dos grupos de trabalho que definiram o conteúdo dos Programas Setoriais (questão 2-B4). Afirmaram que haviam participado dos grupos de trabalho 33,33% dos entrevistados (17 pessoas), sendo que, 83,33% do pessoal do Governo, 42,86% dos Empresários e 30,77% das pessoas da Sociedade Civil declararam que participaram desses grupos. Nenhum dos entrevistados da Academia declarou participação nos grupos de trabalho. Declararam que não participaram, mas conhecem alguém que tenha participado dos grupos de trabalho 43,14% dos entrevistados (22 pessoas). Ainda, 23,53% (12 pessoas) afirmaram que não participaram e nem conhecem alguém que tenha participado dos grupos de trabalho que definiram o conteúdo dos Programas Setoriais.

Foi solicitada a opinião dos entrevistados no que se refere ao número de setores selecionados (questão 3-B4). Essa é uma das questões mais polêmicas captada por essa pesquisa e reflete claramente a mesma polarização descrita no referencial teórico (LIN; CHANG, 2009).

Os resultados mostram que na avaliação de 68,63% dos entrevistados (35 pessoas) consideram que o número de setores apoiados pela PI-RS está adequado. Para outros 27,45% (14 pessoas) o número de setores é maior do que deveria ser. Entre os grupos de atores, os participantes da Sociedade Civil são os que mais acreditam (84,62%) que o número de setores está adequado. É notável que os Empresários, com 71,43%, percebem maior adequação no número de setores do que o pessoal do Governo, com 66,67%, e do que o grupo da Academia, com 50%. Entre os entrevistados da Academia se encontra maior percentual (50%) dos que consideram que o número de setores da PI-RS é maior do que deveria ser.

Os entrevistados comentaram a questão do número de setores selecionados, muitos deles explicando e argumentando seus posicionamentos. Entre os que consideram adequada a

seleção dos setores apoiados pela PI-RS destacam-se, em geral, os seguintes argumentos: i) os critérios foram avaliados por técnicos capacitados e ficou bem dimensionado naquilo que é possível o Estado atender (Ent17); ii) está adequado, porque se criou níveis de prioridade e porque os setores retratam a diversidade observada na economia industrial do Rio Grande do Sul (Ent38, Ent48 e Ent51). Entre os que consideram muito amplo o número de setores da PI-RS existe uma percepção de que não haverá recursos para atender a todas as demandas (Ent37, Ent44 e Ent45). Mas, isto talvez possa ser explicado em função dos entrevistados perceberem uma excessiva ligação das ações da PI com investimentos diretos do poder público em termos dos recursos financeiros. Porém, existem nuances na PI-RS, dado que muitas ações visam, essencialmente, a otimização de recursos, por meio, da transversalidade efetiva dos órgãos de governo, da sinergia, dos ganhos em escala, dos ganhos por aprendizagem e da realocação dos recursos financeiros e humanos. E, neste sentido, talvez seja possível argumentar na direção de uma política setorial mais ampla no RS, em função de sua pluralidade e diversidade industrial observada no campo empírico.

A seguir são apresentados alguns depoimentos relevantes com reflexões e ponderações de outros dos entrevistados acerca do tema. O Ent2, servidor da Secretaria da Fazenda, comenta que, “aqui na Secretaria ‘monitoramos’ em torno de 55 setores, que entendemos como relevantes e, que conformam 95% da arrecadação do Estado. Em termos da sua relevância para a economia, muitos setores não foram contemplados na PI-RS. Então, o ‘número selecionado’ de 23 setores da PI-RS é do tamanho adequado e representa 70% desses 55 setores monitorados”. O ponto central do argumento do Ent2 é o reconhecimento de que a economia gaúcha é muito diversificada e que o Estado necessita ter capacidade para gerir, apoiar e acompanhar a quantidade de setores apoiados pela PI-RS. Já o Ent9, que contribuiu na formulação da PI-RS, propõe uma reflexão crítica, incluindo uma visão política ligada à conquista da legitimidade da PI-RS no âmbito da sociedade gaúcha, dizendo que, “o número de setores é maior do que deveria ser, numa escolha sem restrições. Mas, deixar de incluir setores importantes da economia tradicional, por exemplo, poderia deslegitimar o processo pela crítica dos setores ‘esquecidos’. Então, foi um risco que corremos, ampliar os setores sobre tudo na economia tradicional, que talvez em outra análise indicasse um número menor como o mais adequado”. O Ent10 pondera o seguinte: “a primeira vista poderia parecer que o número de setores está muito grande, na perspectiva de que seria melhor ter foco para gerar uma atuação mais eficaz”. Entretanto, considerando a realidade objetiva da economia industrial do RS, “nós estamos trabalhando com a hipótese de que a diversidade é umas das fortalezas do Rio Grande do Sul. Então, não podemos deixar de olhar para essa questão.

Temos um conjunto de setores muito expressivo em âmbito nacional. Somos os primeiros ou segundos colocados em vários desses setores no Brasil”.

Representando uma posição que defende maior foco na seleção de setores o Ent20, empresário, argumenta que selecionaria, por exemplo, da economia tradicional, apenas setores com uma visão de futuro. No seu entendimento tem que haver a opção entre aqueles setores que já tem alguma importância econômica e, outros, que são mais ‘sonhos’ do que realidade, como por exemplo, indústria criativa, que representa muito pouco no PIB e na geração de empregos no Estado. Para o Ent20, “tem que separar uma indústria criativa de um setor, por exemplo, como o de petróleo e gás, que também é um setor de futuro, mas que é presente hoje, e emprega milhares de pessoas e certamente vai ser importante nos próximos 20 anos”. O Ent20 propõe que a PI-RS foque o apoio em somente cinco setores industriais. O Ent30 reforça a crítica da necessidade dar mais foco à PI-RS afirmando que, “a Política padece de um gigantismo, talvez na ânsia de desenvolver programas para muitos setores, ela acabou ficando extensa. Claro que cada setor conhece muito bem como está contemplado na Política, mas para a sociedade, ficou uma carta complexa, intrincada de setores. Sendo coerente com a minha opinião gostaria de ver menos setores contemplados e com justificativas mais sólidas para os novos setores ou para os setores tradicionais que precisam de apoio”. O Ent32, falando da questão do foco, comenta que não acredita que o Rio Grande do sul possa ser competitivo em 23 setores. Mas, pondera que “isso não significa que os setores importantes do Rio Grande do Sul não devam ser levados em consideração, mas poderiam ser melhor agrupados, principalmente os setores da economia tradicional”. O Ent40 afirma que, com “vinte e três setores e dada à questão da escassez de recursos do Estado, realmente, essa falta de foco vai fazer com essa Política se torne inócua. Fundamental seria ter foco, escolher dois ou três setores no máximo e dar toda a corda, todo o incentivo possível a esses setores”. Fazendo um relevante contraponto, baseado no reconhecido caso bem sucedido da Coreia do Sul, o Ent46 argumenta que “inicialmente eu achei um número bastante grande de setores, mas depois fui ver o estudo que eu tinha feito a respeito da PI na Coreia e verifiquei que lá foi estabelecido um número até maior de setores a serem apoiados”. Para o Ent41, quando se prioriza tudo, não existem prioridades e comenta que, “eu entendo a questão da limitação política no entorno disso”. Por exemplo, no caso do Plano Brasil Maior “está todo mundo lá dentro”. Porém argumenta que: “se o governo tem mil prioridades não tem nenhuma. Por isso tem que haver uma face pública e a face real da política industrial, para se escolher quais são as empresas e os setores que são realmente prioridade”. Na sua ótica os setores que vão gerar inovações são os que devem ter uma atenção diferente. Novamente, o caso coreano é citado,

dado que o Ent41 afirma que considerações sobre inovação e tecnologia são feitas “como na política industrial da Coréia, mas não enxergo isso em nível nacional e nem em nível local”. Aqui é relevante considerar que vários entrevistados apontaram para o fato de que o foco da análise das prioridades tem que considerar o tema da tecnologia e da inovação (por exemplo: Ent1, Ent8, Ent14, Ent21, Ent28, Ent30, Ent40 e Ent51).

Com relação a opinião dos entrevistados sobre a qualidade dos setores selecionados (questão 4-B4) os resultados explicitam que na avaliação de 80,39% dos entrevistados (41 pessoas) consideram que está adequada a escolha dos setores apoiados pela PI-RS. Para 9,8% (5 pessoas) essa escolha é inadequada. Já, outros 9,8% dos entrevistados declararam não ter uma avaliação sobre o assunto. A maior percepção de adequação da qualidade, do que da quantidade dos setores apoiados pode estar a mostrar que a questão central parece mesmo estar ligada ao número de setores que devem ser apoiados.

A seguir se apresenta algumas das principais reflexões dos entrevistados sobre a escolha dos setores da PI-RS. Vários dos respondentes tendem a concordar com a escolha, mas com ressalvas e supondo que seriam necessárias algumas modificações (por exemplo: Ent32, Ent43 e Ent44). Uma parte da argumentação está associada com os critérios técnicos adotados no âmbito da PI-RS. Neste sentido, o Ent2, comenta que a escolha está adequada, porque ela foi baseada em critérios técnicos, tais como, a arrecadação de cada setor, o número de empregos, o grau de dependência de fatores externos, a proximidade ou não com a Política Nacional, etc. O Ent12 argumenta no mesmo sentido, quando fala que, “considero a escolha adequada principalmente porque conheço os critérios e a maneira com que foi feita a seleção. Houve uma ampla gama de critérios, abrangendo desde indicadores econômicos e sociais até a avaliação da capacidade de beneficiar ao desenvolvimento econômico do Estado”. Ainda, ao Ent48 lhe parece que, “a escolha dos setores está adequada, porque ela resultou de um diálogo com os setores produtivos do estado. Foi construída uma matriz onde foram ponderados vários fatores dos setores, como, a importância para a economia do estado, o peso no PIB, o peso tributário de cada setor, o potencial de inovação, enfim, a escolha é resultado de um diálogo, de um planejamento”. A consequência da escolha foi ressaltada pelo Ent46, na medida em que ele observa que há uma diversificação nos setores escolhidos tanto na Nova Economia, exemplificando que a PI-RS, “engloba setores que são muito importantes ao futuro da economia, como a indústria oceânica, porque essa está gerando um resultado espetacular ao Rio Grande do Sul com a produção das plataformas de petróleo”, quanto nos setores da Economia Tradicional, na medida em que, “se manteve um apoio à economia tradicional, pois, no Estado a agropecuária de um modo geral é muito importante”.

Com relação à opinião dos entrevistados no que se refere à classificação dos setores selecionados em Economia Tradicional e Nova Economia (questão 5-B4). Os resultados da pesquisa ilustram que, na avaliação de 78,43% dos entrevistados (40 pessoas) está adequada essa classificação dos setores apoiados pela PI-RS. Para 11,76% (6 pessoas) essa classificação é inadequada. Já, outros 9,8% dos entrevistados (5 pessoas) declararam não ter uma avaliação sobre o assunto. Entre os grupos de atores, é importante destacar que os Empresários, com 85,71%, são os que mais consideram adequada a classificação dos setores em Economia Tradicional e Nova Economia. Os participantes da Academia vêm logo depois com 83,33% de consideração. Já os participantes do Governo consideram adequada a classificação com 75%, e o grupo da Sociedade Civil, com 69,23%.

A seguir se apresenta alguns comentários relevantes com reflexões dos entrevistados sobre a classificação dos setores selecionados em Economia Tradicional e Nova Economia na PI-RS. Entre os comentários favoráveis à classificação é possível destacar algumas falas dos entrevistados. O Ent7 considera que a classificação está “superadequada”, pois, expressa a preocupação de todos que trabalharam na formulação da PI-RS em não excluir setores, esclarecendo que um tem mais o perfil da nova economia, outro tem um perfil mais tradicional, mas “não menosprezando esses setores ditos tradicionais”. O Ent10 considera que está adequada a classificação, porque é uma forma de diferenciar um conjunto amplo de setores, ou seja, “através dessa classificação consegue-se estabelecer mais potência e mais foco de atuação em alguns setores do que em outros, isso nos leva na direção da estratégia, das escolhas, aonde centrar esforços”. Já, o Ent41 afirma que, “do ponto de vista da lógica está adequada” a classificação. Pois, no caso da nova economia, “são setores novos do ponto de vista da estrutura produtiva gaúcha, ainda que, não necessariamente novos por estarem na fronteira tecnológica. É uma divisão bastante racional e funcional para delimitação da Política e dos seus instrumentos”.

Vários dos respondentes tenderam a questionar a expressão “economia tradicional” como uma tipologia adequada aos setores apoiados pela Política. O Ent2 comenta que o nome pode gerar uma falsa interpretação. Isto porque, “normalmente, a literatura usa a expressão tradicional para o agronegócio, aquele com pouca agregação, no sentido de ser conservador. Talvez, fosse melhor um nome do tipo ‘economia consolidada’”. O Ent2 argumenta que dessa maneira se poderia classificar algum setor que não é tradicional, mas que esteja enraizado e tenha cultura. Na opinião do Ent30 a classificação proposta pela PI-RS, dividindo entre economia tradicional e nova economia estaria inadequada, “porque os segmentos tradicionais, muitas vezes, são portadores de inovação. A nova economia é um



termo que se usa muito em tecnologia, ou então, em segmentos que são novos entrantes, como a indústria naval, por exemplo”. O Ent30 completa seu raciocínio citando os exemplos da produção do arroz e da carne, como setores em que “é possível se desenvolver uma cadeia de adição de valor baseada em inovação ou que, embora não configure inovação, é praticamente uma nova economia”. O Ent33 expressa o ponto de vista de que, por exemplo, a classificação do setor de software como economia tradicional está inadequada, “pois, não é possível desenvolver e aplicar políticas fundamentalmente agroindustriais compatíveis com o setor de tecnologia da informação e comunicação, principalmente no setor de software que tem alto valor agregado com curtíssimo ciclo de vida dos produtos”. A classificação em Economia Tradicional e Nova Economia também causou certa confusão aos entrevistados. O Ent39, líder sindical, argumenta que, por exemplo, no setor da agropecuária houve uma revolução tecnológica nos últimos vinte anos, logo, na sua percepção, é confuso considerar este setor como tradicional. Já o Ent20, empresário, afirma que uma política industrial deveria focar na nova economia e em inovação, sendo que, na sua opinião, a economia tradicional não deveria estar na política industrial. O Ent20 explica que economia tradicional é importante, mas que a política industrial tem que olhar para frente.

Outros entrevistados focaram seus comentários na Nova Economia como classificador de setores apoiados pela PI-RS. O Ent3 pondera que alguns setores que foram classificados como Nova Economia, na verdade já existem no Estado. O entrevistado afirma que, “para o setor de automação já existe um trabalho grande, por parte do Estado, e tem várias empresas de eletrônica que na verdade não são tão novas assim”. Para o Ent9 a questão da classificação está ligada ao contexto, pois na origem das discussões sobre a formatação dos programas setoriais a classificação estava adequada. Porém, hoje, “eu mudaria um pouco, em conformidade com outras discussões que estão se realizando, assim, eu desdobraria a nova economia em dois tipos, ‘nova economia preexistente’ e ‘novíssima economia’, advinda da terceira revolução industrial”. Talvez, esse tipo de classificação, mais específica, proposta pelo Ent9, resolvesse as dúvidas e confusões expressadas pelos entrevistados nos parágrafos anteriores.

Por fim, os Ent44 e a Ent50 sugerem, nos seus comentários, a necessidade de superar a ideia de uma subdivisão dos setores. O Ent44 expressa um raciocínio em que comenta que não faria esse tipo de diferenciação entre ‘antiga’ e ‘nova economia’, pois, na realidade é um mix que compõe a matriz produtiva do Estado. A Ent50 considera que a classificação não está bem feita, dado que não está muito claro o que é Nova Economia e o que é Economia

Tradicional. Em sua opinião, os setores, hoje, “são muito mais transversais do que setoriais, são muito mais temáticos do que setoriais”.

A título de síntese sobre o debate ao redor do tema da tipologia adotada atualmente pela PI-RS: “Nova Economia” (para o RS) e ‘Economia Tradicional’, parece possível tecer algumas considerações gerais, a saber: i) o tema é controverso carregando distintos pontos-de-vista; ii) pode-se constatar alguns questionamentos em relação as terminologias utilizadas que não estariam bem definidas e, neste sentido, teriam limitado poder de comunicação em relação aos principais beneficiários da PI-RS; iii) são constatadas posições mais ligadas ao conteúdo, propondo uma divisão ainda mais ampla, envolvendo “Economia Tradicional”, “Nova Economia para o Estado do RS” e “Novíssima Economia associada à terceira revolução industrial”. Tendo em vista os pontos supracitados parece essencial uma reflexão crítica sobre esta tipologia e suas consequências para o redesenho eventual da PI-RS em curso. Por exemplo, parece emergir das reflexões dos entrevistados uma tipologia mais complexa que a atual, Nova Economia e Economia Tradicional, porém mais esclarecedora em termos da ampla comunicação do que significam cada uma das denominações. Se poderia sintetizar essa tipologia alternativa como segue: “Economia Consolidada”, ao invés de Economia Tradicional; e “Nova Economia Global” (da terceira revolução industrial) e “Nova Economia Local” (para o Rio Grande do Sul), ao invés de Nova Economia para o RS, simplesmente.

Com relação à opinião dos entrevistados no que se refere à priorização dos setores selecionados em prioritários, preferenciais e especiais (questão 6-B4) os resultados da pesquisa mostraram que 62,75% dos entrevistados (32 pessoas) consideram que está adequada essa classificação dos setores apoiados pela PI-RS. Para 23,53% (12 pessoas) essa classificação é inadequada. Ainda, outros 13,73% dos entrevistados (7 pessoas) declararam não ter avaliação sobre o assunto. Entre os grupos de atores, os participantes do Governo consideram adequada a classificação, com 83,33%. Os participantes da Sociedade Civil vêm logo depois com 69,23%. Já os grupos dos Empresários e da Academia consideram adequada a classificação com 50%. É relevante notar que, 41,67% dos representantes da Academia consideram a classificação dos setores em prioritários, preferenciais e especiais, como inadequada. Os resultados dessa análise quantitativa revelam um considerável questionamento em relação à divisão dos setores em prioritários, preferenciais e especiais.

A seguir são apresentados alguns comentários considerados relevantes, contendo reflexões críticas dos entrevistados sobre a priorização dos setores selecionados em prioritários, preferenciais e especiais na PI-RS. Entre os comentários favoráveis o Ent2

considera que a classificação está adequada, pois, “o importante era indicar que os setores tinham um valor diferenciado e que existia certa graduação no que tange a importância dos mesmos”. Visando dar pragmatismo a operação o Ent2 diz que “na época, eu que citei esses nomes: prioritários, preferenciais e especiais. Então, atingiu-se o objetivo, embora isso seja um problema de segunda ordem, porque até hoje as empresas entendem que as vantagens de estar em um ou outro são diferenciadas, então elas querem sempre pleitear subir”. Já os entrevistados Ent12 e Ent23, sugerem uma visão técnica do problema, sugerindo uma ligação da sua crença a critérios de racionalidade, segundo a qual a classificação proposta estaria adequada na medida em que as definições foram elaboradas por pessoal qualificado (profissionais ligados a Secretaria de Desenvolvimento e a Secretaria da Fazenda), seguindo critérios definidos e claros para a formulação dessa classificação.

Entre os entrevistados que consideram essa priorização como inadequada é possível destacar o comentário realizado pelo Ent6 que, em seu discurso, sustenta que deveria haver somente uma definição dos chamados setores prioritários, sendo os demais setores da economia apoiados a partir das políticas transversais adotadas pela PI-RS. Já o Ent40 enfatiza novamente a sua convicção de que os setores a serem priorizados deveriam ser aqueles intensivos em tecnologia, argumentando que “incluir agroindústria bovina, carne suína e trigo, setores em que nós somos muito competitivos, não faz sentido”.

Entrevistados de quase todos os grupos de atores, com exceção dos representantes do Governo, expressaram sua percepção de que as nomenclaturas usadas nessa priorização tende a gerar alguns elementos de difícil compreensão pelos beneficiários da PI-RS. Neste sentido, o Ent16 declara que, “eu não tenho avaliação, francamente, não parei muito para pensar isso. O que quer dizer um setor prioritário, um setor preferencial e um setor especial? Aqui tem classificações excessivas. Me dá a impressão que isso só complica”. Já para o Ent20 muitas subdivisões tendem a complicar confundir os distintos e plurais beneficiários da Política Setorial. No mesmo sentido os Ent25, Ent30 e Ent50 sugerem que a classificação não é clara, na medida em que gera dúvidas e é vaga. O Ent41 conclui que não tem elementos para avaliar o que é uma coisa prioritária, preferencial ou especial, pois, “isso pra mim não faz sentido, salvo se tenha um sentido político, porque, são todos adjetivos positivos. Tudo é muito bonito politicamente, para ninguém se ofender”. Neste contexto do debate, porém defendendo posição contrária, o Ent37 comenta que a classificação refere-se aqueles setores que tem um impacto econômico mais expressivo. Os setores prioritários, por exemplo, têm pontuações mais elevadas que os demais, conforme uma tabela de critérios técnicos (sociais, econômicos e tributários) que foram considerados como relevantes.

A partir dos debates supracitados, parece que alguns pontos a título de síntese podem ser ressaltados: i) foram adotados critérios técnicos (sociais, econômicos e fazendários) para a elaboração da subdivisão entre setores prioritários, preferenciais e especiais; ii) estes critérios não foram divulgados suficientemente entre os diferentes atores envolvidos dado que, aparece claramente no discurso, a falta de compreensão de vários entrevistados em relação a priorização realizada; iii) não há consenso em relação ao tema, pois, se observa entrevistados que sugerem a necessidade de modificar os critérios de seleção das prioridades, seja simplificando a priorização pela adoção da lógica de setores com apoio prioritário versus demais setores com apoio de políticas transversais/universais, seja por meio de novos critérios (por exemplo: apoio prioritário apenas a setores que adotam tecnologias avançadas e inovações na fronteira do conhecimento científico).

A pesquisa, ainda, questionou sobre as principais críticas dos entrevistados quanto ao número, escolha e classificação dos setores na Política Setorial, Eixo I da PI-RS, (questão 7-B4). Vários itens apontados estão consonantes com os tópicos supracitados, sendo que o ponto de maior redundância refere-se à necessidade de estabelecer um maior foco e priorização nos setores apoiados (por exemplo: Ent4, Ent14, Ent30 e Ent44). Outros pontos relevantes citados estão expressos a seguir: i) faltou uma maior discussão com os beneficiários sobre os critérios adotados na PI-RS (Ent3); ii) os critérios não captaram a importância de alguns setores para a economia do Rio Grande do Sul (Ent4); iii) faltou clareza na classificação dos setores (Ent30 e Ent50); iv) seria preciso categorizações menos amplas, que agreguem os setores (Ent44); v) observa-se a necessidade de rearranjar e reorganizar as classificações (Ent32). Finalmente, o Ent33 comenta um ponto muito específico relacionado ao setor de software afirmando que não tem uma crítica específica, “apenas a impressão de que, até o momento, as lideranças empresariais do setor de software, do qual posso opinar, não conseguiram estabelecer um diálogo com os responsáveis pela definição do programa setorial”. De outra parte, ele diz não concordar que deva ser adotado um programa setorial específico para software, dado que “é parte de um setor e, na verdade, o setor envolve Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC”.

Nesse ponto é possível ligar as posições expressas pelos entrevistados com as posições formais que aparecem no Referencial Teórico, dado que os discursos expressam claramente as posições antagonicas observadas no debate apresentado (secção 2.4). O antagonismo se revela em questões tais como: i) tecnologia, capacidade, aprendizado tecnológico e capitais; ii) sobre o nível de desafio à vantagem comparativa e de proteção da indústria nascente; e iii) modernização tecnológica e custos de ajustamento (LIN; CHANG, 2009).

Com relação a possíveis alterações nos setores selecionados (questão 8-B4), a pesquisa colheu a opinião dos entrevistados questionando se haveria sugestões quanto as seguintes categorias: i) inclusões (inserção de um novo setor na PI-RS), ii) exclusões (eliminação de setores) e iii) reagrupamentos (é a agregação de setores). No decorrer da análise das respostas emergiram mais duas categorias, a saber, i) transferências (é a mudança de um setor para outro nível de prioridade) e ii) readequações (é um “setor” formado pela ênfase em algum segmento ou aspecto específico de um setor).

Com base no exposto anteriormente elaborou-se o Quadro 15, que apresenta os setores da PI-RS e as alterações sugeridas para a Nova Economia e a Economia Tradicional, respectivamente. Para a elaboração do quadro foram considerados as sugestões em que os entrevistados foram assertivos e objetivos no sentido de propor alterações sem expressar dúvidas ou condicionantes. Houve casos de reagrupamento (agregação) de setores que se encontravam em níveis ou classificações diferentes e nos quais o entrevistado não citou onde o setor reagrupado deveria ser alocado. Nesses casos, os novos setores resultantes das agregações constam, no Quadro, repetidos nos níveis e classificações dos seus setores originários.

Quadro 15 - Alterações sugeridas para os setores estratégicos da PI-RS

<b>Nova Economia para o RS</b>	
<b>Setores da PI-RS</b>	<b>Sugestão de alterações nos setores da PI-RS</b>
<p><b>Prioritários</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Indústria Oceânica e Polo Naval</li> </ul>	<p><b>Prioritários</b></p> <p>Reagrupamento:</p> <p>i) Equipamentos para Indústria de Petróleo e Gás, mais Indústria Oceânica e Polo Naval (Ent9 e Ent16).</p> <p>ii) Indústria Oceânica e Polo Naval, mais Petroquímica, Borracha e Plástico (Ent50).</p> <p>Transferência:</p> <p>i) Saúde Avançada e Medicamentos (Ent3, Ent21 e Ent45).</p> <p>ii) Reciclagem e Despoluição (Ent21 e Ent51).</p> <p>iii) Energia Eólica (Ent21 e Ent45).</p>
<p><b>Preferenciais</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Reciclagem e Despoluição</li> <li>• Energia Eólica</li> </ul>	<p><b>Preferenciais</b></p> <p>Inclusão:</p> <p>i) Energia Fotovoltaica (Ent47).</p> <p>Exclusão:</p> <p>i) Reciclagem e Despoluição (Ent4).</p> <p>Transferência:</p> <p>i) Biocombustíveis: Etanol e Biodiesel (Ent45).</p> <p>Readequação:</p>

	i) Energias / Tecnologias Limpas e Renováveis (todas as formas) (Ent3, Ent7, Ent20 e Ent50).
<b>Especiais</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Biocombustíveis: Etanol e Biodiesel</li> <li>• Semicondutores</li> <li>• Saúde Avançada e Medicamentos</li> <li>• Indústria da Criatividade</li> </ul>	<b>Especiais</b> <p>Inclusão:</p> <p>i) Indústria Aeroespacial (Ent7).</p> <p>Exclusão:</p> <p>i) Indústria da Criatividade (Ent4).</p> <p>Reagrupamento:</p> <p>i) Software, mais, Eletroeletrônica, Automação e Telecomunicações, mais, Semicondutores (Ent16).</p> <p>Transferência:</p> <p>i) Agroindústria: Leite e Derivados (Ent19).</p> <p>ii) Software (Ent47).</p> <p>iii) Eletroeletrônica, Automação e Telecomunicações (Ent16).</p>
<b>Economia Tradicional</b>	
<b>Setores da PI-RS</b>	<b>Sugestão de alterações nos setores da PI-RS</b>
<b>Prioritários</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Agroindústria: Grãos: Arroz, Soja, Milho e Trigo; Leite e Derivados; Vitivinicultura, Avicultura, Carne Bovina, Carne Suína.</li> <li>• Automotivo e Implementos Rodoviários</li> </ul>	<b>Prioritários</b> <p>Inclusão:</p> <p>i) Indústria do Carvão (Ent32 e Ent34).</p> <p>Exclusão:</p> <p>i) Agroindústria (Ent20).</p> <p>ii) Automotivo e Implementos Rodoviários (Ent20).</p> <p>Reagrupamento:</p> <p>i) Agroindústria: Grãos, Leite e Derivados, Vitivinicultura e Carnes (Ent16).</p> <p>Transferência:</p> <p>i) Software (Ent3).</p> <p>ii) Eletroeletrônica, Automação e Telecomunicações (Ent3).</p> <p>iii) Bens de Capital.</p> <p>Readequação:</p> <p>i) Agroindústria (somente segmentos de alto valor agregado, por exemplo: Alimentos Premium) (Ent3, Ent20).</p>
<b>Preferenciais</b> <p>Bens de Capital: Máquinas, Equipamentos, Implementos Agrícolas e Industriais.</p> <p>Madeira, Celulose e Móveis.</p>	<b>Preferenciais</b> <p>Reagrupamento:</p> <p>i) Bens de Capital, mais, Equipamentos para Indústria de Petróleo e Gás (Ent16 e Ent50).</p> <p>Transferência:</p> <p>i) Petroquímica, Borracha e Plástico (Ent2).</p> <p>Readequação:</p> <p>i) Agroindústria (menos os segmentos de alto valor agregado) (Ent3).</p> <p>ii) Equipamentos para Agroindústria (como segmento dos Bens</p>

	de Capital) (Ent9).
<p><b>Especiais</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Equipamentos para Indústria de Petróleo e Gás</li> <li>• Petroquímica, Borracha e Plástico</li> <li>• Software</li> <li>• Eletroeletrônica, Automação e Telecomunicações</li> <li>• Calçados e Artefatos</li> </ul>	<p><b>Especiais</b></p> <p>Inclusão:</p> <p>i) Siderurgia (Ent51).</p> <p>Exclusão:</p> <p>i) Software (Ent4). ii) Calçados e Artefatos (Ent20).</p> <p>Reagrupamento:</p> <p>i) Equipamentos para Indústria de Petróleo e Gás, mais, Indústria Oceânica e Polo Naval (Ent9). ii) Software, mais, Eletroeletrônica, Automação e Telecomunicações, mais, Semicondutores (Ent16 e Ent50). iii) Bens de Capital, mais, Equipamentos para Indústria de Petróleo e Gás (Ent16 e Ent50). iv) Indústria Oceânica e Polo Naval, mais Petroquímica, Borracha e Plástico (Ent50).</p> <p>Transferência:</p> <p>i) Madeira, Celulose e Móveis (Ent4)</p>

Fonte: Elaborado pelo autor

As proposições de alteração nos setores sugeridas pelos entrevistados, no geral, são factíveis, com exceção de alguns casos em que foi sugerido o reagrupamento. Pois, o fato do reagrupamento de setores ou de partes de setores, pode vir a gerar imensas estruturas, que ao invés de agilizar os processos acabariam por complicar e confundir. Por exemplo, a sugestão de se unificar a Indústria Oceânica com o setor de Petroquímica, Borracha e Plástico (Ent50), pode gerar uma complexidade tal, no sentido das inter-relações necessárias para gerir o programa setorial, que seria algo contraproducente por conta da diversidade de líderes e interesses envolvidos. Porém, algumas sugestões de reagrupamento parecem interessantes no sentido da sinergia que poderiam proporcionar. É o caso do setor de Equipamentos para Indústria de Petróleo e Gás; e da Indústria Oceânica (Ent9 e Ent16). No entanto, é válido ter consciência que os setores da PI-RS estão, em grande medida, combinados com a sua Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE. Logo, os reagrupamentos deverão desorganizar esse nível de construção. Ademais, é importante ressaltar que, embora possam ser factíveis as demais sugestões de alteração (inclusões, exclusões, readequações, transferências, etc.), isso não significa que sejam realmente interessantes ou que, deverão com certeza gerar algum avanço à política pública. Pois. Essa constatação deverá ser confirmada por estudos e avaliações técnicas sobre o seu real impacto.

Com referência aos possíveis critérios para decidir quais os setores da atividade econômica que poderiam ser priorizados nos Programas Setoriais da PI-RS (questão 9-B4), a pesquisa questionou se, a decisão fosse dos entrevistados, quais seriam os critérios utilizados. A seguir estão sintetizados e relacionados doze critérios sugeridos pelos entrevistados. Os critérios estão listados pela ordem decrescente da quantidade de citações recebidas: i) tecnologia e inovação - setores de alto valor agregado e intensivos em tecnologia e com potencial de inovação e agregação de valor às cadeias produtivas (por exemplo: Ent3, Ent12, Ent14, Ent15, Ent24, Ent33, Ent40 e Ent51) e com potencialidade de desenvolvimento futuro (por exemplo: Ent3, Ent16, Ent20, Ent23 e Ent45); ii) emprego e renda - setores geradores de emprego e renda (por exemplo: Ent1, Ent10, Ent17, Ent27, Ent28, Ent29, Ent43 e Ent50); iii) Desenvolvimento Econômico e Social – são setores que possam contribuir para o aumento do PIB gaúcho e que tenham maior impacto no desenvolvimento econômico e social (por exemplo: Ent19, Ent23, Ent30, Ent32 e Ent39); iv) cadeias produtivas – são considerações sobre setores transversais que atendam diversos outros setores e que complementem os elos das cadeias produtivas; v) segmentos ausentes das matrizes produtivas do Rio Grande do Sul ou que não são devidamente explorados (por exemplo: Ent10, Ent20, Ent30, Ent34, Ent43 e Ent47); vi) alinhamento e integração de setores com os rumos mais gerais da economia nacional e internacional e que possuam um alto grau de sinergia e/ou integração com a economia local e com os setores tradicionais do Estado (por exemplo: Ent4, Ent6, Ent8 e Ent10); vii) efeitos multiplicadores – trata-se de setores que gerem efeitos multiplicadores em emprego e renda; mais efeitos multiplicadores a montante e a jusante da cadeias produtivas; efeitos positivos na economia, com maior retorno por real aplicado pelo governo e setores com capacidade de transformação da estrutura produtiva e atração de novos investimentos (por exemplo: Ent9, Ent11, Ent17, Ent41 e Ent51); viii) dinamismo econômico – setores dinâmicos e estratégicos, que apresentem bons índices produtividade e competitividade e cujo crescimento esperado da demanda é maior do que a média do país e que mantenham tendência elevada da demanda a longo prazo (por exemplo: Ent9, Ent16, Ent17, Ent32, Ent43, Ent50); ix) finanças do Estado do RS, ou seja setores com significativo potencial arrecadatório e efeito multiplicador na geração de tributos (por exemplo: Ent4, Ent17 e Ent49); ix) qualificação do emprego, ou seja, setores que gerem empregos qualificados (por exemplo: Ent10, Ent28, Ent36 e Ent51); x) desenvolvimento espacial, o que implica em setores que possibilitem o desenvolvimento espacial, a difusão regional e um impacto significativo sobre os diversos territórios do Estado (Ent1, Ent9 e Ent11); xi) conhecimento, ou seja, setores que possuam e gerem conhecimento diferenciado, que busquem objetivamente a “Integração



Universidade/Empresa” e incentivem projetos baseado na tríplice hélice: poder público, iniciativa privada e universidade (Ent6, Ent20 e Ent32).

Com relação aos critérios sugeridos anteriormente, cumpre ressaltar vários dos itens citados foram considerados objetivamente na análise multicriterial realizada quando a elaboração inicial da PI-RS. A Matriz Multicritério agrupa itens referentes às dimensões da economia, do social e do tributário, com a posterior atribuição e escolha dos setores melhor colocados. A opinião de alguns dos entrevistados demonstra o seu desconhecimento do processo realizado. Pois, vários itens importantes não foram considerados (por exemplo: análise das cadeias produtivas, potencial de futuro em tecnologia e inovação etc.).

Além dos critérios elencados nas entrevistas, alguns participantes afirmaram que manteriam, exatamente, os mesmos critérios utilizados originalmente para realizar a seleção dos setores (Ent2, Ent5, Ent7 e Ent48). A justificativa para esta posição é que, por terem participado diretamente ou por terem conhecimento do processo de escolha dos setores, os entrevistados acreditam que o método multicriterial aplicado foi adequado, podendo ser revisto a partir de uma perspectiva dinâmica. Este posicionamento é confirmatório da avaliação feita no parágrafo anterior, ou seja, alguns dos entrevistados, apesar de apresentarem boas ideias, demonstram desconhecimento de como foi feito o trabalho interno de formulação da PI-RS.

Encerrando a análise da Política Setorial, foi solicitada a opinião dos entrevistados no que se refere ao atendimento ou contemplação das demandas empresariais pelo Governo (questão 10-B4). Os resultados revelam que na avaliação de 45,10% dos entrevistados (23 pessoas), os programas setoriais da PI-RS contemplam demandas empresariais importantes. Para outros 49,02% (25 pessoas) os programas setoriais contemplam apenas parcialmente demandas empresariais importantes. Entre os grupos de atores nota-se que é possível observar uma certa assimetria de opiniões entre os participantes governamentais e empresariais. Para 66,67% dos representantes do Governo os programas setoriais contemplam as demandas, enquanto para os Empresários esse percentual é de 35,71%. Já, quando se trata da avaliação de que os programas setoriais contemplam apenas parcialmente as demandas, 57,14% dos Empresários confirmam essa opção contra 33,33% dos entrevistados do Governo. O maior percentual de consideração de que os programas setoriais contemplam apenas parcialmente as demandas está no grupo da Academia com 66,67%. Já, entre os participantes da Sociedade Civil o percentual dos que acreditam que os programas setoriais contemplam as demandas empresariais é de 46,15%. Este parece ser um resultado relevante mostrando que existe uma pressão permanente e legítima por parte dos empresários, beneficiários diretos da PI-RS, no

sentido de “lutar” para que suas demandas sejam atendidas cada vez mais pela Política Pública.

Salienta-se que nenhum dos entrevistados considerou que os programas setoriais não contemplam demandas empresariais importantes. O resultado geral revela uma aceitação ampla de que a PI-RS tem efetividade real no trato das reivindicações empresariais, pois, na soma das percepções totais e parciais, 94,12% dos entrevistados considera que o Governo, por meio da sua Política Industrial, contempla algum tipo de demanda empresarial importante.

### 5.3 POLÍTICA DA ECONOMIA DA COOPERAÇÃO

Esta secção está embasada no Bloco 05 da pesquisa realizada e objetiva avaliar o Eixo II da PI-RS, intitulado de Política da Economia da Cooperação. Este bloco trata dos Arranjos Produtivos Locais, das Redes de Cooperação, dos Polos Tecnológicos e do Cooperativismo Rural, que são os principais Programas e Projetos do Eixo II da Política Industrial. Nesse ponto a pesquisa buscou verificar itens como avaliação, percepção da relevância e sugestões para a melhoria dos Projetos em tela.

No que se refere a relevância da Política da Economia da Cooperação (questão 1-B5) todos os entrevistados tinham uma opinião formada, sendo que, 91,16% deles considera a Economia da Cooperação como relevante (45,10%) ou muito relevante (47,06%). Entre os grupos, a percepção da relevância (soma das opções relevante e muito relevante) é de 100% entre os atores do Governo e da Academia. Para os atores da Sociedade Civil em geral a percepção é de 92,31% de relevância. Já os Empresários mostram certo ceticismo sobre a Economia da Cooperação, com 78,57% percepção de relevância. Sendo que, somente 21,43% dos Empresários considera a Cooperação muito relevante, enquanto 21,43% a consideram pouco relevante. Porém, nenhum entrevistado considerou que a Economia da Cooperação não teria relevância alguma.

Com base nos comentários dos entrevistados foi possível elencar uma série objetiva de pontos de validação e pontos críticos e/ou oportunidades de melhoria para a Política da Economia da Cooperação. Os entrevistados percebem a cooperação como muito importante no sentido de aumentar a competitividade das pequenas e médias empresas (por exemplo: Ent10, Ent15 e Ent42). Entre os empresários, o Ent15, líder da indústria gaúcha, reforça que a cooperação, ao entrelaçar as atividades, viabiliza o minifúndio rural. No entanto faz a ressalva que, na opinião dele, este tipo de atividade vem sendo viabilizada por conta de subsídios governamentais. Já o Ent10 considera que, com a cooperação, as pequenas empresas conseguem se reposicionar e, potencialmente, atingir um grau de competitividade compatível

com o das grandes empresas. O Ent10 destaca que, em conjunto, as pequenas empresas tendem a gerar mais emprego do que numa atuação meramente individual. Nesse mesmo sentido, o Ent12 inclui a possibilidade de agregação de valor e de aprendizagem coletiva por meio da cooperação. Entre os representantes da Sociedade Civil, o Ent27 percebe a Economia da Cooperação como capaz de beneficiar setores sem força e representatividade política e econômica. O Ent31, gestor de APL, destaca a troca de experiências entre as lideranças e os gestores. Já o Ent42 chama a atenção para a baixa profissionalização e fragilidade das entidades cooperativas, bem como, para a necessidade de que sejam realizadas ações para suplantar estas dificuldades.

Em relação a perspectivas da cooperação os entrevistados fizeram várias considerações positivas, sendo que somente o Ent51 entende que a cooperação não é usual no Estado do RS, o que parece demonstrar certo desconhecimento da realidade, pois que, o Estado é pioneiro no cooperativismo no Brasil. Entre os respondentes do Governo, o Ent5 percebe as cooperativas como um elemento essencial da perspectiva do desenvolvimento regional. Entre os representantes da Sociedade Civil, o Ent33 considera que a cooperação auxilia na abrangência e na eficácia da aplicação da própria Política Industrial. O Ent35 destaca a relevância da cooperação sob prisma dos ganhos em escala. O Ent37 percebe a PI-RS como completa porque, apesar dos setores maiores gerarem um grande impacto econômico, a Política Industrial também apoia as empresas com foco na ação regional e, também, as microempresas, que necessitam de apoio para formação de redes. O Ent23, gestor de cooperativa de produção, destacou a importância do estabelecimento de parcerias estratégicas para negócios no cooperativismo ao declarar que “nós como cooperativa entendemos que a ‘saída’ são parcerias, políticas de cooperação, parcerias entre empresas. Nós temos entre as principais diretrizes da nossa Cooperativa, definidas no Conselho, ‘estabelecer parcerias estratégicas e novos negócios que dinamizem e assegurem a viabilidade da nossa sociedade cooperativa’. O nosso Conselho tem consciência de que as parcerias são meios de evolução. Com as parcerias buscamos conhecimento, buscamos parceiros que têm *Know How* em áreas que não dominamos”.

No quesito “avaliação” o Projeto de Apoio aos APLs (questão 2-B5) tem uma aprovação de 76,47% (ótimo e bom). Já 13,73% dos entrevistados consideram o Projeto regular. No grupo Academia, 66,67% consideram o Programa de APLs como bom, e entre os representantes do Governo o mesmo percentual foi observado para aqueles que o consideraram como ótimo. Entre os Empresários, 21,43% dos entrevistados não tinham

opinião formada, o mesmo percentual também foi observado para aqueles que entenderam o Projeto como ótimo.

Todos entrevistados possuíam alguma opinião quanto a relevância do Projeto de Apoio aos APLs (questão 3-B5), sendo que 90,2% dos entrevistados consideraram o Projeto como relevante ou muito relevante, e nenhum entrevistado considerou o Projeto de APLs sem qualquer relevância. Entre os entrevistados que pertencem ao Governo, 75% consideram o programa muito relevante, enquanto que no grupo dos Empresários, 71,43% o consideraram como relevante. Finalmente, nos entrevistados da Sociedade Civil 64,5% consideram o Projeto de APLs muito relevante. Já no grupo Academia, metade dos entrevistados considerou o muito relevante.

Com base nos comentários dos entrevistados foi possível detectar tanto os pontos positivos como os aspectos críticos, quanto à avaliação e relevância do Projeto de Apoio aos APLs. Os respondentes destacaram a alta relevância e observaram a significativa validade do Projeto para o desenvolvimento regional (por exemplo: Ent11, Ent17 e Ent36), porém apresentaram dúvidas quanto à sua eficácia, impactos e sustentabilidade a longo prazo (por exemplo: Ent3 e Ent46). O Ent32, gestor de APL, entende que o Projeto avança em termos do desenvolvimento regional, incluindo importantes regiões do Estado, como a serra, a metropolitana e o extremo sul. Já o Ent22, também gestor de APL, afirma que este atual governo apresentou incentivos aos APLs não observados em governos anteriores.

Foi destacada, também, a concepção e a estruturação do Projeto, mas com a percepção de que há espaço para melhorias e com a sugestão de ampliação do apoio governamental a um maior número de arranjos produtivos (Ent2, Ent4, Ent10 e Ent12). O Ent5 entende que há uma consolidação dos APLs. De outra parte, o Ent9 ressaltou que ainda não se pode medir impactos, mas sugere que, a manutenção do Projeto a partir de uma perspectiva de longo prazo é um aspecto positivo. Já o Ent10 entende que o Projeto de APLs está entre os principais instrumentos para promoção do desenvolvimento regional e o de maior impacto na PI-RS, comparado a outros instrumentos como o Programa dos polos de modernização tecnológica e os parques tecnológicos. Houve a menção ao fato de que os APLs propiciam o aumento da competitividade, principalmente de pequenas e médias empresas, com base nas externalidades positivas da concentração geográfica e da inovação (Ent12 e Ent40). Outros pontos positivos significativos citados foram: i) que o Projeto permite a profissionalização dos APLs e o estabelecimento de uma gestão baseada em metodologia, objetivos e metas (Ent29 e Ent33); ii) a política para APLs pode contribuir para a reconversão e diversificação produtiva

em especial nas regiões produtoras de fumo (Ent31 e Ent35); iii) a relevância do Projeto em termos da busca de uma maior geração de empregos (Ent51).

Com referência aos pontos críticos os entrevistados explicitaram sua preocupação quanto à permanência do Projeto em função das mudanças de governo e, também, quanto as suas limitações orçamentárias (Ent31, Ent37 e Ent38). Porém, o Ent32 ressalta a continuidade dos programas para APLs, assim como os parques tecnológicos, ao longo de diferentes governos, como um aspecto relevante e uma quebra de paradigma. Ainda foi comentado que a criação de estruturas de gestão podem não surtir efeitos práticos e mesmo com o funcionamento de uma estrutura administrativa, poderá haver pouco envolvimento dos empresários com o APL, cuja causa seria a falta de compreensão quanto as vantagens de uma empresa pertencer a um arranjo produtivo (Ent35 e Ent38). Já o entrevistado Ent44 entende o conceito de APL como “superado”. No sentido contrário da argumentação, o Ent50 considera que o apoio aos APLs é fundamental, porém, faz-se necessária uma articulação entre o Projeto de APLs e o Programa dos Polos Tecnológicos. Por fim, o Ent30 fez considerações quanto a efetividade do Projeto APLs, postulando que, do ponto de vista da formulação se apresenta satisfatória, mas para que se concretize necessita de uma articulação e coordenação (governança) entre os grupos envolvidos. De acordo com o seu raciocínio, a “articulação que essas políticas conseguem fazer entre o setor privado, o acadêmico e os formuladores de políticas públicas é um elo ainda tênue e descontínuo. O Projeto de Apoio aos APLs ainda é mais belo no papel do que na implementação, até porque a implementação é difícil. É mais ou menos simples conceber uma política de APLs que funcione, porque as premissas estão mais ou menos claras para os formuladores. Mas, fazer prefeitos; legislativos municipais; associações comerciais e industriais; sindicatos rurais e a academia, que vive em um mundo à parte, conversar de forma produtiva, isso é o mais difícil, é aí onde se ganha ou se perde a batalha da política, de fazer a implementação”. Dando continuidade à sua argumentação o Ent30 ainda salienta que uma política instituída formalmente não produz os efeitos desejados, se não houver conexão entre os segmentos envolvidos, destacando ainda a sobreposição de ações, pois, “não adianta uma política estar construída formalmente, mas não produzir efeitos, porque os entes, as engrenagens não estão conectadas. É sabido que nas regiões há ainda muita dispersão das forças comunitárias. Então, existe certo isolacionismo, muitas ações, ações sobrepostas e setores atuando de forma descoordenada”. O Ent30 parece estar enfocando um rol de limitações “ao Projeto” de fortalecimento de APLs e não necessariamente limitações “do Projeto” em si. Pois, suas observações parecem ter uma aplicação universal em se tratando de políticas públicas. Ainda, convém salientar que boa

parte dos pontos críticos apresentados pelos entrevistados são, na verdade, conforme a percepção do Ent11, que é um gestor público ligado ao Projeto APLs, pontos que o Projeto objetiva atacar e superar.

No quesito “avaliação” o Programa Redes de Cooperação (questão 4-B5) tem uma aprovação de 70,59% (ótimo e bom). Consideram o Programa regular 7,84% dos entrevistados. Significativos 21,57% dos entrevistados declararam não ter opinião formada sobre o Programa Redes. No grupo Sociedade Civil, 76,92% dos entrevistados avaliaram o Programa como bom ou ótimo. A metade dos Empresários entrevistados o consideraram como bom, mas, 14,29% o avaliaram como regular. Saliente-se que a opinião dos entrevistados transcende a avaliação da atual versão do Programa Redes, que ainda está em fase inicial. Pois, para muitos deles o assunto é conhecido e existe a lembrança de outros momentos em que o Programa foi executado. Ademais, as redes de cooperação no Rio Grande do Sul têm se desenvolvido com ou sem o apoio governamental. Logo, percebe-se que alguns entrevistados se posicionam a partir da visão conceitual, não raro positiva, que têm das redes.

Quanto a relevância do Programa Redes de Cooperação (questão 5-B5), 78,43% dos entrevistados considerou o Programa como relevante ou muito relevante, e 7,84% dos entrevistados o consideraram irrelevante ou pouco relevante. Entre as pessoas da Sociedade Civil 38,46% consideram o Programa muito relevante. No grupo dos Empresários, 46,15% o consideraram como relevante e outros 14,29% como pouco relevante. Já, 33,33% dos entrevistados do Governo percebem o Programa como muito relevante, o mesmo percentual do grupo Academia.

Com base nos comentários dos entrevistados foi possível detectar que o Programa Redes de Cooperação foi considerado positivo. O Ent11 comenta que, em geral, o Programa é ótimo, mas que se esgotou pela falta de recursos. Já o Ent10, postulou que o Programa entrou em inatividade nos governos anteriores e que, até então, não foi obtida uma retomada efetiva no atual governo. No entanto, é relevante salientar que, no momento, não há inatividade total e nesse ano de 2014 está em andamento a instalação de alguns núcleos do Programa Redes de Cooperação, conforme consta na secção 3.2.2.2.

Alguns respondentes destacaram os benefícios do Programa Redes de Cooperação para o segmento de varejo. O Ent15 observou os ganhos que vêm ocorrendo ao longo do tempo com a prática das compras em conjunto feitas no âmbito das diferentes redes. Já o Ent17 citou um caso da criação de uma rede de varejo que possibilita a integração e a realização de negócios entre as cooperativas, sem no entanto especificar o caso. Já os Ent22 e

Ent31 consideram importante que haja a integração e articulação entre os Programas Redes de Cooperação e APLs.

Outros pontos positivos destacados do Programa Redes de Cooperação foram: i) o benefício proporcionado a um número maior de pessoas, dada a oportunidade de aumento de renda nas atividades realizadas pelas empresas (Ent31); ii) a participação das redes de forma descentralizada, atingindo todo o território do Estado do RS (Ent10); iii) o Programa equilibra a concorrência entre as empresas, contribuindo para redução de desigualdades e propiciando vantagens, como redução de custos e melhoria da propaganda do negócio (Ent36); iv) o aumento da competitividade e poder de mercado das pequenas e médias empresas frente aos oligopólios, as grandes multinacionais e conglomerados, além da geração de mais empregos na sociedade gaúcha (Ent39, Ent43 e Ent46). Uma análise crítica relevante foi realizada pelo Ent29 postulando que muitas das redes apoiadas pelo Governo acabaram não se sustentando economicamente quando se esgotou o apoio governamental. O Ent29 sugere que, no atual estágio de desenvolvimento do Programa Redes de Cooperação, deveriam ser estimuladas somente as redes com maturidade suficiente.

No quesito “avaliação” o Programa de Apoio aos Polos Tecnológicos (questão 6-B5) tem uma aprovação de 58,52% (ótimo e bom), que é a segundo menor nível de avaliação dos temas analisados nessa Secção. Significativos 19,61% dos entrevistados declararam não ter opinião formada sobre o Programa, mesmo percentual dos que o consideram como regular. Entre os Empresários 71,43% dos respondentes consideraram o Programa como bom e, somente, 7,14% como ótimo. Parece relevante destacar o fato de que, 33,33% dos entrevistados do Governo avaliaram como regular e 11,76% dos entrevistados da Academia não opinaram sobre o Programa.

Quanto a relevância do Programa de Apoio aos Polos Tecnológicos (questão 7-B5), 84,31% dos entrevistados considerou o Programa como relevante ou muito relevante. Nenhum dos entrevistados o considerou irrelevante. Entre as pessoas da Sociedade Civil 61,54% consideram o Programa muito relevante. No grupo dos Empresários se verifica o maior percentual, 61,54% de respondentes que consideram o Programa como muito relevante. O menor percentual, 41,67%, dos que o consideram muito relevante é verificado entre as pessoas do Governo. Não expressaram opinião 11,76% dos entrevistados. Sendo que, 33,33% dos representantes da Academia não tinham opinião formada, o que se trata de mais um fato passível de destaque, pois que, o Programa está ancorado em parcerias com as universidades.

Com base nos comentários dos entrevistados foi possível observar pontos positivos e, também, uma gama considerável de posicionamentos críticos quanto ao Programa de Apoio

aos Polos Tecnológicos. O Ent7, Secretário de Estado, lembrou que o Programa existe há 25 anos, tendo atravessado diferentes governos no Estado e é um dos programas mais audaciosos, tendo sido repassados cerca de R\$ 60 milhões no período do atual governo, visando a transferência de tecnologia das universidades para a sociedade. Ele destacou ainda que o Programa foi reestruturado, tendo sido criados polos em regiões de menor desenvolvimento econômico, por exemplo, na Campanha, Fronteira-Oeste, Vale do Jaguari e Altos do Botucaraí. Conforme o Ent7, os polos partem de um conceito de necessidade de cooperação envolvendo as universidades, os institutos, as escolas técnicas, os sindicatos dos trabalhadores, as associações comerciais, as prefeituras, e os COREDEs, que avaliam os projetos apresentados. O Ent12 avaliou o Programa como bom, destacando que no atual governo ocorreu um redimensionamento, em fase de consolidação, mas ainda existem outras melhorias passíveis de serem implantadas. Os demais pontos positivos destacados foram: i) o estímulo à expansão da fronteira tecnológica, do conhecimento e da inovação de forma descentralizada (Ent28); ii) os polos tecnológicos são considerados tão relevantes quanto os APLs (Ent32); iii) o Programa integra as universidades ao contexto real das diferentes regiões (Ent36); iv) o Programa é importante no sentido dos aportes de recursos e conexão com o Ministério de Ciência e Tecnologia (Ent37); v) a percepção da capacidade de articulação dos polos tecnológicos para consolidar a vocação regional dos aglomerados produtivos (Ent33); vi) o Ent7 ainda ressaltou o papel das universidades, por considerar que a tecnologia vem delas. Na implantação do Programa de Apoio aos Polos Tecnológicos, são as universidades que recebem os recursos e devem criar a governança local do polo. Assim, em algumas regiões o Programa funciona bem, mas, em outras, chegou-se a ficar 11 anos sem haver lançamento de edital. O Ent7 sugeriu a necessidade de articulação do Programa com o Projeto de Apoio aos APLs. O conceito formulado pelo entrevistado é que os polos possuem vários setores estratégicos, enquanto os APLs são arranjos de um setor e, dessa maneira, um polo pode integrar vários arranjos produtivos locais.

Com relação aos posicionamentos críticos as principais questões citadas foram: i) a ausência de foco e resultados insatisfatórios (Por exemplo: Ent9; Ent20, Ent32 e Ent51); ii) o Programa vem precário há muito tempo, é muito acadêmico e com pouca interação com o setor produtivo em si (Ent6, Ent11, Ent29 e Ent35); iii) o Programa é pouco conhecido (Ent25, Ent29 e Ent47); iv) os gestores locais muitas vezes direcionam os recursos para benefício próprio das suas instituições (Ent31); v) há problemas de comunicação, articulação e coordenação entre os diferentes atores envolvidos (Ent35); vi) há uma desconexão entre o Programa de Polos e os parques tecnológicos, pois, não existe polo em uma área como a



Região Metropolitana de Porto Alegre, que concentra os grandes parques tecnológicos (Ent50);

Por fim, alguns entrevistados deram sugestões para a melhoria do Programa de Polos Tecnológicos. O Ent22 sugeriu que a implantação do Programa deveria ser realizada numa parceria entre Governo do Estado, municípios e Governo Federal, para que os polos tivessem maior respaldo federativo e institucional. Os Ent42 e Ent31 sugerem uma nova dinâmica com mudança na forma de atuação do Programa, de tal forma que o polo esteja mais presente e atuante nas comunidades onde está inserido.

No quesito “avaliação” o Programa Gaúcho de Apoio ao Cooperativismo Rural (questão 8-B5) foi aprovado com 43,14% (ótimo e bom), que é o menor nível de avaliação dos projetos e programas analisados nessa Secção. Aqui repete-se o fato acontecido quando da avaliação do Programa Redes de Cooperação. Pois, vários dos entrevistados ao tentar falar do Programa de Cooperativismo, estão falando, na verdade do cooperativismo como conceito. Portanto, o autor vai tecer seus próprios comentários ao tema, tendo em vista este fato. Parece claro que, quando se avalia uma política pública, não é tarefa fácil separar a percepção que se tem sobre um dado programa ou projeto, da apreciação que se tem sobre o tema em si que é buscado como objetivo da política pública. Feito este reparo, torna-se aos resultados de avaliação. Verificou-se o alto percentual de 50,98% de entrevistados que declararam não ter opinião formada sobre o Programa. Isso tende a apontar para a ideia de que, apesar da sua importância para a economia gaúcha, o cooperativismo mantém-se num certo isolamento do ponto de vista da comunicação geral de sua relevância para a sociedade gaúcha. Os maiores percentuais de entrevistados que não tem opinião sobre o Programa estão nos grupos da Sociedade e Academia, com 53,85% e 66,67%, respectivamente. Os entrevistados do Governo consideram o Programa como ótimo, com 41,67%. Entre os Empresários 35,71% dos respondentes o consideraram bom, mas, 50% deles informaram que não tem opinião sobre o Programa.

Quanto a relevância do Programa Gaúcho de Apoio ao Cooperativismo Rural (questão 9-B5), 62,75% dos entrevistados considerou o Programa como relevante ou muito relevante. Nenhum dos entrevistados o considerou irrelevante. Entre as pessoas do Governo 58,33% consideram o Programa muito relevante. No grupo Academia se verifica o menor percentual, 25%, de respondentes que consideram o Programa como muito relevante. No geral, Não expressaram opinião significativos 33,33% dos entrevistados. Sendo que, 58,33% dos representantes da Academia não tinham opinião formada, o que pode estar a explicitar o nível de interesse pelo cooperativismo nas universidades.

Com base nos comentários dos entrevistados foi possível organizar pontos positivos e críticos quanto ao Programa Gaúcho de Apoio ao Cooperativismo Rural. O Ent19, líder cooperativista, considera que o mesmo ainda não atingiu seu melhor nível, pois há necessidade de integração entre os agentes, produtores e consumidores. Conforme o Ent19, o setor cooperativista agrícola tem a segunda maior rede de supermercados do Estado, porém, a ação das cooperativas é feita de forma fragmentada e sem integração, ou seja, com poucas atividades de intercooperação. O Ent35 comentou que o Programa irá “salvar” muitas cooperativas, porém, algumas delas, com problemas internos de gestão e fragilizadas financeiramente, não irão conseguir se beneficiar do Programa. O Ent48 considerou fundamental o Programa, porque a economia do Estado é de base cooperativada. Os principais pontos positivos citados foram: i) o grande mérito está na conscientização quanto aos critérios e contrapartidas do Programa (Ent2); ii) o estabelecimento de um diálogo permanente com o governo, mesmo que não seja possível o atendimento de todas as demandas das cooperativas (Ent23); iii) a agregação de valor à atividade rural e a diminuição gradual das desigualdades na renda (Ent36); o FUNDOPEM foi estendido às cooperativas, o que tende a melhorar as condições dos investimento feitos pelas mesmas (Ent46).

Com relação aos pontos críticos os entrevistados relataram os seguinte tópicos: i) a falta de dinamicidade das decisões nas cooperativas levam a um relaxamento em relação a sua adaptação competitiva ao mercado (Ent2); ii) apesar do grande potencial na melhoria no sentido da gestão profissional das cooperativas, da mesma forma, há dificuldades de mudar a cultura tanto dos produtores, quanto dos gestores (Ent3); iii) o Programa é relevante, mas sua execução é muito lenta, sobretudo pela falta de resolução de problemas estruturais históricos (Ent9 e Ent31); iv) as cooperativas são pouco relevantes, quanto mais se apoia as cooperativas, mais “sufocam” as redes privadas (Ent15); v) o Programa é voltado para agricultores de baixa renda, que não possuem capacidade competitiva nos mercados (Ent31); vi) não há integração suficiente entre as cooperativas, para viabilizar o aumento de escala, por conta do “bairrismo local” (Ent35); vii) o Programa não seria suficientemente abrangente, não incluindo todas as cooperativas e, ainda, não foram observados objetivos em termos dos resultados alcançados (Ent37); viii) o programa é importante porque a economia do Estado depende muito do setor primário e, portanto, faz-se necessário buscar o aumento da competitividade (Ent40).

Como síntese desta secção, se faz algumas observações julgadas válidas para uma avaliação geral do Eixo II da PI-RS. O conceito de Economia da Cooperação é muito bem aceito. Os programas e projetos, com exceção do Programa de Cooperativismo, todos têm

avaliações e considerações de relevância acima de 50%. Isso parece indicar uma necessária revisão da estratégia do Programa de Cooperativismo, principalmente no que se refere à comunicação do Programa para a sociedade em geral, visto que, os próprios cooperativistas expressam significativa aceitação e avaliação positiva do Programa. A avaliação do próprio do Governo do Estado afirma que a Política Industrial acerta ao priorizar o cooperativismo. Conforme a *Newsletter* nº 126/2014, 04 de agosto de 2014, publicada por meio da SDPI, o Secretário de Estado do Desenvolvimento e Promoção do Investimento comenta que, “o cooperativismo recuperou sua força no Estado, como atestam os números oficiais: 2,8 milhões de sócios, 54 mil empregos gerados e faturamento de R\$ 28,2 bilhões em 2013. Segundo o Sistema OCERGS-SESCOOP/RS, as cooperativas gaúchas crescem à média de 500 associados por dia, ritmo que deve ser mantido pelos próximos dez anos. Esse desempenho é especialmente animador para nosso Governo, pelo fato de termos definido as cooperativas como um dos alvos prioritários para as políticas públicas, principalmente no âmbito do FUNDOPEM/RS, cuja reformulação potencializou o acesso destas instituições ao incentivo fiscal. As cooperativas vinícolas Nova Aliança e Garibaldi, a Piá, a CCGL, a Languiru e a Coopar já se beneficiam do novo FUNDOPEM, com investimentos que superam R\$ 200 milhões e representam quase 450 novos empregos. Também os bancos ampliaram o crédito ao segmento”.

O Programa de Polos Tecnológicos, por sua vez, apresenta uma avaliação com certa restrição indicando a necessidade, talvez, de uma nova modelagem da sua execução, pois que, o Programa como conceito (relevância) é muito bem aceito. Seria benéfica, por exemplo, uma revisão da relação governo-universidade, visando a estabelecer relações ainda mais democráticas e arejadas no que se refere à condução de programas, tais como, os Polos Tecnológicos. Por fim, em geral, parece que o governo vem tendo sucesso na implantação destes programas e projetos, o que não afasta a importância da revisão, do monitoramento e da melhoria constante.

#### 5.4 POLÍTICA DA FIRMA

Esta seção está embasada no Blocos 06 da pesquisa realizada e objetiva avaliar o Eixo III da PI-RS, intitulado de Política da Firma. Este bloco trata dos tópicos da Sala do Investidor e do Projeto Extensão Produtiva e Inovação, que são os temas destacadas do Eixo III da Política Industrial. Nesse ponto a pesquisa busca verificar itens como avaliação,

percepção da relevância e pontos de melhoria propostos tanto à Sala do Investidor, como ao Projeto Extensão Produtiva e Inovação.

No que se refere à avaliação da experiência da Sala do Investidor (questão 1-B6) os resultados mostram que, em geral, a Sala do Investidor é aprovada por 82,35% dos entrevistados. Consideram a experiência da Sala como boa, 33,33% e como ótima, 49,02% dos entrevistados (sendo assim, praticamente metade dos respondentes considera a Sala do Investidor uma ótima experiência no âmbito da política industrial). Sete pessoas (13,73%) não tinham opinião formada sobre a Sala do Investidor. A análise da aprovação da experiência da Sala com base na soma das opções “bom” e “ótimo”, por grupo de atores, permite um melhor detalhamento dos resultados, conforme segue: o Grupo de atores “Governo” aprova em 100% (com predominância de 83,33% de ótimo); o Grupo “Empresários” aprova em 85,72% (porém, com predominância de 64,29% de bom); o Grupo “Sociedade” aprova em 69,23% (com 53,85% de ótimo); e o Grupo “Academia” aprova em 75% (com 41,67 de ótimo). Salienta-se que, 30,77% (4 pessoas) do Grupo “Sociedade” declararam não ter opinião; e dois empresários (14,29% do G2) declararam não ter opinião sobre a Sala.

No que se refere à percepção da relevância da Sala do Investidor (questão 2-B6) os resultados informam que, em geral, a Sala do Investidor é considerada “relevante” ou “muito relevante” por 88,23% dos entrevistados. Seis pessoas (11,76%) declararam não ter opinião formada. Os dados de avaliação (1-B6) e de percepção da relevância (2-B6) da Sala do Investidor são muito próximos. A percepção da relevância é um pouco maior, possivelmente porque as pessoas que consideram a Sala “regular” ou que declararam “não ter opinião”, quanto a avaliação, mesmo assim consideram a sala como relevante ou muito relevante.

Destaca-se nesse ponto o depoimento do Ent4, servidor graduado dos quadros do Governo do Estado do Rio Grande do Sul e participe na formulação da PI-RS. O Ent4 fala sobre a relevância e a “inteligência” por detrás da Sala do investidor: “é fato que, quanto mais complicadas forem, nas estruturas governamentais, as regras que são criadas e impostas para corrigir desvios, tanto mais acabam complicando. Muitas vezes valeria a pena correr mais riscos e depois corrigir topicamente os efeitos de algum desvio. Se criam tantas regras para prevenir desvios, que se torna muito mais danoso para a economia a existência dessas regras do que o próprio benefício que delas possa decorrer. Nós estamos diante de algo que deve ser reavaliado. A Sala do Investidor atua justamente nesse aspecto, no sentido de facilitar para que as coisas aconteçam de maneira mais célere e que o Estado, a organização estatal, consiga trabalhar em uma velocidade mais próxima da velocidade do empreendedor que sempre tende a ser a maior”.

A partir dos comentários espontâneos de dezenove entrevistados foi possível observar que os pontos que dão maior legitimidade a Sala do Investidor podem ser sintetizados em dois itens gerais, a saber, i) avaliação geral positiva, e ii) resolutividade (ou seja, a capacidade de equacionar as questões associadas aos investimentos das empresas). Este segundo item é composto de diversas características entre as quais é possível destacar: i) agilidade no equacionamento das questões; ii) facilitar as relações governo/empresas (investidores); iii) transversalidade governamental estabelecendo um alinhamento entre as diversas Secretarias em cena.

No que concerne a avaliação geral da Sala do Investidor seis entrevistados teceram comentários relevantes. Em síntese os pontos principais de avaliação foram: i) o fato de ser um dos principais acertos na política industrial proposta pelo governo (Ent4); ii) a boa articulação e interface qualificada entre as empresas e o governo no que tange aos investimentos (Ent20 e Ent41); iii) a visão de futuro e o atendimento as demandas dos prefeitos (Ent35); iv) concentra as informações necessárias e facilita a “vida” do investidor (Ent40 e Ent41). O Ent10 faz o seguinte comentário sobre a percepção do empresariado com referência à Sala do Investidor: “baseio minha impressão no relato que nós temos recebido de alguns empresários que passaram pela Sala do Investidor e que tem manifestado uma admiração muito grande por esse instrumento e pela forma como ele tem sido conduzido. Recentemente nós ouvimos esse tipo de relato da empresa CMPC Chilena, controladora da Celulose Riograndense. Inclusive eles sugeriram, ao Presidente do Chile, que o governo chileno mande uma comitiva para cá estudar a Sala do Investidor, tal é o entendimento positivo que eles têm sobre a forma como nós constituímos esse processo”.

A agilidade ou a facilidade de atendimento via Sala do Investidor é citada por cinco entrevistados. O Ent12, gestor público, faz um comentário lapidar sobre a Sala: “é um espaço onde o empresário pode dialogar com o governo, obter informações, apresentar as suas necessidades de forma concentrada/facilitada e, a partir da Sala, ter uma gestão da demanda da empresa”. Os demais comentários falam da importância da Sala como espaço para agilizar os projetos de investimento no Estado (Ent29 e Ent42) e das facilidades aos empresários para agilizar os investimentos que desejam fazer para alavancar os negócios (Ent1 e Ent32).

A resolutividade da Sala do Investidor combinada com a percepção positiva da transversalidade foi citada por seis entrevistados como um ponto positivo da Sala. O Ent48, jornalista, que trabalhou no Governo do Estado por um determinado período, realizou um comentário relevante sob o prisma “simbólico”, com enfoque político, postulando que “a Sala do Investidor é o símbolo da Política Industrial. Na verdade, é quando a Política se torna

visível, é quando ela encontra o mundo real. A Sala tem um sentido prático de organização da relação do Estado com o mundo produtivo, ela forma certo imaginário em relação à atratividade do Estado. A Sala cria uma ideia de modernidade, de receptividade, de organização, de um bom ambiente. Desfaz a ideia que os governos são ambientes hostis na relação com as empresas. Então, ela tem um simbolismo, um potencial, na minha visão, extraordinário”. Os relatos dos demais entrevistados versam sobre tópicos distintos tais como: i) o ambiente de interlocução muito reconhecido, o atendimento fluído, a relação direta dos empresários com o governo, sem intermediários (Ent2 e Ent25); ii) a conversa com todos os setores envolvidos no Estado para facilitar o investimento; iii) a “desburocratização” e o interesse do Estado em tentar resolver os problemas das empresas em todas as áreas (Ent3 e Ent39).

Sobre os pontos de melhoria da Sala do Investidor a pesquisa (questões 1-B6, 2-B6 e 3-B6) permitiu a construção do Quadro 16, com a síntese dos comentários para a melhoria da Sala. Os pontos estão organizados em oito categorias, com justificativas e/ou proposições, organizadas pelo autor, com base nos comentários dos entrevistados. O Quadro 16 foi construído tendo presente, na medida do possível, uma lógica ampla do tipo “estratégia”, “estrutura” e “processos.”

Quadro 16 - Pontos de melhoria para a Sala do Investidor

Categorias	Pontos de melhoria	Justificativas e Proposições (Com base nas entrevistas)
<b>Estratégia</b>	Melhor articulação na fase de elaboração dos projetos por parte dos investidores, para qualificar a elaboração dos projetos (Ent11).	Este tema está associado com as ações das empresas no que tange aos investimentos antes da sala do investidor, de maneira que, quando a empresa chega na Sala do Investidor já está praticamente com um amplo conjunto de decisões estratégicas tomadas. Desta forma, a flexibilidade do Governo, por meio das Secretarias e Órgãos envolvidos, para contribuir na melhoria da qualidade dos projetos de investimento na sala do investidor é bem mais restrita.
	Melhoria da nossa capacidade de financiamento dos projetos de investimento (Ent9).	A ideia aqui relaciona-se com as políticas de financiamento do Estado que dão suporte à Sala no apoio ao investimento produtivo, apresentado uma crítica no que se refere a sua potencialidade geral de atuação.
	Na sala do investidor o sistema financeiro estadual ainda não está coeso (Ent46).	A noção colocada aqui é que o sistema financeiro estadual poderia ter mais coesão e trabalhar de maneira cada vez mais sistêmica e conjunta, evitando concorrência desnecessária, no tocante ao financiamento aos investimentos. Uma vez equacionado este tema, visando a obtenção de um ótimo global do prisma da totalidade do governo, a Sala do Investidor poderia melhorar os resultados relativos ao tratamento das necessidades das empresas que buscam financiamento.
	As questões locacionais do sistema precisam ter um tratamento mais efetivo (Ent9).	O ponto aqui está associado com a possibilidade de efetivar uma melhoria das ações da Sala do Investidor, sob o prisma dos investimentos das empresas/firmas, caso houvesse um conjunto cada vez mais qualificado de informações sobre os Distritos Industriais (do Estado), Áreas Industriais (Municípios) e demais áreas disponíveis para ampliar a capacidade de atração dos Municípios, em particular, e do Estado do RS, em geral.
	A Sala teria que ser mais enxuta, mais executiva, e menos formal (Ent20).	A crítica aqui formulada está associada com o fato da Sala se transformar em um instrumento “demasiadamente formal”, com pouco foco no tema central que são as “negociações objetivas” entre as empresas e o Estado, que exigem, essencialmente, capacidade de formulação de soluções criativas e a agilidade na tomada de decisões em relação aos pontos de estrangulamento identificados ao longo do processo de concepção e elaboração dos projetos.
	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Conectar a Sala do Investidor à alta decisão estratégica do Estado (Ent30).</li> <li>• A partir da recepção e do acolhimento na Sala do Investidor, transformar a demanda empresarial em algo estratégico, reconhecido por todo o governo (Ent48).</li> </ul>	Aqui a noção crítica parece estar relacionada com o fato de que a Política Industrial poderia proporcionar uma articulação bem mais orgânica entre a sala do investidor com: i) a alta cúpula do governo (por exemplo: o Governador e o Secretário de Desenvolvimento); ii) ações provenientes da Política Setorial (Eixo I da PI-RS); e iii) ações derivadas da Política da Economia da Cooperação (Eixo II da PI/RS).
	Ter capacidade de controle e coordenação sobre os instrumentos (Ent41).	Uma política industrial robusta tem que ter capacidade de controle e coordenação sobre os diferentes instrumentos existentes e passíveis de serem utilizados. A crítica realizada está associada com o fato de que, embora admita que o Estado tenha dado relevância à “criação” e institucionalização da Sala do Investidor, ainda existem passos a serem considerados. Isto é particularmente importante com relação às atividades de coordenação “transversais” envolvendo atividades operacionais que ocorrem em outras Secretarias e Órgãos de Governo (por exemplo: temas associados ao licenciamento ambiental, infraestrutura, energia, etc.).

<b>Estrutura</b>	Melhorar o aporte técnico, ampliar a equipe e a estrutura de atendimento (Ent5, Ent17 e Ent37).	O ponto a considerar aqui é que, na medida em que a Sala do Investidor é mais difundida e conhecida pelas empresas que desejam investir no RS, a demanda de trabalho tende a aumentar consideravelmente. Neste sentido, o suporte técnico existente na sala do investidor, embora qualificado tecnicamente (feito hegemonicamente por servidores públicos qualificados que trabalham em diferentes áreas do governo), pode ser insuficiente, do ponto de vista quantitativo, para atender a demanda. Além disso, aspectos relativos à estrutura poderiam ser melhorados (por exemplo: aspectos ligados a TI, ampliação física da sala, etc.).
<b>Composição</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Intensificar a participação de atores privados na Sala do Investidor (Ent4 e Ent50).</li> <li>• A SCIT e suas vinculadas deveriam ter acento permanente na Sala do Investidor (Ent7).</li> <li>• Trazer, quando for o caso, a participação da Receita Federal na Sala do Investidor (Ent10).</li> <li>• Talvez falte na mesa da Sala do Investidor: a FEPAM, o IPHAN, os quilombolas, a FUNAI (Ent15).</li> </ul>	Conceitualmente a Sala do Investidor é um instrumento que permite, embasada em uma ética de sigilo das informações trocadas sobre os investimentos, a “transversalidade” (ações com várias Secretarias e Órgãos do Estado) e a “concertação” (por exemplo: com órgãos do Governo Federal e dos governos municipais, eventualmente envolvidos; das Universidades e Centros de Tecnologia; e de entidades que representam o setor privado – por exemplo: FIERGS e SENAI). As críticas aqui apresentadas apontam para a necessidade de ampliar, quando necessário, as atividades de “transversalidade” (por exemplo: com a SCIT) e de “concertação” (por exemplo: Receita Federal do Brasil, SENAI, IPHAN, FIERGS, Universidades, etc.) com os diferentes atores passíveis de contribuir para a eficácia dos investimentos propostos.
<b>Aspectos Operacionais</b>	Desenvolver um manual orientativo para o investidor, sobretudo para ao estrangeiro (Ent6).	O ponto aqui parece ser a defesa da necessidade de elaboração de manuais e outros instrumentos pragmáticos e simples, especialmente para os investidores estrangeiros, que possam facilitar a compreensão sobre a operacionalização dos investimentos no Estado do RS.
	Desenvolver tabelas de enquadramento, com o objetivo de dar objetividade aos investimentos e negócios (Ent6).	Por meio dessa tabela uma empresa saberia quanto teria de incentivo, por exemplo, com base na dimensão do seu investimento e no seu potencial de geração de empregos. Desta maneira se evitaria a pessoalidade e a subjetividade, geradoras de desconfiança e temor nos investidores.
	Maior conexão entre o Projeto Extensão Produtiva e Inovação e a Sala do Investidor (Ent49).	Parece considerável a sinergia potencial advinda da interação entre o Projeto Extensão Produtiva e a Sala. Porém, até o momento parece que não foi possível estabelecer uma relação mais direta e fluida. É preciso que haja uma melhor comunicação para que se estabeleça uma interface mais efetiva. Porém, certas reflexões aparecem, tais como, a de esclarecer os limites em termos de investimentos que poderão ser atendidos na Sala, em seu modelo original. Isto porque o Projeto Extensão lida, muitas vezes, com investimentos de valores mais baixos e a Sala do Investidor tem trabalhado diretamente com investimentos de maior porte e impacto.
	Conectar o processo da Sala do Investidor com as coordenações dos Programas Setoriais da PI-RS, ou seja, a atuação conjunta dos Eixos I e III (Ent21).	A sinergia entre os Eixos I e III da PI-RS é ampla e tem acontecido em alguns casos. A oportunidade aqui parece estar na possibilidade de organizar e revisar os métodos de trabalho, com a posterior institucionalização da relação entre os órgãos responsáveis pela condução tanto dos Programas Setoriais, quanto da coordenação da Sala do Investidor.
	Colocar mais elementos em rede para a informação no ato, com visualização direta pelos investidores na Sala do Investidor (Ent8).	Essa melhoria sugerida pelo atual Governador trata da possibilidade de melhorar a atual qualificação tecnológica da sala, respeitando as questões associadas aos aspectos de sigilo, visando dar maior acesso, por atores externos envolvidos, aos debates necessários para realizar os novos investimentos no Estado.
	A Sala do Investidor poderia ser mais discricionária quanto ao tipo de projeto e demanda possíveis de serem atendidas (Ent12).	A Sala do Investidor foi concebida originalmente tendo em vista atender de forma universal e ampla os investimentos necessários, o que acaba por gerar considerável quantidade de trabalho em função da demanda existente. O ponto aqui destacado é que talvez fosse relevante o estabelecimento de seletividade para o tratamento dos diferentes projetos (por exemplo,



		hipoteticamente pode-se pensar em estabelecer faixas de valores de investimento e as formas adequadas de atendimento para cada situação). Essa questão está associada a outras, por exemplo, ao aumento potencial da demanda global caso seja feita uma conexão mais direta da Sala do Investidor com o Projeto Extensão Produtiva e Inovação e com as Coordenações dos Programas Setoriais (Eixo I da PI-RS), conforme descrito anteriormente.
	Materialização e acompanhamento (Ent16).	Nesse ponto o foco está na realização e materialização das decisões tomadas no âmbito da Sala do Investidor. A operacionalização fluida dos processos associadas aos investimentos, através do instrumento 'Sala do Investidor' implica, não só nas ações inerentes as fases iniciais de planejamento dos investimentos. Pois, também é importante a fase do acompanhamento eficaz dos diferentes projetos, visando a atender os prazos necessários, no que tange a coordenação das ações com outras secretarias, órgãos e demais partícipes dos processos. Este é um ponto relevante de ser considerado para incrementar a eficácia dos resultados obtidos e da gestão de cada um dos projetos em cena.
<b>Transversalidade</b>	Maior transversalidade, unificação e integração interna entre os órgãos e as áreas do governo na Sala do Investidor (Ent4, Ent5, Ent11, Ent18, Ent27, Ent46 e Ent48).	Trata-se de melhorar e aprimorar a transversalidade com outros órgãos de governo, para além do SDRS, principalmente, nos tópicos associados com os temas ligados ao meio ambiente e à infraestrutura, que são percebidos como as principais restrições por um número significativo de entrevistados. Neste sentido, surge tanto a necessidade estratégica de fortalecer as ações da sala do investidor a partir da visão estratégica e de gestão do Governo, como explicar e reforçar junto aos servidores dos diferentes órgãos do Estado a importância da Sala do Investidor para a economia do Estado.
<b>Comunicação e divulgação</b>	Maior divulgação da Sala do Investidor ao empresariado (Ent18, Ent40, Ent43, Ent48 e Ent49).	Alguns entrevistados comentaram sobre a necessidade de aprimorar a divulgação do funcionamento e da operacionalização da Sala do Investidor para o empresariado gaúcho, nacional e estrangeiro, visando ampliar o número de empresários interessados em investir no Estado. Ações relacionadas à divulgação da sala do investidor para os municípios gaúchos, federação de indústrias, associações comerciais e industriais são, também, relevantes.
<b>Descentralização</b>	Descentralizar e interiorizar a Sala do Investidor (Ent17, Ent19, Ent22, Ent48 e Ent49).	Esta é uma proposta relevante que propõe que a Sala do Investidor atuar, não só na sua base física em Porto Alegre como, também, através de diversas alternativas de descentralização: i) realizar ações regionais em parceria com entidades locais, como as ACIs; ii) deslocar-se aos municípios, principalmente aos polos regionais, para realizar rodadas de negócios; iii) realizar salas do investidor em alguns polos regionais; iv) participar das grandes feiras empresariais no interior; v) criar uma sala do investidor itinerante.
<b>Licenciamentos Ambientais</b>	A questão dos licenciamentos ambientais (Ent9, Ent34, Ent38, Ent42 e Ent47).	Aqui está colocada, mais uma vez, questão das restrições percebidas em relação ao tema dos licenciamentos ambientais no Estado. Segundo os entrevistados, a ineficiência <i>lato sensu</i> no processo de licenciamento é um problema estrutural que se arrasta há vários anos. O tema da licença ambiental é relevante sobre várias perspectivas incluindo o tema da obtenção dos financiamentos necessários para a realização dos investimentos necessários. Esta é uma questão complexa, sendo que, a proposição de uma política ambiental correlata é essencial para que as ações da Política Industrial possam ter os resultados projetados.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Para além dos itens listados no Quadro 16, foi aventada a possibilidade de que pequenas empresas que participam do “Simples Nacional” possam, também, obter benefícios fiscais na linha do FUNDOPEM (Ent24 e Ent26). Trata-se aqui, de uma reivindicação específica que beneficiaria pequenas empresas que já são beneficiadas pela adesão ao Simples Nacional, que é o regime tributário diferenciado, simplificado e favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006. A pequena empresa, para ser beneficiada pelo FUNDOPEM, teria de renunciar ao “Simples”. Conforme o pensamento dos empresários entrevistados, isso acaba por não “valer a pena”, pois, acarreta a perda de todo o benefício do “Simples”. É sugerida a possibilidade de usar, para fins da concessão do FUNDOPEM, a parte do “Simples” que é composta pelo ICMS. Porém, essa sugestão é controversa, pois, demanda a alteração de uma Lei Federal (123/2006), que estabelece a participação obrigatória dos estados brasileiros no “Simples Nacional”.

A título de síntese é possível dizer que a Sala do Investidor é considerada como o elemento mais relevante do Eixo III da PI-RS, que trata da Política da Firma, tanto do ponto-de-vista técnico/gerencial, quanto sob o prisma do simbolismo associado ao tema. Pois, com referência à gestão a Sala pode ser visualizada como um elemento central para minimizar as eventuais “falhas de coordenação” das ações dos diversos órgãos do Governo em relação ao tratamento do tema dos investimentos no Estado. No que tange ao simbolismo, a Sala parece ser percebida pelo conjunto dos entrevistados como o elemento central onde a PI-RS exerce maior relação com a sociedade. Porque, a Sala tende a organizar objetiva e praticamente as relações do Estado com o mundo produtivo, a partir de uma consciência ética de transparência e visibilidade, associada à eficácia das ações realizadas. Finalmente, o conjunto de melhorias propostas para a Sala do Investidor – Quadro 16 – explicita a potencial para revitalizar o instrumento a partir de um amplo conjunto de perspectivas.

Com relação ao Projeto Extensão Produtiva e Inovação, a pesquisa verificou a avaliação e a percepção da relevância (questões 4-B6 e 5-B6) desse que é um dos projetos de destaque no Eixo III da Política Industrial.

No quesito “avaliação” o Projeto Extensão Produtiva e Inovação tem uma aprovação de 60,78% (ótimo e bom). Ressalta-se que 31,37% dos entrevistados não tem opinião formada, o que indica que, quase um terço deles desconhece ou não tem informações atualizadas sobre o Projeto. A quantidade de pessoas, entre os grupos, que não opinaram é semelhante. Salienta-se que o menor percentual (5,88%) de ausência de opinião sobre o Projeto vem dos empresários. Porém, o percentual de avaliação ótima entre os empresários é a mais baixa (14,29%), sendo que um empresário considera o Projeto insatisfatório.

Quanto à percepção da relevância do Projeto Extensão Produtiva e Inovação, a pesquisa mostra que o Projeto é considerado relevante ou muito relevante por 76,47% dos respondentes. O fato da percepção da relevância ser maior que a aprovação (60,78%), pode ser indício que parte dos que não souberam avaliar o Projeto, mesmo assim o consideraram relevante. O percentual dos que não opinaram é de 19,61%. A quantidade de pessoas, entre os grupos, que não opinaram é semelhante. O percentual de percepção “muito relevante” entre os Empresários é a mais baixa (28,57%), sendo que um empresário considera o Projeto irrelevante.

Com base nos comentários de alguns entrevistados foi possível elencar uma série objetiva de pontos de validação e pontos críticos e/ou oportunidades de melhoria para o Projeto Extensão Produtiva e Inovação.

Sobre os pontos que tendem a validar o Projeto, o Ent32, se referindo à importância do mesmo, argumenta que “a combinação entre universidade, iniciativa privada e poder público tem chance de dar bons resultados. Às vezes se peca na avaliação, tanto positiva, quanto negativa. Se num ano deu bons resultados, é porque o programa é ótimo; se ainda não deu, o programa não presta e precisa ser mudado. Esse tipo de projeto é sempre de médio-longo prazo, no mínimo é de médio prazo. Então, eu considero positivo esse tipo de iniciativa”. Já o Ent10, abordando a relevância do projeto declara que, “é um dos principais projetos que temos no que diz respeito à capilaridade e alcance às empresas, em especial aquelas mais carentes de apoio e de informação, que são as pequenas empresas. O que observamos no contato com empresas de menor porte é que, via de regra, elas estão menos preparadas e até mesmo menos sensibilizadas ou convencidas de que devem fazer uso de instrumentos do governo estadual ou mesmo do sistema financeiro para dar suporte ao seu crescimento e ampliação”. De forma sintética, os pontos de validação foram os seguintes: i) o grande potencial e concepção relevante do Projeto (Ent9, Ent12 e Ent35); ii) a articulação e foco na área da produção (Ent28); iii) o investimento em temas associados à inovação (Ent36); iv) a articulação intensa com as regiões, buscando parcerias, que devem ser cada vez mais efetivas, com as universidades (Ent42).

No que tange aos pontos críticos e/ou oportunidades de melhoria para o Projeto Extensão Produtiva e Inovação foi possível observar manifestações contrárias ao projeto, como postula o Ent16, empresário, que afirma que “o governo não deveria se meter nisso, porque há outras instâncias, estão tentando fazer coisas no Estado que a iniciativa privada já realiza. A FIERGS já faz isso através do IEL, o SENAI e as associações empresariais também fazem. Então, é mais um. Não creio que seja papel do Estado fazer isso. Deixa o APL correr

atrás e buscar isso. Deixa o APL e as empresas beneficiadas, inclusive, pagarem parte dos custos. Tem que tirar alguns penduricalhos e esse aqui é um deles. Nas universidades, nas associações, nas federações, isso já tem demais. O que não falta é educação a um preço razoavelmente acessível. Sobre inovação tem um seminário toda a semana. Então, não precisa mais”. Outros comentários relativizam as críticas, como o do Ent44, alto executivo num parque tecnológico universitário, que comenta que o Projeto é “uma iniciativa legal que tem mais de uma década e já passou por alguns governos diferentes. Não é algo que faça a diferença, mas atualmente é algo melhor”. Outros pontos críticos comentados falam sobre: i) a falta articulação do Projeto com os outros programas (do Estado e locais) e com a própria PI-RS (Ent11 e Ent50); ii) a falta de indicadores de resultados para medir os benefícios, no que ajudou a empresa a crescer? a se desenvolver? a empregar mais? etc. (Ent20). Para finalizar, alguns entrevistados revelaram seu desconhecimento sobre o Projeto comentando não terem maiores informações sobre a concepção, o funcionamento e os resultados (Ent9, Ent28 e Ent41).

Como síntese final dos resultados da pesquisa no que concerne aos instrumentos Sala do Investidor e Projeto Extensão Produtiva e Inovação do Eixo III da PI-RS, salienta-se que apesar da boa avaliação e aceitação, é perceptível um espaço para ampliação e aperfeiçoamento. A Sala do Investidor pode vir a ser uma ferramenta ainda mais efetiva para atração de investimentos, somente com a sua ampliação em termos físicos e de pessoal. Sem contar a oportunidade de evoluir com mais potência as municipalidades e forças locais com o intuito de fortalecer o seu instrumental e profundidade. Para isso, um maior aporte tecnológico e de multimídia seria fundamental. O Projeto Extensão Produtiva e Inovação vem atingindo metas significativas desde sua implantação-piloto em 2011. Mas se faz necessário um esforço no sentido da existência de um monitoramento eficaz dos seus resultados. O Projeto tem a qualidade positiva de ir se renovando e aprofundando por conta de um processo de aprendizado acumulativo no tempo. Por fim, vale reforçar o entendimento que a Firma, e o seu maior sucesso e aumento de ganhos, é a grande meta da Política Industrial. Pois, todas ações do demais eixos da PI-RS acabam por convergir à Firma.

## 5.5 INSTRUMENTOS TRANSVERSAIS

Esta secção está embasada no Bloco 07 da pesquisa realizada e objetiva avaliar o Eixo IV da PI-RS, intitulado de Instrumentos Transversais. Este Bloco trata de uma gama extensa de incentivos, ações, projetos e programas que atendem universalmente e transversalmente

todos os setores industriais. O Eixo IV da PI-RS é o eixo horizontal da PI-RS, pois, os seus instrumentos têm ação de amplo alcance. Os instrumentos aqui analisados são: i) o incentivo fiscal “Novo” FUNDOPEM/INTEGRAR, ii) o Programa Estadual de Desenvolvimento Industrial, iii) Programa de Apoio a Iniciativas para Áreas Industriais Municipais, iv) Programa Pro-Inovação, e v) Programa Gaúcho de Parques Científicos e Tecnológicos. A pesquisa buscou verificar a avaliação e a percepção da relevância dos instrumentos em tela. Também, nesta Secção, se realiza a análise: i) do desempenho das instituições gaúchas de financiamento; ii) da articulação entre os Programas Setoriais e os Instrumentos Transversais e de Infraestrutura da PI-RS; iii) questão da formulação de políticas voltadas às regiões menos desenvolvidas do Estado.

Vale esclarecer que, por conta da ligação direta entre o Programa INTEGRAR e o FUNDOPEM/RS, conforme explicado na secção 3.1.3.4, os dois serão avaliados como uma única unidade de análise, a seguir.

No quesito avaliação (questão 1-B7) o Novo FUNDOPEM / INTEGRAR tem uma aprovação de 78,43% (ótimo e bom). Ressalta-se que 13,73% dos entrevistados considera o incentivo fiscal apenas regular. Sendo que, entre os Empresários, que são os beneficiários dos incentivos, esse percentual é de 28,57%. Já, 83,33% dos representantes do Governo consideram ótimo o incentivo fiscal. Os participantes da Sociedade Civil e da Academia avaliam como ótimo o Novo FUNDOPEM/INTEGRAR com percentuais de 46,15% e 50%, respectivamente. Nenhum dos entrevistados considerou o incentivo como insatisfatório.

Quanto à percepção da relevância (questão 2-B7) do Novo FUNDOPEM / INTEGRAR, a pesquisa mostra que o incentivo fiscal é considerado relevante ou muito relevante por 84,31% dos respondentes. Entre os Empresários há um equilíbrio na percepção, pois, se apresenta o mesmo percentual (42,86%) para os que consideram o incentivo relevante e para os que consideram-no muito relevante. Os demais atores apresentam, para a opção “muito relevante”, os seguintes percentuais: Governo 75%, Sociedade Civil 61,54% e Academia 58,33%. Já, outros 15,68% dos entrevistados declararam que não tinham opinião ou consideraram o incentivo pouco relevante. Nenhum dos entrevistados considerou o incentivo como irrelevante.

Os resultados quantitativos observados no tema do Novo FUNDOPEM/INTEGRAR, consoantes com uma série de comentários qualitativos já tratados na secção 3.2.4.1, permite tecer um comentário significativamente positivo no que tange ao tema dos incentivos fiscais propostos na reestruturação da política pública do FUNDOPEM realizada no âmbito da PI-RS.

No quesito avaliação (questão 3-B7) o Programa Estadual de Desenvolvimento Industrial (PROEDI) tem uma aprovação de 49,02% (ótimo e bom), que é o menor nível de aprovação dos instrumentos e programas analisados nesta Secção. Ressalta-se que significativos 37,25% dos entrevistados declararam não ter opinião sobre o PROEDI. Sendo que, por exemplo, entre os participantes da Academia esse percentual é de 58,33%. Para 13,72% dos entrevistados (sete pessoas) o PROEDI é considerado insatisfatório ou regular. Porém, entre os Empresários se encontra o maior percentual de “ótimo”, com 35,71%. Já, os representantes do Governo consideram o PROEDI “bom”, com 41,76%. Uma análise crítica dos resultados da pesquisa quantitativa tende a apontar para o fato de que existe um amplo desconhecimento por parte da sociedade, dado que nada menos do que 37,25% dos entrevistados declaram não ter opinião sobre o PROEDI. Tal fato aponta para a necessidade da PI-RS divulgar amplamente o que é feito e a potencialidade de utilização deste importante instrumento de política pública.

Quanto à percepção da relevância (questão 4-B7) do Programa Estadual de Desenvolvimento Industrial (PROEDI), a pesquisa mostra que o PROEDI é considerado relevante ou muito relevante por 66,66% dos respondentes. A percepção da relevância maior do que a aprovação (49,02%) parece mostrar que parte dos entrevistados, apesar de descontentes com a atual situação do PROEDI, considera que o Programa tem, sim, importância estratégica. Já, outros 25,49% dos entrevistados declararam que não tinham opinião sobre o tema. Nesse caso, o percentual menor de pessoas sem opinião, em relação ao item “avaliação”, parece mostrar que alguns entrevistados, mesmo não tendo uma avaliação do PROEDI, ainda o consideram relevante.

No quesito avaliação (questão 5-B7) o Programa de Apoio a Iniciativas para Áreas Industriais Municipais tem uma aprovação de 54,9% (ótimo e bom). Sendo que, entre os Empresários a aprovação é semelhante a aprovação geral, com 57,14% (ótimo e bom). Para os representantes do Governo esse percentual é de 58,33%. Os participantes da Sociedade Civil e da Academia avaliam como ótimo ou bom o Programa com percentuais de 61,53% e 41,67%, respectivamente. Ressalta-se que 19,61% dos entrevistados consideram o Programa regular ou insatisfatório. Outros significativos 25,49% dos entrevistados declararam não ter opinião sobre o assunto.

Quanto à percepção da relevância (questão 6-B7) do Programa de Apoio a Iniciativas para Áreas Industriais Municipais, a pesquisa mostra que o Programa é considerado relevante ou muito relevante por 78,43% dos respondentes. O percentual explicita que a percepção da relevância do Programa para Áreas Municipais é consideravelmente maior que a sua

aprovação (54,9%). Esse fato parece indicar que a menor aprovação do Programa por uma parte dos entrevistados é circunstancial. A escolha da opção “muito relevante” entre os Empresários é de 57,14%, que é o segundo maior percentual, só perdendo para os representantes do Governo, cujo percentual é 66,67%. Já, outros 21,57% dos entrevistados declararam que não tinham opinião ou consideraram o incentivo pouco relevante Programa para Áreas Municipais. Nenhum dos entrevistados considerou o Programa como irrelevante.

Com base nos comentários dos entrevistados foi possível detectar tanto os pontos positivos como os aspectos críticos, quanto à avaliação e relevância do Programa de Apoio a Iniciativas para Áreas Industriais Municipais. Os respondentes destacaram os seguintes pontos positivos. O Ent1 acredita que os municípios são o melhor instrumento para viabilizar o apoio às regiões em que se encontram. O Ent10 comenta que a descentralização e a responsabilização dos municípios pela atração de investimentos, pelo provimento de infraestrutura, pelo gerenciamento, é muito positivo para o desenvolvimento regional. Ainda destaca que “é um bom programa, com potencial de se tornar ótimo, e está sendo reformulado, pois, ao invés de atendimento de balcão está passando a ser um programa com base em editais, o que democratiza mais o instrumento. Outros entrevistados fizeram as seguintes avaliações, i) precisaria ter dinheiro para fazer muito mais, a ideia é excelente, porque os municípios estão muito vulneráveis financeiramente (Ent6, Ent8); o Programa é relevante para manter a população melhor distribuída no Rio Grande do Sul (Ent15); é muito relevante, principalmente por causa da estratégia articulada entre as políticas federal, estadual e municipais, com as políticas públicas agrupadas e trabalhando em sintonia (Ent28). Por fim, o Ent37 reflexiona que o Programa deveria ser intensificado e informa que foi feito um trabalho muito forte via a Sala do Investidor atendendo aos municípios prefeitos e secretários de desenvolvimento para divulgar o Programa e se constatou que muitos municípios desconheciam a sua existência.

Com referência aos pontos críticos o Ent4 avalia que o Programa está regular e é muito relevante, mas na aplicação ainda está falho, porque “precisaríamos ter uma estrutura melhor para uma avaliação mais precisa do mérito dos projetos dos municípios, para direcionar melhor os recursos para as áreas municipais”. O Ent12, gestor público ligado ao Programa, explica que avalia como regular, porém, “é um programa que está sendo modificado, estamos agora regrando de forma que tenha critérios mais claros de seleção dos projetos”. Mas, por outro lado, o Ent12 vê como extremamente importante a iniciativa, porque a gestão de um distrito é difícil ao Estado, porque está afastado, não está presente naquele distrito, fato que não ocorre com o município, pois, está presente e tem a possibilidade de

fazer uma melhor gestão. Para o Ent40 o Programa é regular, porque as vezes, especialmente, nos setores de tecnologia existem ganhos de escala que acabam gerando concentração ao invés de desconcentração. O Ent48 considera o Programa muito relevante, mas os resultados têm sido limitados por questões estruturais financeiras e humanas. Por fim, a Ent50 afirma ser relevante um programa assim, desde que articulado com a política geral, senão podem ocorrer brigas entre municípios vizinhos, dentro de uma região que se quer incentivar como um todo.

No quesito de avaliação (questão 7-B7) o Programa Pro-Inovação tem uma aprovação de 68,63% (ótimo e bom). Sendo que, entre os Empresários a aprovação é semelhante a aprovação geral, com 71,42% (ótimo e bom). É relevante constatar que, para os representantes do Governo esse percentual é de 58,33%. Acrescenta-se a isso o percentual de 41,66% de pessoas do Governo que consideram o Pró-Inovação “insatisfatório” ou “regular”. A análise conjunta desses dados parece indicar que a visão crítica do Pró-Inovação é mais significativa no interior do Governo, do que no empresariado. Isto parece ocorrer em virtude de dificuldades associadas à operacionalização do Programa. A Sociedade Civil apresenta 53,85% de aprovação e 30,77% de “não opinião”. Esses dados podem estar a indicar um maior nível de criticidade por um lado, combinado com o desconhecimento do tema, por outro. Já, entre os participantes da Academia se encontra o maior nível de aprovação com significativos 91,66% de “ótimo” e “bom”. Ressalta-se que, na visão geral dos grupos, 21,57% dos entrevistados consideram o Pró-Inovação regular ou insatisfatório. Declararam não ter opinião sobre o assunto 9,8% dos entrevistados.

Quanto à percepção da relevância (questão 8-B7) do Programa Pro-Inovação, a pesquisa mostra que o Programa é considerado relevante ou muito relevante por 83,33% dos respondentes. O percentual indica que a percepção positiva da relevância do Pro-Inovação é significativamente maior (83,33%) que a sua aprovação (68,63%). Esse fato parece indicar que, apesar de algumas críticas, o Pro-Inovação tem um respaldo geral considerável, quanto ao seu valor estratégico da ótica da política pública. As evidências desta percepção positiva em relação ao Programa é que 92,86% dos Empresários e 100% dos representantes da Academia o consideram muito relevante. Esse percentual, para os participantes da Sociedade Civil é de 53,84%, que, também, apresentam o maior percentual de “não opinião” com 38,46%.

No quesito avaliação (questão 9-B7) o Programa Gaúcho de Parques Científicos e Tecnológicos (PGTec) tem uma aprovação de 80,39% (ótimo e bom). O percentual de aprovação para os grupos de atores é o seguinte: Governo, 83,34%; Empresários, 71,43%; Sociedade Civil, 84,61%; e Academia, 83,33%. Nota-se que a aceitação dos parques



tecnológicos parece bastante ampla conforme mostram os dados da pesquisa. Ainda, 11,76% dos entrevistados não soube opinar ou não quis opinar sobre o tema.

Quanto à percepção da relevância (questão 10-B7) do Programa Gaúcho de Parques Científicos e Tecnológicos (PGTec), a pesquisa mostra que o Programa é considerado relevante ou muito relevante por 92,15% dos respondentes. O percentual indica que a percepção positiva da relevância do PGTec é maior que a sua aprovação (80,39%). Esse fato reforça o entendimento de que parece haver uma majoritária aceitação dos parques tecnológicos na sociedade em geral. Somente uma pessoa considerou o PGTec “pouco relevante” e outras três (empresários) não souberam opinar. Essas quatro pessoas perfazem 7,84% dos entrevistados. Nenhum dos entrevistados considerou o Programa como irrelevante.

A título de síntese, baseado tanto na pesquisa quantitativa como nos dados qualitativos, é possível afirmar que os entrevistados têm uma percepção aguçada em relação aos programas de governos que tratam com centralidade os temas da tecnologia, da inovação e dos setores portadores de futuro. Ainda, os dados sugerem uma aprovação significativa em relação ao instrumento do Programa de Parques Científicos e Tecnológicos que tem ‘atravessado’ diferentes governos e que foi acelerado durante a instituição da PI-RS no presente Governo.

A pesquisa também questionou os entrevistados a respeito da avaliação sobre a atuação das três instituições financeiras/financiadoras do Estado, o BANRISUL, o BADESUL Desenvolvimento e o BRDE (no qual o Rio Grande do Sul é um dos controladores em parceria com os Estados de Santa Catarina, Paraná e Mato Grosso do Sul). Essas três entidades conformam o que se pode denominar um “subsistema” financeiro estatal no Rio Grande do Sul.

A avaliação do desempenho do BANRISUL no que se refere ao fomento industrial (questão 11.1-B7) apresenta uma aprovação de 52,94% (ótimo e bom). Esse é o menor nível de aprovação entre os três bancos. No geral, por exemplo, somente cinco pessoas (9,8%) consideraram o desempenho do BANRISUL como ótimo. Para 25,49% dos entrevistados o desempenho é considerado insatisfatório ou regular. Nota-se que entre os participantes do Governo esse percentual é de 33,33%. Outros significativos 21,57% dos entrevistados não opinaram sobre o assunto. Observando-se estes resultados é importante salientar que, o BANRISUL não tem como prioridade, atualmente, o fomento ao desenvolvimento industrial, sendo considerado um banco comercial. Pois, esta função, em termos da estrutura do Governo do Rio Grande do Sul, ficou destinada prioritariamente ao BADESUL e ao BRDE. O BANRISUL vem, em termos de financiamentos a indústrias, atuando subsidiariamente em

composição com os outros dois bancos. Como foi o caso, por exemplo, em 2013, dos financiamentos para a viabilização do projeto de instalação da empresa automotiva Foton Aumark, no município de Guaíba. Nesse caso o BANRISUL contribuiu para a viabilização do investimento por meio de um “empréstimo-ponte”, numa operação onde o BADESUL foi o principal financiador pelo Estado.

A avaliação do desempenho do BADESUL-Desenvolvimento no que se refere ao fomento industrial (questão 11.2-B7) apresenta uma aprovação de 80,39% (ótimo e bom). A aprovação, especificamente, entre os Empresários é de 57,14%, porém, com somente 7,14% de “ótimo”. Os Empresários também são os que apresentam o maior percentual de “não opinião”, com 28,57%. O percentual de aprovação entre os demais grupos de atores é o seguinte: Governo, 100%; Sociedade Civil, 76,93%; e Academia, 91,67%. Ainda, 11,76% dos entrevistados, em geral, não souberam opinar ou não quiseram opinar sobre o tema e, para apenas, 7,84% dos entrevistados o desempenho do BADESUL é considerado insatisfatório ou regular.

A avaliação do desempenho do BRDE no que se refere ao fomento industrial (questão 11.3-B7) apresenta uma aprovação de 70,59% (ótimo e bom). A aprovação, especificamente, entre os Empresários é de 57,14%, porém, com 21,43% de “ótimo”. Ainda, 14,29% deles consideram o desempenho do BRDE como regular. Os resultados tendem a mostrar que a opinião do empresariado com relação ao BRDE e ao BADESUL é bastante semelhante em termos de aprovação. Os Empresários também são os que tem o maior percentual de “não opinião”, com 28,57%. O percentual de aprovação entre os demais grupos de atores é o seguinte: Governo, 91,66%; Sociedade Civil, 69,23%; e Academia, 66,66%. Ainda, 17,65% dos entrevistados, em geral, não souberam opinar ou não quiseram opinar sobre o tema e, para, 11,76% dos entrevistados o desempenho do BRDE é considerado insatisfatório ou regular.

Os entrevistados foram solicitados a opinar sobre o fato do Governo do Estado formular políticas voltadas às regiões menos desenvolvidas do Estado (questão 12-B7). Para 76,47% dos entrevistados a concordância é total com a ideia do Governo priorizar as regiões menos desenvolvidas. Outros 19,61% concordam parcialmente com a ideia sendo que, apenas, 3,92% (2 pessoas) discordam totalmente. Os resultados explicitam o alto nível de sensibilidade quanto a questão do desenvolvimento regional harmônico, pois, 96,08% dos entrevistados tem algum nível de concordância, ou uma concordância geral, com a intenção governamental de formular políticas públicas em prol das regiões mais empobrecidas. O Entó expressa uma opinião ponderada sobre o assunto afirmando: “concordo totalmente, o

enunciado está correto. Qual é a ressalva que eu faria? As políticas não podem se resumir a políticas de superação dos desequilíbrios regionais. O que eu quero dizer com isso? Tem que fazer política de desenvolvimento para regiões que estejam mais atrasadas, mas não em detrimento das que estão mais adiantadas. Tem que continuar apoiando quem já é forte e tentar fazer com que fique mais forte quem é fraco. Tu não pode ter só políticas de compensação no desenvolvimento regional, senão tu corre o risco de nivelar todo mundo por baixo”. O Ent16 entende que essa é uma questão polêmica e afirma que, “eu concordo parcialmente, mas veja, não adianta tapar o sol com a peneira, não adianta tentar segurar o ‘insegurável’. Então, assim como eu dei o exemplo da indústria de calçados, que a longo prazo, não se sustentará no Estado do Rio Grande do Sul, por causa do atual patamar do custo de mão de obra. Então, o Governo do Estado tentar segurar uma população excessiva em uma área que não tem trabalho para essa população, pra mim é um tiro no pé. Tinha que tentar, pelo contrário, fazer com que essas pessoas migrem, é uma abordagem bem mais radical, bem diferente, do que tentar desenvolver o ‘indesevolvível’”. Já o Ent40, partindo de uma ótica predominantemente econômica comenta que é “importante buscar e encontrar as vantagens comparativas e competitivas daquelas regiões semidesenvolvidas. Um exemplo recente que mostra que isso pode dar certo é caso da cidade do Rio Grande, uma região empobrecida, que tinha perdido o seu dinamismo e, com Polo Naval, redescobriu uma vocação que havia sido esquecida”. O Ent42 concorda criticamente com a ideia quando comenta que, “concordo que se deva fazer isso. Mas, eu não sei se estão fazendo, não vejo isso como uma política de governo. Vejo que existe no Programa “Integrar” uma vontade, mas não vejo uma política efetiva de suporte a regiões menos desenvolvidas. Não vejo nenhuma política industrial e de agronegócios na Fronteira-Oeste do Estado, por exemplo”.

Finalmente, os entrevistados foram solicitados a opinar sobre a adequação da articulação entre os Instrumentos Transversais (Eixo IV) e de Infraestrutura/Energia para o Desenvolvimento (Eixo V) da PI-RS com a sua Política Setorial (Eixo I) (questão 13-B7). Para 45,10% dos entrevistados a concordância é total no sentido de que os instrumentos “horizontais” da PI-RS (Instrumentos Transversais e de Infraestrutura e Energia) estão bem articulados com os Programas Setoriais da PI-RS. Outros 41,18% concordam parcialmente. Esses resultados permitem inferir que, em geral, existe uma significativa percepção positiva, pois, 86,28% dos entrevistados tem algum nível de concordância, ou uma concordância geral, quanto à boa articulação entre os eixos da PI-RS. Porém, entre os Empresários esse percentual é de 78,47% e, além disso, 21,43% deles não souberam opinar sobre o tema. Entre os representantes da Sociedade Civil 76,93% dos entrevistados expressam uma concordância

geral e, 15,38% deles, expressam uma discordância parcial com o assunto abordado. Já, entre os representantes do Governo e da Academia, os percentuais de concordância geral são altamente significativos, com 91,67% e 100%, respectivamente.

Apesar da alta concordância geral, os entrevistados enfatizaram bem a necessidade de melhorias e ajustes na articulação entre os eixos da PI-RS (por exemplo: Ent4, Ent11, Ent20, Ent36 e Ent50). Há uma menção mais forte à necessidade de se melhorar de maneira contundente a articulação do Programas Setoriais com os instrumentos de infraestrutura para o desenvolvimento, bem como, em menor grau, com a atuação dos três bancos estatais (Ent9 e Ent37). Sob uma ótica mais crítica o Ent16 explicita criticamente que, “se tu me perguntar o quão bem isso está amarrado? Não está bem amarrado”. Particularmente relevante é sua reflexão sobre a questão do subsistema financeiro na medida em que o Ent16 não vê “que os bancos estatais tenham alguma motivação a mais ou vão reduzir o spread para um setor preferencial”. Ainda, postula que “o PROEDI e os distritos industriais, o quão conectado estão com a Política Setorial? Eu acho que não estão. São programas horizontais que, obviamente, têm pontos de conexão com os programas ou políticas verticais. Mas, ainda tem uma oportunidade de melhoria”. Sua proposição é clara e direta dizendo que todos estas políticas, programas e projetos poderiam “estar melhor conectados”.

Por fim, fazendo uma análise ponderada a respeito do tema dos instrumentos transversais o Ent10, sugere que em alguns casos existe um alinhamento estratégico no âmbito da PI-RS, como é o caso do “FUNDOPEM, por exemplo, que foi pensado para alcançar não somente os setores estratégicos, mas outros também. No entanto, ele tem um alinhamento explícito com a Política Setorial”. Já em outros casos este alinhamento não existe como é o caso do “PROEDI, dos bancos estatais e mesmo a parte da infraestrutura” dado que em nenhum destes casos o Ent10 tem “conhecimento de que esteja pensado em função da Política Setorial”. Porém, o Ent10 sugere uma reflexão crítica dizendo que estes instrumentos não devam estar alinhados dado que, “afinal de contas, estamos falando em instrumentos transversais, que são justamente os que deveriam servir para quaisquer setores, não necessariamente só àqueles que estão compreendidos na política vertical/setorial”. Então, dialética e contraditoriamente “é de se pensar, o FUNDOPEM está integrado/articulado, os demais não, e não está claro para mim se deveriam estar”.

Como síntese desta seção dos Instrumentos Transversais considera-se que deveria haver um alinhamento muito melhor entre as políticas, programas e instrumentos da PI-RS, como é o caso do FUNDOPEM/INTEGRAR e a Política Setorial. Parece ser essencial a formulação de uma grande diretriz para um maior alinhamento e harmonia interna da PI-RS.

Aproveitar a oportunidade de propiciar um maior envolvimento dos municípios na Política Industrial também é uma alternativa que desponta como viável, principalmente, a partir do Programa de Apoio a Iniciativas para Áreas Industriais Municipais. Por fim, seria importante um reposicionamento do governo quanto ao Subsistema Financeiro, em relação a limitações identificadas (por exemplo: prioridade para a competição, ao invés de cooperação entre os bancos do Estado). Todas essas considerações podem ser incluídas na revisão da PI-RS, com o intuito de aumentar a sua eficácia.

## 5.6 INFRAESTRUTURA E ENERGIA PARA O DESENVOLVIMENTO

Esta secção está embasada no Bloco 08 da pesquisa realizada e trata de temas ligados ao Eixo V da PI-RS (Infraestrutura e Energia para o Desenvolvimento Industrial). Entre os temas tratados no Bloco 08 é enfocada a questão da oferta de áreas para a instalação de plantas industriais, seja por meio de Distritos Industriais (DIs) ou de Áreas Industriais Municipais (AIMs). Conceitualmente, é relevante destacar que os DIs são de propriedade do Estado do RS, enquanto as AIMs são de propriedade dos municípios. Nesse Bloco os entrevistados são questionados, ainda, sobre dificuldades relacionados aos gargalos da infraestrutura com foco no desenvolvimento industrial do Rio Grande do Sul.

Com referência aos Distritos Industriais (questão 1-B8), os dados empíricos, em geral, mostram que 88,24% (45 pessoas) concordam, total ou parcialmente, que a implantação de DIs pode ser considerada uma estratégia válida para direcionar os investimentos em infraestrutura e energia para o desenvolvimento industrial. Três entrevistados (5,88%) declararam não ter opinião formada sobre o tema e outros três (5,88%) discordam, sendo que, um deles discorda totalmente.

Relativamente às Áreas Industriais Municipais (questão 1-B8), os dados, em geral, explicitam que 92,15% (47 pessoas) concordam, total ou parcialmente, que é válida a estratégia de construção de infraestrutura e fornecimento de energia para o desenvolvimento baseada na ideia da ampla promoção de AIMs. Três entrevistados (5,88%) declararam não ter opinião formada sobre a questão. E apenas um entrevistado discorda totalmente da estratégia.

Alguns entrevistados teceram comentários apontando vantagens e pontos favoráveis da implantação de Distritos e Áreas Industriais Municipais. O Ent16, por exemplo, argumenta favoravelmente aos DIs na medida em que, “o distrito vai organizar a estrutura, vai garantir

que tenha ônibus para trazer os trabalhadores, vai ter um local adequado, uma logística melhor, ao invés de você estar com a indústria estrangulada dentro de uma cidade, com movimentação de caminhões pesados por vias urbanas. Isso é planejamento de uma cidade, planejamento de um Estado, e pressupõe que haja distritos industriais”. Já o Ent6 defende a ideia das AIMs, dado que “a proposta é boa, só precisa ter muito mais potência, precisa atender mais municípios, em uma escala maior”.

Outros entrevistados criticaram ou apontaram limitações e pontos desfavoráveis com relação à implantação de DIs e AIMs. A Ent50 argumenta que, “o papel do Estado é gerar as condições e as políticas para o setor privado promover o desenvolvimento. Isso tem que ser cada vez menos do Estado e cada vez mais da iniciativa privada. O Estado tem um papel fundamental no desenvolvimento, mas não é o de ser proprietário dessas áreas”. Já o Ent32 busca apontar uma alternativa e uma diversificação do tema da criação de locais apropriados para a implantação de empreendimentos, a partir de um enfoque baseado no tema da tecnologia e da inovação, postulando que “em alguns casos o melhor caminho não é o distrito industrial, e sim um ambiente de inovação mais adequado, uma Universidade, por exemplo. É uma chance maior de se ter algo mais qualificado do que um distrito industrial, porque, às vezes, se atrai somente empresas muito intensas em mão de obra, intensiva em mão de obra, com empregos relativamente ruins em termos de remuneração e futuro”. O Ent51 comenta, sobre as AIMs, a partir de uma visão sistêmica com ótica regional, compreendendo que “se deve ter muito cuidado na articulação disso (das AIMs), senão pode acabar gerando estrutura, que não é concorrente, mas que é estrutura excessiva, eventualmente, entre municípios vizinhos”.

Com base nos comentários foi possível elencar uma série objetiva de pontos favoráveis e desfavoráveis com relação aos DIs e as AIMs, conforme organizados no Quadro 17.

Quadro 17 – Distritos e Áreas Industriais Municipais: pontos favoráveis e desfavoráveis

	<b>Distritos Industriais</b>	<b>Áreas Industriais Municipais</b>
<b>Pontos favoráveis</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>i. É válido, importante e aumenta a oferta de áreas para a indústria (Ent25, Ent26, Ent32, Ent34 e Ent47).</li> <li>ii. Libera as áreas urbanas das cidades (Ent16).</li> <li>iii. Facilita a atração de determinadas indústrias, p. ex.: semicondutores, indústria naval e indústria de bens de capital (Ent20).</li> <li>iv. Favorece a especialização de uma determinada região e incentiva as</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>i. É válido, importante e atrai empresas, emprego e maior faturamento local (Ent6, Ent30, Ent46 e Ent51).</li> <li>ii. Incentiva uma disputa positiva entre os municípios, pela atração de empresas (Ent26).</li> <li>iii. Desconcentra o desenvolvimento e dinamiza os municípios (Ent32 e Ent36).</li> <li>iv. Reduz o déficit em infraestrutura (Ent20 e Ent41).</li> </ul>

	v. Cria vantagens pela concentração local, possibilita racionalização logística (Ent48).	
<b>Pontos desfavoráveis</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>i. O conceito de DI é antigo, é uma visão ultrapassada (Ent7 e Ent44).</li> <li>ii. O Estado não é um bom gestor de espaços, esse não é seu papel (Ent7 e Ent50).</li> <li>iii. Não é um instrumento suficiente para fazer avançar a infraestrutura para o desenvolvimento, não é a única estratégia efetiva (Ent10, Ent20 Ent34, Ent38 e Ent42).</li> <li>iv. Pode gerar uma visão imobiliária, com empresas ocupando DIs, porque o terreno é barato (Ent12).</li> <li>v. Alguns DIs ainda não se viabilizaram (Ent25).</li> <li>vi. Os DIs atraem empresas muito intensas em mão de obra (Ent32).</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>i. Não tem viabilidade geral, depende sobretudo do porte dos municípios (Ent9).</li> <li>ii. Risco de se gerar estrutura excessiva (Ent37 e Ent50).</li> <li>iii. Não é um instrumento suficiente, lugar com infraestrutura não necessariamente implica em investimento (Ent10, Ent30 37 e Ent41).</li> <li>iv. Os municípios têm lógicas próprias e não pensam a região como um todo, por isso o Estado tem que planejar (Ent39).</li> </ul>

Fonte: Elaborado pelo autor.

A partir das observações supracitadas, torna-se evidente que as áreas e distritos industriais são importantes sob o prisma da PI-RS, porém, trata-se de um tema complexo, com posições diferenciadas em relação ao mesmo. Posições definitivas sobre os assuntos podem parecer simplificadoras. Existem muitos e diferentes fatores a considerar. Os Ent34 e Ent38 comentam que, o problema de infraestrutura não está, muitas vezes, apenas associado ao local físico aonde a empresa vai se instalar, podendo envolver outros temas correlatos como, por exemplo, aspectos ligados aos portos, locais onde as pontes e demais aspectos da infraestrutura serão localizados, a existência de consistente abastecimento de energia e de estrutura de comunicações. O Ent10 talvez resuma e sintetize possíveis encaminhamentos mais amplos para o problema em cena quando afirma que, “deveríamos ter um plano de infraestrutura para o desenvolvimento industrial, independentemente da questão dos distritos industriais”, isto porque “existem muitas demandas de projetos estruturantes, de infraestrutura para o estado, por exemplo, rodovias, duplicação de rodovias, aeroportos, hidrovias, etc., que vão além da questão dos distritos e áreas industriais, estaduais ou municipais”.

Uma análise crítica dos discursos e das proposições da própria PI-RS parece apontar para alguns temas de reflexão, a saber: i) a necessidade de pensar articulada e sistemicamente para todos os espaços físicos necessários para que os empreendimentos das firmas possam ocorrer, envolvendo: Distritos Industriais, Áreas Industriais e Parques Tecnológicos; ii) pensar, não só os aspectos de infraestrutura física destas diferentes possibilidades de localização das empresas, como também os aspectos de Governança dos mesmos; iii) a necessidade de articulação entre as Áreas Industriais, Distritos Industriais e Parques

Tecnológicos e as políticas mais amplas de infraestrutura, energia e comunicação do Estado do RS.

Finalizando esta secção, se apresenta o tema dos gargalos da infraestrutura no RS. A pesquisa buscou captar a opinião dos participantes quanto a esse tema (questão 3-B8). Com base nos comentários dos entrevistados foi construído o Quadro 18, que contém uma compilação dos tipos de gargalos, ordenados a partir de sete categorias selecionadas. A coluna que contém os gargalos inclui, também, explicações sucintas sobre as categorias postuladas.



Quadro 18 - Gargalos da infraestrutura no Rio Grande do Sul

Categorias	Gargalos da Infraestrutura no RS
<b>Logística</b>	<p>Nessa categoria estão elencados todos os comentários que se referem especificamente a algum modal de transporte. O tema da Logística foi o mais citado enquanto gargalo da infraestrutura no Estado do Rio Grande do Sul. Dezenove entrevistados tocaram em assuntos ligados aos transportes. Pela ordem decrescente de citações os modais mais lembrados foram: rodoviário, ferroviário, aeroviário, hidroviário e portuário.</p> <p>Treze entrevistados se referiram às rodovias ou ao transporte rodoviário. Os principais pontos comentados foram: a malha rodoviária de qualidade deficiente, amplitude insuficiente, com déficit de conservação e manutenção (Ent1, Ent5, Ent14, Ent20 e Ent31); a perda de 11% da carga de grãos no transporte (Ent19); os pedágios caros, o “fracasso” da EGR e o “retrocesso” no modelo de pedágios (Ent17, Ent23 e Ent30).</p> <p>O transporte ferroviário foi citado por seis pessoas. Os principais aspectos comentados foram: a necessidade de ferrovias que levassem ao centro e ao centro-oeste do país (Ent3); a falta geral de investimentos linhas férreas no Estado, pois são pouco utilizadas pelas empresas e tem um custo sabidamente menor que as rodovias (Ent4, Ent31 e Ent40); a ferrovia no Brasil foi mal privatizada, tendo ficado sucateada e cara. Aumentou o preço, sendo que os atuais controladores da via ferroviária monetizaram a vantagem, fica um pouco mais barato do que o transporte rodoviário, mas é muito mais caro do que deveria ser (Ent2 e Ent16).</p> <p>Os transportes aeroviário e hidroviário foram citados por dez pessoas. Os principais aspectos comentados foram: que o Aeroporto Salgado Filho seria incompatível para determinadas cargas (Ent3); o nosso aeroporto não privilegia a centralidade do estado que, assim, deveria ter um novo aeroporto, mais central (Ent7); a falta de malha aérea regional (Ent14); a pouca conexão aérea direta de Porto Alegre com outras cidades e países, para carregar carga e passageiros, isso tem sido colocado pelos executivos de empresas como uma deficiência (Ent10 e Ent20); Falta de uma política de planejamento, incentivo e indução ao aproveitamento do transporte por hidrovia (Ent4, Ent7, Ent8, Ent39 e Ent45).</p> <p>Por fim, quatro entrevistados falaram a respeito do transporte portuário. Os principais pontos comentados foram: as limitações físicas no porto de Rio Grande (Ent1); a necessidade de ampliar e melhorar a qualidade e a agilidade dos nossos portos, por exemplo, o porto/polo naval do Jacuí (Ent8 e Ent20); a falta de portos fluviais no interior do Estado (Ent31).</p>
<b>Energia</b>	<p>As questões envolvendo a disponibilidade energética no Estado foi colocada como um gargalo da infraestrutura por dezessete entrevistados. As principais dimensões citadas foram: a necessidade de maior investimento em energia, principalmente na produção de energia firme como, por exemplo, o carvão (Ent5 e Ent7); a insuficiência geral e o alto custo da energia elétrica para o setor industrial (Ent9, Ent14, Ent18 e Ent22); a falta de energia no interior do Estado e no campo em geral, com a prevalência da energia ‘fraca’ monofásica ou seja, o produtor rural, o agricultor familiar está “atado” de certo modo ao subdesenvolvimento (Ent19, Ent28 e Ent31); a baixa qualidade e as constantes interrupções do fornecimento de energia (Ent24, Ent25, Ent26, Ent44 e Ent51); a deficiência no fornecimento de gás (Ent4 e Ent46).</p>
<b>Questões Associadas à Logística</b>	<p>Essa categoria agrega uma série de itens nos quais os entrevistados se referiam à “logística” de forma mais ou menos exata, e a todos os modais de transporte de maneira geral. Quinze pessoas teceram esse tipo de comentário que se pode organizar em dois blocos. Um deles se refere aos altos custos de logística no RS (por exemplo: Ent16, Ent19, Ent21 e Ent25). A esse respeito o Ent3 declara que, “temos um problema de logística devido a distância entre o Estado e seu mercado consumidor, isso aumenta o custo do frete, além disso, tem questões legais e trabalhistas que estão dificultando, porque o motorista agora tem hora para dirigir. As empresas estão se desmembrando e contratando outras empresas para levar o transporte”. O outro bloco de opiniões foca a questão da dependência do modal rodoviário e da pouca exploração de meios de transporte multimodais (por exemplo: Ent1, Ent33 e Ent41). O Ent32 faz um comentário que parece sintetizar os dois grupos de opiniões: “o nosso custo de logística é muito alto, principalmente, pela grande dependência do modal</p>

	rodoviário e o abandono de outros modais”.
<b>Planejamento</b>	A falta de planejamento das questões infraestruturais é posta como um gargalo, ou como uma lacuna que contribui para o acirramento dos gargalos por oito participantes da pesquisa. O ponto-chave comentado, basicamente pelos membros do Governo, foi a ausência de um plano de infraestrutura geral para o Estado (por exemplo: Ent6, Ent9 e Ent11). Os problemas que advêm do planejamento em geral insuficiente são lembrados pela Ent47 quando comenta que, “na bacia do Vale do Sinos, que é altamente impactada pelo desenvolvimento industrial da região, cada vez mais se faz necessário olhar o alinhamento e a tipologia de indústria que se coloca aqui, para que seja mitigado o impacto em termos de bacia, é algo bem complexo. Estamos com todos os licenciamentos parados porque não tem plano de bacia na região”. Também foi comentada a questão da descontinuação e suspensão de obras (Ent35) e que a estrutura da SEINFRA e seus órgãos precisa ser repensada (Ent37).
<b>Comunicações</b>	A questão das comunicações foi citada como um gargalo por cinco entrevistados. Os principais tópicos enfocados foram: i) as comunicações como um problema em geral, sendo que, inclusive, empresas não se instalam no RS por causa disso (Ent9 e Ent34); ii) a falta de infovias e banda larga, pois “conexão” e energia hoje são absolutamente críticos para um estado moderno (Ent14, Ent20 e Ent44).
<b>Finanças do Estado e a Infraestrutura</b>	Os problemas financeiros do RS foram citados como um gargalo, ou como uma questão que contribui para o acirramento dos gargalos, por cinco pessoas. Basicamente o principal tópico enfocado foi a insuficiência de recursos e a baixa capacidade de investimento do Estado, que advêm da crise financeira do Estado (por exemplo: Ent6, Ent11, Ent16 e Ent30). Nesse ponto, porém, os entrevistados sugerem algumas alternativas para aumentar os investimentos do Estado, a saber, i) um programa de concessões públicas; ii) as Parcerias Público-Privadas (PPPs); e iii) a busca de recursos internacionais para a realização dos investimentos necessários. O Ent6, gestor de instituição financeira do Estado, comenta que existe uma lacuna pela “inexistência de uma estratégia para a realização de concessões, de colocar o setor privado para resolver os gargalos financeiros e da área de infraestrutura, a exemplo do Governo Federal”. O Ent16 argumenta que, por exemplo, “o DEPREC não tem recursos suficientes para fazer dragagem do rio Gravataí. Não entendo porque o Estado do Rio Grande do Sul não avançou nas PPPs. O Estado está quebrado e vai continuar quebrado. Não tem saída para resolver o problema da infraestrutura: ou faz PPP ou convive com os problemas”. Por fim, o Ent37 fala que, é importante “buscar os programas de apoio mundiais”.
<b>Qualificação dos trabalhadores</b>	Os problemas ligados à educação e qualificação dos trabalhadores no RS foram citados como um gargalo, ou como uma questão que contribui para o acirramento dos gargalos, por três pessoas. O Ent28, líder sindicalista, ao comentar a questão da formação técnica de nível médio, explica que “os programas de qualificações são muitos pontuais e não trabalham a elevação da escolaridade. Pois, a primeira pergunta que se faz ao trabalhador, que vai procurar emprego, ainda é “qual o seu grau de instrução?”. Já o Ent45, Reitor de universidade comunitária, afirma que “a educação é um gargalo para infraestrutura do estado. Querer insistir na UERGS é uma miopia gaúcha. O Estado do Rio Grande do Sul tem excelentes universidades comunitárias, com parques e laboratórios, que ficam “às moscas”. O Estado fica duplicando a infraestrutura educacional onde não precisa”. Por fim o Ent47, se refere a falta de “recursos humanos para as áreas tecnológicas”.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Os entrevistados, em menor número, ainda indicaram outros itens como gargalos, ou fatores que acirram os gargalos, da infraestrutura do RS, citados por apenas uma ou duas pessoas, como por exemplo: i) problemas de mobilidade urbana (Ent16 e Ent28); ii) legislação inadequada (Ent11); iii) a falta de capacidade técnica (do Estado) de gestão e implementação (Ent11); iv) problemas de saneamento básico (Ent41); v) limitações técnicas de armazenagem no RS (Ent17).

Concluindo a secção, se percebe que a questão da infraestrutura tende a ser considerada como a restrição crucial ao desenvolvimento do Estado. Logística, energia e comunicações já aparecem com destaque quando da análise das restrições ao desenvolvimento do RS (Quadro 14). Na verdade, restou evidente o alinhamento de opiniões e posicionamentos quando se fala de gargalos ao desenvolvimento e à infraestrutura no RS. A análise conjunta dos Quadros 14 e 18 de mostra claramente este emparelhamento, com pequenas nuances, pois no Quadro 18 as categorias estão mais desagregadas, pelo menos em parte, do que no Quadro 14.

Este fato só reforça a percepção de que as questões infraestruturais em logística e transportes - somadas, em menor dimensão, à questão energética, de comunicações e de gestão/finanças públicas - são os mais significativos gargalos para o desenvolvimento do RS. Prioritariamente, no entanto, conforme a pesquisa realizada, o conjunto “infraestrutura / energia” parece ser considerada a principal restrição ao desenvolvimento do Estado do RS por parcela significativa dos entrevistados.

Em termos das principais causas observadas para a existência das restrições no campo da infraestrutura e energia do RS parece que uma síntese dos principais tópicos colocados são: i) falta de planejamento de longo prazo no Estado do RS, tanto na área de infraestrutura e logística, como na área energética; ii) problemas associados com a baixa capacidade de investimento para Infraestrutura e Energia, levando em conta as necessidades de investimento, por parte do Governo do Estado do RS em função das atuais restrições de cunho orçamentário; iii) aspectos ligados a atual Organização da Estrutura do Estado (por exemplo: o fato da SEINFRA tratar de uma amplo leque de questões, sem a Estrutura adequada, o que leva a baixa capacidade do Estado, não só no planejamento das atividades em cena, como também de sua capacidade técnica de gestão e implantação dos projetos em andamento).

Quando ao encaminhamento das eventuais soluções e equacionamentos em relação ao tema, o que está evidentemente ligadas a detecção sistêmica dos problemas, aparecem sugestões no sentido de: i) elaborar planejamentos de longo prazo associados no âmbito do Estado do RS, tanto no que tange ao tema da infraestrutura e logística, como o da energia; ii)

acelerar as articulações, o planejamento e as ações no sentido da realização de PPPs, sempre que isto se mostrar viável; iii) repensar a atual estrutura do Estado em relação à questão da infraestrutura, logística e energia.

Finalmente, cabe destacar, a título de consideração final a importância que as políticas correlatas de infraestrutura e energia tem para o avanço eficaz da PI-RS. Poder-se-ia dizer, com base nas considerações dos entrevistados que, no momento, existem uma percepção de que estas políticas restringem mais as questões do desenvolvimento industrial do RS do que assuntos internos e relativos a própria Política Industrial em si.

## 5.7 AVALIAÇÃO DA PI-RS

Esta é uma seção especial, embasada em partes dos Blocos 03 e 09 da pesquisa realizada e trata da avaliação da PI-RS.

Com relação, especificamente, à percepção dos entrevistados com relação a possível incidência da PI-RS no desenvolvimento (questão 1-B3), os resultados da pesquisa explicitam que 94,16% dos entrevistados concordam que a PI-RS tende a contribuir para o desenvolvimento do Estado. A concordância é total para 68,63% dos entrevistados e parcial para outros 25,53%.

Os principais pontos qualitativos enfocados pelos respondentes que comentaram a questão da contribuição da PI-RS, sob uma ótica confirmatória e de aprovação das suas proposições gerais são os seguintes: i) a boa estruturação (Ent3 e Ent16); ii) a integração dos diferentes órgãos de governo associados ao tema do desenvolvimento industrial (Ent23); iii) o Estado retomando o protagonismo no desenvolvimento (Ent42); iv) o apoio ao setor cooperativista e o crescimento do PIB (Ent19 e Ent23); a PI é uma política de Estado que veio para ficar (Ent37); v) a melhoria dos atuais instrumentos de incentivo fiscal (Ent48); vi) o crescimento ordenado e a construção de uma visão de futuro (Ent46); vii) o foco na área da alta tecnologia (Ent48); viii) o alinhamento com as grandes linhas postuladas no âmbito das políticas nacionais de desenvolvimento (Ent47); ix) a possibilidade de produzir um efeito geral capaz de “sustar” o processo de desindustrialização do Estado (Ent48).

Os principais pontos enfocados, sob uma ótica crítica, foram os seguintes: i) a falta de revisão sistemática da PI-RS (Ent16); ii) a baixa participação da sociedade e o envolvimento limitado do Sistema FIERGS na elaboração da PI-RS (Ent16); iii) os desafios e dificuldades objetivas para executar e a operacionalizar a política formulada (Ent29 e Ent38); iv) a dependência do governo federal nas questões associadas com o tema da infraestrutura

(Ent34); v) a falta de foco na priorização de setores beneficiados (Ent40); vi) a necessidade de monitoramento e avaliação contínua da PI-RS (Ent41); vii) a importância da PI ser implementada com racionalidade, ou seja, deve arcar com o custo político da priorização dos setores (Ent43).

Os resultados da pesquisa revelam, de forma geral, a boa receptividade e expectativa positiva quanto aos benefícios da PI-RS para o desenvolvimento industrial. Mesmo que não se considere a opinião das pessoas ligadas ao governo a percepção da contribuição positiva da PI-RS ao desenvolvimento é quase unânime.

Porém, é preciso considerar as críticas que apontam para tópicos relevantes que devem ser objeto de reflexão. Em particular as respostas sugerem a necessidade de uma maior legitimação da PI-RS em relação aos diferentes segmentos da sociedade (por exemplo: em relação a Federação de Indústrias do Rio Grande do Sul - FIERGS) e a questão dos limites da Política tanto no que tange as suas relações externas (ex: relações com o Governo Federal), como no que tange a aspectos internos de operacionalização (por exemplo: avaliação contínua da PI-RS).

Em dois momentos da pesquisa foi solicitado aos participantes a indicação de aspectos positivos da PI-RS (questão 2-B3) e resultados positivos (questão 1-B9). O autor do trabalho decidiu combinar numa mesma tabela esses dois tipos de opiniões, pois, os aspectos positivos e resultados se misturam. Um mesmo item considerado um aspecto positivo, pode ser também um resultado positivo ou algo passível de gerar valores (frutos) positivos. A Sala do Investidor é um exemplo, pois é considerada um instrumento da PI-RS reconhecidamente positivo, mas ao mesmo tempo é um resultado altamente positivo, conforme a opinião geral dos entrevistados. Além disso, a Sala gera outros frutos e valores benéficos/positivos via a atração do investimento, que é um objetivo maior e definitivo, razão da existência de um Sistema de Desenvolvimento no Estado. Logo, o Quadro 19 apresenta aquilo que de valor positivo os entrevistados enxergam na PI-RS, apresentando uma compilação dos principais aspectos e resultados positivos citados, ordenados em 14 categorias, que agregam os aspectos em ordem decrescente de citação. A coluna que contém os aspectos inclui, quando necessário, explicações sucintas sobre as categorias.

Quadro 19 - Valores Positivos da Política Industrial do Rio Grande do Sul

Categorias	Valores Positivos da Política Industrial do Rio Grande do Sul
<b>Priorização e Foco</b>	O fato da PI-RS ter realizado um processo de priorização e foco; desde a decisão do governo em priorizar o desenvolvimento, até a focalização de setores industriais a serem apoiados; foi o aspecto positivo mais citado pelos entrevistados (31 pessoas, 60% do total de 51 entrevistados, lembraram esse ponto). Em síntese, as ideias-chave mais utilizadas foram: i) a capacidade da PI-RS realizar reestruturação, organização, coordenação e articulação (Ent3); ii) a PI-RS concentrar e tratar as principais demandas e respectivas soluções (Ent4); iii) a decisão de governo quanto ao desenvolvimento ser uma prioridade política global do Governo (Ent12); iv) o apoio simultâneo aos setores tradicionais e a ênfase em novas vocações econômicas (Ent7 e Ent15); v) a prioridade ao setor agropecuário, que gerou crescimento no setor (Ent19); vi) a coragem de identificar prioridades e a capacidade de enfrentar o custo político da priorização (Ent16 e Ent50); vii) o apoio a setores fragilizados e o incentivo às cadeias produtivas (Ent17 e Ent5); viii) o uso de critérios técnicos para identificar setores com potencial de crescimento e aumento da competitividade (por exemplo: Ent37, Ent39, Ent44, Ent46, e Ent48); o fato, <i>per si</i> , da priorização de setores (por exemplo: Ent18, Ent38 e Ent43).
<b>Atração e expansão de investimentos</b>	O segundo aspecto (e seus resultados) mais comentado foram os diversos instrumentos e estratégias, voltadas para a atração ou expansão de investimentos, organizados e disponibilizados pela PI-RS (29 pessoas, 56% do total de entrevistados, emitiram opiniões). As observações principais concentram-se em três tópicos, a saber: i) os incentivos fiscais, com destaque ao Novo FUNDOPEM/INTEGRAR (por exemplo: Ent3, Ent9, Ent15, Ent24, Ent34 e Ent46); ii) a atração e a expansão de investimentos em geral (por exemplo: Ent8, Ent18, Ent20, Ent22, Ent26, Ent33 e Ent51); iii) a Sala do Investidor como instrumento específico e eficaz para a atração de investimentos (por exemplo: Ent9, Ent18, Ent24, Ent25, Ent32, Ent41 e Ent45). Com relação ao Novo FUNDOPEM/INTEGRAR o Ent37, que participou da elaboração e execução da PI-RS por um período, declara que “o programa FUNDOPEM tem sido um sucesso, eu tive a oportunidade de ver dados comparativos deste Governo com outros governos. O número de empresas e o volume de ICMS financiado é muito superior. Houve, inclusive, uma outra modificação recente no cálculo da base. Antes se levava em conta o ICMS incremental, agora vale o faturamento incremental. Logo, a empresa pode até ter um implemento inferior em termos de ICMS, mas se o faturamento for superior a base ela consegue ter acesso ao incentivo”. Já o Ent23, dirigente cooperativista, dá o seguinte depoimento: “no caso da nossa cooperativa, nós intensificamos os nossos investimentos em função do FUNDOPEM. Nós fizemos uma fábrica de leite em pó, fizemos mais uma fábrica de longa vida e estamos fazendo uma outra fábrica de leites especiais, achocolatados e creme de leite longa vida. Tudo localizado aqui na nossa região. Nós fizemos isso em função desse novo FUNDOPEM e, ainda estamos com um projeto de um frigorífico para carne de frango. Tudo porque apareceu estímulos que antes nós não tínhamos, sendo um deles, fundamental, o FUNDOPEM.
<b>Transversalidade</b>	A transversalidade entre os diversos órgãos do governo estadual foi citada por 13 pessoas (25% do total de entrevistados) como um valor positivo inserido pela PI-RS na dinâmica das políticas públicas estaduais. As ideias-chave mais utilizadas foram: i) a PI-RS dá um norte/direcionamento para a tomada de decisões nas demais secretarias do governo (Ent4); ii) a interação / integração entre as áreas do Governo, principalmente, Desenvolvimento e Fazenda, com resultados bastante positivos em prol do desenvolvimento econômico do Estado (Ent3, Ent4, Ent6 e Ent9); iii) a governança e o alinhamento transversal de áreas diferente do governo sob uma mesma programação (Ent10, Ent11, Ent14, Ent18 e Ent29); iv) o fato da Política Industrial ter colocado todo o governo do estado a agir articuladamente, coloca todas as estruturas do governo para fazer um trabalho estratégico e articulado em prol do desenvolvimento (Ent48); v) o processo de decisão adotado cria referências e reduz atritos e desconfianças no interior do Governo (Ent2).

<b>Concertação</b>	O processo de concertação entre o governo e a sociedade é lembrado por 13 entrevistados (25% do total). As principais ideias-chave citadas foram: i) a formulação concertada, o ambiente orgânico de discussão e o amplo diálogo, com os setores econômicos (Ent2, Ent10, Ent11, Ent48); ii) a facilitação da relação estado-sociedade, público-privado, com a compatibilização de diferentes necessidades e diferentes interesses (Ent4 e Ent12); iii) ampla participação e mobilização do empresariado e suas entidades (Ent6 e Ent16); iv) a PI-RS se constituiu como um elo entre a iniciativa pública e a privada, por meio de editais para incentivar as indústrias, em parceria com as instituições de ensino e tecnologia (Ent21); v) o resgate da confiança dos empresários em investir no Rio Grande do Sul (Ent3); vi) a PI-RS serve como um norteador e sinalizador positivo para o empresariado e investidores (Ent7, Ent12, Ent20, Ent43 e Ent48). Com relação a capacidade da PI-RS propiciar uma boa relação do Estado com a sociedade o Ent1, Secretário de Estado, comenta que a elaboração da PI “iluminou o caminho onde queremos ir, principalmente, ouvindo todos os setores da comunidade, não é um documento perfeito, mas nós temos que ter humildade de ir aperfeiçoando-o seguidamente”. O Ent6, que participou da elaboração da Política, refere-se a “mobilização para construir a política. Houveram mais de 600 reuniões com entidades empresariais, que participaram de reuniões. Eu coordenei a parte do setor calçadista, por exemplo, tivemos a SINTECAL, a ABRAMEC, a ABICALçados, Universidades, o SENAI”. Já o Ent11, gestor público, fala a respeito da “sinalização que a PI-RS dá à sociedade. Pois, organiza, diminui assimetrias de informações, orienta os órgãos e instituições que tem planejamentos separados e fragmentados. A PI serve como referência e guia, se aceitarem. Isso é uma riqueza fundamental, ter um sinalizador para que todos coordenem esforços. Imagine toda instituição pública e privada fazer um planejamento anual. A PI serve como apoio e subsídio à tomada de decisões dos agentes privados”.
<b>Desenvolvimento Regional</b>	O foco no desenvolvimento regional e na desconcentração industrial é considerado, por doze pessoas (23% do total de entrevistados), como um valor positivo da PI-RS. Os principais tópicos apontados foram: i) o incentivo a interiorização do desenvolvimento (Ent1); ii) a consciência de uma relação cidade-campo, portanto, agrário-industrial, bem definida (Ent8); iii) o atendimento aos diversos aspectos da regionalização industrial do RS (Ent14); iv) os incentivos regionais e a definição de benefícios para regiões carentes descentralizando investimentos (Ent17 e Ent27); v) a abrangência da Política Industrial do RS em todo o território gaúcho (Ent31 e Ent49); vi) a retomada do desenvolvimento da região sul do estado (Ent39); vii) a articulação da Política Industrial com os empreendimentos regionais, empreendimentos de menor porte, as economias locais e os arranjos locais (Ent48); a orientação para a desconcentração do desenvolvimento regional e a geração de empregos (Ent30 e Ent35).
<b>Tecnologia e Inovação</b>	O foco em tecnologia e inovação é lembrado por 11 entrevistados (21% do total). As principais ideias-chave citadas foram: i) a PI-RS apoia o desenvolvimento tecnológico e os setores intensivos em tecnologia e inovação (Ent1, Ent5, Ent8, Ent40 e Ent51); ii) a aposta feita na melhor estruturação dos parques tecnológicos (Ent3, Ent21 e Ent47); iii) apoiar um perfil mais inovador para nossos setores industriais, com tecnologias portadoras de futuro (Ent7 e Ent14); iv) o foco em inovação e novas competências e vocações econômicas (Ent21, Ent28, Ent30 e Ent32); v) a Integração Universidade-Empresa com a aproximação de empresas e instituições, via parques tecnológicos (Ent21); vi) o revigoramento das ações da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação (Ent45).
<b>Efetividade da Política Industrial</b>	A capacidade da PI-RS ser efetiva é citada positivamente por 11 entrevistados (21% do total). As principais ideias comentadas foram: i) o atendimento integral da demanda das firmas no âmbito da sala do investidor (Ent1); ii) a PI-RS identifica os principais instrumentos importantes ao desenvolvimento (Ent12); iii) o atendimento de demandas históricas das Cooperativas, dado que o setor das cooperativas era abandonado (por exemplo: o FUNDOPEM/INTEGRAR era inacessível para a utilização das Cooperativas) (Ent23); iv) o rebatimento da Política para programas e projetos (Ent47); v) a importância de se usar instrumentos já existentes, pois, não adianta fazer terra arrasada e começar do zero, mas melhorar a partir do que já existe (Ent50); a racionalização e definições claras (Ent33 e Ent48); a abrangência, a amplitude, a profundidade e a pluralidade de instrumentos da Política (Ent16). O Ent10 comenta que a PI-RS causou, também, uma qualificação da gestão pública, conforme seu raciocínio, “a formalização e a estruturação de um conjunto de metodologias que estão sendo colocadas em prática para a própria formulação e revisão dos programas setoriais; para a implantação dos projetos de APLs e de Extensão Produtiva; a própria sala do investidor e assim por diante. Isso tudo, para mim, é também um dos principais resultados positivos da Política

	Industrial do Estado”.
<b>Economia da Cooperação</b>	Os conceitos e programas coligados à Economia da Cooperação foram lembrados por dez entrevistados. É citado com destaque o Programa de Apoio aos APLs (por exemplo: Ent5, Ent9, Ent22, Ent29, Ent38 e Ent49) além das diversas ações do governo de estímulo ao cooperativismo gaúcho (por exemplo: Ent3 e Ent28).
<b>Estruturação do Sistema de Desenvolvimento</b>	Nove pessoas citaram como pontos positivos a estruturação do Sistema de Desenvolvimento do RS e seus principais órgãos, com destaque para a AGDI. O Ent3, servidor do Estado, comenta a esse respeito, “passei por vários governos e, no geral, nos últimos três governos a questão do desenvolvimento não era tratada de maneira tão importante e efetiva quanto agora”. As principais citações foram: i) o fato da criação ou reestruturação dos órgãos do SDRS (Ent21, Ent22, Ent34, Ent41, Ent45 e Ent46), sendo que, a respeito disso, o Ent25, empresário, comenta que “o fato de ter sido criada uma Agência (AGDI) e o Sistema de Desenvolvimento ajudou muito, o trânsito está muito fácil, as coisas estão acontecendo, o diálogo está fluindo de uma maneira muito boa”; ii) sobre a alta qualificação das pessoas do SDRS (Ent23 e Ent45). No que se refere a capacitação das pessoas ligadas ao Sistema de Desenvolvimento, o Ent45, Reitor, disse que “ter um empresário como Secretário do Desenvolvimento é a sinalização de que a experiência empresarial tem que ser levada em conta na definição das políticas públicas”.
<b>A própria existência da PI-RS</b>	A própria existência da PI-RS é citada como fator positivo por nove entrevistados (Por exemplo: Ent4, Ent10, Ent41 e Ent44). Sobre esse tema, o Ent6 comenta a importância do fato do “Governo Estadual fazer uma sinalização clara com a PI-RS, porque isso tem uma relevância absolutamente forte, se nós pensarmos que no governo Fernando Henrique Cardoso, o Ministro Malan chegou a afirmar que era proibido se falar em política industrial”. O Ent9 comenta que “nos últimos dois governos estaduais, sobretudo o que antecedeu a esse atual Governo, a própria ideia de se fazer uma política industrial ativa não passava no horizonte doutrinário daqueles governos. A ideia básica era simplesmente de que o controle dos gastos de custeio e a redução do déficit público poderiam ser meritórios por si só”.
<b>Financiamento à Produção</b>	Seis pessoas se posicionaram em relação ao tema do financiamento e crédito à produção. Sobre esse tema o Ent45 comenta que, “não existe política industrial sem financiamento”. São exemplos dos comentários: i) a organização de uma estrutura de financiamento para o desenvolvimento da base produtiva do estado (Ent5, Ent8, Ent26 e Ent35); ii) a importância dos bancos de fomento do Estado (Ent25 e Ent45).
<b>Infraestrutura e energia para o desenvolvimento</b>	Cinco pessoas citaram questões sobre infraestrutura e energia. São exemplos das principais ideias comentadas: i) o fato da PI-RS retomar a discussão sobre a infraestrutura para o desenvolvimento (Ent10); ii) o enfrentamento aos gargalos de qualificação e fornecimento de energia (Ent28); iii) a sinalização da construção de uma visão de futuro para identificar e remover os obstáculos (Ent41); iv) os investimentos públicos na tentativa de recuperar o tempo perdido na parte de infraestrutura (Ent31 e Ent51).
<b>Resultados diretos ou indiretos</b>	Cinco entrevistados citaram algum tipo de resultado direto ou indireto da PI-RS, conforme as suas percepções, como fatores positivos. As principais citações foram: o crescimento da atividade industrial consolidação da economia gaúcha, a consolidação do polo naval do Rio Grande e do polo industrial da região metropolitana de Porto Alegre (Ent2 e Ent39); a identificação de gargalos que, uma vez superados, poderão recolocar o RS no mapa do desenvolvimento industrial em igualdade de condições com outros estados do Brasil (Ent14); o desenvolvimento econômico e social do estado, o crescimento do PIB, a geração de emprego e renda, a diversificação da produção gaúcha e agregação de valor ao agronegócio (Ent17 e Ent31).
<b>Trabalho e renda</b>	A qualificação dos trabalhadores e a geração de empregos e renda foram citadas por quatro entrevistados. As principais percepções foram: o aumento da qualificação da mão de obra (Ent21); a redução da taxa de desemprego no RS e o aumento na renda média do trabalhador gaúcho, principalmente dos agricultores familiares (Ent31). O Ent28, sindicalista, afirma que “um dos principais resultados eu posso medir pela expansão do emprego, é um aspecto extraordinário”.

Fonte: Elaborado pelo autor.



Os entrevistados, em menor número, ainda indicaram aspectos e resultados positivos da PI-RS, citados por apenas uma ou duas pessoas, como por exemplo: i) a PI-RS cumpre um papel de monitoramento da dinamicidade dos setores (Ent2); ii) as medidas que foram efetivamente implantadas para dar mais produtividade e competitividade às empresas (Ent6 e Ent19); iii) pensar o Estado para daqui a uns anos e olhar para onde está caminhando a economia do Rio Grande do Sul e as necessidades sociais que daí decorrem (Ent4); a mudança do perfil econômico do RS, através de uma imagem nova para um estado que não é apenas produtor de commodities, e a mudança de matriz econômica em algumas regiões, como por exemplo, o Vale do Sinos (Ent7 e Ent47); a melhoria da visibilidade do Estado com suas características no cenário nacional e internacional (Ent20 e Ent45).

Com relação aos pontos que deveriam ou poderiam ser melhorados na PI-RS (questão 2-B9) as opiniões se apresentaram difusas, sem uma ou outra categoria que hegemonizasse a percepção dos participantes da pesquisa. Muitas das questões e sugestões postas transcendem o escopo de uma política industrial stricto sensu e envolvem outras esferas das políticas públicas, tais como, infraestrutura em geral, educação básica e segurança pública. Há, logicamente, uma repetição e mistura de questões já apontadas nos quadros 14 e 18 (gargalos ao desenvolvimento do RS e gargalos da infraestrutura do RS).

O objetivo da pesquisa, nesse ponto, foi coletar a opinião dos entrevistados, basicamente, com relação aos aspectos de estratégia, estrutura e processos da PI-RS, envolvendo seus instrumentos, ferramentas, políticas, programas e projetos.

O Quadro 20 apresenta uma compilação dos principais Pontos de Melhoria para a PI-RS citados pelos entrevistados, ordenados em nove categorias, que agregam os Pontos em ordem decrescente de citação. A coluna que contém os Pontos inclui, também, explicações sucintas sobre as categorias.

Quadro 20 - Pontos de Melhoria da Política Industrial do Rio Grande do Sul

Categorias	Pontos de Melhoria da Política Industrial do Rio Grande do Sul
<b>Infraestrutura</b>	Um grupo de entrevistados (9 pessoas, ou cerca de 17% do total de respondentes) fez emergir uma série de questões importantes com a intenção de contribuir para uma reflexão quanto à melhoria da PI-RS. Porém, são itens repetidos, tais como infraestrutura e logística (por exemplo: Ent17, Ent18, Ent22 e Ent39), que, de certa maneira, já haviam sido lembrados e aparecem nos Quadros 14 e 18 (gargalos ao desenvolvimento do RS e gargalos da infraestrutura do RS). A maioria deles são itens que ultrapassam as dimensões que uma política industrial deveria abarcar diretamente. O Ent20 e o Ent21 citam questões, tais como, segurança pública, saúde e boas escolas. Tudo isso vinculado, é claro, com a ideia de um melhor ambiente de negócios, que é um item importante na tomada de decisão sobre investimentos. Pois, é evidente a correlação das políticas industriais com as carências fundamentais do território no qual ela incide, principalmente no que toca ao desenvolvimento econômico, mas, não passa pela PI a solução de problemas estruturais amplos e históricos. Pode-se deduzir que estes depoimentos evocam a relação complementar existente entre distintas políticas públicas (conforme discutido no referencial teórico) e que, por exemplo, no que se refere ao tema desse trabalho, estariam enfeixadas no que se chama de política de desenvolvimento. Falando, em parte, a respeito disso o Ent9, um dos formuladores da PI-RS, afirma, “existem vários pontos de aprendizado que a execução da Política nos trouxe. Eu colocaria como um aspecto a ser melhorado, a articulação entre uma política agrícola e uma política industrial. Deve haver uma política agrícola, e ela deve estar integrada com a política industrial. O segundo aspecto de melhoria é que precisamos de um plano de infraestrutura para o desenvolvimento, pois, ter projetos singulares não significa ter um plano de infraestrutura para o desenvolvimento”. Já o Ent34 defende que é preciso ter uma visão mais ampla e sistêmica da questão de infraestrutura, indo além da questão dos distritos industriais, “eu sou a favor de estimular as áreas organizadas industrialmente, com uma infraestrutura básica de instalação, mas isso não é suficiente. A infraestrutura para o desenvolvimento está onde as riquezas circulam, elas circulam na hidrovia, na ferrovia, na rodovia”. O Ent34, também propugna que a estratégia de financiamento da infraestrutura se volte para as Parcerias Público-Privadas (PPPs).
<b>Transversalidade</b>	A transversalidade entre os diversos órgãos e programas do governo estadual foi citado por oito pessoas como um ponto de melhoria da PI-RS. A categoria se repete, pois foi citada também no Quadro 19, porém, aqui se trata de reforçar e ampliar, ou fazer com que haja uma transversalidade eficaz, na prática. Os principais aspectos, a serem alvo de melhorias, comentados foram: i) a necessidade de estabelecer ainda mais diálogo e integração, em geral, da área de desenvolvimento com outros setores do Governo e entre programas e projetos afins, para melhorar o atendimento das demandas do empresário para realização de investimentos (Ent7, Ent38, Ent44, Ent50); e 2) o aumento da integração entre o SDRS e setores específicos do Governo, por exemplo, com a Secretaria de Infraestrutura, Secretaria de Agricultura e Secretaria de Desenvolvimento Rural, visando a melhorar a coordenação e a governança da PI-RS (Ent10, Ent11 e Ent12). O Ent48 comenta o seguinte, “eu falei sobre a Sala do Investidor”, e vale também para a PI-RS, “a capacidade que a Política Industrial tem de permear todo o Governo, ela tem como qualidade a transversalidade, ou seja, se articula naturalmente dentro do Governo”, mas o desafio está em, “como isso se transforma em questões concretas, soluções e programas, aumentando a efetividade da Política”.
<b>Priorização e Foco</b>	A questão da PI-RS ter uma maior priorização e foco foi citado por sete pessoas como ponto de melhoria. Essa categoria se repete, pois já havia aparecido com o aspecto positivo mais citado no Quadro 19. Porém, agora o tema retorna como sugestão de melhoria, possivelmente indicando a intenção que haja um foco ainda maior em termos da priorização de setores a serem incentivados pela PI-RS, por exemplo. Essa posição está bastante ligada à visão ortodoxa da economia (conforme estudado no referencial teórico). Se bem que, nem todos os que aqui sugeriram foco como ponto de melhoria são pessoas tidas como liberais ou ortodoxas do ponto de vista da sua percepção da economia. Porém, muito mais pessoas entendem que o nível de focalização da PI-RS está ajustado o suficiente, conforme se verifica no quadro 18. O principal ponto citado foi a necessidade de enxugar, focalizar mais e atualizar os setores, com a alegação, por exemplo, de que não haverá dinheiro para fazer tudo o que se pretende (por exemplo, Ent6, Ent14, Ent40 e Ent45). Sobre esse tema o Ent16 observa que é preciso “manter a chama acesa, rodar a máquina. A ambição da Política Industrial é muito grande, ela é muito abrangente. Então, se não se tem braços para fazer tudo, é necessário cortar alguns penduricalhos, reposicionar os recursos humanos para sustentar aquelas ‘ações’ que são imprescindíveis e/ou estratégicas”. Por fim, o Ent32 comenta que é importante o “foco em três setores no máximo e, bater muito, no bom sentido, em cima deles, buscando, fazendo rodadas de negócios no interior,

	para ampliar tanto as empresas que já estão aqui, quanto a atração de investimentos estrangeiros”.
<b>Concertação</b>	O processo de concertação entre o governo e a sociedade foi citado por seis entrevistados como ponto de melhoria. As principais ideias-chave citadas foram: uma interação mais articulada do setor público com os setores industriais e com a própria sociedade (Ent1, Ent11 e Ent44); a utilização da Política da Firma ou da sistemática da Sala do Investidor para unir atores privados que tenham interesse em investir (Ent4). Sobre esse tema o Ent5 observa que, “o Estado e os setores industriais deveriam ter ações mais articuladas, mais bem combinadas. As vezes o Estado faz uma ação e a indústria não sustenta. Outras vezes a indústria reivindica um tipo de ação e o Estado não sustenta, há um descompasso de ações”. Por fim, o Ent15 reivindica que, “quando se fala em indústria, deveria haver uma parceria maior do Governo com o Sistema Indústria. Pois, quando vem uma indústria para o Rio Grande do Sul e alguém procura a Sala do Investidor, deveria ser convidada a FIERGS, para que seja enviado um técnico nosso para assistir a reunião para vermos até onde e com o que nós podemos ajudar, seja com o SENAI, com as escolas superiores, etc.”.
<b>Questões Estratégicas</b>	Algumas questões consideradas estratégicas foram citadas para a melhoria da PI-RS (seis pessoas emitiram opiniões). As principais ideias citadas foram: revisão e aperfeiçoamento constantes (Ent3); Flexibilidade e dinamicidade, ter atenção a novas potencialidades e novas emergências. (Ent2 e Ent27); avançar o grau de complexidade dos mecanismos que foram elaborados, para se sair de uma situação em que se tratam demandas para uma em que se proponham estratégias (Ent6); o alinhamento da política industrial com a matriz da educação do nosso estado (Ent47); o governo deveria promover uma política industrial horizontal. A Política Setorial está muito tentacular e deveria ser mais restrita, mais seletiva, com menos setores (Ent30).
<b>Tecnologia e Inovação</b>	A temática da tecnologia e inovação foi lembrada por seis entrevistados como ponto de melhoria da PI-RS. O Ent9 afirma que, na sua visão, um “ponto de melhoria diz respeito à política de inovação. Porque, na Política Industrial os temas da inovação estão dispersos em diversos programas, tais como, o de Polos Tecnológicos e o Projeto Extensão Produtiva e Inovação. Mas isso não configura uma política global de inovação da indústria”. As principais ideias citadas foram: i) a importância de uma integração maior no processo de desenvolvimento com as fontes de produção tecnológica e científica, no caso, as universidades (Ent8); melhoria e reforço no incentivo a inovação e tecnologia (Ent37 e Ent46); simplificação do Programa Pro-Inovação (Ent34). O Ent10 resume a categoria refletindo sobre “como que nós fazemos uma inserção mais forte, via Política Industrial, para alcançar os tecidos e as cadeias produtivas com a inovação, pois, nós vimos em vários setores que ainda não há um amadurecimento para que a questão da inovação seja um driver de competitividade mais forte. Isso se apresentou mais fortemente na economia tradicional do Estado. Essa é uma grande preocupação porque, se a nossa economia tradicional não conseguir imprimir um ritmo muito forte de incorporar a dinâmica de desenvolvimento tecnológico ela vai perder competitividade”.
<b>Gestão Pública</b>	Algumas questões ligadas à gestão Pública em geral foram citadas para a melhoria da PI-RS (quatro pessoas emitiram opiniões). Os pontos citados foram, a alta carga tributária e a “burocracia” (Ent26 e Ent35); a importância da medição de resultados, da avaliação e do monitoramento (Ent41 e Ent43). O Ent41 comenta que é “preciso medir resultados e a partir dessa mensuração dos resultados fazer as necessárias correções de rota e deixar claro que os incentivos têm que estar vinculados ao desempenho das empresas. Isso é extremamente difícil, é fácil falar aqui na sala da faculdade, mas difícil de fazer ‘na prática’. Medir, medir e medir; avaliar permanentemente os resultados e aperfeiçoar no que se refere a condicionar os incentivos a resultados efetivos por parte das empresas”. Já o Ent43 conclui que é importante “criar mecanismos eficientes de avaliação, de monitoramento, inclusive verificar se os agentes econômicos estão conhecendo os instrumentos. Para aquelas políticas que são de priorização setorial verificar diretamente com os agentes dos setores beneficiados, Para aquelas ações que são mais sistêmicas fazer uma pesquisa por amostragem com vários setores, com a intenção de verificar se conhecem, por exemplo, o FUNDOPEM, os projetos de infraestrutura, as linhas de financiamento, etc.”.
<b>Financiamento à Produção</b>	A temática do financiamento à produção foi lembrada por quatro entrevistados como ponto de melhoria da PI-RS. O Ent9 afirma que, na sua visão, “definitivamente precisamos de uma política que articule as três instituições financeiras públicas do RS, fazendo com que elas ofereçam modalidades de financiamento ao desenvolvimento industrial e não tenham atuações individualizadas”. Esse aspecto é reforçado pela opinião do Ent46 que defende uma “atuação colaborativa e cooperativa dos bancos do sistema financeiro estadual, pois, não pode continuar como está”. Outro ponto citado foi: a necessidade de simplificação e celeridade da liberação de financiamentos para investimentos pelos bancos de fomento do Estado (Ent8 e Ent38).

<b>Ajustes nos Programas Setoriais</b>	Quatro entrevistados se referiram a questões bastante específicas com relação aos Programas Setoriais (Eixo I da PI-RS). O Ent4 fala a esse respeito: “precisaríamos verificar os critérios de seleção e graduação dos setores e induzir o setor privado a pensar um pouco mais nas ações que são exclusivamente privadas e não necessariamente públicas”. Outros pontos observados foram: a necessidade de uma melhor classificação e revisão de alguns setores (Ent33); superar a divisão entre economia tradicional e nova economia (Ent50); os coordenadores executivos dos programas setoriais devem ser os gestores diretos das ações voltadas aos setores (Ent38).
--	---

Fonte: Elaborado pelo autor.

Os entrevistados, em menor número, indicaram pontos passíveis de melhoria para a PI-RS, citados por até três pessoas, como por exemplo: i) melhorar a comunicação e divulgação da PI (Ent23, Ent31 e Ent48); ii) alívio na carga tributária e incentivos fiscais mais voltados para as pequenas empresas (por exemplo: Ent17, Ent22, Ent24); iii) melhorias em programas e projetos da PI-RS, tais como, PROEDI e Programa de Irrigação para a agricultura (Ent3 e Ent34); iv) ampliar e dar ainda mais importância à Sala do Investidor, numa situação onde o próprio Governador poderia estar mais à frente dos projetos de desenvolvimento industrial (Ent5 e Ent46); v) investimento cada vez maior na qualificação da mão de obra e dos postos de trabalho que venham a ser criados (Ent36 e Ent39); vi) ampliação do orçamento para a política industrial (Ent6); agilização dos licenciamentos ambientais (Ent8).

Acerca dos pontos de melhoria, com base numa visão global da PI-RS o Ent42 argumenta que, “a Política Industrial do Rio Grande do Sul tem a obrigação, na minha opinião, de olhar a questão territorial, ou seja, olhar para as regiões menos industrializadas, mas com potencial industrial. Criar planos estratégicos de desenvolvimento industrial local. É necessário que o Governo olhe o mapa do Rio Grande do Sul e distribua esse desenvolvimento de uma forma mais harmônica para regiões onde nada está acontecendo”. Ainda, com base numa visão abrangente e sistêmica da PI-RS, o Ent42 trata do tema das lacunas observadas no que concerne aos aspectos ligados ao desenvolvimento regional e local. Neste sentido, o Ent42 parte da noção de que torna-se necessário o Governo observar “o mapa do Rio Grande do Sul e distribuir o desenvolvimento de forma mais harmônica para as regiões onde nada está acontecendo” e que para isto a “a Política Industrial do Rio Grande do Sul (PI-RS) tem a obrigação, de olhar a questão territorial, ou seja, olhar para as regiões menos industrializadas, mas com potencial industrial”. Neste contexto o entrevistado propõe enquanto ponto de melhoria a elaboração de “planos estratégicos de desenvolvimento industrial local”. Esta parece ser uma crítica relevante na medida em que o conceito de se trabalhar com um enfoque de desenvolvimento industrial local tem mostrado bons resultados com base nos indicadores de algumas regiões do Estado do RS, como é o caso concreto da política pública de desenvolvimento industrial capitaneada pela Secretaria de Desenvolvimento da cidade de Passo Fundo.

Como síntese desta secção é cabível uma análise combinada dos Quadros 19 e 20, valores positivos *versus* sugestões de melhoria para a PI-RS. Pois, é notável que, basicamente, os principais pontos considerados positivos na PI-RS, são os mesmos apresentados como pontos a serem melhorados, com exceção da questão da infraestrutura, que só aparece como

ponto de melhoria. Por exemplo, comparando-se os cinco primeiros pontos positivos, com os cinco primeiros pontos de melhoria, aparecem repetidos: Foco, Transversalidade e Concertação. Além desses ainda se repetem outros pontos menos citados. O autor do trabalho descobre duas explicações para esta situação. A primeira, de aspecto geral, explica que as pessoas indicaram o mesmo ponto como valor positivo e como item para a melhoria. Transversalidade e Concertação, por exemplo, podem ser considerados pontos altos no processo de implantação da PI-RS. Mas, ao mesmo tempo, podem ser vistos como insuficientes e passíveis de serem melhorados ainda mais. Em segundo lugar, as repetições são explicadas pelas diferenças de posicionamento acadêmico/intelectual entre os entrevistados, conforme descrito na categoria “Priorização e Foco”, no Quadro 19. Mais uma vez se confirma e se reproduz o debate econômico apresentado no referencial teórico.

## 5.8 ANÁLISE DA COMUNICAÇÃO DA PI-RS

A pesquisa buscou saber a opinião dos entrevistados quanto à adequação e suficiência da comunicação/divulgação do Governo do Estado do RS em relação a PI-RS (questão 3-B9). Treze entrevistados (25%) consideraram que a comunicação e divulgação da PI-RS é suficiente e adequada. Entre os principais argumentos que sustentam essa percepção pode-se destacar o Ent21 que acha que “está bem divulgado, estamos sempre recebendo e-mail da AGDI convidando para eventos”. O Ent34 postula que “sim, existe um conhecimento, só que é muito mais como manchete do que como notícia, é preciso aprofundar a notícia”. Já o Ent40 disse que sim, foi muito bem divulgada, na época do lançamento teve uma grande publicidade e foi elaborado um book. Ainda, o Ent51 busca resumir a questão dizendo que “eu acredito que sim. Tem um relatório, um book bem interessante, amplo, com a história do investimento, com documentos muito bem feitos. Um ponto interessante é que está tendo um alinhamento grande da ação do Governo do Estado com a FIERGS”. Importante destacar aqui a percepção da importância de haver uma boa relação entre o Governo do Estado e a Federação das Indústrias do RS para que, não só as ações de desenvolvimento industrial possam ser efetivas, bem como, a própria comunicação da PI-RS.

Consideraram que a comunicação e divulgação da PI-RS é não adequada e insuficiente 34 pessoas (66% do total de entrevistados). Entre os principais argumentos que sustentam a percepção de inadequação e/ou insuficiência da PI-RS aparecem os seguintes: i) “não está adequada, há a necessidade de uma comunicação interna, pois, não existe uma compreensão de todos os entes e atores governamentais a respeito da Política” (Ent4); ii) “falta alguma

coisa ainda para atingir a todos, nós temos aqui na receita estadual um contato permanente com os empresários e com os contadores, muitas vezes os contadores que orientam os empresários, a receita envia mala direta para esse pessoal todo” (Ent3); iii) “está razoável, mas não é ainda suficiente” (Ent8); iv) “nós não temos tido sucesso na divulgação e na comunicação, porque afinal de contas a PI-RS foi lançada desde março de 2012, e ainda encontramos lideranças de municípios importantes que não tem conhecimento pleno do que estamos fazendo” (Ent10); v) “Na parte que tenho maior interesse, reconheço que a comunicação ainda é falha” (Ent14); vi) “o volume de informações sobre a Política Industrial é muito grande e fica difícil abarcar todas as ações” (Ent29); vii) “a comunicação, sem dúvida, é um ponto que precisa ser melhorado principalmente para atração de empresas de fora do RS” (Ent18); viii) “externamente ainda falta comunicação, mas acho que internamente está mais deficiente” (Ent46); “os governos municipais tem pouco conhecimento da Política Industrial, ela poderia ser mais divulgada as prefeituras” (Ent42); “o Governo tem o costume de divulgar quando lança os programas e depois não se fala mais do assunto” (Ent35). O Ent31, especialista em comunicação, propõe uma reflexão crítica ampla em relação ao tema da comunicação postulando que, o problema não deveria ser visualizado e projetado de forma isolada na medida em que: “a comunicação de um modo geral, dos governos do Rio Grande do Sul, não é adequada. Ela é insuficiente, mas não é pelo aspecto de comprar mais ou menos espaços na TV, nas rádios ou em jornais. O problema é na própria comunicação, que é pouco integrada. A comunicação de uma secretaria importante como a SDPI, não pode ser diferente da Secretaria do Planejamento, tem que haver uma integração melhor. Eu acho que a comunicação dos governos, de um modo geral, é muito descentralizada e isso dificulta o entendimento da sociedade, tanto para questões que podem ser positivas, quanto negativas e que necessitam de melhorias, porque governo perfeito não existe. A busca da perfeição é constante”.

Ainda sobre a comunicação a pesquisa questionou os entrevistados sobre o que poderia ser feito para melhorar a comunicação/divulgação da PI-RS (questão 4-B9). A seguir se apresenta uma compilação das sugestões dos entrevistados para a melhoria da parte de comunicação da PI-RS: i) a melhor divulgação é uma boa e eficaz execução da PI-RS (Ent20); ii) o Ent 2 sugere a necessidade de divulgação da PI-RS diretamente nos grandes sindicatos da indústria, não confiando apenas em divulgação na internet”; iii) várias sugestões são articuladas ao redor da noção de que é necessário descentralizar e fazer uma divulgação mais dirigida, em parceria com os sindicatos, as CICs, as prefeituras, APLs, universidades e instituições de ensino (por exemplo: Ent7, Ent19, Ent22; Ent28, Ent36 e Ent42); iv) ter uma

ação mais potente, no sentido de conseguir efetivamente fazer um release sobre todos os temas que estão sendo desenvolvidos e distribuir isso na mídia (Ent6); v) outro conjunto de proposições sugere que é necessário produzir uma ofensiva informativa direcionada para os nichos de interesse no desenvolvimento da política industrial, realizar eventos específicos como palestras, seminários, reuniões focadas, oficinas de trabalho e informação pública através da mídia (por exemplo: Ent8, Ent14, Ent23 e Ent27); vi) o Ent11 sugere ampliar o debate econômico com a sociedade, visando criar mais espaços, mais canais e a ampliação do debate da Política Industrial visando gerar uma cultura de discussão na sociedade em relação ao tema; vii) divulgar por meio da TVE e órgãos de comunicação do governo, criar jornais, folhetos e informativos específicos direcionados para cada setor da PI-RS (Ent17 e Ent47); ix) manter um balcão da PI-RS na FIERGS, realizar rodadas de negócios, realizar missões regionais e internacionais, divulgar através das embaixadas e consulados (Ent18); x) realizar visita aos empresários, visando buscar um diálogo e aproximação direta com as firmas (Ent24 e Ent26); xi) realizar encontros e fóruns regionais de divulgação, apreciação e avaliação dos resultados da Política, divulgação nas redes sociais, criação e distribuição de revista eletrônica trimestral sobre as políticas e os resultados (Ent29, Ent31, Ent33).

As sugestões supracitadas parecem sugerir uma necessidade de repensar as estratégias e táticas da comunicação da PI-RS dado que os entrevistados sugerem um significativo número de proposições para o aprimoramento da mesma. De forma geral, parece possível afirmar que torna-se necessário uma maior difusão da PI-RS tendo como foco a ideia de que as informações cheguem o mais diretamente possível nos “nichos” dos principais envolvidos, que são os empresários interessados na realização de investimentos e de outras formas de apoio aos seus empreendimentos (por exemplo: apoio a gestão, internacionalização de atividades, etc.). Para isso, nas sugestões de melhorias realizadas tende-se a observar a necessidade de aproximação específica com dois tipos de agentes, a saber: i) os diversos tipos de associação dos empresários (FIERGS, ACIs, etc.); ii) as prefeituras municipais através dos órgãos interessados no tema (por exemplo: as Secretarias de Desenvolvimento Municipais e afins). Neste sentido o Ent10 comenta que é preciso abarcar um leque de possibilidades e alternativas visando a uma melhor divulgação da PI-RS, postulando que: “nós temos que dar continuidade, e até estruturar melhor, as visitas ao interior do Estado, as reuniões com a comunidade empresarial e com os governos municipais, especialmente com quem está ligado ao desenvolvimento. Deveríamos também fazer alguns eventos aqui em Porto Alegre, trazendo esse pessoal todo para cá, para fazer a divulgação em alguns eventos maiores aqui”. O Ent10 também explicita quais são os agentes do Governo que podem contribuir



decisivamente nesta tarefa, colocando a necessidade de “aproveitar as pessoas que estão a campo colocando nossos programas e projetos em prática, como por exemplo, arranjos produtivos locais e extensão produtiva, para que façam a divulgação da Política Industrial e seus instrumentos. Isso vale também para o pessoal do BANRISUL, BRDE e BADESUL”.

Porém, outro enfoque de pensar o problema da comunicação está diretamente associado com a temática da relação com a mídia. O Ent48, jornalista, comenta com propriedade sobre o que poderia ser feito, afirmando que: “o primeiro ponto é um investimento em mídia tradicional. Isso não resolve todos os problemas de comunicação, mas sem verbas para investimento em mídia tradicional não se consegue atingir um determinado tipo de público e um determinado tipo de objetivo, que é a massificação do conhecimento sobre algo que se quer divulgar”. De outra parte, o Ent48 trata do aspecto da necessidade de complementar as ações na mídia tradicional ressaltando a necessidade de “continuar investindo em mídias alternativas e em redes sociais”, visando “intensificar, melhorar este tipo de ação que a gente chama de novas mídias”. Finalmente, o Ent40 refere-se a outro aspecto da questão da comunicação falando que é necessário que o Estado do Rio Grande do Sul construa progressivamente uma “política de relações públicas, tecnicamente falando, mais agressiva, mais refletida e profissional, para conseguir participar mais de alguns fóruns”. Cita como exemplo a ser seguido “o Programa de Feiras Internacionais está dentro desse universo de internacionalização e, de alguma forma, faz com que o Rio Grande do Sul esteja presente, aumente a sua exposição, mas isso ainda precisa ser aprimorado”.

Por fim, e não menos importante, o Ent30, jornalista e diretor de redação, profere uma reflexão crítica relevante e genérica a respeito do papel da comunicação nos governos, dado que segundo o seu ponto de vista: “a área da comunicação deveria fazer um papel de “advogado do diabo”, deveria ser questionadora, antes de ser divulgadora”. Neste sentido, “deveria questionar mais fortemente a implementação e o impacto real dos programas, que no papel são muito meritórios, mas que na implementação tem problemas”. Sendo assim, se tornaria necessário modificar a visão da área de comunicação que, no geral, é visualizada tendo como papel central a atividade de divulgação. Sob o prisma do raciocínio do Ent30 o papel da comunicação deveria mudar, se tornando processualmente um meio de ativar as relações do governo com a sociedade. Neste novo contexto proposto, a ideia central consiste em proporcionar feedback ao governo da forma com a sociedade está percebendo os temas em cena, como por exemplo, “olha, isto aqui está sendo visto no setor do arroz como um factóide”, e questionar os técnicos. Ou então, “isso aqui está sendo visto como um belo programa, mas que não está sendo aplicado, porque na última milha, lá na implementação está

havendo problema de articulação dos setores, e desafiar o governo”. Em termos metafóricos o papel da comunicação seria “preparar o governo para a sabatina da sociedade”. A partir deste aumento significativo das relações com os principais usuários das políticas públicas seria possível “perceber que existem elementos suficientemente sólidos para divulgar, daí sim deve divulgar”. Esta estratégia seria significativamente distinta da atualmente adotada na medida em que é possível notar hoje “um excesso de peças de divulgação, praticamente uma compulsão por divulgar. Um excesso de divulgação, em que as redações, eu dirijo uma redação, recebem dezenas de releases por dia, onde tudo é importante”. Aqui é importante notar uma deficiência na estratégia de comunicação dos governos na medida em que “se o governo divulga dez fatos importantes por dia, ao final de um mês serão 300 fatos importantes. Nenhum governo consegue gerar dez fatos importantes por dia. Feliz é o governo que consegue gerar um fato importante, digamos no agronegócio, por mês, já está bom. Se for um fato importante por quinzena, muito bom. Se for um fato importante por semana, excepcional. Agora, um fato importante a cada dia, dois dias ou três dias, está na cara que o governo está divulgando muito. Governos que divulgam muito, geralmente, inexoravelmente são governos que fazem pouco e estão compensando uma certa falta, uma certa inefetividade, com a geração de fatos ou factoides”. Onexo causal da proposição do Ent30 é que para que exista boa comunicação o ponto central é que o conteúdo a ser apresentado de fato seja convincente e consonante com a eficácia das ações no âmbito da sociedade. Assim, “se o conteúdo não é bom o bastante, a comunicação fica artificial, postiça. Então, colocar ênfase em comunicação está errado, é preciso colocar ênfase no conteúdo, na definição do que se vai fazer, na governança do governo, na articulação das áreas, no gerenciamento dos projetos e programas, no comprometimento com metas, tudo isso sendo bem azeitado, faz com que a comunicação tenha seu papel facilitado”. A partir das reflexões do Ent30 parece relevante realizar uma análise crítica da atual PI-RS no sentido de verificar quais programas e projetos são mais essenciais, eficazes e importantes para a sociedade, no intuito de divulgar com maior ênfase estes elementos para o conjunto dos demandantes dessas políticas públicas, bem como enfatizar os principais resultados da PI-RS para o conjunto da população do Estado do RS.

## 5.9 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Esta seção apresenta uma breve apreciação global dos resultados da pesquisa. A análise crítica foi sendo realizada processualmente nas seções anteriores deste capítulo.

Agora cabe uma reflexão mais sistêmica objetivando dar um fechamento no capítulo, antes da apresentação das ideias para a remodelagem da PI-RS e das considerações finais.

De maneira geral, os dados empíricos tendem a corroborar as discussões observadas e propostas na construção do referencial teórico, sendo possível de se observar consideráveis consensos e alguns dissensos relevantes. A principal constatação da pesquisa é a ampla aceitação da Política Industrial, de maneira geral, e das Políticas de Desenvolvimento Industrial Estadual, em particular. Isto porque a pesquisa tende a revelar, por meio dos dados qualitativos e quantitativos, um apoio quase unanimidade à implantação e à operacionalização da PI-RS. As nuances de posicionamento entre os entrevistados refletem *pari passu* as diferenças entre as visões ortodoxas e heterodoxas apresentadas no referencial teórico. Basicamente o centro da divergência é a questão do foco, ou seja, quantos e quais setores devem ser priorizados, por serem considerados mais estratégicos, para receber o apoio governamental.

No geral a PI-RS é bem avaliada, tendo iniciativas fortemente apoiadas, tais como, a Sala do Investidor, o Novo FUNDOPEM e o Projeto de Fortalecimento de APLs. Também foi reconhecida a capacidade de coordenação, por meio da PI-RS, em propiciar um ambiente de colaboração estratégica entre Governo, empresas e entidades do setor privado, conforme descrito no referencial teórico (SUSIGAN; FURTADO, 2006). Existe, adicionalmente, uma percepção de que foi possível estabelecer um determinado patamar de coordenação, que serviu de base para ampliar a convergência entre os setores público e privado. O ponto aqui está associado com a percepção dos entrevistados segundo a qual PI-RS, por intermédio do Sistema de Desenvolvimento, coordenou ações estratégicas de governo e de empresas, identificando problemas, apontando soluções, induzindo mudanças tecnológicas, sempre no intuito de gerar vantagens competitivas relevantes para as empresas. Sob uma visão crítica, observa-se uma menção recorrente à necessidade de tratar os temas associados com tecnologia e inovação, de maneira mais aprofundada e direta no âmbito da PI-RS. Trata-se da necessidade de desenvolver, de modo evolucionário, a ótica da competência para inovar como fulcro central da participação do Estado na vida econômica. Esta percepção é, portanto, compatível com os autores que tratam do tema (CHANG, 2004; 2009; PORTER, 1992; 1993; 2008).

O Balanço Executivo da PI-RS (2014) relata que, desde seus primeiros meses, sob coordenação da nova Secretaria de Desenvolvimento e Promoção do Investimento (SDPI), a Política Industrial gaúcha orientou suas iniciativas com o intuito de modificar as taxas de crescimento visando: i) aumentar a participação do Rio Grande no PIB brasileiro; ii) fomentar

o adensamento de cadeias produtivas no território do Estado, com ênfase no fortalecimento de grupos empresariais e do sistema cooperativista gaúchos; e iii) promover investimentos em regiões de menor renda relativa. Neste sentido a PI-RS tratou de temas/tópicos polêmicos e centrais no processo de desenvolvimento industrial do Estado do RS, como foi o caso do posicionamento em relação ao tema da chamada “guerra fiscal”. O Ent5, Secretário de Estado, afirmou que a PI-RS tomou um claro posicionamento em relação ao tema, dado que, na sua percepção, é “importante termos a capacidade de alterar a questão da guerra fiscal nacionalmente”, pois que, este se constitui em um elemento essencial para a política de desenvolvimento das diferentes unidades da federação. A título de exemplificação, o Ent5 diz que, “a guerra fiscal nos retira parque industrial, pois, nós não temos “alíquota zero” em ICMS. Eu conheço a Política de Santa Catarina. Não existe um parque industrial calçadista em Santa Catarina. Vou dar um exemplo: é muito fácil o Governador de Santa Catarina (um Estado que tem duas ou três empresas de calçados, mas sem relevância enquanto a indústria como um todo) falar que paga 70% da infraestrutura para quem levar a sua empresa para SC, pois, o efeito é zero no orçamento da receita do Estado de SC”. Neste sentido, segundo o entrevistado trata-se de “uma guerra fiscal injusta porque na verdade é uma mobilidade dentro do território nacional, que gera uma falsa impressão de crescimento”. Isto porque o que ocorre é um mero ‘deslocamento’ “de uma indústria de um lugar a outro no território nacional”. Portanto, a visão adotada no âmbito da PI-RS é que, muito embora seja essencial superar a ‘guerra fiscal’, existente na prática do país, via uma ampla modificação na política nacional de desenvolvimento industrial, o Estado do RS modificou processualmente sua posição em relação ao tema dado que o aspecto fiscal é um dos critérios relevantes para a qualificação e a efetivação dos investimentos nos diferentes Estados da Federação. O Ent2, funcionário da Secretaria da Fazenda, sugere que a partir da constituição da PI-RS foi possível atuar no sentido de neutralizar os efeitos da guerra fiscal, na medida em que o RS vinha “perdendo progressivamente essa ‘guerra’, num processo de perda gradativa da nossa atividade industrial, em função de não ter uma ação contundente” no aspecto tributário. O Ent2 explicita que o “no Rio Grande do Sul, principalmente na Secretaria da Fazenda, sempre se teve uma conduta ética, muito purista, de não entrar na ‘guerra’. Porém, nós podemos ser contra a guerra fiscal, porque ela é ‘onerosa’, mas não vamos erguer bandeira branca, temos que agir”. No que tange aos elementos concretos da PI-RS o Ent2 comenta que, “nós mexemos no FUNDOPEM, e isso neutralizou a saída das empresas”. O ponto central da questão estava associado a retirada de empresas do RS, dado que elas “estavam desistindo do RS” e quando houveram as tratativas para realizar modificações no sentido do Novo

FUNDOPEM “ficaram em compasso de espera, cinco, seis meses e não se decidiam”. Porém, quando o Novo FUNDOPEM entrou em funcionamento “aquele grupo de empresas estava na indecisão disse: ‘vamos ficar’”. O Ent2 deixa claro que outras ações foram tomadas, para além do Novo FUNDOPEM, afirmando que foram feitas “muitas outras mudanças tributárias”, sendo que embora muitas delas estejam “previstas na PI-RS” outras foram acrescentadas na medida em que, dinamicamente, “outras demandas foram aparecendo e nós sempre fomos muito agressivos na resposta”. Exemplifica dizendo que “se o Estado do Rio de Janeiro concedeu tal benefício, nós concedemos mais, viramos o jogo”. A título de síntese, sob o prisma prático e objetivo, o Ent2 refere-se ao fato de que o aumento de arrecadação do Estado do RS está muito vinculado a esta modificação de atitude do Governo. Cita que o atual Secretário da Fazenda do RS “mudou de discurso”, dado que “no início desse governo, quando lhe perguntavam ‘Porque está aumentando a arrecadação?’, a resposta era ‘porque nós melhoramos o sistema de gestão, estamos combatendo a fraude e aumentando a tecnologia’. Agora, o discurso se modificou substancialmente na medida em que ele diz que ‘é porque nós estamos aquecendo a economia, nós neutralizamos a guerra fiscal, nós aumentamos a competitividade das empresas’” que atuam no RS. Adicionalmente, é possível reforçar os pontos colocados acima, na medida em que ocorreram, também, mudanças significativas na estrutura de coordenação entre as ações conjuntas realizadas entre as Secretarias da Fazenda e do Desenvolvimento com base numa articulação entre dois mecanismos de gestão: a Sala do Investidor (concertação entre o aparato público e as empresas privadas) e o desdobramento transversal dos temas fiscais/tributários de forma interna ao Governo por meio da constituição do Grupo Executivo (GEx). Observou-se, neste sentido, o projeto de um novo sistema de coordenação visando agilizar e tornar consensual os tópicos ligados aos investimentos privados e que necessitam de decisão conjunta entre as Secretaria da Fazenda e do Desenvolvimento.

No capítulo 6, levando em consideração a necessidade da evolução e do desdobramento da PI-RS para o futuro, são apresentadas algumas sugestões, no campo das políticas públicas, no sentido da sugestão de melhorias visando a renovação da Política Industrial do Rio Grande do Sul.

## 6 PROPOSIÇÕES PARA A REMODELAGEM DA PI-RS

Neste capítulo serão apresentadas sugestões visando a um conjunto de proposições para uma eventual remodelagem da PI-RS. A construção do capítulo será realizada tendo como base: i) referencial teórico proposto (Capítulo 2); ii) a exposição sintética do Sistema de Desenvolvimento do Estado do RS e da Política Industrial do RS, em particular dos cinco Eixos que constituem a mesma (Capítulo 3); iii) a análise do caso da PI-RS realizada tendo como embasamento os elementos empíricos extraídos das entrevistas semiestruturadas (Capítulo 5); iv) as percepções do autor deste trabalho; e v) dados e proposições resultantes de uma série de debates sobre a PI-RS realizados com a participação de acadêmicos, intelectuais e pessoas ligadas ao Governo do Estado, entre agosto e novembro de 2013, em Porto Alegre/RS.

Com relação a este último item citado, cumpre explicar que foram realizadas reuniões para debater os rumos da PI-RS e suas perspectivas de futuro. As reuniões foram conduzidas pelo Professor e Economista Carlos Henrique Horn, Diretor do BRDE e pelo Professor e Engenheiro José Antônio Valle Antunes Jr., orientador dessa dissertação. Participaram das reuniões, em torno de 16 especialistas, das áreas da economia, engenharia e administração, entre outras. O autor deste trabalho teve a honra de participar das reuniões, nas quais pode coligir informações e proposições relevantes para uma possível reformulação da PI-RS. Devidamente autorizado pelos organizadores dos debates, o autor utilizará parte dos resultados dos debates para incrementar a proposta de remodelagem aqui apresentada.

Será adotada a expressão PI-RS2, para significar uma segunda fase da implantação da PI-RS, pois, no entendimento do autor, não se trata de uma nova política industrial e sim, de um processo de melhoria, ajuste e aprofundamento a partir do acúmulo de experiências já vivenciadas, mas mantendo os pressupostos iniciais da PI-RS como centrais.

O ponto de partida da remodelagem é a própria experiência da execução da PI-RS, no período 2012-2014. A intenção é que o avanço se dê baseado na PI-RS, reafirmando seus acertos, enfrentando os desafios, aproveitando a retroalimentação vinda dos diversos grupos de atores envolvidos no processo e indicando novas linhas de ação.

Como base da proposição de remodelagem serão utilizados alguns pressupostos gerais, a saber:

Conceitualmente, o tema da Política Industrial (PI) é um tema controverso, envolvendo posições muitas vezes antagônicas no campo das ciências econômicas, das percepções sobre o papel do Estado e o do Mercado, conforme estudado no Capítulo 2. O

estudo empírico realizado no Capítulo 5 deste trabalho corrobora esta variedade de posições em relação ao tema da exequibilidade ou não da utilização de políticas industriais ativas.

- Partindo da base empírica do trabalho e das posições do próprio autor assume-se aqui o pressuposto de que o Estado tem um papel central na eficácia da Política Industrial (PI) seja por meio da promoção de tecnologia e inovação e da melhoria das diferentes indústrias (LIN; CHANG, 2009; PORTER, 1993, 2008) ou da ótica desenvolvimentista originalmente defendida por Friederich List de apoio e proteção à indústria nascente (CHANG, 2004, 2009).
- A base empírica do trabalho e a descrição de três casos internacionais (Capítulo 2), apontam no sentido da viabilidade de se realizar, instituir, estruturar, conceber e operacionalizar uma política industrial regional, dentro dos limites da institucionalidade federativa. Portanto, parte-se do pressuposto da possibilidade de remodelagem da PI-RS atualmente em curso.
- O pressuposto da PI-RS2 é, portanto, atuar no espaço institucional próprio do Estado-membro da Federação. Isto implica em, quando necessário, buscar as devidas articulações permanentes com o Governo Federal e, de outra parte, gerar políticas próprias e autônomas, quando isto se mostrar institucionalmente possível.

## 6.1 PI-RS2: NOVOS ELEMENTOS

Esta seção trata dos aspectos, gerais e específicos, de Estratégia, Estrutura e Conteúdo propostos para a PI-RS2.

### 6.1.1 Estratégia, Estrutura e Conteúdo propostos para a PI-RS2

Tendo como base o referencial teórico, a descrição e análise crítica da PI-RS, é possível tecer algumas considerações gerais no intuito de estabelecer a PI-RS2. A seguir trata-se das principais reflexões propostas.

À luz dos temas tratados ao longo do presente trabalho fica claro que a Política Industrial, no contexto geral da Política de Desenvolvimento, é fundamental para o Estado do RS. O essencial é perceber que a eficácia da implantação da Política Industrial é central, na medida em que existe uma inter-relação entre o crescimento do setor industrial e o

crescimento da economia como um todo. Ainda, as inovações que ocorrem no setor industrial, especialmente a partir dos bens de capital, tendem a afetar o conjunto da economia e, em particular, os segmentos da agricultura (por exemplo: agricultura de precisão) e dos serviços. Neste sentido, a manutenção desta lógica estratégica no Estado do RS parece um elemento a ser perseguido, no sentido de tornar a PI-RS uma política de Estado e não uma mera política de governo, como explicitado por vários dos entrevistados (por exemplo: Ent4, Ent10, Ent37 e Ent41). Neste sentido, algumas propostas estruturais são sugeridas no âmbito da PI-RS2.

De outra parte, algumas significativas críticas dos entrevistados em relação a PI-RS (capítulo 5) estão dirigidas à implantação e/ou à eficácia de suas políticas correlatas, a saber: i) infraestrutura para o desenvolvimento industrial (energia, estradas, portos e hidrovias, comunicação, áreas e distritos industriais, etc.); ii) temas ambientais; iii) aspectos ligados com a inovação e tecnologia; iv) formação e qualificação de Recursos Humanos; v) inter-relação com a política agrícola. Particularmente, pode-se perceber uma priorização das questões a serem equacionadas em relação as questões ambientais e de infraestrutura.

Neste sentido, uma mudança significativa de estratégia parece conveniente no sentido de tratar da política industrial em duas instâncias distintas. A primeira voltada ao tema do desenvolvimento econômico como um todo, na qual a Política Industrial está inserida. A segunda focada nas políticas correlatas/conexas à Política Industrial.

No primeiro caso, em função de sua relevância estratégica, a sugestão é a instituição e implantação de um Conselho de Desenvolvimento Econômico (ou alguma nomenclatura alternativa mais conveniente), com uma estrutura de governança sob a coordenação do Governador do Estado e composto por todos os Secretários de Estado associados ao tema, tendo por objetivos precípuos: i) tratar especificamente das finanças do Estado, neste caso com o assessoramento direto da Secretaria da Fazenda; ii) propor e garantir a execução efetiva das Políticas Industrial e de Inovação; Agrícola; de Infraestrutura e Energia; e Política Ambiental (e demais políticas consideradas relevantes).

Já em relação ao segundo ponto a ideia é a instituição de um Conselho da Política Industrial do Rio Grande do Sul, coordenado pelo Secretário da SDPI. Este Conselho seria construído com a participação dos Secretários envolvidos diretamente com as políticas correlatas e, como sugerem os entrevistados, com uma participação efetiva da sociedade civil - representantes institucionais da iniciativa privada (FIERGS, ACIs das principais cidades do RS, etc.), pessoas escolhidas diretamente da indústria, representantes dos trabalhadores e das áreas ligadas à tecnologia e inovação, tendo como finalidade estabelecer as estratégias gerais e acompanhar a execução das políticas a partir de uma perspectiva macro.



É importante esclarecer que, quando se fala aqui em conselhos, a ideia essencial não é reproduzir estruturas excessivas e, sim, a proposição de estruturas mais enxutas e executivas com número limitado de pessoas qualificadas envolvidas, para que haja fluidez e agilidade nos debates e decisões. Os conselhos aqui propostos não devem ser confundidos com conselhos criados para favorecer a concertação social, como é o caso do CDES-RS. Os dois conselhos a serem criados, em função da Política Industrial e das demais políticas componentes da Política de Desenvolvimento, deverão servir para legitimar a PI-RS2 perante a sociedade e para aumentar o alinhamento e a transversalidade do governo estadual.

Levando em conta o aspecto de conteúdo um foco central parece estar associado com a necessidade de aumentar a produtividade e a competitividade de todos os setores estratégicos, e conseqüentemente das firmas que os compõem, com base em inovação e sustentabilidade. O ponto fundamental aqui é considerar que toda a Política Industrial moderna necessita estar enfocada diretamente em inovação (inovação de produto, processo, organizacional e marketing, segundo o Manual de Oslo), sendo que, o *locus* maior da inovação são as firmas/empresas. Por outro lado, parece relevante considerar a realidade atual da economia do RS, a saber: i) economia industrial altamente diversificada; ii) população em crescimento lento, tendo a partir de 2028 uma perspectiva de decréscimo da população; iii) população economicamente ativa em decréscimo nos próximos anos em função do envelhecimento da população; iv) mercado de consumo interno reduzido em relação ao mercado dos grandes centros consumidores (SP, RJ, SP); v) alta capacitação em termos de suas estruturas de Ciência, Tecnologia e Inovação. A combinação entre a importância genérica da inovação para o desenvolvimento industrial dos países e o crescimento de suas firmas, em conjunto com o cenário presente e futuro da economia gaúcha, aponta diretamente para o tema da inovação como elemento estratégico central da PI-RS2.

A partir da argumentação anterior, sugere-se uma reformulação da PI-RS no sentido da PI-RS2, a partir dos seguintes vetores básicos:

a) Inserir o tema da inovação em sinergia com os programas setoriais (por exemplo: estimular a criação de redes de inovação associadas a cada um dos setores industriais considerados estratégicos).

b) Reclassificar a parte da Política Industrial que trata especificamente dos setores “portadores de futuro” (por exemplo: saúde avançada e medicamentos, biotecnologia, semicondutores, produção de energia descentralizada, etc.). Esta reclassificação teria dois elementos, inspirados na posição do Ent9, com nomenclaturas sugeridas pelo autor, a saber, i) “Nova Economia Global” (da terceira revolução industrial), envolvendo setores que exigem

um tratamento diferenciado e específico, dado as suas características de forte interação entre empresas, centros de pesquisa e universidades; ii) “Nova Economia Local” (para o Rio Grande do Sul), envolvendo o conceito e os setores conhecidos como da Nova Economia para o RS na PI-RS (por exemplo: Indústria Oceânica e Polo Naval). O objetivo da reclassificação das nomenclaturas visa a tornar mais preciso o tema. O central é desenvolver políticas distintas para aqueles setores que são intensivos em atividades inovadoras com forte inter-relação com o desenvolvimento científico e tecnológico. Em outras palavras, é necessário conceber de forma diferenciada políticas que tem por foco: i) aproveitar as oportunidades vindas da implantação e/ou expansão de novos setores na economia brasileira (Nova Economia Local) cujos aspectos de coordenação e governança estão, em sua essência ligados ao alinhamento com as estratégias do Governo Federal (por exemplo: indústrias oceânica e eólica) e àquelas ligadas com alta tecnologia e novos setores no âmbito mundial (por exemplo: semicondutores, economia ambiental) cujas atividades de governança e coordenação precisam de uma ampla articulação com centros de tecnologia, empresários inovadores, universidades e uma ampla gama de relacionamentos internacionais com os atores associados ao tema (sistemas setoriais de inovação altamente internacionalizados).

c) Conceber, coordenar e divulgar um programa sistêmico, a ser amplamente utilizado pelas firmas gaúchas, visando sistematizar e ampliar a utilização dos vários instrumentos já disponíveis nos níveis federal, estadual e municipal (por exemplo: Lei do Bem, Pró-Inovação, Programas da FINEP, Novo FUNDOPEM/INTEGRAR, etc.). O ponto aqui, sob a perspectiva das ações do Estado, não está em desenvolver novas leis, programas e projetos, dado que elas já existem e são, de forma geral, eficazes e operacionais, mas sim sistematizar, divulgar e articular as ações consonantes com os diferentes eixos finalísticos da Política Industrial.

d) Desenvolver, levando em conta as condições de desenvolvimento industrial histórico do Estado do RS, um programa específico para o crescimento acelerado das médias empresas instaladas no RS, tendo como elemento de alavancagem central o tema da inovação em todos os seus aspectos (particularmente por meio de tópicos associados com as questões creditícias e fiscais/tributárias; capacitação de engenheiros e tecnólogos; geração de tecnologia e inovação em produtos; e processos em associação com Centros de Tecnologia e Universidades).

e) Com base na percepção de que a inovação é realizada no âmbito da firma/empresa/cooperativa agroindustrial, e tendo em vista que quem trata das questões associadas à firma é a Secretaria de Desenvolvimento, realizar uma reestruturação organizacional trazendo as atividades governamentais ligadas à inovação para serem tratadas

no âmbito da SDPI (por exemplo, a gestão do Programa Pró-Inovação que pode passar a ser tratado em conjunto e na mesma estrutura do FUNDOPEM/INTEGRAR, agregando maior racionalidade e capacitação técnica para a análise dos projetos).

Outro tema relevante refere-se ao fato de que a construção da PI-RS foi realizada tendo como enfoque três unidades de análise distintas, porém inter-relacionadas: i) firma; ii) cooperação entre firmas; e iii) setor. Uma crítica conceitual relevante está associada ao não tratamento pela PI-RS de uma unidade de análise relevante que é a da cadeia produtiva. A abordagem de cadeia produtiva, visando ao chamado “adensamento” das cadeias produtivas, tende a permitir uma observação acurada sobre o inter-relacionamento entre as diversas indústrias, dado que são fornecedoras e clientes umas das outras. Uma análise aprofundada da economia gaúcha feita a partir da ótica da cadeia produtiva permitiria determinar a focalização de esforços em termos daquelas indústrias, e mesmo firmas, que se devidamente tratadas como prioridade poderiam alavancar o conjunto da economia gaúcha.

Conforme o professor Carlos Águedo Paiva, que concedeu entrevista como especialista à pesquisa realizada, o sistema encadeado agrega as atividades em função das relações entre fornecedores e clientes, diferentemente do sistema setorial de classificação, que é muito mais simples e preciso do que o sistema encadeado. Afinal, uma empresa que opera num determinado setor – o metalúrgico, por exemplo – pode fornecer insumos e equipamentos para as mais distintas cadeias – da construção civil (aços longos, esquadrias metálicas, etc.) à cadeia coureiro-calçadista (fivelas, presilhas, alma do sapato feminino, etc.), passando pelas cadeias automobilística, naval e alimentar (todas elas insumidoras de placas de aço), entre tantas outras. Ainda, segundo o professor Paiva, a despeito das ambiguidades inerentes à classificação por encadeamento, este sistema classificatório é muito mais relevante para a análise econômica. Em primeiro lugar, porque ele revela a especialização efetiva (por trás da aparente diversidade) dos territórios, permitindo a identificação das atividades responsáveis pela geração (e posterior multiplicação) da renda básica. Em segundo lugar, porque ele permite a hierarquização destas cadeias em termos de seu poder de geração de emprego e renda em todos os elos instalados no território, por oposição à geração de emprego e renda apenas no elo central mais evidente. E em terceiro lugar, porque as políticas públicas de enfrentamento dos obstáculos - ou “gargalos” - do crescimento regional tendem a ser muito mais eficazes quando incidem sobre cadeias do que sobre atividades não encadeadas.

Sob o prisma prático da PI-RS2, sugere-se a adoção de análises deste tipo, feita de forma aprofundada, dado que poderiam gerar um conjunto de projetos prioritários, incluindo os tópicos associados com a atração de investimentos com efeito multiplicador amplo na

economia. Um ponto relevante no contexto desta reflexão é a percepção de algumas indústrias são centrais para a competitividade do conjunto da economia como é o caso de Bens de Capital. Por exemplo, os temas da eletrônica embarcada e da automação industrial possuem um forte potencial de alavancar a competitividade dos setores ditos tradicionais da economia (por exemplo: agricultura de precisão, que tem forte influência na competitividade e na produtividade de setores expressivos da economia gaúcha que tem forte enraizamento nos agronegócios).

Outro aspecto/dimensão com significativo potencial de implantação no âmbito da PI-RS2 refere-se ao tratamento do desenvolvimento local a partir dos municípios. Um trabalho de referência no tema refere-se ao processo de desenvolvimento local do Município de Passo Fundo (no período 2005-2011), devidamente documentados nos trabalhos de Cittolin (2013) e de Tomaszewski (2014). Embora já existam na PI-RS instrumentos que tratam do tema da regionalização do desenvolvimento industrial (por exemplo, Projeto APLs) e tecnológico do Estado do RS (Programa de Polos Tecnológicos), em ambos os casos, pode-se observar dificuldades, em aspectos de governança, embora sejam tratadas no âmbito dos próprios programas/projetos. Os conceitos e o método adotados para fins de levar adiante o tema do desenvolvimento local em Passo Fundo, bem como os resultados refletidos no incremento ao Orçamento Municipal, deixa claro que uma participação ativa das Secretarias de Desenvolvimento Municipais no sentido de estabelecer uma governança objetiva no processo, pode ser de valor significativo para ampliar a estratégia de desenvolvimento industrial global do Estado do RS. Assim, a PI-RS2 pode propor um programa amplo objetivando a estruturação de Secretarias Municipais de Desenvolvimento nos municípios (e, eventualmente, Agências de Desenvolvimento associadas) tendo como foco gerar políticas industriais locais, a partir de uma articulação envolvendo os vários entes federativos (Governo Federal, Estadual e Municipal). Sinteticamente, pode-se dizer que este programa parte do reconhecimento de que, se vários municípios desenvolverem políticas industriais locais ativas amplia-se em muito a capacidade de atração de novos investimentos e de realização de reinvestimentos pelas empresas “enraizadas no RS”. Para isso acontecer, o papel do Estado consiste em agir ativamente para o desenvolvimento das Políticas Industriais Locais e para uma efetiva articulação entre os entes Federal, Regional e Municipal.

Finalmente, é relevante realizar uma sugestão objetiva referente à abordagem estratégica mais genérica e pragmática sobre a classificação da política setorial no âmbito da PI-RS2. A ideia básica consiste na reclassificação em três grandes linhas de atuação (em parte

já explicada anteriormente): i) Economia Consolidada no RS; ii) Nova Economia Local; e iii) Nova Economia Global.

A proposição do termo “Economia Consolidada”, ao invés de “Economia Tradicional” objetiva uma percepção dinâmica, que congrega aqueles setores onde o Estado possui vantagens competitivas em função de sua constituição econômica histórica a partir do início do século XX (por exemplo: a indústria do Arroz) e os setores com implantação mais recente, mas que já estão profundamente “enraizados” na economia do Estado. Estes setores são muito relevantes uma vez que são responsáveis por considerável participação no PIB gaúcho. A denominação “Economia Consolidada”, sob a ótica formal, busca superar uma percepção mais conservadora embutida no termo “economia tradicional” e, quando percebida a partir do enfoque da inovação (produto, processo, organizacional e marketing), dá a noção da necessidade contínua de dinamizar as ações nestes diferentes setores, dado que a PI-RS2, como a PI-RS, deve perceber, que em conjunto com a atração de novos investimentos, é preciso tratar dos novos investimentos realizados no âmbito das empresas pertencentes as indústrias já enraizadas no RS, aqui denominadas de “setores de economia consolidada”. Ainda, é preciso vislumbrar um recorte e o estabelecimento de critérios segundo os quais, setores que hoje são considerados como integrantes da “Nova Economia”, amanhã necessitarão ser classificados como “setores de economia consolidada”. Isto deverá ser feito pela constante atualização da matriz multicriterial que origina a priorização dos diferentes setores.

Já os termos “Nova Economia Global” e “Nova Economia Local”, em substituição a lógica unitária da “nova economia para o Estado do RS”, tratam de aspectos ligados ao conteúdo, como já discutido anteriormente neste capítulo, respectivamente de setores industriais que dialogam com atividades econômicas na fronteira tecnológica mundial (nova economia global) e com atividades baseadas em atividades econômicas, que não são novidades no mundo e mesmo no Brasil, mas que ainda não estão suficientemente inseridas especificamente na economia gaúcha.

### **6.1.2 PI-RS2: Melhorias Específicas em Estrutura e Conteúdo**

Especificamente, no plano da gestão e das operações, alguns pontos podem ser destacados como sugestões para a melhoria e o aprimoramento da PI-RS, que poderiam ser repensados no contexto da PI-RS2. Estes tópicos são brevemente discutidos e propostos na sequência.

O primeiro está associado com os aspectos ligados a Estrutura Organizacional e à Gestão que devem, necessariamente, ser compatíveis com as proposições estratégicas colocadas no item anterior e, simultaneamente, necessitam estar associadas com a melhoria do padrão global de coordenação e governança do SDRS.

As ações ligadas à Estrutura no âmbito da PI-RS foram construídas a partir da lógica global proposta por Chandler, segundo a qual, a “estratégia precede a estrutura”. Isto implica em que modificações da estratégia necessitam ser tratados no âmbito da estrutura. Sendo assim, como um dos pontos centrais das proposições da PI-RS2 está ligado com a ampla incorporação do tema da inovação, é necessário realizar uma reestruturação organizacional compatível com a nova estratégia proposta. Isto poderia, por exemplo, ser feito por meio de uma modificação na estrutura organizacional da AGDI. O mesmo pode ser dito em relação ao tema de um possível programa gaúcho de desenvolvimento local, que necessita ser pensado/formulado no âmbito da estrutura organizacional do SDRS. Enfim, e a título de síntese, a proposição é que o desenho da estrutura organizacional da PI-RS2 deve, tendo como base a estratégia proposta, preparar as condições objetivas para que os conteúdos das mudanças possam ser criados continuamente (atividades associadas ao planejamento) e, na sequência, elas possam ser implantadas e monitoradas na prática do dia-a-dia.

Outro aspecto relevante a ser considerado está associado com a gestão matricial atualmente realizada no âmbito de todo o SDRS. O dilema está em conciliar, simultaneamente, os regramentos burocráticos weberianos, usuais na lógica de gestão do Estado, com o estabelecimento de uma maior agilidade nas ações. O acréscimo de agilidade poderá ser efetivado com a adoção da gestão por projetos tanto para os diferentes Eixos da PI-RS (Firma, Economia da Cooperação e Setores), como na inter-relação transversal com outras instâncias de governo (por exemplo: Secretarias de Meio-Ambiente, Agricultura e Infraestrutura). A eficácia deste tipo de gestão matricial depende fortemente: i) do esclarecimento sobre o modelo de gestão proposto; ii) da profissionalização dos gestores públicos nos conceitos e práticas de gestão de projetos; iii) a ampliação da capacidade total de gestão dos projetos no âmbito do SDRS (por exemplo, ampliar a capacidade de atendimento na Sala do Investidor). A proposição, portanto, é de que haja uma ampla qualificação dos gestores do SDRS nas melhores práticas de gestão de projetos.

Ainda, ligado à gestão, está subordinado o tema do sistema de indicadores para a medição e monitoramento dos programas e projetos da PI-RS2. Este, sem dúvida, é um tema de difícil equacionamento e controverso em sua natureza. No entanto, a sugestão é que seja realizado um projeto específico para construir um sistema de indicadores amplo, sistêmico e

orientado para os resultados. Para isto, é importante partir dos indicadores já existentes, abordados no capítulo 3 da dissertação, porém, aprofundando o assunto. O objetivo deste projeto consiste, portanto, em revisar as metodologias atualmente adotadas (que são parciais, e não abrangem todos os instrumentos dos eixos da PI-RS) e, a partir daí, monitorar os diferentes programas e projetos da PI-RS2.

O Grupo Executivo (GEx), constituído paritariamente por profissionais altamente qualificados da SDPI e SEFAZ, desempenhou um papel central no desenvolvimento da PI-RS. Sua atuação deu-se tanto na definição dos critérios e nas votações para priorizar os diferentes setores da economia, como para tratar dos essenciais temas tributários associados às políticas setoriais como um todo. O GEx também contribuiu na Política da Firma, em especial nas relações diretas estabelecidas a partir das necessidades detectadas na Sala do Investidor. Trata-se, portanto, de um elemento fundamental de gestão e coordenação transparente e transversal no âmbito da PI-RS. Embora as decisões possam, em alguns casos muito específicos e especiais, dependerem de instâncias superiores – Secretários da Fazenda e do Desenvolvimento – na maior parte das vezes foi gerado o consenso necessário para tratar o tema segundo os interesses maiores do Estado do RS. Ainda, é importante destacar que o GEx funciona numa lógica de equipe, tornando-se um elemento de síntese para a tomada de decisão, em oposição a decisões particularistas relacionadas com o tradicional “jogo de poder”, que tende a ocorrer entre as secretarias da fazenda e do desenvolvimento. Trata-se, portanto, de uma ótica de gestão que necessita transcender a noção de uma ação de governo para transformar-se em uma lógica de Estado. Neste sentido, sugere-se a institucionalização do GEx na PI-RS2. Salienta-se que, neste caso, o processo de institucionalização (por leis e decretos) cabe perfeitamente, pois, a prática a ser institucionalizada já está testada, reconhecida e em plena aplicação. Sendo que, com relação ao GEx, institucionalizar significa coroar o êxito já verificado no presente, visando a perenização e manutenção da boa prática no decorrer dos tempos.

Com referência à comunicação da PI-RS2 alguns tópicos críticos surgiram ao longo da descrição do caso da PI-RS (capítulo 5) e podem servir de base para um tratamento adequado do tema. O primeiro foco da comunicação, provavelmente o mais relevante sob ótica dos resultados a serem obtidos pela PI-RS2, consiste em divulgar amplamente na sociedade gaúcha, no país e no exterior a PI-RS2 em si, os eixos que a constituem e, o mais importante, os programas e projetos práticos que a sustentam (por exemplo: a Sala do Investidor, o FUNDOPEM/INTEGRAR, o PRÓ-INOVAÇÃO, as linhas de financiamento do BADESUL, BRDE e BANRISUL etc.), bem como as possibilidades de utilização dos programas federais

associados ao Plano Brasil Maior. Para isto, torna-se muito importante redesenhar a estratégia de comunicação com prioridade para o atingimento direto (por exemplo: via website, contato direto com as empresas, etc.) ou indireto (por exemplo: por meio das secretarias de desenvolvimento municipais, entidades empresariais, sindicatos de trabalhadores, etc.) dos usuários fins – as empresas/firmas e os empresários e gestores que nelas atuam. Em particular, observa-se a necessidade de intensificar a divulgação para as médias e pequenas empresas, potenciais usuárias da PI-RS2, dado que as grandes empresas possuem estruturas maiores disponíveis que lhe permitem acessar com maior facilidade às políticas públicas de desenvolvimento industrial (por exemplo: este é o caso da trajetória da Sala do Investidor no período 2011-2014, que configurou-se com um instrumento central para os novos investimentos feitos no território gaúcho). O ponto crucial aqui, como apontando pelos entrevistados em relação ao tema, é comunicar o que realmente está operacionalizado e em funcionamento na PI-RS2 (por exemplo: Ent7, Ent19, Ent20, Ent22, Ent43 e Ent49). Um segundo foco da comunicação refere-se aos resultados obtidos no âmbito da PI-RS2, o que envolve uma articulação entre o sistema de indicadores e as operações efetuadas em contato com as diferentes mídias, com uma ênfase especial na mídia televisiva e nos rádios. Tal lógica de comunicação, por estar diretamente ligada às atividades de qualquer centro de governo, necessita ser articulada com a política de comunicação mais ampla do Governo.

Entre as chamadas políticas correlatas ou conexas à PI-RS2 cabe destacar as questões ligadas com a infraestrutura em geral, e a infraestrutura para o desenvolvimento, em particular. No campo mais geral da infraestrutura, embora não seja um tópico especificamente ligado a Política Industrial em si, uma proposição prática parece apontar para a necessidade de montar um qualificado grupo de servidores públicos, com hegemonia dos dois bancos de desenvolvimento (BADESUL e BRDE) visando estabelecer uma clara política - planejamento, implantação e monitoramento - para tratar do estabelecimento das Relações Público-Privadas (RPPs).

Com relação à infraestrutura para o desenvolvimento as entrevistas realizadas, apontam que, para fins de tornar mais competitivo os municípios e o Estado do RS, existe a necessidade do desenvolvimento de ações objetivas em função dos Distritos Industriais (DIs) e das Áreas Industriais Municipais (AIMs). Isto ocorre dado que, em um número significativo de casos, a decisão da localização dos investimentos por parte das empresas, incluindo tanto a atração de novas empresas, como o reinvestimento das empresas já existentes, considera como um elemento muito relevante para a sua matriz de decisão a temática da infraestrutura (DIs, AMIs, estrutura de comunicação, etc.) e da energia já disponíveis. Isto é especialmente



relevante em função de que os DIs e AIMs possuem condições privilegiadas relativas ao licenciamento ambiental. No caso dos Distritos Industriais, cuja gestão e responsabilidade são do Governo do Estado, a ideia consiste em ativar o DI na cidade do Rio Grande (antiga Zona de Processamento de Exportações) a partir de uma definição clara do tipo de industrialização requerido para a região. Também, é relevante dar continuidade a utilização do DI misto, na cidade de Guaíba.

A política para os DIs que visava, quando de sua elaboração, à descentralização das atividades industriais no Estado do RS teve, na prática, sua operacionalização realizada com sucesso em alguns locais concentrados (conforme lista de DIs na secção 3.2.4.2) e, na maior parte das vezes, em localidades próximas de Porto Alegre. Isto tendeu a concentrar os investimentos em localidades próximas de Porto Alegre, sendo que alguns DIs concebidos em outros locais não tiveram boa taxa de execução (por exemplo: DI no município de Bagé). Sendo assim, a política para os DIs, embora passível de questionamento em função da distribuição equitativa e da estratégica dos investimentos em infraestrutura para o desenvolvimento nos diversos municípios e regiões do Estado, pode ser adotada pelo Governo para contribuir no desenvolvimento de certas cidades e regiões consideradas vetores para a descentralização das atividades produtivas no ambiente espacial do Rio Grande do Sul.

No entanto, uma proposição estratégica mais prudente, factível, sistêmica e republicana, em uma perspectiva de médio e longo prazo, parece ser o estímulo à construção de infraestrutura e energia para o desenvolvimento baseado na ideia da ampla, universal e distribuída promoção de Áreas Industriais Municipais, em particular nos municípios médios do RS (existem vários casos bem sucedidos no Estado, como por exemplo, em Passo Fundo, São Leopoldo e Erechim). No caso das AIMs, cuja gestão é responsabilidade dos municípios, os investimentos feitos pelos municípios podem ser apoiados pelo Estado do RS, em três dimensões básicas: i) aproveitar a experiência da equipe da SDPI para a concepção e montagem das AMIs; ii) por meio de investimentos feitos diretamente pelo Estado do RS com base em editais públicos ou outras formas alternativas; iii) financiamento direto às Prefeituras via linha específica de financiamento aos municípios proveniente do BADESUL. De maneira geral, parece razoável propor a criação de um programa estadual de promoção das AIMs no Estado do RS, com visão de longo prazo, conectado com o programa de promoção do desenvolvimento local, já discutido no item anterior.

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A seguir estão apresentadas as principais conclusões e limitações desta dissertação, bem como, são comentadas algumas recomendações para trabalhos futuros.

### 7.1 CONCLUSÕES DO TRABALHO

A ideia básica deste trabalho foi a de estudar criticamente o processo de formulação e implantação da PI-RS visando, essencialmente, ampliar o campo de percepção sobre a importância, viabilidade e validade das políticas públicas voltadas ao desenvolvimento industrial tendo como delimitação e *locus* os Estados-membros da Federação (Políticas Industriais Regionais).

A dissertação descreveu o acúmulo da experiência da PI-RS no período de 2012-2014. Foram apresentados alguns resultados relevantes da política industrial, como por exemplo os dados da sala do investidor, que atualizados em julho/agosto de 2014, apontam para o fato de que haviam sido concluídos 168 Projetos e 146 Projetos estavam em andamento, tendo sido atendidas mais de 1.100 empresas e 100 prefeituras, com cifras globais que atingiram um valor ao redor de R\$ 50 bilhões em projetos de investimentos, com uma projeção de geração de mais de 65 mil empregos.

A partir da descrição do caso foi realizada uma análise crítica, tendo como embasamento empírico central as entrevistas realizadas. Os resultados obtidos podem servir como uma fonte relevante no sentido de sugerir elementos para a remodelagem da própria PI-RS, conforme exercitado no capítulo 6, e como uma possível fonte de inspiração para tratar o tema mais genérico do estabelecimento de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento industrial em outras unidades da federação. Deve ficar claro que, na percepção do autor do trabalho uma política industrial regional é uma condição necessária ao desenvolvimento econômico, porém não suficiente.

De forma geral, pode-se dizer que os resultados obtidos apontaram, em linhas gerais: i) os principais consensos sobre a PI-RS; ii) os pontos fortes (os “acertos” da PI-RS); iii) a reafirmação de pontos de vista divergentes apontados no estudo da teoria sobre o tema; e iv) os principais gargalos e desafios a serem enfrentados no futuro próximo.

Entre os consensos, ou “quase consensos observados” pode-se citar: i) a ampla aceitação do conceito da Política Industrial; ii) a validação da noção de que é necessário a atuação do Estado na esfera das proposições e devida operacionalização da política industrial;

iii) a possibilidade efetiva dos Estados-membros realizarem políticas industriais regionais ativas no limite da institucionalidade sob sua jurisdição; iv) a importância do Estado apoiar, de forma priorizada, os setores industriais; v) o valor estratégico da inserção da cooperação como meio de evolução dos diversos tipos de empreendimentos e como contribuir para a competitividade das empresas; vi) a importância do foco na firma, enquanto uma atividade fim relevante, como estratégia de desenvolvimento industrial e atração de investimentos; vii) o valor estratégico dos diversos instrumentos transversais de apoio aos setores, com um destaque específicos para os incentivos fiscais/tributários; viii) a urgência e priorização no que tange aos investimentos em infraestrutura para o desenvolvimento industrial (por exemplo: o incremento e modernização da utilização uso de modais alternativos para logística).

Os principais pontos fortes revelados e/ou reconhecidos na pesquisa, passíveis de destaque foram: i) a partir da definição do Governo em estabelecer a PI-RS como centro da estratégia de governo, gerou-se uma consolidação estrutural da Política por meio da criação da SDPI (ligada à Governadoria) e da AGDI (braço operacional da SDPI); ii) o foco estratégico concebido e operacionalizado no âmbito da PI-RS nos setores e empresas enraizadas no RS e na atração de empresas e investimentos no âmbito da “nova economia”; iii) o tratamento estratégico do tema da Política Industrial proposto pelo governo que teve reconhecimento externo como referência em inovação institucional (MDIC, APEX, ABDI, FINEP, BNDES, PETROBRAS, GFCC); iv) a adoção de diferentes mecanismos de coordenação das atividades, visando tratar do tema das “falhas de coordenação” associadas a Política Industrial, em particular as ligadas a atração de investimento, com destaque para a sala do investidor (concertação entre os atores públicos e privados) e o GEx - envolvendo SDPI-SEFAZ (ação transversal central no âmbito interno ao Governo); v) A efetivação de ações estratégicas e táticas que consolidaram uma “nova economia” para o Estado do RS entre as quais é possível destacar dois setores com forte vinculação com a Política Industrial do Brasil, a saber: Indústria Oceânica e Energia Eólica; vi) A reformulação do FUNDOPEM/INTEGRAR consonante com a proposição estratégica mais ampla da PI-RS; vii) A adoção de políticas públicas associadas com o tema da Cooperação entre os quais o Programa de Fortalecimento das Cadeias e Arranjos Produtivos Locais, referência nacional no tema (GTP-APLs MDIC) e a inserção das Cooperativas com prioridade no Novo FUNDOPEM; viii) o fortalecimento do Programa Gaúcho de Parques Científicos e Tecnológicos (PGTec); ix) a ampliação das relações internacionais do Estado do RS, em particular com os países asiáticos (Coreia do Sul, China e Japão).

No campo das divergências foram reafirmados pontos de vista, que tem sua origem nas distintas orientações e crenças entre os atores bem consultados, o que é consonante com o debate acadêmico existente em relação ao tema. Um tópico central das posições antagônicas, observado na pesquisa empírica realizada, está associado com o tema da intensidade da coordenação da Política Industrial (voltado para falhas de mercado ou para indução estratégica). De outra parte, é possível considerar que foram explicitados distintos pontos de vista a respeito de tópicos mais pragmáticos associados, tais como, os níveis de priorização e foco adotados na PI-RS. Pois, o que se verifica é uma divergência no ajuste do foco, para uma maior ou menor “circunferência” do foco. Ou seja, existe uma polêmica persistente no que se refere à quantidade de setores a serem apoiados.

Quanto as principais restrições e gargalos que impedem o desenvolvimento mais eficaz da PI-RS é possível destacar: i) o tema da infraestrutura para o desenvolvimento industrial tanto no que tange ao desenvolvimento da mesma, com a manutenção da já existente; ii) o tema do crescente e acentuado endividamento do Estado do RS, que é uma causa relevante do reduzido espaço fiscal para a realização de investimento público, em geral, e na infraestrutura (logística/transportes, comunicação, energia, ciência e tecnologia) para o desenvolvimento industrial, em particular; iii) aspectos ligados a dificuldade da gestão pública em diversos aspectos correlatos ao desenvolvimento industrial entre os quais é possível destacar o tema do meio-ambiente em geral, e dos licenciamentos ambientais para a sustentação dos empreendimentos em particular.

Os principais desafios conceituais e práticos detectados ao longo da pesquisa foram: i) a necessidade da incorporação na política industrial, tanto estruturalmente como no que tange aos aspectos de conteúdo, do tema da tecnologia e inovação com o intuito de aumentar o valor agregado à produção nos diferentes setores e firmas; ii) a potencialidade de ampliar a PI-RS no sentido de estimular o tratamento da política industrial a partir de uma ótica local e municipal, articulada com os níveis estadual e federal; iii) a ampliação no âmbito da sociedade gaúcha dos aspectos da comunicação e utilização por parte das empresas/firmas dos diferentes elementos e possibilidades abertas pelos diferentes eixos da PI-RS; e iv) melhorar aspectos essenciais das políticas correlatas (políticas de infraestrutura e energia para o desenvolvimento, ambiental, educação profissional), bem como tornar o mais eficaz possível a relação da PI-RS com as políticas correlatas/conexas.

Outro tópico relevante a destacar está vinculado ao conjunto de oportunidades e ameaças para a PI-RS, especialmente tendo em vista a sua renovação/remodelagem para o próximo período governamental (2015-2018), com a possibilidade de ser vivenciado mais um

potencial ciclo de aplicação. O ponto central do debate parece ser a institucionalização da PI-RS enquanto uma política pública de Estado considerando, por óbvio, as diferenças de ênfase na política em função dos diferentes governos eleitos no processo democrático em curso no Brasil. Neste sentido, é essencial perceber que não é suficiente a institucionalização da PI-RS, e seus diversos programas, por meio de leis e decretos, mas que se faz necessário sua legitimação pela sociedade civil, em particular pelos diferentes setores industriais (indústrias) e pelas próprias empresas/firmas. Este é um ponto processual em aberto que implica, conforme observações relevantes provenientes da pesquisa de campo, em uma maior inserção dos principais atores beneficiários (Federação da Indústria do RS, Associações Comerciais e Industriais, Sindicatos de Trabalhadores, Cooperativas, centros de tecnologia, etc.) tanto na (re)formulação/remodelagem, como na aplicação prática da mesma. Outro ponto essencial para a legitimação da PI-RS, no intuito de estabelecer sua perenidade, está associado com os resultados objetivos tanto em termos econômicos (por exemplo: a melhoria do PIB ao longo do tempo e o volume dos investimentos por parte das empresas/firmas), como sociais (considerando aqui, tanto a taxa de desemprego global, como a qualificação dos postos de trabalho em termos do aumento real dos salários).

A ameaça principal a PI-RS parece estar associada ao fato de que, no âmbito do processo democrático, seja estabelecida a hegemonia de correntes que possuam posições restritivas ao papel do Estado como indutor do desenvolvimento econômico e industrial.

## 7.2 LIMITAÇÕES DA DISSERTAÇÃO

As principais limitações deste trabalho foram:

- A pesquisa não incluiu um detalhamento da atuação internacional do SDRS e da PI-RS, tratando somente dos principais resultados relacionados a área.
- Embora tenham sido tratados pontos associados a coordenação no âmbito do Sistema de Desenvolvimento do Rio Grande do Sul (por exemplo: a sala do investidor e o GEx), temas centrais da governança da PI-RS, por exemplo, a gestão por projetos não foi apresentada nem discutida na devida profundidade.
- A discussão sobre os resultados, por meio da análise do sistema de indicadores, não foi realizada em profundidade em função da dificuldade de formulação e medição dos mesmos no período de tempo utilizado para a realização da presente pesquisa. Ainda,

os indicadores PI-RS devem ser mediados pelo fato de que os resultados deste tipo de política para serem considerados em sua devida dimensão necessitam ser observados num período de médio a longo prazo.

- Relacionado com o item anterior, os resultados apresentados não têm toda a profundidade no sentido de demonstrar a aderência entre o planejado/projetado e a implantação/realização das ações e iniciativas.

### 7.3 RECOMENDAÇÕES PARA TRABALHOS FUTUROS

A seguir são apresentadas algumas recomendações para a elaboração de trabalhos futuros, que envolvem basicamente realizar estudos:

- A respeito da inter-relação entre estratégia e estrutura organizacional no âmbito da PI-RS e do SDRS.
- Tratando do tema da inter-relação entre estrutura e processo no contexto do SDRS.
- Visando a estabelecer um sistema de indicadores para medir o desempenho econômico e social de Políticas Industriais Regionais.
- Visando a conectar os possíveis impactos da PI-RS na performance das exportações estaduais e na internacionalização de firmas.
- Sobre o tema do desenvolvimento articulado de políticas de desenvolvimento industrial local e regional no Brasil, tendo como cenário a política industrial do país.
- Sobre o impacto da PI-RS do ponto de vista do meio fiscal, tendo como cenário a problemática da guerra fiscal.
- Sobre o custo de implantação e manutenção de uma política industrial, ou da sua relação “custo-benefício”.

## REFERÊNCIAS

- APPLEYARD, D.; FIELD, A.; COBB, S. *Economia internacional*. São Paulo: Bookman, 2010.
- ARANGUREN, M. J.; NAVARRO, M. *Smart Specialisation Path in the Basque Country and the Cluster Policy*. 2012. Disponível em: <[http://pt.slideshare.net/TR3S\\_PROJECT/smart-specialisation-path-in-the-basque-country-and-the-cluster-policy](http://pt.slideshare.net/TR3S_PROJECT/smart-specialisation-path-in-the-basque-country-and-the-cluster-policy)>. Acesso em: 12 ago. 2014.
- BADEN-WÜRTTEMBERG STAATSMINISTERIUM. *Baden-Württemberg and the European Union*. 2014. Disponível em: <[https://www.baden-wuerttemberg.de/fileadmin/redaktion/dateien/Baden-Wuerttemberg\\_and\\_the\\_EU\\_2014.pdf](https://www.baden-wuerttemberg.de/fileadmin/redaktion/dateien/Baden-Wuerttemberg_and_the_EU_2014.pdf)>. Acesso em: 14 ago. 2014.
- BALANÇO EXECUTIVO: dois anos de política industrial. 2014. Disponível em: <[http://www.sdpi.rs.gov.br/upload/1402401817\\_REVISTA%20AGDI%20-%20FINAL.PDF](http://www.sdpi.rs.gov.br/upload/1402401817_REVISTA%20AGDI%20-%20FINAL.PDF)>. Acesso em: 12 ago. 2014.
- BERTERO, C. O.; VASCONCELOS; F. C.; BINDER; M. P. Estratégia empresarial: a produção científica brasileira entre 1991 e 2002. *Revista de Administração de Empresas*, v. 43, n. 4, p. 48-62, out./dez. 2003. Disponível em: <[http://rae.fgv.br/sites/rae.fgv.br/files/artigos/10.1590\\_S0034-75902003000400004.pdf](http://rae.fgv.br/sites/rae.fgv.br/files/artigos/10.1590_S0034-75902003000400004.pdf)>. Acesso em: 12 ago. 2014.
- BINDER, M. P. Discussão da cadeia de valor e estratégias genéricas de Michael Porter a partir do caso Gol Transportes Aéreos. In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 26, 2002, Salvador. *Anais...* Salvador, 2002. Disponível em: <[http://www.anpad.org.br/diversos/trabalhos/EnANPAD/enanpad\\_2002/ESO/2002\\_ESO665.pdf](http://www.anpad.org.br/diversos/trabalhos/EnANPAD/enanpad_2002/ESO/2002_ESO665.pdf)>. Acesso em: 12 ago. 2014.
- BOSCHMA, R. A. The industrial rise of the Third Italy: open window of locational opportunity? In: CONGRESS OF THE EUROPEAN REGIONAL SCIENCE ASSOCIATION, 38., 1998, Viena. p. 1-33. Disponível em: <[http://www.researchgate.net/publication/23732628\\_The\\_industrial\\_rise\\_of\\_the\\_Third\\_Italy\\_Open\\_windows\\_of\\_locational\\_opportunity/links/00b7d527296cbb36f7000000](http://www.researchgate.net/publication/23732628_The_industrial_rise_of_the_Third_Italy_Open_windows_of_locational_opportunity/links/00b7d527296cbb36f7000000)>. Acesso em: 12 ago. 2014.
- BRYMAN, A. *Research methods and organization studies*. Londres: Unwin Hyman, 1989.
- BUSINESS Competitiveness And Social Innovation Plan 2006-2009. Disponível em: <[http://www.industria.ejgv.euskadi.net/r44-886/es/contenidos/informacion/plan\\_competitividad\\_2006\\_2009/es\\_plancomp/adjuntos/plan\\_competitividad\\_eng.pdf](http://www.industria.ejgv.euskadi.net/r44-886/es/contenidos/informacion/plan_competitividad_2006_2009/es_plancomp/adjuntos/plan_competitividad_eng.pdf)>. Acesso em: 12 ago. 2014.
- CARNEIRO, J. M. T.; CAVALCANTI, M. A. F. D.; SILVA, J. F. Porter revisitado: análise crítica da tipologia do mestre. *Revista de Administração Contemporânea*, v. 1, n. 3, p. 7-30, set./dez. 1997. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rac/v1n3/v1n3a02.pdf>>. Acesso em: 12 ago. 2014.
- CASTILLO, J.; PATON, J.; SAEZ, A. *Smart Specialisation and Clusters: the Basque Country Case*. Disponível em: <<http://www.reunionesdeestudiosregionales.org/Oviedo2013/htdocs/pdf/p880.pdf>>. Acesso em: 12 ago. 2014.

CHALMERS, A. F. *O que é a Ciência, afinal?* São Paulo: Brasiliense, 1995.

CHANG, H. J. *Chutando a escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica.* São Paulo: Editora UNESP, 2004.

\_\_\_\_\_. Industrial policy: can we go beyond an unproductive confrontation? In: ANNUAL WORLD BANK CONFERENCE ON DEVELOPMENT ECONOMICS, Seoul, South Korea, 22-24 June, 2009. Disponível em: <<http://siteresources.worldbank.org/INTABCDESK2009/Resources/Ha-Joon-Chang.pdf>>. Acesso em: 12 ago. 2014

CHRISTENSEN, T. A.; LAMER-GAMP, T.; KÖCHER, G. M. Let's Make a Perfect Cluster Policy and Cluster Programme: smart recommendations for policy makers. 2012. Disponível em: <[http://www.cluster-analysis.org/downloads/Clusters\\_web\\_singlepage\\_06092012.pdf](http://www.cluster-analysis.org/downloads/Clusters_web_singlepage_06092012.pdf)>. Acesso em: 14 ago. 2014.

CITTOLIN, M. A. *Desenvolvimento local: uma amostragem econômica do município de Passo Fundo no período 2005 a 2011.* 2013. 98 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia) - Programa de Pós-Graduação em Engenharia, Faculdade de Engenharia e Arquitetura, Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, RS, 2013.

COUNTRY Report: Spain. 2007. Disponível em: <[http://www.kooperation-international.de/uploads/media/Cluster.Policies\\_Country.report.Spanien.pdf](http://www.kooperation-international.de/uploads/media/Cluster.Policies_Country.report.Spanien.pdf)>. Acesso em: 12 ago. 2014.

CUNHA, A. M. *Políticas industriais, de inovação e promoção do comércio exterior: a experiência internacional recente.* Working-paper. Porto Alegre: UFRGS, 2012. Disponível em: <[http://www.enaex.com.br/enaex2012/userfiles/file/ENAEX%202012\\_ApexBrasil\\_POL%C3%8DTICAS%20INDUSTRIAIS,%20DE%20INOVA%C3%87%C3%83O%20E%20DE%20PROMO%C3%87%C3%83O%20DO%20COM%C3%89RCIO.pdf](http://www.enaex.com.br/enaex2012/userfiles/file/ENAEX%202012_ApexBrasil_POL%C3%8DTICAS%20INDUSTRIAIS,%20DE%20INOVA%C3%87%C3%83O%20E%20DE%20PROMO%C3%87%C3%83O%20DO%20COM%C3%89RCIO.pdf)>. Acesso em: 12 ago. 2014.

ESPECIAL BADEN-WÜRTTEMBERG: um lugar para viver e fazer bons negócios. 2009. Disponível em: <[http://www.ahkpoa.com.br/publicacoes/BWespecial\\_FINAL.pdf](http://www.ahkpoa.com.br/publicacoes/BWespecial_FINAL.pdf)>. Acesso em: 14 ago. 2014

ESTEBAN, J. M. *Clusters and Competitiveness: the Basque Country approach.* 2008. Disponível em: <[http://www.vinnova.se/upload/dokument/VINNOVA\\_gemensam/Kalender/2008/Klusterkonferens\\_jan08/Roundtables\\_23jan/european\\_cluster\\_policies/Juan%20Manuel%20Esteban.pdf](http://www.vinnova.se/upload/dokument/VINNOVA_gemensam/Kalender/2008/Klusterkonferens_jan08/Roundtables_23jan/european_cluster_policies/Juan%20Manuel%20Esteban.pdf)>. Acesso em: 12 ago. 2014

EUSKADI. *Basque Country: Cluster Policy & Smart Specialisation Strategy.* Disponível em: <[http://www.i-regions.org/Francoise%20Chotard\\_Cluster%20Policy%20Basque%20Country.pdf](http://www.i-regions.org/Francoise%20Chotard_Cluster%20Policy%20Basque%20Country.pdf)>. Acesso em: 12 ago. 2014.

EUSKADI. Disponível em: <<http://www.kondaira.net/eng/Euskadi.html>>. Acesso em: 13 ago. 2014.

FLEURY, A. Planejamento do projeto de pesquisa e definição do modelo teórico. In: MIGUEL, P. A. (Org) *Metodologia de pesquisa em engenharia de produção e gestão de operações.* Rio de Janeiro: Elsevier, ABEPRO, Campus, 2010. p. 33-46.



FURRER, O.; THOMAS, H.; GOUSSEVSKAIA, A. The structure and evolution of the strategic management field: a content analysis of 26 years of strategic management research. *International Journal of Management Reviews*, v.10, n.1, p. 1-23, Mar. 2008. Disponível em: <<http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1468-2370.2007.00217.x/abstract>>. Acesso em: 13 ago. 2014.

GENRO, T. *Programa de governo: caderno de propostas*. 2010. Disponível em: <<http://www.clicrbs.com.br/pdf/8772915.pdf>>. Acesso em: 14 ago. 2014.

GHEMAWAT, P. *A estratégia e o cenário dos negócios*. Porto Alegre: Bookman, 2000.

GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

\_\_\_\_\_. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo: Atlas, 2007.

GONTIJO, C. As duas vias do princípio das vantagens comparativas de David Ricardo e o padrão-ouro: um ensaio crítico. *Revista de Economia Política*, São Paulo, v. 27, n. 3, p. 413-430, jul./set. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rep/v27n3/v27n3a06.pdf>>. Acesso em: 12 ago. 2014

GRAJIRENA, J. M.; GAMBOA, I. I.; MOLINA, A. V. Los clusters como fuente de competitividad : el caso de la Comunidad Autónoma del País Vasco. *Cuadernos de Gestión*, v. 4, n. 1, p. 55-67, 2004. Disponível em: <<http://www.ehu.es/cuadernosdegestion/documentos/413.pdf>>. Acesso em: 12 ago. 2014.

HOSKISSON, R. E et al. Theory and research in Strategic Management: swings of a pendulum. *Journal of Management*, v. 25, n. 3, p. 417-456, June 1999. Disponível em: <<http://jom.sagepub.com/content/25/3/417.short>>. Acesso em: 14 ago. 2014.

HUBERMAN, L. *História da riqueza do homem*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

ILHA, A.; CORONEL, D.; ALVES, F. O modelo italiano de desenvolvimento regional: algumas proposições para a metade sul do Rio Grande do Sul. In: ENCONTRO DE ECONOMIA GAÚCHA, 3., 2006, Porto Alegre. *Anais*. Porto Alegre, 2006.

KEREXETA, I. A. El fenómeno industrial en Euskadi. *Lurralde, Investigación y espacio*, n. 16, p. 75-86, 1993. Disponível em: <<http://www.ingeba.org/lurralde/lurranet/lur16/16agirre/16aguirre.htm>>. Acesso em: 12 ago. 2014.

KUPFER, D.; HASENCLEVER, L. *Economia industrial: fundamentos teóricos e práticas no Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

LACERDA, D. P. *A gestão estratégica em uma universidade privada confessional: compreendendo se e como as intenções tornam-se em ações estratégicas*. 2009. 340 f. Tese (Doutorado em Engenharia da Produção) - Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2009. Disponível em: <[http://objdig.ufrj.br/60/teses/coppe\\_d/DanielPachecoLacerda.pdf](http://objdig.ufrj.br/60/teses/coppe_d/DanielPachecoLacerda.pdf)>. Acesso em: 12 ago. 2014.

LIGABUE, L.; VETTURINI, B.; VENACIO, L. Best-practices de los distritos industriales en Italia: modelo de desarrollo económico local que promueve el capital social. *Revista Oidles*, v. 1, n. 0, jun. 2007. Disponível em: <<http://www.eumed.net/rev/oidles/00/bp.htm>>. Acesso em: 12 ago. 2014.

LIN J. Y.; CHANG H. J. Should Industrial Policy in Developing Countries conform to Comparative Advantage or defy it? A Debate Between Justin Lin and Ha-Joon Chang. *Development Policy Review*, v. 27, n. 5, p. 483-502, 2009. Disponível em: <<http://siteresources.worldbank.org/INTRANETTRADE/Resources/Internal-Training/287823-1256848879189/LinChangeDPRDebateIndustrialPolicy.pdf>>. Acesso em: 12 ago. 2014.

LÓPAZ PÉREZ, A. Análisis del desarrollo local en España: ámbito económico, social y jurídico-tributario. *Revista OIDLES*, v. 1, n. 0, jun. 2007. Disponível em: <<http://www.eumed.net/rev/oidles/00/Lopaz.htm>>. Acesso em: 12 ago. 2014.

MALDANER, L. F. *O desafio da inovação: Brasil x Coréia do Sul*. Novo Hamburgo: Feevale, 2006. Disponível em: <<https://aplicweb.feevale.br/site/files/documentos/pdf/20416.pdf>>. Acesso em: 12 ago. 2014.

MARTINS, R. A. Princípios da pesquisa científica. In: MIGUEL, P. A. (Org) *Metodologia de pesquisa em engenharia de produção e gestão de operações*. Rio de Janeiro: Elsevier, ABEPRO, Campus, 2010. p. 7-32.

MIGUEL, P. A. (Org) *Metodologia de pesquisa em engenharia de produção e gestão de operações*. Rio de Janeiro: Elsevier, ABEPRO, Campus, 2010.

MIGUEL, P. A. Estudo de caso na engenharia de produção: estruturação e recomendações para sua condução. *Produção*, v. 17, n. 1, p. 216-229, jan./abr. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/prod/v17n1/14.pdf>>. Acesso em: 12 ago. 2014.

\_\_\_\_\_.; SOUSA, R. O método do estudo de caso na engenharia de produção. In: MIGUEL, P. A. (Org). *Metodologia de pesquisa em engenharia de produção e gestão de operações*. Rio de Janeiro: Elsevier, ABEPRO, Campus, 2010. p. 131-148.

MINTZBERG, H.; AHLSTRAND, B.; LAMPEL, J. *Safári de estratégia: um roteiro pela selva do planejamento estratégico*. Porto Alegre: Bookman, 2000.

O SUDOESTE da Alemanha: Where ideas work. Disponível em: <[http://www.bw-i.de/fileadmin/user\\_upload/redbw-i/Informationsmaterialien/Imagebroschueren/Where\\_ideas\\_work\\_PORTUGUESE.pdf](http://www.bw-i.de/fileadmin/user_upload/redbw-i/Informationsmaterialien/Imagebroschueren/Where_ideas_work_PORTUGUESE.pdf)>. Acesso em: 14 ago. 2014.

OECD. *Dynamising National Innovation Systems*. Paris: OECD Publications, 2002. Disponível em: <<http://ecsocman.hse.ru/data/857/662/1219/dynamising.pdf>>. Acesso em: 14 ago. 2014.

PLANO de implantação da política industrial: desenvolvimento econômico do RS. 2012. Disponível em: <[http://issuu.com/sdpi/docs/pol\\_tica\\_industrial\\_do\\_estado\\_do\\_rio\\_grande\\_do\\_sul/239](http://issuu.com/sdpi/docs/pol_tica_industrial_do_estado_do_rio_grande_do_sul/239)>. Acesso em: 14 ago. 2014.

PORTER, M. As cinco forças competitivas que moldam a estratégia. *Harvard Business Review*, p. 55-69, jan. 2008.

\_\_\_\_\_. *A vantagem competitiva das nações*. Rio Janeiro, Campus, 1993.

\_\_\_\_\_. *Competitive Advantage: creating and sustaining superior performance*. New York: Free Press, 1985.

\_\_\_\_\_. *Competitive Strategy*. New York: Free Press, 1980.

\_\_\_\_\_. *Estratégia competitiva: técnicas para análise de indústrias e da concorrência*. 7. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1986.

\_\_\_\_\_. The Contributions of Industrial Organization to Strategy Management. *Academy of Management Review*, v. 6, n. 4, p. 604-620, 1981.

\_\_\_\_\_. Towards a dynamic theory of strategy. *Strategic Management Journal*, v. 12, p. 95-117, 1991.

\_\_\_\_\_. *Vantagem competitiva: criando e sustentando um desempenho superior*. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

\_\_\_\_\_. What is strategy? *Harvard Business Review*, v. 40, p. 61-78, 1996.

\_\_\_\_\_. *The competitive advantage of nations*. New York: Free Press, 1990.

SILVA, A. L. G. *Concorrência sob condições oligopolísticas: contribuição das análises centradas no grau de atomização/concentração dos mercados*. 2003. 318 f. Tese (Doutorado em Ciências Econômicas) Instituto de Economia da Unicamp, Campinas, SP, 2003. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000310970&fd=y>>. Acesso em: 12 ago. 2014

SPRI. *1st phase: Reindustrialisation and Competitiveness General Framework for Industrial Policy Action 1991-1995*. Disponível em: <[http://www.politicaindustrialvasca.net/PIGV%5CPoliticaIndustrial\\_en.nsf/vwPrototipoVistas/FDC1563542344594C1256F390026E0F7/\\$File/1.1MGA91-95%20eng.pdf?OpenElement](http://www.politicaindustrialvasca.net/PIGV%5CPoliticaIndustrial_en.nsf/vwPrototipoVistas/FDC1563542344594C1256F390026E0F7/$File/1.1MGA91-95%20eng.pdf?OpenElement)>. Acesso em: 12 ago. 2014.

\_\_\_\_\_. *2nd phase: Investment and Employment General Framework for Industrial Policy Action 1996-1999*. Disponível em: <[http://www.politicaindustrialvasca.net/PIGV%5CPoliticaIndustrial\\_en.nsf/vwPrototipoVistas/183A4DFE23CE7840C12576E200546746/\\$File/1.2MGA96-99%20eng.pdf?OpenElement](http://www.politicaindustrialvasca.net/PIGV%5CPoliticaIndustrial_en.nsf/vwPrototipoVistas/183A4DFE23CE7840C12576E200546746/$File/1.2MGA96-99%20eng.pdf?OpenElement)>. Acesso em: 12 ago. 2014.

\_\_\_\_\_. *3rd phase: Innovation and Knowledge: Inter-Institutional Plan for Economic Promotion 2000-2003*. Disponível em: <[http://www.politicaindustrialvasca.net/PIGV%5CPoliticaIndustrial\\_en.nsf/vwPrototipoVistas/3B0339C3B24421E4C12576E200551194/\\$File/1.3PIPE%20act\\_eng.pdf?OpenElement](http://www.politicaindustrialvasca.net/PIGV%5CPoliticaIndustrial_en.nsf/vwPrototipoVistas/3B0339C3B24421E4C12576E200551194/$File/1.3PIPE%20act_eng.pdf?OpenElement)>. Acesso em: 12 ago. 2014.

\_\_\_\_\_. *Consolidation of Competitiveness: Euskadi Competitiveness Forum 2015*. Disponível em: <[http://www.politicaindustrialvasca.net/PIGV/politicaindustrial\\_en.nsf/0/483E8D26118CD02CC12576E200551CC4/\\$file/1.2.4.+Foro+de+Competitividad+Euskadi+2015+nuevo\\_Vf-EN.pdf](http://www.politicaindustrialvasca.net/PIGV/politicaindustrial_en.nsf/0/483E8D26118CD02CC12576E200551CC4/$file/1.2.4.+Foro+de+Competitividad+Euskadi+2015+nuevo_Vf-EN.pdf)>. Acesso em: 12 ago. 2014.

\_\_\_\_\_. *Interventions during the period 2007-2014: Employment and Regional Competition Operating Programme ESF*. Disponível em: <[http://www.politicaindustrialvasca.net/PIGV%5CPoliticaIndustrial\\_en.nsf/vwPrototipoVistas/183A4DFE23CE7840C12576E200546746/\\$File/1.2MGA96-99%20eng.pdf?OpenElement](http://www.politicaindustrialvasca.net/PIGV%5CPoliticaIndustrial_en.nsf/vwPrototipoVistas/183A4DFE23CE7840C12576E200546746/$File/1.2MGA96-99%20eng.pdf?OpenElement)>. Acesso em: 12 ago. 2014.

5CPoliticaIndustrial\_en.nsf/vwPrototipoVistas/18C7B22A5C329365C12576E400390A2F/\$File/5INTERV07-13\_v3-EN.pdf?OpenElement>. Acesso em: 12 ago. 2014.

\_\_\_\_\_. *The Basque Government's Restructuring Programme*. Disponível em: <[http://www.politicaindustrialvasca.net/PIGV%5CPoliticaIndustrial\\_en.nsf/vwPrototipoVistas/2DB9617E982576CBC12576E2005B687B/\\$File/1\\_Introduccion%20eng.pdf?OpenElement](http://www.politicaindustrialvasca.net/PIGV%5CPoliticaIndustrial_en.nsf/vwPrototipoVistas/2DB9617E982576CBC12576E2005B687B/$File/1_Introduccion%20eng.pdf?OpenElement)>. Acesso em: 12 ago. 2014.

\_\_\_\_\_. *The Restructuring Policy*. Disponível em: <[http://www.politicaindustrialvasca.net/PIGV%5CPoliticaIndustrial\\_en.nsf/vwPrototipoVistas/B34AFCAA7971F6DEC12576E20055D339/\\$File/Reconversi%C3%B3n%20eng.pdf?OpenElement](http://www.politicaindustrialvasca.net/PIGV%5CPoliticaIndustrial_en.nsf/vwPrototipoVistas/B34AFCAA7971F6DEC12576E20055D339/$File/Reconversi%C3%B3n%20eng.pdf?OpenElement)>. Acesso em: 12 ago. 2014.

SUZIGAN, W.; FURTADO, J. Política industrial e desenvolvimento. *Revista de Economia Política*. São Paulo, v. 26, n. 2, p. 163-185, abr./jun 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rep/v26n2/a01v26n2.pdf>>. Acesso em: 12 ago. 2014

SZMRECSÁNYI, T. Idéias Fundadoras. *Revista Brasileira de Inovação*, v. 1, n. 2, p. 201-224, jul./dez. 2002. Disponível em: <<http://www.spell.org.br/documentos/ver/23740/ideias-fundadoras---apresentacao--economic-theory-and-entrepreneurial-history---joseph-a--schumpeter/i/pt-br>>. Acesso em: 12 ago. 2014.

TIGRE, P. B. *Gestão da inovação: a economia da tecnologia no Brasil*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

\_\_\_\_\_. Inovação e teorias da firma em três paradigmas. *Revista de Economia Contemporânea*, n. 3, p. 67-111, jan./jun. 1998.

TOMASZEWSKI, L. A. *Processo de indução do desenvolvimento econômico no município de Passo Fundo/RS: uma análise a partir da ótica dos ecossistemas de negócios*. 2014. 161 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia da Produção) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção e Sistemas, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, RS, 2014. Disponível em: <<http://biblioteca.asav.org.br/vinculos/00000A/00000A92.pdf>>. Acesso: 14 ag. 2014.

VEIGA, J. E. A terceira Itália. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 18 jan. 1999. Disponível em: <[http://www.zeeli.pro.br/wp-content/uploads/2012/06/47\\_18-01-99-A-terceira-italia.pdf](http://www.zeeli.pro.br/wp-content/uploads/2012/06/47_18-01-99-A-terceira-italia.pdf)>. Acesso em: 12 ago. 2014.

WIKIPEDIA. *Drittes Italien*. Disponível em: <[http://de.wikipedia.org/wiki/Drittes\\_Italien](http://de.wikipedia.org/wiki/Drittes_Italien)>. Acesso em: 12 ago. 2014.

YEUNG, H. W.C.; COE, N. M.; KELLY, P. *Economic geography: a contemporary introduction*. Perspectives on inter-organizational relations in Economic Geography. Oxford: Wile-Blackwell, 2007.

YIN, R. K. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. Porto Alegre: Bookman, 2010.

**ANEXO A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)**

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS  
Unidade de Pesquisa e Pós-graduação  
Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção e Sistemas

---

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Prezado(a) Sr(a).

Este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) apresenta o discente Ibes Eron Alves Vaz, do Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção e Sistemas da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (PPGEPS/UNISINOS). A pesquisa, em andamento, possui por título: “Potencialidades e Limites da Política Industrial do Rio Grande do Sul: Uma Análise Crítica”. O objetivo da pesquisa é analisar criticamente a implantação da Política Industrial Regional do Rio Grande do Sul, no período 03/2012 a 12/2013.

O objetivo deste TCLE é convidá-lo(a) a participar da realização da pesquisa, sob orientação do Prof. Dr. José Antônio Valle Antunes Jr. (Junico) e do Prof. Dr. Daniel Pacheco Lacerda. Você está sendo convidado a participar por meio de realização de entrevistas, preenchimento de um questionário. É importante explicitar que:

- sua identidade será preservada, pois não serão divulgados nomes ou informações que possam identificá-lo;
- os dados obtidos serão usados apenas para fins de investigação científica;
- você poderá desistir de participar da pesquisa a qualquer momento, sem prejuízos;
- você poderá obter informações sobre o andamento da pesquisa e seus resultados por meio do e-mail: eron36@gmail.com e/ou telefone: (51) 8599-4395;
- no caso de entrevistados que se encontram distantes de Porto Alegre e que responderão o questionário via e-mail, o consentimento poderá se dado também via e-mail;
- uma via deste TCLE ficará em sua posse e a outra sob responsabilidade do aluno/pesquisador.

Local e Data:

Entrevistado(a)

Ibes Eron Alves Vaz

Mestrando em Engenharia de Produção e Sistemas – UNISINOS

## ANEXO B – QUESTIONÁRIO DA PESQUISA DE CAMPO

Aluno: Ibes ERON Alves Vaz.

Orientador: José Antônio (Junico) Antunes.

Co-Orientador: Daniel Lacerda.

Data/hora/local:

### Identificação do respondente:

Nome:

Idade:

Gênero:

e-mail:

Atividade/posição profissional:

### BLOCO 01 – Grau de conhecimento sobre a PI-RS (3 questões)

**1-B1-** Em março de 2012, o Governo do Estado do Rio Grande do Sul lançou o plano de implantação da Política Industrial do estado, a qual é coordenada pela Secretaria de Desenvolvimento e Promoção do Investimento. Como você avalia o seu grau de conhecimento sobre essa política?

- a) possuo conhecimento razoável da Política Industrial do RS, que me permite formar juízos sobre essa política.
- b) possuo conhecimento parcial da Política Industrial do RS, que me permite formar juízos apenas sobre aspectos específicos dessa política.
- c) não julgo conhecer suficientemente a Política Industrial do RS a ponto de formar juízos acerca dessa política, mesmo que apenas sobre aspectos específicos.

**2-B1-** [Caso a resposta da questão 1 seja a letra “a” ou “b”, o entrevistador deve perguntar ao entrevistado:] Como você tomou conhecimento da Política Industrial do RS? Pode ser escolhida mais de uma opção.

- a) Fez/faz parte da elaboração e/ou execução da Política Industrial.
- b) Leu documentos da Política Industrial.
- c) Leu matérias em jornais e/ou revistas sobre a Política Industrial.
- d) Assistiu programa de televisão sobre a Política Industrial.
- e) Pesquisou em site da Secretaria ou da AGDI ou outro sobre a Política Industrial.
- f) Outro meio.

**3-B1-** [Caso a resposta da questão 1 seja a letra “c”, o entrevistador deve perguntar ao entrevistado:] A que você atribui seu conhecimento insuficiente da Política Industrial do RS?

- a) não teve interesse em se informar.
- b) não julga o assunto importante.
- c) não percebeu esforço efetivo de comunicação do governo.
- d) outras razões.

**BLOCO 02 - Questionamentos Fundamentais / Visão de mundo dos entrevistados**  
**(6 questões)**

Nas questões a seguir, perguntamos sua opinião acerca de políticas industriais em geral.

**1-B2-** Em geral, você concorda ou discorda que o governo deve executar políticas ativas para induzir o desenvolvimento industrial?

- Discordo totalmente
- Discordo parcialmente
- Não tenho opinião
- Concordo parcialmente
- Concordo totalmente

**2-B2-** Em geral, você concorda ou discorda que o governo defina setores prioritários a serem incentivados numa política industrial?

- Discordo totalmente
- Discordo parcialmente
- Não tenho opinião
- Concordo parcialmente
- Concordo totalmente

**3-B2-** Em geral, você concorda ou discorda que o governo deva utilizar apenas instrumentos que beneficiem ampla gama de setores, sem definição de setores prioritários?

- Discordo totalmente
- Discordo parcialmente
- Não tenho opinião
- Concordo parcialmente
- Concordo totalmente

**4-B2-** Em geral, você concorda ou discorda que o governo deva combinar medidas que beneficiem setores prioritários com medidas que beneficiem ampla gama de setores?

- Discordo totalmente
- Discordo parcialmente
- Não tenho opinião
- Concordo parcialmente
- Concordo totalmente

**5-B2-** Você concorda ou discorda, no caso do Brasil, que os governos estaduais podem ser capazes de executar uma política industrial de âmbito regional?

- Discordo totalmente
- Discordo parcialmente
- Não tenho opinião
- Concordo parcialmente
- Concordo totalmente

**6-B2-** Você conhece, mesmo que parcialmente, alguma experiência de política industrial regional executada por governo de estado no Brasil ou em outro país? Caso afirmativo cite exemplos.

- Sim, qual(is)?
- Não

### **BLOCO 03 - Questões gerais sobre a PI-RS (5 questões)**

Nas questões a seguir, perguntamos sobre a política industrial do Rio Grande do Sul, anunciada pelo governador Tarso Genro em março de 2012, no que se refere aos seus aspectos gerais.

**1-B3-** Em geral, você concorda ou discorda que a política industrial do RS contribuirá para o desenvolvimento industrial do estado?

- Discordo totalmente
- Discordo parcialmente
- Não tenho opinião
- Concordo parcialmente



Concordo totalmente

**2-B3-** Por favor, indique, de modo conciso, quais são os aspectos da política industrial do RS que você julga positivos. Pedimos um máximo de cinco indicações.

**3-B3-** Por favor, indique, conforme a ordem de importância em sua avaliação, quais são as principais barreiras ou gargalos ao desenvolvimento industrial do Rio Grande do Sul. Pedimos um máximo de cinco indicações.

**4-B3-** Você conhece a Política Industrial do Governo Federal expressa no Plano Brasil Maior (PBM)?

Sim

Não

**5-B3-** Você concorda ou discorda que a política industrial do RS procura articular-se com a Política Industrial do Governo Federal - PBM.

Discordo totalmente

Discordo parcialmente

Não tenho opinião

Concordo parcialmente

Concordo totalmente

#### **Bloco 4 – Programas Setoriais da PI-RS (10 questões)**

Nas questões a seguir, perguntamos sobre os Programas Setoriais que compõem a Política Industrial do RS. Ao todo, a Política reúne 23 programas setoriais, subdivididos em dois blocos: um bloco chamado de Economia Tradicional e outro bloco chamado de Nova Economia. Em cada bloco, os programas foram classificados em Prioritários, Preferenciais e Especiais. Os setores selecionados são os seguintes:

Nova Economia para o RS	Economia Tradicional do RS
<p><b>Prioritários</b></p> <p>Indústria Oceânica e Polo Naval</p>	<p><b>Prioritário</b></p> <p>Agroindústria: Arroz, Trigo, Soja e Milho, Leite e Derivados, Vitivinicultura, Avicultura, Carne Bovina, Carne Suína.</p>
<p><b>Preferenciais</b></p> <p>Reciclagem e Despoluição</p> <p>Energia Eólica</p>	<p><b>Preferenciais</b></p> <p>Bens de Capital</p> <p>Madeira, Celulose e Móveis.</p>
<p><b>Especiais</b></p> <p>Biocombustíveis</p> <p>Semicondutores</p> <p>Saúde Avançada e Medicamentos</p> <p>Indústria da Criatividade</p>	<p><b>Especiais</b></p> <p>Equipamentos para Indústria de Petróleo e Gás</p> <p>Petroquímica, Borracha e Plástico</p> <p>Software</p> <p>Eletroeletrônica, Automação e Telecomunicações</p> <p>Calçados e Artefatos</p>

**1-B4-** Você participou ou conhece quem tenha participado na escolha dos setores que compõem os Programas Setoriais?

- a) Participou.
- b) Não participou, mas conhece quem tenha participado.
- c) Não participou e não conhece quem tenha participado.

**2-B4-** Você participou ou conhece quem tenha participado nos grupos de trabalho que definiram o conteúdo dos Programas Setoriais?

- a) Participou.
- b) Não participou, mas conhece quem tenha participado.
- c) Não participou e não conhece.

**3-B4-** Em geral, no que se refere ao número de setores selecionados, você avalia que:

- a) O número de setores está adequado.
- b) O número de setores é maior do que deveria ser.
- c) O número de setores é menor do que deveria ser.
- d) Nenhuma das alternativas/Não tenho avaliação.

**4-B4-** Em geral, no que se refere à escolha dos setores selecionados, você avalia que:

- a) A escolha dos setores está adequada.
- b) A escolha dos setores está inadequada.
- c) Nenhuma das alternativas/Não tenho avaliação.

**5-B4-** Em geral, no que se refere à classificação dos setores selecionados em economia tradicional e nova economia, você avalia que:

- a) A classificação dos setores está adequada.
- b) A classificação dos setores está inadequada.
- c) Nenhuma das alternativas/Não tenho avaliação.

**6-B4-** Em geral, no que se refere à classificação dos setores selecionados em prioritários, preferenciais e especiais, você avalia que:

- a) A classificação dos setores está adequada.
- b) A classificação dos setores está inadequada.
- c) Nenhuma das alternativas/Não tenho avaliação.

**7-B4-** Quais suas principais críticas quanto ao número, escolha e classificação dos setores dos Programas Setoriais?

**8-B4-** Em particular, você faria alterações nos setores selecionados? Quais [vale inclusão, exclusão e reagrupamento]?

Exclusões (assinalar)	Inclusões	Exclusões (assinalar)	Inclusões
<b>Nova Economia</b>		<b>Economia Tradicional</b>	
<b>Prioritário</b> ( ) Ind. Oceânica / Polo Naval		<b>Prioritário</b> ( ) Agroindústria ( ) Automotivo e Implementos Rodov.	

<p><b>Preferênciais</b></p> <p>( ) Reciclagem e Despoluição</p> <p>( ) Energia Eólica</p>		<p><b>Preferênciais</b></p> <p>( ) Bens de Capital</p> <p>( ) Madeira, Celulose e Móveis.</p>	
<p><b>Especiais</b></p> <p>( ) Biocombustíveis</p> <p>( ) Semicondutores</p> <p>( ) Saúde Avançada e Medicamentos</p> <p>( ) Indústria da Criatividade</p>		<p><b>Especiais</b></p> <p>( ) Eqptos Indústria</p> <p>Petroleo e Gás</p> <p>( ) Petroquímica, Borracha e Plástico</p> <p>( ) Software</p> <p>( ) Eletroeletrônica, Automação, Telecom.</p> <p>( ) Calçados e Artif.</p>	

**9-B4-** Se você fosse decidir sobre os setores da atividade econômica a serem priorizados nos Programas Setoriais, existentes ou não na estrutura da economia gaúcha, que critérios utilizaria nessa decisão?

**10-B4-** Em geral, no que se refere ao conteúdo dos programas setoriais, você avalia que:

- Os programas setoriais contemplam demandas empresariais importantes.
- Os programas setoriais contemplam apenas parcialmente demandas empresariais importantes.
- Os programas setoriais não contemplam demandas empresariais importantes.
- Nenhuma das alternativas/Não tenho avaliação.

### **Bloco 5 - Eixo II: Política da Economia da Cooperação (9 questões)**

**1-B5-** Em sua opinião, qual a relevância da Política de Economia da Cooperação?

- ( ) Irrelevante
- ( ) Pouco Relevante
- ( ) Relevante
- ( ) Muito Relevante
- ( ) Não tenho opinião formada

**2-B5-** Como você avalia o Projeto de Apoio aos APLs?

- Insatisfatório
- Regular
- Bom
- Ótimo
- Não tenho opinião formada

**3-B5-** Em sua opinião, qual a relevância do Projeto de Apoio aos APLs para o desenvolvimento regional?

- Irrelevante
- Pouco Relevante
- Relevante
- Muito Relevante
- Não tenho opinião formada

**4-B5-** Como você avalia o Programa Redes de Cooperação?

- Insatisfatório
- Regular
- Bom
- Ótimo
- Não tenho opinião formada

**5-B5-** Em sua opinião, qual a relevância do Programa Redes de Cooperação para o desenvolvimento regional?

- Irrelevante
- Pouco Relevante
- Relevante
- Muito Relevante
- Não tenho opinião formada

**6-B5-** Como você avalia o Programa de Apoio aos Polos Tecnológicos?

- Insatisfatório
- Regular
- Bom
- Ótimo
- Não tenho opinião formada

**7-B5-** Em sua opinião, qual a relevância do Programa de Apoio aos Polos Tecnológicos para o desenvolvimento regional?

- Irrelevante
- Pouco Relevante
- Relevante
- Muito Relevante
- Não tenho opinião formada

**8-B5-** Como você avalia o Programa Gaúcho de Apoio ao Cooperativismo Rural?

- Insatisfatório
- Regular
- Bom
- Ótimo
- Não tenho opinião formada

**9-B5-** Em sua opinião, qual a relevância do Programa Gaúcho de Apoio ao Cooperativismo Rural para o desenvolvimento regional?

- Irrelevante
- Pouco Relevante
- Relevante
- Muito Relevante
- Não tenho opinião formada

**Bloco 6 - Eixo III: Política da Firma (5 questões)**

**1-B6-** Como você avalia a experiência da Sala do Investidor?

- Insatisfatória
- Regular
- Boa
- Ótima
- Não tenho opinião formada

**2-B6-** Em sua opinião, qual a relevância da Sala do Investidor para os investimentos das firmas?

- Irrelevante
- Pouco Relevante
- Relevante
- Muito Relevante
- Não tenho opinião formada

**3-B6-** Em sua opinião, que pontos deveriam /poderiam ser melhorados na Sala do Investidor?

**4-B6-** Como você avalia o Projeto Extensão Produtiva e Inovação?

- Insatisfatório
- Regular
- Bom
- Ótimo
- Não tenho opinião formada

**5-B6-** Em sua opinião, qual a relevância do Projeto Extensão Produtiva e Inovação para as firmas e para o desenvolvimento regional?

- Irrelevante
- Pouco Relevante
- Relevante
- Muito Relevante
- Não tenho opinião formada

**Bloco 7 - Eixo IV: Instrumentos Transversais (15 questões)**

**1-B7-** Como você avalia o Novo FUNDOPEM / INTEGRAR?

- Insatisfatório
- Regular
- Bom
- Ótimo
- Não tenho opinião formada

**2-B7-** Em sua opinião, qual a relevância do Novo FUNDOPEM / INTEGRAR para o desenvolvimento regional?

- Irrelevante
- Pouco Relevante
- Relevante
- Muito Relevante
- Não tenho opinião formada

**3-B7-** Como você avalia o Programa Estadual de Desenvolvimento Industrial (PROEDI), que tem relação com os Distritos Industriais do Estado?

- Insatisfatório
- Regular
- Bom
- Ótimo
- Não tenho opinião formada

**4-B7-** Em sua opinião, qual a relevância do Programa Estadual de Desenvolvimento Industrial (PROEDI) para o desenvolvimento regional?

- Irrelevante
- Pouco Relevante
- Relevante
- Muito Relevante



Não tenho opinião formada

**5-B7-** Como você avalia o Programa de Apoio a Iniciativas Municipais, que tem relação com o desenvolvimento de infraestruturas para áreas industriais municipais?

Insatisfatório

Regular

Bom

Ótimo

Não tenho opinião formada

**6-B7-** Em sua opinião, qual a relevância do Programa de Apoio a Iniciativas Municipais para o desenvolvimento regional?

Irrelevante

Pouco Relevante

Relevante

Muito Relevante

Não tenho opinião formada

**7-B7-** Como você avalia o Programa Pro-Inovação?

Insatisfatório

Regular

Bom

Ótimo

Não tenho opinião formada

**8-B7-** Em sua opinião, qual a relevância do Programa Pro-Inovação?

Irrelevante

Pouco Relevante

Relevante

Muito Relevante

Não tenho opinião formada

**9-B7-** Como você avalia o Programa Gaúcho de Parques Científicos e Tecnológicos (PGTec)?

Insatisfatório

Regular

- Bom
- Ótimo
- Não tenho opinião formada

**10-B7-** Em sua opinião, qual a relevância do Programa Gaúcho de Parques Científicos e Tecnológicos (PGTec)?

- Irrelevante
- Pouco Relevante
- Relevante
- Muito Relevante
- Não tenho opinião formada

**11-B7-** Como você avalia o desempenho das instituições gaúchas de financiamento no que se refere ao fomento industrial?

**11.1- Banrisul**

- Insatisfatório
- Regular
- Bom
- Ótimo
- Não tenho opinião formada

**11.2- Badesul Desenvolvimento**

- Insatisfatório
- Regular
- Bom
- Ótimo
- Não tenho opinião formada

**11.3- BRDE**

- Insatisfatório
- Regular
- Bom
- Ótimo

( ) Não tenho opinião formada

**12-B7-** Você concorda com o fato do Governo RS formular políticas que privilegiem regiões menos desenvolvidas do Estado?

( ) Discordo totalmente

( ) Discordo parcialmente

( ) Não tenho opinião

( ) Concordo parcialmente

( ) Concordo totalmente

**13-B7-** Você concorda que está adequada a articulação dos Instrumentos Transversais e de Infraestrutura da PI-RS (por ex.: Novo FUNDOPEM, PROEDI, Bancos Estatais, Infraestrutura) com a sua Política Setorial?

( ) Discordo totalmente

( ) Discordo parcialmente

( ) Não tenho opinião

( ) Concordo parcialmente

( ) Concordo totalmente

### **Bloco 8 - Eixo V: Infraestrutura para o Desenvolvimento e Energia (3 questões)**

**1-B8-** Em geral, você concorda ou discorda que a implantação de Distritos Industriais (DIs) pode ser considerada uma estratégia válida para direcionar investimentos em infraestrutura para o desenvolvimento industrial?

( ) Discordo totalmente

( ) Discordo parcialmente

( ) Não tenho opinião

( ) Concordo parcialmente

( ) Concordo totalmente

**2-B8-** Em geral, você concorda ou discorda da estratégia de construção de infraestrutura e fornecimento de energia para o desenvolvimento baseada na ideia da ampla promoção de Áreas Industriais Municipais (AIMs)?

( ) Discordo totalmente

- Discordo parcialmente
- Não tenho opinião
- Concordo parcialmente
- Concordo totalmente

**3-B8-** Em sua opinião, qual(is) o(s) principal(is) gargalo(s) da infraestrutura no Estado?

**Bloco 9 - Perguntas Finais (4 questões)**

**1-B9-** Em sua opinião, qual(is) o(s) principal(is) resultado(s) positivo(s) da PI-RS?

**2-B9-** Em sua opinião, que pontos deveriam /poderiam ser melhorados na PI-RS?

**3-B9-** Em sua opinião está adequada e suficiente a comunicação/divulgação da PI-RS por parte do Governo RS em relação aos seus Programas, incentivos, instrumentos de apoio, etc.?

**4-B9-** Em sua opinião, o que pode ser feito para melhorar a comunicação/divulgação da PI-RS?

## ANEXO C – TABELAS QUANTITATIVAS DA PESQUISA DE CAMPO REALIZADA

### PPGEPS / UNISINOS

**Aluno: IBES ERON VAZ**

**Orientador: Junico Antunes**

**Coorientador: Daniel Lacerda**

### RESULTADOS DO QUESTIONÁRIO DE PESQUISA DE CAMPO (Somente questões quantitativas, sem os comentários dos entrevistados)

#### CORPUS DE ANÁLISE

Forma de organização e apresentação desse Corpus de Análise:

**I-** Para fins de facilitar a análise geral os atores entrevistados foram agrupados da seguinte maneira:

01 = pessoas do governo estadual; 02 = Empresários; 03 = pessoas da sociedade civil em geral; 04 = pessoas do meio acadêmico. Conforme tabela abaixo.

<b>ATORES</b>	
<b>Governo</b>	<b>Grupo 01 (G1)</b>
<b>Empresários</b>	<b>Grupo 02 (G2)</b>
<b>Sociedade Civil</b>	<b>Grupo 03 (G3)</b>
<b>Academia</b>	<b>Grupo 04 (G4)</b>

**II-** Para facilitar a análise estatística as opções de resposta quantitativa ao questionário foram numeradas de 1 até 5 conforme tabela abaixo.

O questionário é composto por cinco tipos opções de resposta às questões. As opções procuram verificar o Nível de Concordância, a Percepção da Relevância, a Avaliação Geral, Alternativas Diversas e Afirmação/Negação.

Opções de resposta					
	Nível de Concordância	Percepção da Relevância	Avaliação Geral	Alternativas Diversas	Afirmação / Negação
1	Discordo total	Irrelevante	Insatisfatório	a	Sim
2	Discordo parcial	Pouco relevante	Regular	b	Não
3	NTO *	Relevante	Bom	c	
4	Concordo parcial	Muito relevante	Ótimo	d	
5	Concordo total	NTO	NTO	e	

\* NTO (Não tem opinião formada / Não opinou)

### III- Codificação dos Entrevistados:

Todos os entrevistados consentiram, de forma espontânea, em dar a entrevista. Todos tomaram conhecimento de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), tendo recebido cópia em mãos ou via e-mail. O mestrando tem em sua guarda os originais dos TCLEs assinados pelos entrevistados.

Para garantir o sigilo dos entrevistados será utilizado um código, quando algum deles precisar ser citado no transcrito da dissertação. O código é muito simples, por exemplo: **Ent19 = Entrevistado nº 19** (líder cooperativista e faz parte do Grupo de Atores 2 (G2)), ou **Ent30 = Entrevistado nº 30** (jornalista, do Grupo 3 (G3)). Para conferir a qualificação e a posição do entrevistado nos grupos basta verificar o quadro a seguir – Relação de Entrevistados.

#### Relação de Entrevistados

Distribuição codificada dos 51 entrevistados nos quatro grupos de atores.

I – GOVERNO	II - EMPRESARIOS	III - SOCIEDADE CIVIL	IV - ACADEMIA
1- Secretário de Estado no Governo do Rio Grande do Sul	13- Dirigente de grande indústria na RMPA*	27- Jornalista articulista de economia	40- Economista professor universitário – Universidade privada na RMPA
2- Alto funcionário do Governo do Estado na	14- Empresário e líder empresarial da indústria de	28- Dirigente estadual de central sindical de	41- Economista professor universitário – Universidade federal na

área fazendária	saúde avançada	trabalhadores	RMPA
3- Alto funcionário do Governo do Estado na área fazendária	15- Líder empresarial da indústria Gaúcha	29- Gestor de APL do setor de TIC	42- Dirigente de parque tecnológico no interior do Rio Grande do Sul
4- Alto funcionário do Governo do Estado na área fazendária	16- Líder empresarial da indústria de máquinas	30- Jornalista diretor de redação	43- Economista professor universitário – Universidade federal na RMPA
5- Secretário de Estado no Governo do Rio Grande do Sul	17- Dirigente e líder da agroindústria cooperativista	31- Gestor de APL do setor de Agroindústria	44- Dirigente de parque tecnológico na RMPA
6- Dirigente de Empresa Estatal na área de financiamentos	18- Empresário e líder na indústria eletroeletrônica	32- Administrador consultor ligado a entidade de reflexão acerca do desenvolvimento	45- Reitor de Universidade Privada na RMPA
7- Secretário de Estado no Governo do Rio Grande do Sul	19- Líder do cooperativismo gaúcho	33- Gestor de APL do setor de TIC	46- Administrador professor universitário – Universidade privada na RMPA
8- Governador do Estado RS	20- Empresário e líder empresarial	34 – Dirigente de entidade empresarial da indústria	47- Dirigente de parque tecnológico na RMPA
9- Dirigente de Empresa Estatal na área de financiamentos	21- Empresário da indústria de saúde avançada	35- Deputado Estadual	48- Jornalista professor universitário – Universidade privada na RMPA
10- Dirigente de Empresa Estatal na área de desenvolvimento	22- Empresário do setor metalmeccânico e líder empresarial	36- Economista da área de assessoramento sindical de trabalhadores	49- Administrador professor universitário – Universidade privada do interior do RS
11- Dirigente de Empresa Estatal na área de desenvolvimento	23- Dirigente de empresa cooperativa na área de alimentação	37- Dirigente de entidade empresarial da agricultura	50- Dirigente de parque tecnológico na RMPA
12- Alto funcionário do Governo do Estado na área de financiamentos	24- Empresário da indústria de alimentação	38- Dirigente de Sindicato empresarial	51- Engenheiro Físico - professor universitário – Universidade federal na RMPA
	25- Empresário da indústria de medicamentos	39- Dirigente estadual de central sindical de trabalhadores	
	26- Empresário do setor de automação automotiva		

\* **RMPA**: Região Metropolitana de Porto Alegre

#### **IV- Notação das questões:**

Cada questão tem um código simples que indica o seu número e o bloco de questões da qual faz parte, por exemplo:

**1-B1:** Questão 01 do Bloco 01.

**2-B6:** Questão 02 do Bloco 06.

#### **V- Legenda das tabelas quantitativas.**

**n=51:** tamanho total da amostra igual a 51 entrevistados.

**nG1=12:** tamanho da amostra do grupo de atores “Governo” igual a 12 entrevistados.

**nG2=14:** tamanho da amostra do grupo de atores “Empresários” igual a 14 entrevistados.

**nG3=13:** tamanho da amostra do grupo de atores “Sociedade Civil” igual a 13 entrevistados.

**nG4=12:** tamanho da amostra do grupo de atores “Academia” igual a 12 entrevistados.

**FA:** Frequência Absoluta

**FRA:** Frequência Relativa da Amostra Total =  $FA/n51$

**FRG:** Frequência Relativa da Amostra do Grupo =  $FA/nG1...G4$

**A seguir se apresenta as tabelas com os resultados quantitativos da pesquisa de campo realizada.**



**BLOCO 01 (B1) – Grau de conhecimento sobre a PI-RS**

**1-B1 - Em março de 2012, o Governo do Estado do Rio Grande do Sul lançou o plano de implantação da Política Industrial do estado, a qual é coordenada pela Secretaria de Desenvolvimento e Promoção do Investimento. Como você avalia o seu grau de conhecimento sobre essa política?**

- a) possuo conhecimento razoável da Política Industrial do RS, que me permite formar juízos sobre essa política.  
 b) possuo conhecimento parcial da Política Industrial do RS, que me permite formar juízos apenas sobre aspectos específicos dessa política.  
 c) não julgo conhecer suficientemente a Política Industrial do RS a ponto de formar juízos acerca dessa política, mesmo que apenas sobre aspectos específicos.

Grupo	Alternativas (n=51)								
	1			2			3		
	FA	FRA (%)	FRG (%)	FA	FRA (%)	FRG (%)	FA	FRA (%)	FRG (%)
01 (nG1=12)	12	23,53%	100,00%	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
02 (nG2=14)	7	13,73%	50,00%	4	7,84%	28,57%	3	5,88%	21,43%
03 (nG3=13)	7	13,73%	53,85%	6	11,76%	46,15%	0	0,00%	0,00%
04 (nG4=12)	6	11,76%	50,00%	6	11,76%	50,00%	0	0,00%	0,00%
Total	<b>32</b>	<b>62,75%</b>	-	<b>16</b>	<b>31,37%</b>	-	<b>3</b>	<b>5,88%</b>	-

**2-B1 - [Caso a resposta da questão 1 seja a letra “a” ou “b”, o entrevistador deve perguntar ao entrevistado:] Como você tomou conhecimento da Política Industrial do RS? Pode ser escolhida mais de uma opção.**

- a) Fez/faz parte da elaboração e/ou execução da Política Industrial.  
 b) Leu documentos da Política Industrial.  
 c) Leu matérias em jornais e/ou revistas sobre a Política Industrial.  
 d) Assistiu programa de televisão sobre a Política Industrial.  
 e) Pesquisou em site da Secretaria ou da AGDI ou outro sobre a Política Industrial.  
 f) Outro meio – releases do governo do Estado.

Alternativa	Como tomou conhecimento da PI-RS	Quantos dos 51 entrevistados escolheram a alternativa
a)	Fez/faz parte da elaboração e/ou execução da PI-RS.	<b>27</b>
b)	Leu documentos da Política Industrial.	<b>32</b>
c)	Leu matérias em jornais e/ou revistas sobre a PI-RS.	<b>23</b>
d)	Assistiu programa de televisão sobre a PI-RS.	<b>2</b>
e)	Pesquisou em site da Secretaria ou da AGDI ou outros.	<b>10</b>
f)	Outro meio.	<b>19</b>

f) Outros meios de conhecimento da PI-RS, descrição sintética	Quantidade de Entrevistados
1- Contato direto com SDPI/AGDI	<b>4</b>
2- Por meio de representante sindical	<b>1</b>
3- Por meio do Conselho de Desenvolvimento Econômico Social - CDES	<b>2</b>
4- Por meio do Projeto de Arranjos Produtivos Locais (APLs)	<b>1</b>
5- Participação no evento de lançamento da PI-RS	<b>2</b>
6- Palestras e contatos com o Secretário-adjunto da SDPI	<b>3</b>
7- Reuniões e contatos diversos	<b>2</b>

**3-B1 - [Caso a resposta da questão 1 seja a letra “c”, o entrevistador deve perguntar ao entrevistado:] A que você atribui seu conhecimento insuficiente da Política Industrial do RS?**

- a) não teve interesse em se informar.
- b) não julga o assunto importante.
- c) não percebeu esforço efetivo de comunicação do governo.
- d) outras razões.

#### **BLOCO 02 - Questionamentos Fundamentais / Visão de mundo dos entrevistados**

**Nas questões a seguir, perguntamos sua opinião acerca de políticas industriais em geral.**

**1-B2 - Em geral, você concorda ou discorda que o governo deve executar políticas ativas para induzir o desenvolvimento industrial?**

- ( ) Discordo totalmente
- ( ) Discordo parcialmente
- ( ) Não tenho opinião
- ( ) Concordo parcialmente
- ( ) Concordo totalmente

Grupo	Alternativas (n=51)					
	4			5		
	FA	FRA (%)	FRG (%)	FA	FRA (%)	FRG (%)
01 (nG1=12)	1	1,96%	8,33%	11	21,57%	91,67%
02 (nG2=14)	1	1,96%	7,14%	13	25,49%	92,86%
03 (nG3=13)	2	3,92%	15,38%	11	21,57%	84,62%
04 (nG4=12)	1	1,96%	8,33%	11	21,57%	91,67%
Total	<b>5</b>	<b>9,80%</b>	-	<b>46</b>	<b>90,20%</b>	-

**2-B2 - Em geral, você concorda ou discorda que o governo defina setores prioritários a serem incentivados numa política industrial?**

- ( ) Discordo totalmente

- ( ) Discordo parcialmente  
 ( ) Não tenho opinião  
 ( ) Concordo parcialmente  
 ( ) Concordo totalmente

Grupo	Alternativas (n=51)								
	2			4			5		
	FA	FRA (%)	FRG (%)	FA	FRA (%)	FRG (%)	FA	FRA (%)	FRG (%)
01 (nG1=12)	0	0,00%	0,00%	1	1,96%	8,33%	11	21,57%	91,67%
02 (nG2=14)	1	1,96%	7,14%	4	7,84%	28,57%	9	17,65%	64,29%
03 (nG3=13)	0	0,00%	0,00%	6	11,76%	46,15%	7	13,73%	53,85%
04 (nG4=12)	0	0,00%	0,00%	4	7,84%	33,33%	8	15,69%	66,67%
Total	<b>1</b>	<b>1,96%</b>	-	<b>15</b>	<b>29,41%</b>	-	<b>35</b>	<b>68,63%</b>	-

**3-B2 - Em geral, você concorda ou discorda que o governo deva utilizar apenas instrumentos que beneficiem ampla gama de setores, sem definição de setores prioritários?**

- ( ) Discordo totalmente  
 ( ) Discordo parcialmente  
 ( ) Não tenho opinião  
 ( ) Concordo parcialmente  
 ( ) Concordo totalmente

Grupo	Alternativas (n=51)								
	1			2			4		
	FA	FRA (%)	FRG (%)	FA	FRA (%)	FRG (%)	FA	FRA (%)	FRG (%)
01 (nG1=12)	10	19,61%	83,33%	0	0,00%	0,00%	2	3,92%	16,67%
02 (nG2=14)	7	13,73%	50,00%	5	9,80%	35,71%	2	3,92%	14,29%
03 (nG3=13)	7	13,73%	53,85%	4	7,84%	30,77%	2	3,92%	15,38%
04 (nG4=12)	7	13,73%	58,33%	4	7,84%	33,33%	1	1,96%	8,33%
Total	<b>31</b>	<b>60,78%</b>	-	<b>13</b>	<b>25,49%</b>	-	<b>7</b>	<b>13,73%</b>	-

**4-B2 - Em geral, você concorda ou discorda que o governo deva combinar medidas que beneficiem setores prioritários com medidas que beneficiem ampla gama de setores?**

- ( ) Discordo totalmente  
 ( ) Discordo parcialmente  
 ( ) Não tenho opinião  
 ( ) Concordo parcialmente  
 ( ) Concordo totalmente

Grupo	Alternativas (n=51)											
	2			3			4			5		
	FA	FRA (%)	FRG (%)	FA	FRA (%)	FRG (%)	FA	FRA (%)	FRG (%)	FA	FRA (%)	FRG (%)
01 (nG1=12)	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%	12	23,53%	100,00%
02 (nG2=14)	1	1,96%	7,14%	1	1,96%	7,14%	4	7,84%	28,57%	8	15,69%	57,14%
03 (nG3=13)	1	1,96%	7,69%	0	0,00%	0,00%	3	5,88%	23,08%	9	17,65%	69,23%
04 (nG4=12)	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%	4	7,84%	33,33%	8	15,69%	66,67%
Total	<b>2</b>	<b>3,92%</b>	-	<b>1</b>	<b>1,96%</b>	-	<b>11</b>	<b>21,57%</b>	-	<b>37</b>	<b>72,55%</b>	-

**5-B2 - Você concorda ou discorda, no caso do Brasil, que os governos estaduais podem ser capazes de executar uma política industrial de âmbito regional?**

- ( ) Discordo totalmente  
 ( ) Discordo parcialmente  
 ( ) Não tenho opinião  
 ( ) Concordo parcialmente  
 ( ) Concordo totalmente

Grupo	Alternativas (n=51)											
	1			3			4			5		
	FA	FRA (%)	FRG (%)	FA	FRA (%)	FRG (%)	FA	FRA (%)	FRG (%)	FA	FRA (%)	FRG (%)
01 (nG1=12)	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%	2	3,92%	16,67%	10	19,61%	83,33%
02 (nG2=14)	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%	4	7,84%	28,57%	10	19,61%	71,43%
03 (nG3=13)	1	1,96%	7,69%	1	1,96%	7,69%	3	5,88%	23,08%	8	15,69%	61,54%
04 (nG4=12)	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%	6	11,76%	50,00%	6	11,76%	50,00%
Total	<b>1</b>	<b>1,96%</b>	-	<b>1</b>	<b>1,96%</b>	-	<b>15</b>	<b>29,41%</b>	-	<b>34</b>	<b>66,67%</b>	-

**6-B2 - Você conhece, mesmo que parcialmente, alguma experiência de política industrial regional executada por governo de estado no Brasil ou em outro país? Caso afirmativo cite exemplos.**

- ( ) Sim, qual(is)?  
 ( ) Não

Grupo	Alternativas (n=51)					
	1			2		
	FA	FRA (%)	FRG (%)	FA	FRA (%)	FRG (%)
01 (nG1=12)	9	17,65%	75,00%	3	5,88%	25,00%
02 (nG2=14)	13	25,49%	92,86%	1	1,96%	7,14%
03 (nG3=13)	9	17,65%	69,23%	4	7,84%	30,77%
04 (nG4=12)	8	15,69%	66,67%	4	7,84%	33,33%
<b>Total</b>	<b>39</b>	<b>76,47%</b>	<b>-</b>	<b>12</b>	<b>23,53%</b>	<b>-</b>

### BLOCO 03 - Questões gerais sobre a PI-RS

**1-B3 - Em geral, você concorda ou discorda que a política industrial do RS contribuirá para o desenvolvimento industrial do estado?**

- ( ) Discordo totalmente  
 ( ) Discordo parcialmente  
 ( ) Não tenho opinião  
 ( ) Concordo parcialmente  
 ( ) Concordo totalmente

Grupo	Alternativas (n=51)											
	2			3			4			5		
	FA	FRA (%)	FRG (%)	FA	FRA (%)	FRG (%)	FA	FRA (%)	FRG (%)	FA	FRA (%)	FRG (%)
01 (nG1=12)	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%	1	1,96%	8,33%	11	21,57%	91,67%
02 (nG2=14)	0	0,00%	0,00%	2	3,92%	14,29%	6	11,76%	42,86%	6	11,76%	42,86%
03 (nG3=13)	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%	2	3,92%	15,38%	11	21,57%	84,62%
04 (nG4=12)	1	1,96%	8,33%	1	1,96%	8,33%	3	5,88%	25,00%	7	13,73%	58,33%
<b>Total</b>	<b>1</b>	<b>1,96%</b>	<b>-</b>	<b>3</b>	<b>5,88%</b>	<b>-</b>	<b>12</b>	<b>23,53%</b>	<b>-</b>	<b>35</b>	<b>68,63%</b>	<b>-</b>

**4-B3 - Você conhece a Política Industrial do Governo Federal expressa no Plano Brasil Maior (PBM)?**

- ( ) Sim ( ) Não

Grupo	Alternativas (n=51)					
	1			2		
	FA	FRA (%)	FRG (%)	FA	FRA (%)	FRG (%)
01 (nG1=12)	10	19,61%	83,33%	2	3,92%	16,67%
02 (nG2=14)	10	19,61%	71,43%	4	7,84%	28,57%
03 (nG3=13)	10	19,61%	76,92%	3	5,88%	23,08%
04 (nG4=12)	10	19,61%	83,33%	2	3,92%	16,67%
<b>Total</b>	<b>40</b>	<b>78,43%</b>	<b>-</b>	<b>11</b>	<b>21,57%</b>	<b>-</b>

**5-B3 - Você concorda ou discorda que a política industrial do RS procura articular-se com a Política Industrial do Governo Federal - PBM.**

- ( ) Discordo totalmente  
 ( ) Discordo parcialmente  
 ( ) Não tenho opinião  
 ( ) Concordo parcialmente  
 ( ) Concordo totalmente

Grupo	Alternativas (n=51)														
	1			2			3			4			5		
	FA	FRA (%)	FRG (%)	FA	FRA (%)	FRG (%)	FA	FRA (%)	FRG (%)	FA	FRA (%)	FRG (%)	FA	FRA (%)	FRG (%)
01 (nG1=12)	0	0,00%	0,00%	2	3,92%	16,67%	0	0,00%	0,00%	5	9,80%	41,67%	5	9,80%	41,67%
02 (nG2=14)	0	0,00%	0,00%	1	1,96%	7,14%	5	9,80%	35,71%	6	11,76%	42,86%	2	3,92%	14,29%
03 (nG3=13)	1	1,96%	7,69%	0	0,00%	0,00%	1	1,96%	7,69%	2	3,92%	15,38%	9	17,65%	69,23%
04 (nG4=12)	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%	3	5,88%	25,00%	4	7,84%	33,33%	5	9,80%	41,67%
<b>Total</b>	<b>1</b>	<b>1,96%</b>	<b>-</b>	<b>3</b>	<b>5,88%</b>	<b>-</b>	<b>9</b>	<b>17,65%</b>	<b>-</b>	<b>17</b>	<b>33,33%</b>	<b>-</b>	<b>21</b>	<b>41,18%</b>	<b>-</b>

**Bloco 4 – Programas Setoriais da PI-RS**

**1-B4 - Você participou ou conhece quem tenha participado na escolha dos setores que compõem os Programas Setoriais?**

- a) Participou.  
 b) Não participou, mas conhece quem tenha participado.

c) Não participou e não conhece quem tenha participado.

Grupo	Alternativas (n=51)								
	1			2			3		
	FA	FRA (%)	FRG (%)	FA	FRA (%)	FRG (%)	FA	FRA (%)	FRG (%)
01 (nG1=12)	10	19,61%	83,33%	2	3,92%	16,67%	0	0,00%	0,00%
02 (nG2=14)	4	7,84%	28,57%	5	9,80%	35,71%	5	9,80%	35,71%
03 (nG3=13)	3	5,88%	23,08%	7	13,73%	53,85%	3	5,88%	23,08%
04 (nG4=12)	2	3,92%	16,67%	8	15,69%	66,67%	2	3,92%	16,67%
<b>Total</b>	<b>19</b>	<b>37,25%</b>	-	<b>22</b>	<b>43,14%</b>	-	<b>10</b>	<b>19,61%</b>	-

**2-B4 - Você participou ou conhece quem tenha participado nos grupos de trabalho que definiram o conteúdo dos Programas Setoriais?**

- a) Participou.
- b) Não participou, mas conhece quem tenha participado.
- c) Não participou e não conhece.

Grupo	Alternativas (n=51)								
	1			2			3		
	FA	FRA (%)	FRG (%)	FA	FRA (%)	FRG (%)	FA	FRA (%)	FRG (%)
01 (nG1=12)	7	13,73%	58,33%	5	9,80%	41,67%	0	0,00%	0,00%
02 (nG2=14)	6	11,76%	42,86%	2	3,92%	14,29%	6	11,76%	42,86%
03 (nG3=13)	4	7,84%	30,77%	5	9,80%	38,46%	4	7,84%	30,77%
04 (nG4=12)	0	0,00%	0,00%	10	19,61%	83,33%	2	3,92%	16,67%
<b>Total</b>	<b>17</b>	<b>33,33%</b>	-	<b>22</b>	<b>43,14%</b>	-	<b>12</b>	<b>23,53%</b>	-

**3 – B4 - Em geral, no que se refere ao número de setores selecionados, você avalia que:**

- a) O número de setores está adequado.
- b) O número de setores é maior do que deveria ser.
- c) O número de setores é menor do que deveria ser.
- d) Nenhuma das alternativas/Não tenho avaliação.

Grupo	Alternativas (n=51)											
	1			2			3			4		
	FA	FRA (%)	FRG (%)	FA	FRA (%)	FRG (%)	FA	FRA (%)	FRG (%)	FA	FRA (%)	FRG (%)
01 (nG1=12)	8	15,69%	66,67%	3	5,88%	25,00%	0	0,00%	0,00%	1	1,96%	8,33%
02 (nG2=14)	10	19,61%	71,43%	3	5,88%	21,43%	1	1,96%	7,14%	0	0,00%	0,00%
03 (nG3=13)	11	21,57%	84,62%	2	3,92%	15,38%	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
04 (nG4=12)	6	11,76%	50,00%	6	11,76%	50,00%	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
<b>Total</b>	<b>35</b>	<b>68,63%</b>	<b>-</b>	<b>14</b>	<b>27,45%</b>	<b>-</b>	<b>1</b>	<b>1,96%</b>	<b>-</b>	<b>1</b>	<b>1,96%</b>	<b>-</b>

**4 – B4 - Em geral, no que se refere à escolha dos setores selecionados, você avalia que:**

- A escolha dos setores está adequada.
- A escolha dos setores está inadequada.
- Nenhuma das alternativas/Não tenho avaliação.

Grupo	Alternativas (n=51)								
	1			2			3		
	FA	FRA (%)	FRG (%)	FA	FRA (%)	FRG (%)	FA	FRA (%)	FRG (%)
01 (nG1=12)	11	21,57%	91,67%	1	1,96%	8,33%	0	0,00%	0,00%
02 (nG2=14)	10	19,61%	71,43%	2	3,92%	14,29%	2	3,92%	14,29%
03 (nG3=13)	11	21,57%	84,62%	0	0,00%	0,00%	2	3,92%	15,38%
04 (nG4=12)	9	17,65%	75,00%	2	3,92%	16,67%	1	1,96%	8,33%
<b>Total</b>	<b>41</b>	<b>80,39%</b>	<b>-</b>	<b>5</b>	<b>9,80%</b>	<b>-</b>	<b>5</b>	<b>9,80%</b>	<b>-</b>

**5 – B4 - Em geral, no que se refere à classificação dos setores selecionados em economia tradicional e nova economia, você avalia que:**

- A classificação dos setores está adequada.
- A classificação dos setores está inadequada.
- Nenhuma das alternativas/Não tenho avaliação.



Grupo	Alternativas (n=51)								
	1			2			3		
	FA	FRA (%)	FRG (%)	FA	FRA (%)	FRG (%)	FA	FRA (%)	FRG (%)
01 (nG1=12)	9	17,65%	75,00%	2	3,92%	16,67%	1	1,96%	8,33%
02 (nG2=14)	12	23,53%	85,71%	1	1,96%	7,14%	1	1,96%	7,14%
03 (nG3=13)	9	17,65%	69,23%	2	3,92%	15,38%	2	3,92%	15,38%
04 (nG4=12)	10	19,61%	83,33%	1	1,96%	8,33%	1	1,96%	8,33%
<b>Total</b>	<b>40</b>	<b>78,43%</b>	-	<b>6</b>	<b>11,76%</b>	-	<b>5</b>	<b>9,80%</b>	-

**6 – B4 - Em geral, no que se refere à classificação dos setores selecionados em prioritários, preferenciais e especiais, você avalia que:**

- A classificação dos setores está adequada.
- A classificação dos setores está inadequada.
- Nenhuma das alternativas/Não tenho avaliação.

Grupo	Alternativas (n=51)								
	1			2			3		
	FA	FRA (%)	FRG (%)	FA	FRA (%)	FRG (%)	FA	FRA (%)	FRG (%)
01 (nG1=12)	10	19,61%	83,33%	2	3,92%	16,67%	0	0,00%	0,00%
02 (nG2=14)	7	13,73%	50,00%	3	5,88%	21,43%	4	7,84%	28,57%
03 (nG3=13)	9	17,65%	69,23%	2	3,92%	15,38%	2	3,92%	15,38%
04 (nG4=12)	6	11,76%	50,00%	5	9,80%	41,67%	1	1,96%	8,33%
<b>Total</b>	<b>32</b>	<b>62,75%</b>	-	<b>12</b>	<b>23,53%</b>	-	<b>7</b>	<b>13,73%</b>	-

**10-B4 - Em geral, no que se refere ao conteúdo dos programas setoriais, você avalia que:**

- Os programas setoriais contemplam demandas empresariais importantes.
- Os programas setoriais contemplam apenas parcialmente demandas empresariais importantes.
- Os programas setoriais não contemplam demandas empresariais importantes.
- Nenhuma das alternativas/Não tenho avaliação.

Grupo	Alternativas (n=51)								
	1			2			4		
	FA	FRA (%)	FRG (%)	FA	FRA (%)	FRG (%)	FA	FRA (%)	FRG (%)
01 (nG1=12)	8	15,69%	66,67%	4	7,84%	33,33%	0	0,00%	0,00%
02 (nG2=14)	5	9,80%	35,71%	8	15,69%	57,14%	1	1,96%	7,14%
03 (nG3=13)	6	11,76%	46,15%	5	9,80%	38,46%	2	3,92%	15,38%
04 (nG4=12)	4	7,84%	33,33%	8	15,69%	66,67%	0	0,00%	0,00%
<b>Total</b>	<b>23</b>	<b>45,10%</b>	-	<b>25</b>	<b>49,02%</b>	-	<b>3</b>	<b>5,88%</b>	-

### Bloco 5 - Eixo II: Política da Economia da Cooperação

#### 1-B5 - Em sua opinião, qual a relevância da Política de Economia da Cooperação?

- ( ) Irrelevante
- ( ) Pouco Relevante
- ( ) Relevante
- ( ) Muito Relevante
- ( ) Não tenho opinião formada

Grupo	Alternativas (n=51)								
	2			3			4		
	FA	FRA (%)	FRG (%)	FA	FRA (%)	FRG (%)	FA	FRA (%)	FRG (%)
01 (nG1=12)	0	0,00%	0,00%	4	7,84%	33,33%	8	15,69%	66,67%
02 (nG2=14)	3	5,88%	21,43%	8	15,69%	57,14%	3	5,88%	21,43%
03 (nG3=13)	1	1,96%	7,69%	5	9,80%	38,46%	7	13,73%	53,85%
04 (nG4=12)	0	0,00%	0,00%	6	11,76%	50,00%	6	11,76%	50,00%
<b>Total</b>	<b>4</b>	<b>7,84%</b>	-	<b>23</b>	<b>45,10%</b>	-	<b>24</b>	<b>47,06%</b>	-

**2-B5 - Como você avalia o Projeto de Apoio aos APLs?**

- ( ) Insatisfatório
- ( ) Regular
- ( ) Bom
- ( ) Ótimo
- ( ) Não tenho opinião formada

Grupo	Alternativas (n=51)														
	1			2			3			4			5		
	FA	FRA (%)	FRG (%)	FA	FRA (%)	FRG (%)	FA	FRA (%)	FRG (%)	FA	FRA (%)	FRG (%)	FA	FRA (%)	FRG (%)
01 (nG1=12)	0	0,00%	0,00%	1	1,96%	8,33%	3	5,88%	25,00%	8	15,69%	66,67%	0	0,00%	0,00%
02 (nG2=14)	0	0,00%	0,00%	2	3,92%	14,29%	6	11,76%	42,86%	3	5,88%	21,43%	3	5,88%	21,43%
03 (nG3=13)	0	0,00%	0,00%	2	3,92%	15,38%	6	11,76%	46,15%	5	9,80%	38,46%	0	0,00%	0,00%
04 (nG4=12)	1	1,96%	8,33%	2	3,92%	16,67%	8	15,69%	66,67%	0	0,00%	0,00%	1	1,96%	8,33%
<b>Total</b>	<b>1</b>	<b>1,96%</b>	<b>-</b>	<b>7</b>	<b>13,73%</b>	<b>-</b>	<b>23</b>	<b>45,10%</b>	<b>-</b>	<b>16</b>	<b>31,37%</b>	<b>-</b>	<b>4</b>	<b>7,84%</b>	<b>-</b>

**3-B5 - Em sua opinião, qual a relevância do Projeto de Apoio aos APLs para o desenvolvimento regional?**

- ( ) Irrelevante
- ( ) Pouco Relevante
- ( ) Relevante
- ( ) Muito Relevante
- ( ) Não tenho opinião formada

Grupo	Alternativas (n=51)								
	2			3			4		
	FA	FRA (%)	FRG (%)	FA	FRA (%)	FRG (%)	FA	FRA (%)	FRG (%)
01 (nG1=12)	1	1,96%	8,33%	2	3,92%	16,67%	9	17,65%	75,00%
02 (nG2=14)	2	3,92%	14,29%	10	19,61%	71,43%	2	3,92%	14,29%
03 (nG3=13)	1	1,96%	7,69%	4	7,84%	30,77%	8	15,69%	61,54%
04 (nG4=12)	1	1,96%	8,33%	5	9,80%	41,67%	6	11,76%	50,00%
<b>Total</b>	<b>5</b>	<b>9,80%</b>	<b>-</b>	<b>21</b>	<b>41,18%</b>	<b>-</b>	<b>25</b>	<b>49,02%</b>	<b>-</b>

**4-B5 - Como você avalia o Programa Redes de Cooperação?**

- ( ) Insatisfatório
- ( ) Regular
- ( ) Bom
- ( ) Ótimo
- ( ) Não tenho opinião formada

Grupo	Alternativas (n=51)											
	2			3			4			5		
	FA	FRA (%)	FRG (%)	FA	FRA (%)	FRG (%)	FA	FRA (%)	FRG (%)	FA	FRA (%)	FRG (%)
01 (nG1=12)	1	1,96%	8,33%	3	5,88%	25,00%	6	11,76%	50,00%	2	3,92%	16,67%
02 (nG2=14)	2	3,92%	14,29%	7	13,73%	50,00%	2	3,92%	14,29%	3	5,88%	21,43%
03 (nG3=13)	0	0,00%	0,00%	5	9,80%	38,46%	5	9,80%	38,46%	3	5,88%	23,08%
04 (nG4=12)	1	1,96%	8,33%	6	11,76%	50,00%	2	3,92%	16,67%	3	5,88%	25,00%
<b>Total</b>	<b>4</b>	<b>7,84%</b>	<b>-</b>	<b>21</b>	<b>41,18%</b>	<b>-</b>	<b>15</b>	<b>29,41%</b>	<b>-</b>	<b>11</b>	<b>21,57%</b>	<b>-</b>

**5-B5 - Em sua opinião, qual a relevância do Programa Redes de Cooperação para o desenvolvimento regional?**

- ( ) Irrelevante
- ( ) Pouco Relevante
- ( ) Relevante
- ( ) Muito Relevante
- ( ) Não tenho opinião formada

Grupo	Alternativas (n=51)														
	1			2			3			4			5		
	FA	FRA (%)	FRG (%)	FA	FRA (%)	FRG (%)	FA	FRA (%)	FRG (%)	FA	FRA (%)	FRG (%)	FA	FRA (%)	FRG (%)
01 (nG1=12)	1	1,96%	8,33%	0	0,00%	0,00%	6	11,76%	50,00%	4	7,84%	33,33%	1	1,96%	8,33%
02 (nG2=14)	0	0,00%	0,00%	2	3,92%	14,29%	8	15,69%	57,14%	3	5,88%	21,43%	1	1,96%	7,14%
03 (nG3=13)	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%	6	11,76%	46,15%	5	9,80%	38,46%	2	3,92%	15,38%
04 (nG4=12)	1	1,96%	8,33%	0	0,00%	0,00%	4	7,84%	33,33%	4	7,84%	33,33%	3	5,88%	25,00%
<b>Total</b>	<b>2</b>	<b>3,92%</b>	<b>-</b>	<b>2</b>	<b>3,92%</b>	<b>-</b>	<b>24</b>	<b>47,06%</b>	<b>-</b>	<b>16</b>	<b>31,37%</b>	<b>-</b>	<b>7</b>	<b>13,73%</b>	<b>-</b>

**6-B5 - Como você avalia o Programa de Apoio aos Polos Tecnológicos?**

- ( ) Insatisfatório
- ( ) Regular
- ( ) Bom
- ( ) Ótimo
- ( ) Não tenho opinião formada

Grupo	Alternativas (n=51)														
	1			2			3			4			5		
	FA	FRA (%)	FRG (%)	FA	FRA (%)	FRG (%)	FA	FRA (%)	FRG (%)	FA	FRA (%)	FRG (%)	FA	FRA (%)	FRG (%)
01 (nG1=12)	0	0,00%	0,00%	4	7,84%	33,33%	3	5,88%	25,00%	3	5,88%	25,00%	2	3,92%	16,67%
02 (nG2=14)	0	0,00%	0,00%	2	3,92%	14,29%	10	19,61%	71,43%	1	1,96%	7,14%	1	1,96%	7,14%
03 (nG3=13)	0	0,00%	0,00%	3	5,88%	23,08%	3	5,88%	23,08%	6	11,76%	46,15%	1	1,96%	7,69%
04 (nG4=12)	1	1,96%	8,33%	1	1,96%	8,33%	3	5,88%	25,00%	1	1,96%	8,33%	6	11,76%	50,00%
<b>Total</b>	<b>1</b>	<b>1,96%</b>	<b>-</b>	<b>10</b>	<b>19,61%</b>	<b>-</b>	<b>19</b>	<b>37,25%</b>	<b>-</b>	<b>11</b>	<b>21,57%</b>	<b>-</b>	<b>10</b>	<b>19,61%</b>	<b>-</b>

**7-B5 - Em sua opinião, qual a relevância do Programa de Apoio aos Polos Tecnológicos para o desenvolvimento regional?**

- ( ) Irrelevante
- ( ) Pouco Relevante
- ( ) Relevante
- ( ) Muito Relevante
- ( ) Não tenho opinião formada

Grupo	Alternativas (n=51)											
	2			3			4			5		
	FA	FRA (%)	FRG (%)	FA	FRA (%)	FRG (%)	FA	FRA (%)	FRG (%)	FA	FRA (%)	FRG (%)
01 (nG1=12)	0	0,00%	0,00%	6	11,76%	50,00%	5	9,80%	41,67%	1	1,96%	8,33%
02 (nG2=14)	1	1,96%	7,14%	5	9,80%	35,71%	8	15,69%	57,14%	0	0,00%	0,00%
03 (nG3=13)	1	1,96%	7,69%	3	5,88%	23,08%	8	15,69%	61,54%	1	1,96%	7,69%
04 (nG4=12)	0	0,00%	0,00%	2	3,92%	16,67%	6	11,76%	50,00%	4	7,84%	33,33%
<b>Total</b>	<b>2</b>	<b>3,92%</b>	<b>-</b>	<b>16</b>	<b>31,37%</b>	<b>-</b>	<b>27</b>	<b>52,94%</b>	<b>-</b>	<b>6</b>	<b>11,76%</b>	<b>-</b>

**8- B5 - Como você avalia o Programa Gaúcho de Apoio ao Cooperativismo Rural?**

- ( ) Insatisfatório
- ( ) Regular
- ( ) Bom
- ( ) Ótimo
- ( ) Não tenho opinião formada

Grupo	Alternativas (n=51)											
	2			3			4			5		
	FA	FRA (%)	FRG (%)	FA	FRA (%)	FRG (%)	FA	FRA (%)	FRG (%)	FA	FRA (%)	FRG (%)
01 (nG1=12)	1	1,96%	8,33%	2	3,92%	16,67%	5	9,80%	41,67%	4	7,84%	33,33%
02 (nG2=14)	0	0,00%	0,00%	5	9,80%	35,71%	2	3,92%	14,29%	7	13,73%	50,00%
03 (nG3=13)	2	3,92%	15,38%	3	5,88%	23,08%	1	1,96%	7,69%	7	13,73%	53,85%
04 (nG4=12)	0	0,00%	0,00%	1	1,96%	8,33%	3	5,88%	25,00%	8	15,69%	66,67%
<b>Total</b>	<b>3</b>	<b>5,88%</b>	<b>-</b>	<b>11</b>	<b>21,57%</b>	<b>-</b>	<b>11</b>	<b>21,57%</b>	<b>-</b>	<b>26</b>	<b>50,98%</b>	<b>-</b>

**9-B5 - Em sua opinião, qual a relevância do Programa Gaúcho de Apoio ao Cooperativismo Rural para o desenvolvimento regional?**

- ( ) Irrelevante
- ( ) Pouco Relevante
- ( ) Relevante
- ( ) Muito Relevante
- ( ) Não tenho opinião formada

Grupo	Alternativas (n=51)											
	2			3			4			5		
	FA	FRA (%)	FRG (%)	FA	FRA (%)	FRG (%)	FA	FRA (%)	FRG (%)	FA	FRA (%)	FRG (%)
01 (nG1=12)	0	0,00%	0,00%	3	5,88%	25,00%	7	13,73%	58,33%	2	3,92%	16,67%
02 (nG2=14)	1	1,96%	7,14%	5	9,80%	35,71%	5	9,80%	35,71%	3	5,88%	21,43%
03 (nG3=13)	1	1,96%	7,69%	2	3,92%	15,38%	5	9,80%	38,46%	5	9,80%	38,46%
04 (nG4=12)	0	0,00%	0,00%	2	3,92%	16,67%	3	5,88%	25,00%	7	13,73%	58,33%
<b>Total</b>	<b>2</b>	<b>3,92%</b>	<b>-</b>	<b>12</b>	<b>23,53%</b>	<b>-</b>	<b>20</b>	<b>39,22%</b>	<b>-</b>	<b>17</b>	<b>33,33%</b>	<b>-</b>

**Bloco 6 - Eixo III: Política da Firma (5 questões)****1-B6 - Como você avalia a experiência da Sala do Investidor?**

- Insatisfatório
- Regular
- Bom
- Ótimo
- Não tenho opinião formada

Grupo	Alternativas (n=51)											
	2			3			4			5		
	FA	FRA (%)	FRG (%)	FA	FRA (%)	FRG (%)	FA	FRA (%)	FRG (%)	FA	FRA (%)	FRG (%)
<b>01</b> <b>(nG1=12)</b>	0	0,00%	0,00%	2	3,92%	16,67%	10	19,61%	83,33%	0	0,00%	0,00%
<b>02</b> <b>(nG2=14)</b>	0	0,00%	0,00%	9	17,65%	64,29%	3	5,88%	21,43%	2	3,92%	14,29%
<b>03</b> <b>(nG3=13)</b>	0	0,00%	0,00%	2	3,92%	15,38%	7	13,73%	53,85%	4	7,84%	30,77%
<b>04</b> <b>(nG4=12)</b>	2	3,92%	16,67%	4	7,84%	33,33%	5	9,80%	41,67%	1	1,96%	8,33%
<b>Total</b>	<b>2</b>	<b>3,92%</b>	<b>-</b>	<b>17</b>	<b>33,33%</b>	<b>-</b>	<b>25</b>	<b>49,02%</b>	<b>-</b>	<b>7</b>	<b>13,73%</b>	<b>-</b>

**2-B6 - Em sua opinião, qual a relevância da Sala do Investidor para os investimentos das firmas?**

- Irrelevante
- Pouco Relevante
- Relevante
- Muito Relevante
- Não tenho opinião formada

Grupo	Alternativas (n=51)								
	3			4			5		
	FA	FRA (%)	FRG (%)	FA	FRA (%)	FRG (%)	FA	FRA (%)	FRG (%)
<b>01</b> <b>(nG1=12)</b>	2	3,92%	16,67%	10	19,61%	83,33%	0	0,00%	0,00%
<b>02</b> <b>(nG2=14)</b>	6	11,76%	42,86%	7	13,73%	50,00%	1	1,96%	7,14%
<b>03</b> <b>(nG3=13)</b>	2	3,92%	15,38%	7	13,73%	53,85%	4	7,84%	30,77%
<b>04</b> <b>(nG4=12)</b>	4	7,84%	33,33%	7	13,73%	58,33%	1	1,96%	8,33%
<b>Total</b>	<b>14</b>	<b>27,45%</b>	<b>-</b>	<b>31</b>	<b>60,78%</b>	<b>-</b>	<b>6</b>	<b>11,76%</b>	<b>-</b>

**4-B6 - Como você avalia o Projeto Extensão Produtiva e Inovação?**

- ( ) Insatisfatório  
 ( ) Regular  
 ( ) Bom  
 ( ) Ótimo  
 ( ) Não tenho opinião formada

Grupo	Alternativas (n=51)														
	1			2			3			4			5		
	FA	FRA (%)	FRG (%)	FA	FRA (%)	FRG (%)	FA	FRA (%)	FRG (%)	FA	FRA (%)	FRG (%)	FA	FRA (%)	FRG (%)
<b>01</b> (nG1=12)	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%	4	7,84%	33,33%	4	7,84%	33,33%	4	7,84%	33,33%
<b>02</b> (nG2=14)	1	1,96%	7,14%	1	1,96%	7,14%	7	13,73%	50,00%	2	3,92%	14,29%	3	5,88%	21,43%
<b>03</b> (nG3=13)	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%	3	5,88%	23,08%	5	9,80%	38,46%	5	9,80%	38,46%
<b>04</b> (nG4=12)	0	0,00%	0,00%	2	3,92%	16,67%	4	7,84%	33,33%	2	3,92%	16,67%	4	7,84%	33,33%
<b>Total</b>	<b>1</b>	<b>1,96%</b>	<b>-</b>	<b>3</b>	<b>5,88%</b>	<b>-</b>	<b>18</b>	<b>35,29%</b>	<b>-</b>	<b>13</b>	<b>25,49%</b>	<b>-</b>	<b>16</b>	<b>31,37%</b>	<b>-</b>

**5- B6 - Em sua opinião, qual a relevância do Projeto Extensão Produtiva e Inovação para as firmas e para o desenvolvimento regional?**

- ( ) Irrelevante  
 ( ) Pouco Relevante  
 ( ) Relevante  
 ( ) Muito Relevante  
 ( ) Não tenho opinião formada

Grupo	Alternativas (n=51)														
	1			2			3			4			5		
	FA	FRA (%)	FRG (%)	FA	FRA (%)	FRG (%)	FA	FRA (%)	FRG (%)	FA	FRA (%)	FRG (%)	FA	FRA (%)	FRG (%)
<b>01</b> (nG1=12)	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%	5	9,80%	41,67%	5	9,80%	41,67%	2	3,92%	16,67%
<b>02</b> (nG2=14)	1	1,96%	7,14%	0	0,00%	0,00%	6	11,76%	42,86%	4	7,84%	28,57%	3	5,88%	21,43%
<b>03</b> (nG3=13)	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%	3	5,88%	23,08%	7	13,73%	53,85%	3	5,88%	23,08%
<b>04</b> (nG4=12)	0	0,00%	0,00%	1	1,96%	8,33%	4	7,84%	33,33%	5	9,80%	41,67%	2	3,92%	16,67%
<b>Total</b>	<b>1</b>	<b>1,96%</b>	<b>-</b>	<b>1</b>	<b>1,96%</b>	<b>-</b>	<b>18</b>	<b>35,29%</b>	<b>-</b>	<b>21</b>	<b>41,18%</b>	<b>-</b>	<b>10</b>	<b>19,61%</b>	<b>-</b>



## Bloco 7 - Eixo IV: Instrumentos Transversais

### 1-B7 - Como você avalia o Novo FUNDOPEM / INTEGRAR?

- ( ) Insatisfatório
- ( ) Regular
- ( ) Bom
- ( ) Ótimo
- ( ) Não tenho opinião formada

Grupo	Alternativas (n=51)											
	2			3			4			5		
	FA	FRA (%)	FRG (%)	FA	FRA (%)	FRG (%)	FA	FRA (%)	FRG (%)	FA	FRA (%)	FRG (%)
01 (nG1=12)	0	0,00%	0,00%	2	3,92%	16,67%	10	19,61%	83,33%	0	0,00%	0,00%
02 (nG2=14)	4	7,84%	28,57%	5	9,80%	35,71%	3	5,88%	21,43%	2	3,92%	14,29%
03 (nG3=13)	2	3,92%	15,38%	5	9,80%	38,46%	6	11,76%	46,15%	0	0,00%	0,00%
04 (nG4=12)	1	1,96%	8,33%	3	5,88%	25,00%	6	11,76%	50,00%	2	3,92%	16,67%
<b>Total</b>	<b>7</b>	<b>13,73%</b>	<b>-</b>	<b>15</b>	<b>29,41%</b>	<b>-</b>	<b>25</b>	<b>49,02%</b>	<b>-</b>	<b>4</b>	<b>7,84%</b>	<b>-</b>

### 2-B7 - Em sua opinião, qual a relevância do Novo FUNDOPEM / INTEGRAR para o desenvolvimento regional?

- ( ) Irrelevante
- ( ) Pouco Relevante
- ( ) Relevante
- ( ) Muito Relevante
- ( ) Não tenho opinião formada

Grupo	Alternativas (n=51)											
	2			3			4			5		
	FA	FRA (%)	FRG (%)	FA	FRA (%)	FRG (%)	FA	FRA (%)	FRG (%)	FA	FRA (%)	FRG (%)
01 (nG1=12)	1	1,96%	8,33%	2	3,92%	16,67%	9	17,65%	75,00%	0	0,00%	0,00%
02 (nG2=14)	0	0,00%	0,00%	6	11,76%	42,86%	6	11,76%	42,86%	2	3,92%	14,29%
03 (nG3=13)	2	3,92%	15,38%	3	5,88%	23,08%	8	15,69%	61,54%	0	0,00%	0,00%
04 (nG4=12)	0	0,00%	0,00%	2	3,92%	16,67%	7	13,73%	58,33%	3	5,88%	25,00%
<b>Total</b>	<b>3</b>	<b>5,88%</b>	<b>-</b>	<b>13</b>	<b>25,49%</b>	<b>-</b>	<b>30</b>	<b>58,82%</b>	<b>-</b>	<b>5</b>	<b>9,80%</b>	<b>-</b>

**3-B7 - Como você avalia o Programa Estadual de Desenvolvimento Industrial (PROEDI), que tem relação com os Distritos Industriais do Estado?**

- ( ) Insatisfatório  
 ( ) Regular  
 ( ) Bom  
 ( ) Ótimo  
 ( ) Não tenho opinião formada

Grupo	Alternativas (n=51)														
	1			2			3			4			5		
	FA	FRA (%)	FRG (%)	FA	FRA (%)	FRG (%)	FA	FRA (%)	FRG (%)	FA	FRA (%)	FRG (%)	FA	FRA (%)	FRG (%)
01 (nG1=12)	1	1,96%	8,33%	0	0,00%	0,00%	5	9,80%	41,67%	3	5,88%	25,00%	3	5,88%	25,00%
02 (nG2=14)	2	3,92%	14,29%	2	3,92%	14,29%	1	1,96%	7,14%	5	9,80%	35,71%	4	7,84%	28,57%
03 (nG3=13)	1	1,96%	7,69%	0	0,00%	0,00%	4	7,84%	30,77%	3	5,88%	23,08%	5	9,80%	38,46%
04 (nG4=12)	0	0,00%	0,00%	1	1,96%	8,33%	3	5,88%	25,00%	1	1,96%	8,33%	7	13,73%	58,33%
<b>Total</b>	<b>4</b>	<b>7,84%</b>	<b>-</b>	<b>3</b>	<b>5,88%</b>	<b>-</b>	<b>13</b>	<b>25,49%</b>	<b>-</b>	<b>12</b>	<b>23,53%</b>	<b>-</b>	<b>19</b>	<b>37,25%</b>	<b>-</b>

**4-B7 - Em sua opinião, qual a relevância do Programa Estadual de Desenvolvimento Industrial (PROEDI) para o desenvolvimento regional?**

- ( ) Irrelevante  
 ( ) Pouco Relevante  
 ( ) Relevante  
 ( ) Muito Relevante  
 ( ) Não tenho opinião formada

Grupo	Alternativas (n=51)														
	1			2			3			4			5		
	FA	FRA (%)	FRG (%)	FA	FRA (%)	FRG (%)	FA	FRA (%)	FRG (%)	FA	FRA (%)	FRG (%)	FA	FRA (%)	FRG (%)
01 (nG1=12)	0	0,00%	0,00%	1	1,96%	8,33%	4	7,84%	33,33%	5	9,80%	41,67%	2	3,92%	16,67%
02 (nG2=14)	0	0,00%	0,00%	1	1,96%	7,14%	6	11,76%	42,86%	5	9,80%	35,71%	2	3,92%	14,29%
03 (nG3=13)	0	0,00%	0,00%	1	1,96%	7,69%	4	7,84%	30,77%	4	7,84%	30,77%	4	7,84%	30,77%
04 (nG4=12)	1	1,96%	8,33%	0	0,00%	0,00%	2	3,92%	16,67%	4	7,84%	33,33%	5	9,80%	41,67%
<b>Total</b>	<b>1</b>	<b>1,96%</b>	<b>-</b>	<b>3</b>	<b>5,88%</b>	<b>-</b>	<b>16</b>	<b>31,37%</b>	<b>-</b>	<b>18</b>	<b>35,29%</b>	<b>-</b>	<b>13</b>	<b>25,49%</b>	<b>-</b>

**5-B7 - Como você avalia o Programa de Apoio a Iniciativas Municipais, que tem relação com o desenvolvimento de infraestruturas para áreas industriais municipais?**

- ( ) Insatisfatório
- ( ) Regular
- ( ) Bom
- ( ) Ótimo
- ( ) Não tenho opinião formada

Grupo	Alternativas (n=51)														
	1			2			3			4			5		
	FA	FRA (%)	FRG (%)	FA	FRA (%)	FRG (%)	FA	FRA (%)	FRG (%)	FA	FRA (%)	FRG (%)	FA	FRA (%)	FRG (%)
01 (nG1=12)	0	0,00%	0,00%	2	3,92%	16,67%	3	5,88%	25,00%	4	7,84%	33,33%	3	5,88%	25,00%
02 (nG2=14)	2	3,92%	14,29%	1	1,96%	7,14%	4	7,84%	28,57%	4	7,84%	28,57%	3	5,88%	21,43%
03 (nG3=13)	0	0,00%	0,00%	2	3,92%	15,38%	6	11,76%	46,15%	2	3,92%	15,38%	3	5,88%	23,08%
04 (nG4=12)	0	0,00%	0,00%	3	5,88%	25,00%	2	3,92%	16,67%	3	5,88%	25,00%	4	7,84%	33,33%
<b>Total</b>	<b>2</b>	<b>3,92%</b>	<b>-</b>	<b>8</b>	<b>15,69%</b>	<b>-</b>	<b>15</b>	<b>29,41%</b>	<b>-</b>	<b>13</b>	<b>25,49%</b>	<b>-</b>	<b>13</b>	<b>25,49%</b>	<b>-</b>

**6-B7 - Em sua opinião, qual a relevância do Programa de Apoio a Iniciativas Municipais para o desenvolvimento regional?**

- ( ) Irrelevante
- ( ) Pouco Relevante
- ( ) Relevante
- ( ) Muito Relevante
- ( ) Não tenho opinião formada

Grupo	Alternativas (n=51)											
	2			3			4			5		
	FA	FRA (%)	FRG (%)	FA	FRA (%)	FRG (%)	FA	FRA (%)	FRG (%)	FA	FRA (%)	FRG (%)
01 (nG1=12)	0	0,00%	0,00%	3	5,88%	25,00%	8	15,69%	66,67%	1	1,96%	8,33%
02 (nG2=14)	0	0,00%	0,00%	4	7,84%	28,57%	8	15,69%	57,14%	2	3,92%	14,29%
03 (nG3=13)	1	1,96%	7,69%	6	11,76%	46,15%	3	5,88%	23,08%	3	5,88%	23,08%
04 (nG4=12)	2	3,92%	16,67%	4	7,84%	33,33%	4	7,84%	33,33%	2	3,92%	16,67%
<b>Total</b>	<b>3</b>	<b>5,88%</b>	<b>-</b>	<b>17</b>	<b>33,33%</b>	<b>-</b>	<b>23</b>	<b>45,10%</b>	<b>-</b>	<b>8</b>	<b>15,69%</b>	<b>-</b>

**7-B7 - Como você avalia o Programa Pro-Inovação?**

- ( ) Insatisfatório
- ( ) Regular
- ( ) Bom
- ( ) Ótimo
- ( ) Não tenho opinião formada

Grupo	Alternativas (n=51)														
	1			2			3			4			5		
	FA	FRA (%)	FRG (%)	FA	FRA (%)	FRG (%)	FA	FRA (%)	FRG (%)	FA	FRA (%)	FRG (%)	FA	FRA (%)	FRG (%)
01 (nG1=12)	1	1,96%	8,33%	4	7,84%	33,33%	3	5,88%	25,00%	4	7,84%	33,33%	0	0,00%	0,00%
02 (nG2=14)	1	1,96%	7,14%	2	3,92%	14,29%	5	9,80%	35,71%	5	9,80%	35,71%	1	1,96%	7,14%
03 (nG3=13)	1	1,96%	7,69%	1	1,96%	7,69%	3	5,88%	23,08%	4	7,84%	30,77%	4	7,84%	30,77%
04 (nG4=12)	1	1,96%	8,33%	0	0,00%	0,00%	4	7,84%	33,33%	7	13,73%	58,33%	0	0,00%	0,00%
<b>Total</b>	<b>4</b>	<b>7,84%</b>	<b>-</b>	<b>7</b>	<b>13,73%</b>	<b>-</b>	<b>15</b>	<b>29,41%</b>	<b>-</b>	<b>20</b>	<b>39,22%</b>	<b>-</b>	<b>5</b>	<b>9,80%</b>	<b>-</b>

**8-B7 - Em sua opinião, qual a relevância do Programa Pro-Inovação?**

- ( ) Irrelevante
- ( ) Pouco Relevante
- ( ) Relevante
- ( ) Muito Relevante
- ( ) Não tenho opinião formada

Grupo	Alternativas (n=51)														
	1			2			3			4			5		
	FA	FRA (%)	FRG (%)	FA	FRA (%)	FRG (%)	FA	FRA (%)	FRG (%)	FA	FRA (%)	FRG (%)	FA	FRA (%)	FRG (%)
01 (nG1=12)	1	1,96%	8,33%	1	1,96%	8,33%	3	5,88%	25,00%	7	13,73%	58,33%	0	0,00%	0,00%
02 (nG2=14)	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%	3	5,88%	21,43%	10	19,61%	71,43%	1	1,96%	7,14%
03 (nG3=13)	1	1,96%	7,69%	0	0,00%	0,00%	2	3,92%	15,38%	5	9,80%	38,46%	5	9,80%	38,46%
04 (nG4=12)	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%	4	7,84%	33,33%	8	15,69%	66,67%	0	0,00%	0,00%
<b>Total</b>	<b>2</b>	<b>3,92%</b>	<b>-</b>	<b>1</b>	<b>1,96%</b>	<b>-</b>	<b>12</b>	<b>23,53%</b>	<b>-</b>	<b>30</b>	<b>58,82%</b>	<b>-</b>	<b>6</b>	<b>11,76%</b>	<b>-</b>

**9-B7 - Como você avalia o Programa Gaúcho de Parques Científicos e Tecnológicos (PGTec)?**

- ( ) Insatisfatório
- ( ) Regular
- ( ) Bom
- ( ) Ótimo
- ( ) Não tenho opinião formada

Grupo	Alternativas (n=51)														
	1			2			3			4			5		
	FA	FRA (%)	FRG (%)	FA	FRA (%)	FRG (%)	FA	FRA (%)	FRG (%)	FA	FRA (%)	FRG (%)	FA	FRA (%)	FRG (%)
01 (nG1=12)	0	0,00%	0,00%	1	1,96%	8,33%	5	9,80%	41,67%	5	9,80%	41,67%	1	1,96%	8,33%
02 (nG2=14)	0	0,00%	0,00%	1	1,96%	7,14%	3	5,88%	21,43%	7	13,73%	50,00%	3	5,88%	21,43%
03 (nG3=13)	0	0,00%	0,00%	1	1,96%	7,69%	5	9,80%	38,46%	6	11,76%	46,15%	1	1,96%	7,69%
04 (nG4=12)	1	1,96%	8,33%	0	0,00%	0,00%	3	5,88%	25,00%	7	13,73%	58,33%	1	1,96%	8,33%
<b>Total</b>	<b>1</b>	<b>1,96%</b>	<b>-</b>	<b>3</b>	<b>5,88%</b>	<b>-</b>	<b>16</b>	<b>31,37%</b>	<b>-</b>	<b>25</b>	<b>49,02%</b>	<b>-</b>	<b>6</b>	<b>11,76%</b>	<b>-</b>

**10-B7 - Em sua opinião, qual a relevância do Programa Gaúcho de Parques Científicos e Tecnológicos (PGTec)?**

- ( ) Irrelevante
- ( ) Pouco Relevante
- ( ) Relevante
- ( ) Muito Relevante
- ( ) Não tenho opinião formada

Grupo	Alternativas (n=51)											
	2			3			4			5		
	FA	FRA (%)	FRG (%)	FA	FRA (%)	FRG (%)	FA	FRA (%)	FRG (%)	FA	FRA (%)	FRG (%)
01 (nG1=12)	0	0,00%	0,00%	6	11,76%	50,00%	6	11,76%	50,00%	0	0,00%	0,00%
02 (nG2=14)	0	0,00%	0,00%	4	7,84%	28,57%	7	13,73%	50,00%	3	5,88%	21,43%
03 (nG3=13)	0	0,00%	0,00%	5	9,80%	38,46%	8	15,69%	61,54%	0	0,00%	0,00%
04 (nG4=12)	1	1,96%	8,33%	2	3,92%	16,67%	9	17,65%	75,00%	0	0,00%	0,00%
<b>Total</b>	<b>1</b>	<b>1,96%</b>	<b>-</b>	<b>17</b>	<b>33,33%</b>	<b>-</b>	<b>30</b>	<b>58,82%</b>	<b>-</b>	<b>3</b>	<b>5,88%</b>	<b>-</b>

**11-B7 - Como você avalia o desempenho das instituições gaúchas de financiamento no que se refere ao fomento industrial?**

**11.1- B7 - BANRISUL**

- ( ) Insatisfatório
- ( ) Regular
- ( ) Bom
- ( ) Ótimo
- ( ) Não tenho opinião formada

Grupo	Alternativas (n=51)														
	1			2			3			4			5		
	FA	FRA (%)	FRG (%)	FA	FRA (%)	FRG (%)	FA	FRA (%)	FRG (%)	FA	FRA (%)	FRG (%)	FA	FRA (%)	FRG (%)
01 (nG1=12)	0	0,00%	0,00%	4	7,84%	33,33%	5	9,80%	41,67%	2	3,92%	16,67%	1	1,96%	8,33%
02 (nG2=14)	1	1,96%	7,14%	2	3,92%	14,29%	5	9,80%	35,71%	1	1,96%	7,14%	5	9,80%	35,71%
03 (nG3=13)	0	0,00%	0,00%	3	5,88%	23,08%	5	9,80%	38,46%	2	3,92%	15,38%	3	5,88%	23,08%
04 (nG4=12)	1	1,96%	8,33%	2	3,92%	16,67%	7	13,73%	58,33%	0	0,00%	0,00%	2	3,92%	16,67%
<b>Total</b>	<b>2</b>	<b>3,92%</b>	<b>-</b>	<b>11</b>	<b>21,57%</b>	<b>-</b>	<b>22</b>	<b>43,14%</b>	<b>-</b>	<b>5</b>	<b>9,80%</b>	<b>-</b>	<b>11</b>	<b>21,57%</b>	<b>-</b>

**11.2-B7 - BADESUL Desenvolvimento**

- ( ) Insatisfatório
- ( ) Regular
- ( ) Bom
- ( ) Ótimo
- ( ) Não tenho opinião formada

Grupo	Alternativas (n=51)														
	1			2			3			4			5		
	FA	FRA (%)	FRG (%)	FA	FRA (%)	FRG (%)	FA	FRA (%)	FRG (%)	FA	FRA (%)	FRG (%)	FA	FRA (%)	FRG (%)
01 (nG1=12)	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%	6	11,76%	50,00%	6	11,76%	50,00%	0	0,00%	0,00%
02 (nG2=14)	1	1,96%	7,14%	1	1,96%	7,14%	7	13,73%	50,00%	1	1,96%	7,14%	4	7,84%	28,57%
03 (nG3=13)	0	0,00%	0,00%	1	1,96%	7,69%	7	13,73%	53,85%	3	5,88%	23,08%	2	3,92%	15,38%
04 (nG4=12)	1	1,96%	8,33%	0	0,00%	0,00%	5	9,80%	41,67%	6	11,76%	50,00%	0	0,00%	0,00%
<b>Total</b>	<b>2</b>	<b>3,92%</b>	<b>-</b>	<b>2</b>	<b>3,92%</b>	<b>-</b>	<b>25</b>	<b>49,02%</b>	<b>-</b>	<b>16</b>	<b>31,37%</b>	<b>-</b>	<b>6</b>	<b>11,76%</b>	<b>-</b>

**11.3-B7 - BRDE** Insatisfatório Regular Bom Ótimo Não tenho opinião formada

Grupo	Alternativas (n=51)														
	1			2			3			4			5		
	FA	FRA (%)	FRG (%)	FA	FRA (%)	FRG (%)	FA	FRA (%)	FRG (%)	FA	FRA (%)	FRG (%)	FA	FRA (%)	FRG (%)
01 (nG1=12)	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%	7	13,73%	58,33%	4	7,84%	33,33%	1	1,96%	8,33%
02 (nG2=14)	0	0,00%	0,00%	2	3,92%	14,29%	5	9,80%	35,71%	3	5,88%	21,43%	4	7,84%	28,57%
03 (nG3=13)	0	0,00%	0,00%	2	3,92%	15,38%	7	13,73%	53,85%	2	3,92%	15,38%	2	3,92%	15,38%
04 (nG4=12)	1	1,96%	8,33%	1	1,96%	8,33%	4	7,84%	33,33%	4	7,84%	33,33%	2	3,92%	16,67%
<b>Total</b>	<b>1</b>	<b>1,96%</b>	<b>-</b>	<b>5</b>	<b>9,80%</b>	<b>-</b>	<b>23</b>	<b>45,10%</b>	<b>-</b>	<b>13</b>	<b>25,49%</b>	<b>-</b>	<b>9</b>	<b>17,65%</b>	<b>-</b>

**12-B7 - Você concorda com o fato do Governo RS formular políticas que privilegiem regiões menos desenvolvidas do Estado?** Discordo totalmente Discordo parcialmente Não tenho opinião Concordo parcialmente Concordo totalmente

Grupo	Alternativas (n=51)								
	1			4			5		
	FA	FRA (%)	FRG (%)	FA	FRA (%)	FRG (%)	FA	FRA (%)	FRG (%)
01 (nG1=12)	0	0,00%	0,00%	1	1,96%	8,33%	11	21,57%	91,67%
02 (nG2=14)	1	1,96%	7,14%	4	7,84%	28,57%	9	17,65%	64,29%
03 (nG3=13)	0	0,00%	0,00%	3	5,88%	23,08%	10	19,61%	76,92%
04 (nG4=12)	1	1,96%	8,33%	2	3,92%	16,67%	9	17,65%	75,00%
<b>Total</b>	<b>2</b>	<b>3,92%</b>	<b>-</b>	<b>10</b>	<b>19,61%</b>	<b>-</b>	<b>39</b>	<b>76,47%</b>	<b>-</b>

**13-B7 - Você concorda que está adequada a articulação dos Instrumentos Transversais e de Infraestrutura da PI-RS com a sua Política Setorial?**

- ( ) Discordo totalmente  
 ( ) Discordo parcialmente  
 ( ) Não tenho opinião  
 ( ) Concordo parcialmente  
 ( ) Concordo totalmente

Grupo	Alternativas (n=51)											
	2			3			4			5		
	FA	FRA (%)	FRG (%)	FA	FRA (%)	FRG (%)	FA	FRA (%)	FRG (%)	FA	FRA (%)	FRG (%)
01 (nG1=12)	1	1,96%	8,33%	0	0,00%	0,00%	5	9,80%	41,67%	6	11,76%	50,00%
02 (nG2=14)	0	0,00%	0,00%	3	5,88%	21,43%	6	11,76%	42,86%	5	9,80%	35,71%
03 (nG3=13)	2	3,92%	15,38%	1	1,96%	7,69%	7	13,73%	53,85%	3	5,88%	23,08%
04 (nG4=12)	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%	3	5,88%	25,00%	9	17,65%	75,00%
<b>Total</b>	<b>3</b>	<b>5,88%</b>	<b>-</b>	<b>4</b>	<b>7,84%</b>	<b>-</b>	<b>21</b>	<b>41,18%</b>	<b>-</b>	<b>23</b>	<b>45,10%</b>	<b>-</b>

**Bloco 8 - Eixo V: Infraestrutura para o Desenvolvimento e Energia**

**1-B8 - Em geral, você concorda ou discorda que a implantação de Distritos Industriais (DIs) pode ser considerada uma estratégia válida para direcionar investimentos em infraestrutura para o desenvolvimento industrial?**

- ( ) Discordo totalmente  
 ( ) Discordo parcialmente  
 ( ) Não tenho opinião  
 ( ) Concordo parcialmente  
 ( ) Concordo totalmente

Grupo	Alternativas (n=51)														
	1			2			3			4			5		
	FA	FRA (%)	FRG (%)	FA	FRA (%)	FRG (%)	FA	FRA (%)	FRG (%)	FA	FRA (%)	FRG (%)	FA	FRA (%)	FRG (%)
01 (nG1=12)	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%	3	5,88%	25,00%	9	17,65%	75,00%
02 (nG2=14)	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%	2	3,92%	14,29%	3	5,88%	21,43%	9	17,65%	64,29%
03 (nG3=13)	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%	6	11,76%	46,15%	7	13,73%	53,85%
04 (nG4=12)	1	1,96%	8,33%	2	3,92%	16,67%	1	1,96%	8,33%	1	1,96%	8,33%	7	13,73%	58,33%
<b>Total</b>	<b>1</b>	<b>1,96%</b>	<b>-</b>	<b>2</b>	<b>3,92%</b>	<b>-</b>	<b>3</b>	<b>5,88%</b>	<b>-</b>	<b>13</b>	<b>25,49%</b>	<b>-</b>	<b>32</b>	<b>62,75%</b>	<b>-</b>



**2-B8 - Em geral, você concorda ou discorda da estratégia de construção de infraestrutura e fornecimento de energia para o desenvolvimento baseada na ideia da ampla promoção de Áreas Industriais Municipais (AIMs)?**

- ( ) Discordo totalmente  
 ( ) Discordo parcialmente  
 ( ) Não tenho opinião  
 ( ) Concordo parcialmente  
 ( ) Concordo totalmente

Grupo	Alternativas (n=51)											
	1			3			4			5		
	FA	FRA (%)	FRG	FA	FRA (%)	FRG	FA	FRA (%)	FRG	FA	FRA (%)	FRG
01 (nG1=12)	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%	4	7,84%	33,33%	8	15,69%	66,67%
02 (nG2=14)	0	0,00%	0,00%	2	3,92%	14,29%	4	7,84%	28,57%	8	15,69%	57,14%
03 (nG3=13)	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%	7	13,73%	53,85%	6	11,76%	46,15%
04 (nG4=12)	1	1,96%	8,33%	1	1,96%	8,33%	2	3,92%	16,67%	8	15,69%	66,67%
<b>Total</b>	<b>1</b>	<b>1,96%</b>	<b>-</b>	<b>3</b>	<b>5,88%</b>	<b>-</b>	<b>17</b>	<b>33,33%</b>	<b>-</b>	<b>30</b>	<b>58,82%</b>	<b>-</b>